

A CIDADE E SEUS SENTIDOS: ANÁLISE DOS
DISCURSOS QUE EMBASAM PROJETOS DE
REQUALIFICAÇÃO URBANA EM BELÉM (PA)





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO

ADAILSON SOARES DANTAS

A CIDADE E SEUS SENTIDOS

análise dos discursos que embasam projetos de requalificação urbana em Belém (PA)

Belém, PA

2021

ADAILSON SOARES DANTAS

A CIDADE E SEUS SENTIDOS:

análise dos discursos que embasam projetos de requalificação urbana em Belém (PA)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

Belém, PA

2021

ADAILSON SOARES DANTAS

A CIDADE E SEUS SENTIDOS:

análise dos discursos que embasam projetos de requalificação urbana em Belém (PA)

Data de aprovação: __/__/____

Conceito: _____

Banca Examinadora:

_____ - Orientador
Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

_____ - Membro Interno
Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

_____ - Membro Externo
Prof. Dr. Álvaro Henrique de Souza Ferreira
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

*A todos aqueles que lutam pela oportunidade de se fazer
enunciar em um mundo onde poucos têm voz.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

... À Lordene, Raimundo e Amanda, por serem a base sólida na qual estruturei tudo em minha vida. Tudo o que sou devo a cada um de vocês;

... Ao professor Saint-Clair, pelo papel que desempenhou na minha maturação enquanto pesquisador; pela liberdade e autonomia que me proporcionou na construção deste trabalho; e pelos inúmeros ensinamentos, orientações e conhecimentos essenciais providos desde que eu era um “simples” aluno especial na disciplina Espaço Público e Produção Social da Cidade, ainda em 2018;

... Aos meus amigos do NAEA: Flávio, Raylson, Ingrid, Janine e muitos outros, que tornaram esse caminho extremamente prazeroso e mais leve. As suas companhias, conselhos, dicas e ajudas (sobretudo as suas, Flávio) foram essenciais em cada e todos os momentos do mestrado;

... Aos meus amigos do GEOURBAM: Victor, Silvia, Carla, Michel, Ágila e todos os outros, que, durante o percurso das disciplinas e, sobretudo, durante os nossos colóquios de estudo, proveram conhecimento e sugestões valiosas para a construção desta dissertação;

... À toda equipe do NAEA/UFPA e do PPGDSTU, pelo exemplar profissionalismo com que realizam suas atividades no dia a dia, tornando esse um ambiente propício para potencialização da capacidade de seus discentes;

... Aos meus professores do Programa, em especial às professoras Mirleide e Marcela, pela maneira gentil e terna com a qual nos transmitem um conhecimento verdadeiramente transformador;

... À professora Roberta da FAU-UFPA, minha orientadora do TCC que plantou as primeiras sementes que resultaram nesta dissertação;

... Aos professores Álvaro e Fábio, por terem aceitado participar da banca e pelas valiosas contribuições a este trabalho;

... Ao Lugi e ao Wallace, cujas amizades me fazem passar incólume mesmo pelos momentos mais difíceis;

... Aos meus amigos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, amo todos e cada um de vocês (mesmo que, às vezes, não pareça rs);

... Ao CNPq, pela oportunidade concedida de fazer mestrado recebendo uma bolsa, inclusive com prorrogação de alguns meses devido à pandemia de coronavírus;

... E, finalmente, agradeço a todos os pesquisadores que passaram pela minha trajetória, todos os que não passaram, e todos aqueles que lutam para se fazer valorizar em um país e um momento da história no qual o obscurantismo parece regra e a ignorância ocupa todos os espaços. Havemos de superar tudo em breve!

Mais il est souvent plus aisé de découvrir une vérité que de lui assigner la place qui lui revient.

Ferdinand de Saussure, 1916.

RESUMO

Este trabalho investiga a dimensão discursiva do espaço urbano de Belém (PA). Desse modo, pensa-se o corpo significativo da cidade em uma perspectiva que a considera um espaço privilegiado de produção e de confronto de sentidos, muitos destes impostos por sujeitos discursivos hegemônicos nem sempre explícitos. Portanto, objetiva-se identificar, caracterizar e analisar os sentidos gerados por diferentes discursos e os seus sujeitos enunciadore que orientam a produção simbólica, mas também material, do espaço urbano na capital paraense a partir de duas intervenções atuais de requalificação urbana: “Projeto Belém Porto Futuro” e “Novo Mercado de São Brás”. Para isso, utilizou-se da Análise do Discurso de Michel Pêcheux como principal dispositivo teórico e analítico de interpretação dos dados, e as noções e os conceitos de Henri Lefebvre acerca da produção do espaço enquanto base teórica de apoio. Primeiramente, empreendeu-se uma revisão de literatura para encontrar as condições históricas e ideológicas de produção de um discurso hegemônico acerca da forma de pensar, interpretar, planejar e construir o espaço urbano. Após, investigou-se o deslocamento dos sentidos dos discursos e a sua materialização no espaço urbano das cidades, em um encadeamento que perpassa a escala global, nacional e que chega ao local. Nesta investigação, constituiu-se um *corpus* discursivo que inclui transcrições de entrevistas, documentos, editais, notícias, fotos e vídeos, reportagens de jornais e revistas, memoriais descritivos e imagens 3D das maquetes eletrônicas dos projetos que são alvo de investigação. A análise discursiva deste *corpus* nos possibilitou descobrir que discursos hegemônicos orientam, através de deslocamento de sentidos, as concepções de planejamento urbano e a produção material de formas arquitetônicas na cidade de Belém (PA). Estes discursos instauram uma lógica “mercadófila” e competitiva, que pretende instaurar modelos de crescimento econômico e de desenvolvimento urbano conservadores, que se baseiam, sobretudo, nas requalificações urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas de lugares, visando tanto ao crescimento econômico da cidade como à sua projeção turística em um cenário globalizado.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso; discurso hegemônico; produção do espaço; requalificação urbana; Belém Porto Futuro; Novo Mercado de São Brás.

ABSTRACT

This work investigates the discursive dimension of the urban space of Belém (PA). In this way, the significant body of the city is considered from a perspective that considers it a privileged space for the production and confrontation of meanings, many of which imposed by hegemonic discursive subjects that are not always explicit. Therefore, the objective is to identify, characterize and analyze the discursive strategies and their enunciating subjects that guide the symbolic production, but also material, of the urban space in the capital of Pará from two current interventions of urban requalification: “Projeto Belém Porto Futuro” and “Novo Mercado de São Brás”. For this, Michel Pêcheux's Discourse Analysis was used as the main theoretical and analytical device for data interpretation, and Henri Lefebvre's notions and concepts about the production of space as secondary theories. First, a literature review was undertaken to find the historical and ideological conditions for the production of a hegemonic discourse about the way of thinking, interpreting, planning and building urban space. Afterwards, the displacement of the meanings of the discourses and its materialization in the urban space of the cities were investigated, in a chain that permeates the global, national, and reaches the local scale. In this investigation, a discursive corpus was constituted which includes documents, laws, notices, news, photos and videos, newspaper and magazine reports, descriptive memorials and 3D images of the project's electronic models that are the target of investigation. The discursive analysis of this corpus allowed us to discover that hegemonic discourses guide, through displacement of meanings, the conceptions of urban planning and the material production of architectural forms in the city of Belém (PA). These discourses establish a "marketing" and competitive logic, which intends to establish conservative economic growth and urban development models, which are based, above all, on the urban, architectural and landscape requalification of places, aiming at both the economic growth of the city and its tourist projection in a globalized scenario.

KEYWORDS: Discourse analysis; hegemonic discourse; space production; urban requalification; Belém Porto Futuro; Novo Mercado de São Brás.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa do polígono de intervenção do Projeto Belém Porto Futuro.....	27
Figura 2- Mapa do polígono de intervenção do projeto Novo Mercado de São Brás	28
Figura 3- Arquitetura conceitual da articulação discursiva de Michael Pêcheux	49
Figura 4- Arquitetura conceitual da articulação discursiva, operada na dissertação.....	92
Figura 5- Harbor Place, em Baltimore, nos anos 1970, com área aberta para eventos, com lojas e com restaurantes	96
Figura 6- Port Vell, após requalificação.....	99
Figura 7- Implantação do MACBA no bairro do Raval.....	99
Figura 8- Praça Mauá e Museu do Amanhã.....	104
Figura 9- Complexo turístico Ver-o-Rio.....	106
Figura 10-Estação das Docas	106
Figura 11- Pagina sobre Belém no site Visitbrasil.com	113
Figura 12- Arquitetura conceitual da articulação discursiva de projetos de requalificação urbana em Belém (PA).....	114
Figura 13- Doca do Reduto, ao final do século XIX.....	118
Figura 14- – Detalhe da planta do porto no início do século XX.....	119
Figura 15- Avenida Marechal Hermes e galpões do porto (1906).....	121
Figura 16- Mosaico de imagens do Baixo Reduto	121
Figura 17 – Imagem aérea da área de intervenção do PBPF, demarcada em amarelo.....	122
Figura 18- “Nuvem” de palavras do Projeto Belém Porto Futuro	124
Figura 19- Localização das áreas de interesse do PBPF.....	127
Figura 20 – Excerto do vídeo de apresentação da maquete eletrônica em 3D do PBPF	128
Figura 21- Outro excerto do vídeo de apresentação da maquete eletrônica em 3D do PBPF	129
Figura 22- Espaço lounge do PBPF	130
Figura 23- Espaço pet do PBPF.....	131
Figura 24- Postagem do PBPF nas redes sociais	137
Figura 25- Apoiadores de Helder Barbalho	138
Figura 26- Outdoor de agradecimento a Jair Bolsonaro pelo projeto.....	138
Figura 27- Mercado Renascença, em cartão postal de 1911	141

Figura 28– Quadro comparativo de São Brás entre 1886 e 2015	142
Figura 29– Mapa do uso do solo na região do Mercado de São Brás	145
Figura 30– Imagem aérea do Mercado de São Brás e do seu entorno.....	145
Figura 31– Imagem aérea do Mercado de São Brás e do seu entorno.....	146
Figura 32– Fachada principal do Mercado.....	147
Figura 33– Nuvem de palavras dos discursos sobre o NMSB	147
Figura 34– Manchete do portal DOL sobre as condições de deterioração do Mercado de São Brás	151
Figura 35– Manchete do portal Oliberal.com sobre as condições de deterioração do Mercado de São Brás	152
Figura 36– Bar do Parque, antes e depois da requalificação e da concessão à empresa privada. Frisa-se o processo de descaracterização do bem tombado, com a inserção de elementos contemporâneos	154
Figura 37– Mosaico, com imagens da maquete eletrônica 3D e renders do NMSB	155
Figura 38– Covent Garden, em Londres.....	160
Figura 39– Mosaico, com fotografias do Parque Futuro.....	170
Figura 40– Balé das águas.....	171
Figura 41– Praça de alimentação do Parque Futuro.....	172
Figura 42– Protesto político contra a eleição de Jair Bolsonaro na Praça Floriano Peixoto, em outubro de 2018	173
Figura 43– Evento cultural Batuque do Mercado de São Brás.....	173
Figura 44– Ato científico-cultural em defesa da Amazônia, ocorrido em frente ao mercado, em 2019.....	174
Figura 45– Batalha de rap, evento programado pelas comunidades do rap e do hip hop, formadas quase integralmente por jovens da periferia de Belém, que ocupava a praça Floriana Peixoto	174
Figura 46 - Audiência pública de apresentação da proposta conceitual da segunda fase do PBPF.....	191
Figura 47 - Postagem em rede social do prefeito Edmilson Rodrigues sobre a situação do processo de concessão do Mercado de São Brás.....	193

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Diferenças estilísticas entre o modernismo e pós-modernismo.....	64
Quadro 2- Organizações multilaterais, suas concepções e seus objetivos, relativamente às cidades e ao desenvolvimento urbano	74
Quadro 3- Conjunto sinótico de representações, presentes nas estratégias discursivas.....	112
Quadro 4- Espaços propostos e suas projeções nos planos discursivos.....	159

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AAPBEL	Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém
ACP	Associação Comercial do Pará
AD	Análise do discurso
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDP	Companhia Docas do Pará
CDU/Belém	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Belém
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CEPACS	Certificados de Potencial Adicional Construtivo
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina da ONU
CMB	Câmara Municipal de Belém
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
DPHAC	Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FD	Formação Discursiva
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUMBEL	Fundação Cultural de Belém
GEOURBAM	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia
ILC	Instituto de Letras e Comunicação
IPHAN	Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LABEURB	Laboratórios de Estudos Urbanos
MDB-PA	Movimento Democrático Brasileiro do Pará
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
NMSB	Novo Mercado de São Brás
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
ORM	Organizações Rômulo Maiorana
OS	Organização Social
OUC	Operação Urbana Consorciada
PBPF	Projeto Belém Porto Futuro
PD	Plano Diretor
PDB	Programa Desenvolve Belém
PECRJ	Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PMI	Procedimento de Manifestação Pública de Interesse
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Plano Plurianual
PPGAU-UFPA	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará
PPGAU-UFRN	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
PPGDSTU-NAEA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

PPGL-UFPA	Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará
PPP	Parcerias Público-Privadas
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUR-UFRJ	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
RBA	Rede Brasil Amazônia
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
SECON	Secretaria Municipal de Economia
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado do Pará
SEP	Secretaria Nacional de Portos
SETRANS-BEL	Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Belém
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. A CIDADE CAPITALISTA (RES)SIGNIFICADA: DA PRODUÇÃO DO DISCURSO À PRODUÇÃO DO ESPAÇO	33
2.1 O discurso e a sua análise	35
2.1.1 A Análise do Discurso enquanto dispositivo teórico.....	35
2.1.2 A Análise do Discurso enquanto instrumental técnico-metodológico.....	43
2.2 O espaço e a sua produção: pressupostos e concepções-chave a partir da obra de Henri Lefebvre.....	49
3. O DISCURSO HEGEMÔNICO: ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E LEGITIMAÇÃO DE CONSENSOS.....	61
3.1 O contexto de surgimento do discurso hegemônico: algumas noções preliminares	63
3.2 A significação da cidade pós-moderna: entre simbolismos e estratégias.....	68
3.3 Os sujeitos do discurso hegemônico	71
3.3.1 Cidades competitivas	76
3.3.2 Cidades inteligentes.....	78
3.3.3 Cidades sustentáveis.....	81
3.3.4 Cidades criativas.....	84
3.4 Os discursos sobre o urbano: convergência para uma mesma formação ideológica	87
4. O DISCURSO HEGEMÔNICO NAS CIDADES: DESLOCANDO SENTIDOS E FORMAS ESPACIAIS.....	93
4.1 Baltimore	95
4.2 Barcelona.....	97
4.3 Rio de Janeiro	100
4.4 Belém	104
5. PROJETO BELÉM PORTO FUTURO E NOVO MERCADO DE SÃO BRÁS: O DISCURSO PRODUZINDO ESPAÇOS.....	116

5.1 Porto Futuro e a banalização do modelo: o discurso político como estratégia de legitimação.....	118
5.1.1 Informações preliminares: análise do contexto histórico-morfológico.....	118
5.1.2 Análise do discurso	123
5.2 Novo Mercado de São Brás, entre silenciamentos e reverberações: o discurso do declínio e a apropriação do patrimônio	140
5.2.1 Informações preliminares: análise do contexto histórico-morfológico.....	140
5.2.2 Análise do discurso	147
5.3 A heterogeneidade nos entremeios do discurso.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS.....	197

INTRODUÇÃO



*Cidade significa duas coisas diferentes - uma um lugar físico, a
outra uma mescladura complexa de percepções,
comportamentos e crenças.*

Richard Sennett, 1988

Esta dissertação foi motivada pela necessidade de investigação de uma dimensão muito específica do espaço urbano: a sua dimensão discursiva. A cidade ganha sentido através das práticas significativas que nela desenvolvem-se e que a tomam como objeto. Desse modo, podemos alegar que a cidade tem seu corpo significativo, que contém diferentes materialidades discursivas: enunciados, música, grafismos, pichações, inserções, leis, *outdoors*, painéis, reportagens, fotografias, rodas de conversa, comércio, seus próprios habitantes e, por fim, toda e qualquer forma produzida no espaço intervém na maneira pela qual significamos o urbano e o social. São formas de discurso urbano.

As diferentes materialidades discursivas apresentam regularidades que devem ser encontradas e compreendidas (LAGAZZI-RODRIGUES, 2003). Partimos, assim, da perspectiva dos discursos que produzem efeitos de sentido que orientam algumas práticas materializadas no espaço urbano. Logo, pensar a cidade em uma perspectiva discursiva envolve considerá-la como espaço privilegiado de produção e de confronto de sentidos. Implica pensar o que ela significa e quais são os sentidos produzidos sobre ela pelos diversos sujeitos que a configuram, ou seja, a espacialização do discurso no urbano. Com efeito, entendemos neste trabalho a categoria “espaço” discursivamente, isto é, como um lugar atravessado pela memória e por um conjunto de gestos de interpretação, em que sujeitos se inscrevem historicamente, tomando sentidos para si e para os outros.

Os sujeitos se constituem como “[...] participantes em vários papéis comunicativos, sociais ou institucionais, assim como suas representações mentais: metas, conhecimento, opiniões, atitudes e ideologias [...]” (VAN DIJK, 2008, p. 119-120). Os sujeitos se confrontam em relações de poder, reproduzidas através de disputas retóricas nas mais variadas formas. Os objetos de estudo desta pesquisa são, portanto, os discursos que se impõem sobre a produção do espaço urbano, observando como, por que, quando e por quem eles são emitidos, além de suas representações e de seus sentidos mais frequentes.

Nesse ponto, é importante salientar que, segundo Van Dijk (2008), o discurso não é um objeto autônomo que se define exclusivamente por textos orais e escritos. Seus enunciados dependem do contexto, do tempo, do espaço e das ações em curso dos sujeitos participantes do processo comunicativo. Deste modo, para o referido autor, estratégias discursivas produzem efeitos diversos a partir do momento em que são formuladas como processos de dominação, de subjetivação e de construção de realidades.

Destarte, para compreender as condições de produção dos discursos, é necessário recorrer à história, uma vez que estes são frutos de um contexto sócio-histórico. Desse modo,

a delimitação temporal empregada neste trabalho, para melhor compreender as condições de produção discursivas sobre o urbano que aqui são foco, tem início na década de 1960 e segue nos dias atuais. Optou-se por este recorte temporal por ser o período no qual se empreendem reestruturações do poder e da economia em escala mundial, nas quais o urbano passou a atravessar intensas transformações, provocadas, sobretudo, pelo capital financeiro em confluência com o Estado, perpassando os campos político e cultural. Diversos autores, nas últimas décadas, designam esse fenômeno como era **pós-moderna**, **pós-industrial** ou **pós-fordista**. Tal cenário cria produtos discursivos que reverberam hodiernamente.

Vários são os estudos, as teorias e os autores que tratam da questão urbana neste período determinado. É incipiente, no entanto, o enfoque dado à dimensão discursiva nos estudos sobre as cidades. Abordagens que se aproximam desse diálogo, ao confluírem na produção de sentidos e no tratamento do espaço citadino em sua dimensão simbólica, em suas variadas formas de apreensão, podem ser vislumbradas nos estudos de variados autores e campos disciplinares, como: David Harvey (1989, 2005, 2012), Henri Lefebvre (1968, 1970, 1974), Manuel Castells (1972, 1996), Fredric Jameson (1989, 2001), Richard Sennet (1977, 2018), Saskia Sassen (1991, 1994) e Sharon Zukin (1988, 1993).

No âmbito da produção científica brasileira, leva-se em conta a interdisciplinaridade que tem caracterizado os estudos urbanos na contemporaneidade. Para isso, vários campos disciplinares – Planejamento Urbano, Arquitetura e Urbanismo, Comunicação, Geografia, Sociologia – se entrecruzam na tentativa de melhor explicar as transformações que perpassam o urbano, em suas dimensões diversas, tendo em vista a mais recente dinâmica de acumulação capitalista, sob a égide do processo de globalização. Podemos citar, nesse sentido, as valiosas contribuições de Ermínia Maricato (2000, 2015), Fernanda Sánchez (2003), Carlos Vainer (2000), Otilia Arantes (1998, 2000), Milton Santos (1993, 1994, 2000), Ana Fani Carlos (2011, 2015), entre outros.

Adentrando no campo da linguística, mais precisamente, da Análise do Discurso (AD), em sua vertente francesa, Michel Pêcheux (1997, 2009) é o pensador mais relevante na construção teórico-metodológica desta dissertação, com suas teorias de “formação discursiva”, de “formação ideológica” e de “interdiscursividade”. Serão considerados, também, noções e conceitos de outros teóricos franceses da AD, como Dominique Maingueneau (2008), Jean-Jacques Courtine (2009) e Jacqueline Authier-Revuz (2004), assim como os estudos e as interpretações de Eni Orlandi (1996, 2001, 2007, 2017) e de Maria do Rosário Gregolin

(1995, 2005, 2011), grandes expoentes da análise do discurso dentro do cenário científico brasileiro.

Maria do Rosário Gregolin é livre-docente em AD pela UNESP de Araraquara. Como analista do discurso, a contribuição de Gregolin com temas como discurso, sujeito, história e memória, principalmente nos campos da mídia e da produção de identidades, serve de referência para a composição deste trabalho. Já Eni Orlandi é reconhecidamente a maior especialista em análise do discurso no Brasil com suporte pecheutiano, contando com vasta produção científica na área. Atualmente, coordena o Laboratório de Estudos Urbanos (LABEORB) da Universidade de Campinas (UNICAMP), o núcleo de pesquisa multidisciplinar e um centro de referência quanto aos estudos da cidade, analisada na perspectiva da linguagem, através de estudos e de pesquisas discursivas que relacionam o sujeito, a linguagem e a História.

Os estudos empreendidos por esse laboratório têm um papel fundamental na construção deste projeto de qualificação, por serem precursores na introdução de uma nova área de conhecimento, que é chamada de Saber Urbano e Linguagem. Esta área de conhecimento, por sua vez, faz-se por meio da metodologia discursiva, que analisa os movimentos políticos, sociais e econômicos; o planejamento, a administração e a organização do espaço urbano pelo Estado; as práticas de memória, a cultura e a arte; a linguagem urbana e a escrita; a mídia e a computação; assim como as relações do dia a dia na realidade brasileira. Essa forma de conhecimento – Saber Urbano e Linguagem – é sustentada pela análise de discurso, que dá a especificidade dos estudos e das pesquisas desenvolvidas no laboratório (LABEORB, 2020).

Entre as publicações realizadas pelo laboratório, destaca-se a revista RUA, publicação interdisciplinar que reúne artigos acadêmicos, produções artísticas e resenhas de obras sobre o espaço urbano, concebido como espaço de significação, propiciando um diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Os artigos da revista RUA são de valioso subsídio para a construção de um arcabouço teórico, para responder às questões-problema colocadas, uma vez que convergem para o tratamento de práticas da cidade, a partir das dimensões do simbólico e do político em uma relação entre o saber urbano e a linguagem.

No âmbito da produção científica na Amazônia, destaca-se o trabalho da professora Ivânia Neves (2015), professora do Instituto de Letras e Comunicação (ILC) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL). Neves conduz diversos projetos de pesquisa, por meio dos quais investiga os

processos de interação, envolvendo os povos indígenas na formação das cidades amazônicas e a autorrepresentação indígena, suas análises em relação aos produtos da mídia, e suas narrativas, em relação à criação das cidades na região amazônica.

Neves também foi organizadora, juntamente com Gregolin, do dossiê *Os estudos da linguagem: as cidades, seus acontecimentos e seus enunciados* (MOARA, 2015), cuja proposta era promover, a partir dos estudos do discurso, um grande debate sobre a produção de sentidos e sobre a pluralidade étnica nas cidades brasileiras. Os artigos publicados nesse dossiê também contribuíram para a formulação deste trabalho, sobretudo, por retratarem a realidade regional e, especificamente, o tratamento discursivo dado a processos na cidade de Belém. Não nos privamos, também, da valiosa contribuição de autores de diferentes campos disciplinares – Geografia, História, Arquitetura, Urbanismo etc. –, que estudam as dimensões físicas e simbólicas (derivadas de processos discursivos e, também, não discursivos) incutidas neste espaço urbano amazônico, como Trindade Júnior (2005, 2006, 2010, 2013), Amaral (2005, 2006), Ximenes (2004, 2007), Malheiros (2009), Castro (2012, 2015) e Cardoso (2016, 2017).

Discursos acerca do urbano contêm enunciados que se estruturam como saberes especializados, legitimando teorias que findam em programas e em projetos de intervenção material na cidade. Entre esses saberes especializados encontram-se os campos da Arquitetura e do Urbanismo, os dos Planejamentos Urbano e Regional, o do Direito e o da Comunicação. Tomando-se o campo do Planejamento Urbano, as tendências hegemônicas da recente dinâmica de acumulação, sob a égide do atual processo de globalização, são a leitura e a construção de sentidos e de representações das cidades a partir de poucos centros situados nos países de capitalismo avançado, que vinculam o urbano ao crescimento/desenvolvimento econômico.

Ao analisar textos urbanísticos, Pfeiffer (2001) observa que, de meados do século XIX em diante, ocorre uma polêmica entre um modo de construir baseado no que chama de “espontaneidade de sentimentos” e entre um modo baseado em uma “teoria racional”. No entanto, a autora afirma que ambas as posições compartilham do efeito de pressupor uma cidade já pronta e um sujeito já pronto para ocupá-la: “Falo do caráter disciplinador do urbanismo: é um sujeito que deve se adequar a uma cidade” (PFEIFFER, 2001, p. 30). Forma-se, então, um paradigma, que é de fundamental compreensão para este trabalho, qual seja: a língua cívica/cidade cívica, ao lado do Estado, versus aquilo que é disperso, aquilo que é cultural, e, nesta linha enunciativa, aquilo que não é civilizado.

Importante ressaltar, também, a diferenciação que Orlandi (2001) efetua entre **ordem** e **organização**, palavras usadas como sinônimos em discursos urbanísticos. Ordem é indicativo da existência da cidade material, enquanto espaço que demanda sentido, ao passo que organização são as medidas técnicas e administrativas utilizadas por administradores urbanos para coordenar, sistematizar, regular e gerir o espaço. O discurso urbanista se utiliza da organização para reduzir a ordem da cidade (o real incontível) a uma forma predeterminada idealizada, que dissemina um imaginário de cidade normativo e que se dilui em senso comum.

Assim, a autora parte da ideia de que há uma sobreposição do discurso urbanístico-desenvolvimentista – que faz parte do senso comum e que produz uma ideologia que homogeneiza o modo de significar a cidade, que produz consensos e apaga a diversidade sobre o real da cidade. Para a autora, este discurso também toma, indiscriminadamente, formas jurídicas e políticas no discurso administrativo-estatal. Trabalhar com uma língua, com um sujeito e com uma cidade uniformes implica, necessariamente, apagar outros sujeitos, outras línguas e outras cidades, que permanecem na invisibilidade de suas formas (ORLANDI, 2001). A nosso ver, faz-se mister propiciar condições para que diferentes (e conflitantes) sentidos signifiquem, compreendendo suas formulações e suas filiações.

Dentro desse contexto, temos também os discursos concebidos no planejamento estratégico de cidades, que apresenta formas diferenciadas de pensar, de planejar e de gerir o espaço urbano. No cerne do discurso propagado pelo planejamento estratégico – com a utilização de enunciados como “sinergias”, “competitividade”, “parcerias”, “sustentabilidade”, “cidadania”, “eficiência” –, através dos sujeitos políticos, das instituições e da mídia, está um fato incontestável: a cidade é uma mercadoria. Não somente em sua estrutura física, mas, talvez ainda mais importante, em sua composição simbólica, é um produto que, para se desenvolver economicamente dentro de situações de crise fiscal do Estado e de acirramento da competição entre lugares, precisa ser vendida, atraindo capital e pessoas.

Como mercadoria especial, envolve estratégias especiais de promoção: são produzidas representações que obedecem a uma determinada visão de mundo, são construídas imagens-síntese sobre a cidade e são criados discursos referentes à cidade, encontrando na mídia e nas políticas de *city marketing* importantes instrumentos de difusão e afirmação. As representações do espaço e, baseadas nelas, as imagens síntese e os discursos sobre as cidades, fazem parte, pela mediação do político, dos processos de intervenção espacial para renovação urbana. (SÁNCHEZ, 2001, p. 33)

Em tais processos de intervenção espacial para renovação urbana é que convergem os discursos do planejamento urbano e da arquitetura e urbanismo, muito caros ao autor deste trabalho. O papel dos profissionais da arquitetura e urbanismo se mostra determinante na construção de novos significados, sentidos e representações sobre o espaço citadino. Essas construções tendem a ser descaradamente orientadas pelo mercado, que atua sobremaneira como um dos sujeitos emissores primários de discursos que controlam a produção do espaço urbano na atualidade.

Hoje, as políticas urbanas tomam muito mais cuidado para criar imagens positivas e de alta qualidade das cidades, procurando arquiteturas e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade. Para Harvey (2000), é função dos arquitetos e dos urbanistas o estabelecimento de determinadas imagens da cidade, através da renovação de espaços urbanos, que, em seus projetos, adquirem tons espetaculares e modernizadores. Segundo o autor, os profissionais da arquitetura estão muito preocupados com “marcas de status”, assim como com o conforto e com o domínio estético, fatores que nos ajudam a compreender o atual fascínio pelo embelezamento, pela ornamentação e pela decoração como códigos e símbolos de distinção social.

As emissões de sentidos e de representações de projetos urbanos, sobretudo os chamados “projetos de requalificação urbana”¹, são também foco deste trabalho. Na luta simbólica travada pelos sujeitos discursivos de domínio do espaço urbano, através de uma materialização modernizadora e espetaculosa de lugares – que podem assumir as formas de praças, de monumentos, de edifícios etc., para atrair investimentos, eventos e turistas –, tais projetos assumem um papel central. Ao produzir um objeto material na cidade, produz-se, também a maneira pela qual este será consumido, através das práticas ideológicas, as quais o caracterizam sob formas de discurso e de imagem (LEFEBVRE, 2000). A partir destas formas idealiza-se uma imagem de cidade a ser consumida que é seletiva e parcial, coadunada com os interesses (muitas vezes, implícitos) dos sujeitos discursivos hegemônicos.

Seguindo esta lógica de atribuição de sentidos, os discursos se impõem sobre: I) o campo do planejamento urbano, a partir da formação de parcerias entre os setores público e privado, da implementação de novos instrumentos e de instituições, voltados ao governo urbano, da desregulamentação e/ou flexibilização do aparato legal da cidade e da redução da

¹ Corresponde a uma prática de planejamento ou de proteção urbanística de equipamentos e de infraestrutura, expostos à degradação e à obsolescência funcionais. Refere-se a operações dirigidas a espaços não residenciais, as quais apostam em fomentar, nesses espaços, novas atividades, mais adaptadas aos contextos urbanos contemporâneos. Dirige-se mais aos espaços públicos, ou, nas operações urbanas de larga escala, à reconversão funcional de um dado espaço (PEIXOTO, 2009).

escala de intervenção/gestão urbana; e II) os campos da Arquitetura e do Urbanismo, por meio de processos materiais, mas também simbólicos, de grande impacto no espaço construído das cidades, por meio de intervenções projetuais arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas, que, por sua vez, concebem formas que atendem a essa retórica. Tais projetos e planos utilizam o espaço construído como uma alegoria para o qual convergem os discursos dominantes propagados pelos centros de poder da paisagem urbana. Entre as intervenções mais comuns, encontram-se as que se comprometem em “revitalizar”, “requalificar” e/ou “reabilitar” áreas degradadas das cidades ou edifícios com importância histórica.

A motivação deste trabalho contempla, também, a investigação dos processos que deslocam discursos geradores de sentidos de realidades tão distantes, e o emprego desses discursos (latentes e explícitos) na materialização do espaço construído (mas, também, nas formas subjetivas e simbólicas nas quais esses espaços são apreendidos) de países subdesenvolvidos, particularmente no Brasil, tomando, como referência, projetos urbanos situados em Belém (PA).

Na capital paraense, a referência empírica de estudo será delimitada por dois projetos atuais de requalificações urbana e patrimonial em execução na cidade, quais sejam: Projeto Belém Porto Futuro e Programa Desenvolve Belém. Ambos são bastante significativos em representações, simbologias e discursos geradores de sentidos, que se impõem tanto nos dispositivos e nas práticas de planejamento urbano quanto na materialização da forma arquitetônica. No âmbito do Projeto Belém Porto Futuro, o lócus escolhido para análise será o Parque Futuro, primeira etapa do projeto, e, no âmbito do Programa Desenvolve Belém, será o Novo Mercado de São Brás.

Lançado em abril de 2016, o projeto de requalificação da região portuária de Belém, intitulado *Projeto Belém Porto Futuro*, idealizado pelo então Ministro da Integração Nacional Helder Barbalho, do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apresenta como proposta a transformação da área não operacional do porto de Belém (que contém galpões de armazenamento e áreas retroportuárias) em polo de desenvolvimento, por meio da recuperação da infraestrutura, da atração de investimentos, da oferta de serviços e da geração de emprego e de renda, contando com investimentos públicos e privados. A proposta sustenta, ainda, a intenção de promover a integração do porto com a cidade, usando, como referências, outras iniciativas de requalificação de mesma natureza, como o Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, e o projeto Puerto Madero, em Buenos Aires (BRASIL, 2016). O lócus escolhido para análise

é o Parque Futuro, primeira etapa, já concluída, do projeto. A Figura 1 mostra o polígono de intervenção do Projeto Belém Porto Futuro na orla da região central de Belém.

De outro lado, o Programa Desenvolve Belém, iniciativa da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), por meio da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), em parceria com o Fórum das Entidades Empresariais do Estado do Pará, é constituído de oportunidades de negócios e de investimentos em forma de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, cujos objetivos são o desenvolvimento sustentável nas dimensões social, ambiental, financeira, legal e urbanística, a geração de emprego e de renda e uma melhor utilização dos espaços públicos da cidade. No programa, está incluído, entre outros, o projeto para o Novo Mercado de São Brás, que será requalificado em parceria com a iniciativa privada, e que passará por um reordenamento de seus permissionários, contando ainda com espaço para gastronomia e com sala de eventos (MESQUITA, 2018). A Figura 2 mostra o polígono de intervenção do projeto Novo Mercado de São Brás no espaço urbano de Belém.

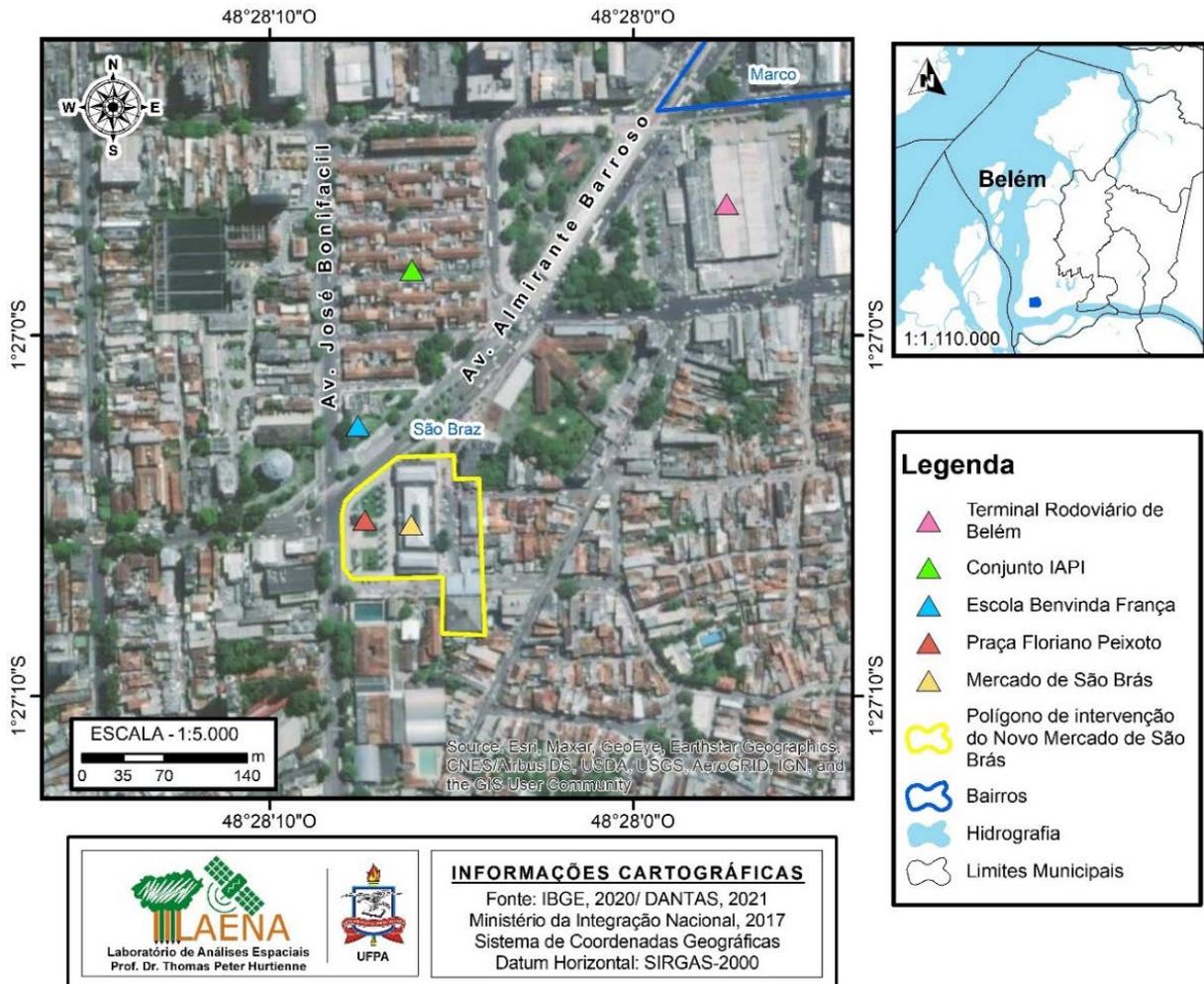
Ambos os projetos seguem modelos importados em seus arranjos políticos e arquitetônicos, cujas significações são carregadas de simbolismos e de discursos altamente retóricos sobre uma agenda urbana comandada por sujeitos e estruturas nem sempre explícitos. Daí a importância do emprego de um método como o da AD para confrontar o lugar em que esses sentidos fazem sentido, nos quais o simbólico e o subjetivo se articulam ao político na configuração de sentidos para/na cidade de Belém, procurando desvendar o seu real.

Figura 1- Mapa do polígono de intervenção do *Projeto Belém Porto Futuro*



Fonte: elaborado por LAENA/NAEA/UFPA (2021)

Figura 2- Mapa do polígono de intervenção do projeto *Novo Mercado de São Brás*



Fonte: elaborado por LAENA/NAEA/UFPA (2021)

Dessa forma, a questão-problema central a ser respondida no âmbito desta dissertação é: quais estratégias discursivas se impõem aos campos simbólicos e materiais nos projetos de requalificação urbana Belém Porto Futuro e Desenvolve Belém?

Para auxiliar no encontro de uma resposta satisfatória, colocam-se como questões-problema secundárias:

- a) Quais estratégias discursivas se impõem sobre as políticas e sobre as práticas de planejamento urbano e de intervenção arquitetônica nos projetos em questão?
- b) Quais são as recorrências e as dispersões, no âmbito discursivo, entre as intervenções atuais e os projetos anteriores e semelhantes na cidade de Belém?
- c) Há discursos que relevam sentidos outros, conflitantes e divergentes, ao modelo hegemônico instituído?

É com base nessas questões que nos propomos a dar conta da evidenciação dos sentidos latentes e explícitos que múltiplos discursos impõem à produção do espaço urbano em Belém, uma metrópole incrustada na maior floresta tropical do mundo, caracterizada por culturas, modos de vida e geografias singulares, mas que não se encontra livre das reverberações de discursos hegemônicos que ditam como a cidade deve ser produzida, apreendida, significada e, seguindo a lógica do modelo instaurado, consumida.

Diante da problemática exposta, o objetivo central deste trabalho é de analisar criticamente as estratégias discursivas que embasam as produções material e simbólica do espaço nos âmbitos do Projeto Belém Porto Futuro e do Programa Desenvolve Belém. Os objetivos específicos da pesquisa, que ajudarão a responder às problemáticas colocadas anteriormente, são:

- a) Identificar, caracterizar e analisar as estratégias discursivas e os seus sujeitos enunciadore, que atuam na prática de planejamento urbano e na intervenção arquitetônica nos projetos Parque Futuro e Novo Mercado de São Brás;
- b) Identificar as recorrências e as dispersões, no âmbito discursivo dos sujeitos envolvidos, entre as intervenções acima mencionadas e projetos anteriores na cidade de Belém-PA
- c) Evidenciar discursos, sujeitos e enunciados, que geram sentidos destoantes e imagens e representações outras, no que tange à produção do espaço urbano em Belém.

Trabalhamos com algumas hipóteses, que, desde já, nos auxiliam a alcançar os objetivos e a responder às questões colocadas, as quais esperamos comprovar, ao fim deste

trabalho. O argumento principal da hipótese levantada é a de que discursos hegemônicos reverberam, através de deslocamentos de sentidos, e orientam as concepções de planejamento urbano e a produção material de formas arquitetônicas na cidade de Belém (PA). Estes discursos instauram uma lógica “mercadófila” e competitiva, que pretende instaurar modelos de crescimento econômico e de desenvolvimento urbano conservadores, que se baseiam, sobretudo, nas requalificações urbanística, arquitetônica e paisagística de lugares, visando tanto ao crescimento econômico da cidade como a sua projeção turística em um cenário globalizado.

Os argumentos complementares, que ajudarão a comprovar a hipótese levantada, são:

- a) os discursos que norteiam as estratégias materiais e simbólicas de intervenção arquitetônica, urbanística e paisagística nos projetos Parque Futuro e Novo Mercado de São Brás têm como objetivo a criação de subjetividades contrárias à democratização e à politização dos espaços públicos em Belém;
- b) discurso, ideologia e *marketing* se mesclam na disputa política de obras emblemáticas na área central de Belém a partir dos anos 2000, em um processo com tendência a se intensificar, não obstante as críticas feitas anteriormente;
- c) criatividade, cultura e identidade regionais tendem a ser elementos, que, nos projetos analisados, são convertidos em simulacros que privilegiam à criação de cenários modernos e genéricos.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, convém introduzir uma importante informação para os rumos desta dissertação: a Análise do Discurso que aqui empreenderemos é um campo de estudos que não dispõe de uma metodologia pronta. Destarte, todos os elementos que constituem o alicerce teórico, apresentado nos dois primeiros capítulos deste trabalho, balizarão também o instrumental metodológico de investigação da análise, que será realizada no terceiro e no quarto capítulos. Portanto, pode-se afirmar que, em AD, teoria e metodologia são inseparáveis, trabalhando juntas em um “ir e vir” entre descrição e interpretação do material sob análise (ORLANDI, 2007).

A AD trabalha com os limites da interpretação como fator determinante nos processos de significação. Não há a procura dos sentidos “verdadeiros” dos textos, mas há, sim, a construção de um método, a construção de um dispositivo teórico, que ajudará o analista a interpretar. A partir das questões formuladas anteriormente, há as exigências da apreensão do material de análise e da mobilização de conceitos indispensáveis a esta, por isso se pode

afirmar que uma análise não é igual a outra, pois diferentes análises mobilizam diferentes conceitos, para responder a diferentes perguntas, e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais (ORLANDI, 2007).

Consequentemente, existe uma distinção entre o dispositivo teórico da interpretação e o dispositivo analítico construído a cada análise. O dispositivo teórico inclui o dispositivo analítico, porém este deve ser “individualizado” pelo autor a cada análise específica, dependendo das perguntas a serem respondidas e do material a ser analisado.

Nesta dissertação, nossa prática de leitura, nosso trabalho de interpretação, tem a forma de um dispositivo teórico que encampa a própria teoria da Análise do Discurso, enquanto teoria de base, assim como o materialismo histórico e dialético, enquanto método de interpretação dos dados, e as noções e os conceitos de Henri Lefebvre (2000, 2001, 2006, 2008) acerca da produção do espaço, enquanto teorias de apoio. Todos esses elementos serão devidamente pormenorizados no capítulo 1 deste trabalho, que tem como título *A cidade capitalista (re)significada: da produção do discurso à produção do espaço*.

Intitulado *O discurso hegemônico: elaboração de estratégias e legitimação de sentidos*, o segundo capítulo apresenta um vultoso amálgama de discursos, que tem como objetos o urbano e a produção de sentidos e de espaços nas cidades (sobretudo a partir de projetos de requalificação urbana), de forma mais abrangente, em contextos global e hegemônico, atentando-se, especialmente, às condições de produção desses discursos (observando, portanto, os contextos sócio-histórico, cultural e político dessa produção), aos seus sujeitos enunciadoreis e à ideologia que os interpela.

O capítulo seguinte tem como objetivo analisar como ocorrem esses deslocamentos de sentidos e de formas espaciais do discurso hegemônico, tomando, como exemplos, as experiências de Baltimore e de Barcelona, chegando, por fim, às experiências em países de capitalismo periférico, com os exemplos do Rio de Janeiro e de Belém. O argumento a ser sustentando neste capítulo, denominado *O discurso hegemônico nas cidades: deslocando sentidos e formas espaciais*, é o de que o corpo significativo das cidades, através de diferentes intervenções de requalificação urbana, assim como suas representações imagético-simbólicas e seus procedimentos de planejamento e de gestão, atingiram um patamar homogeneizante nunca visto. Esta percepção atinge de maneira drástica (e, por que não dizer, agressiva) as cidades dos países periféricos.

Por fim, adentrando no âmbito local, no quarto capítulo, nominado *Porto Futuro e Novo Mercado de São Brás: o discurso produzindo espaços*, já tendo feito a leitura de todos

os componentes incluídos em nosso dispositivo teórico, chegamos aos elementos empíricos de análise, os projetos urbanos em execução na cidade de Belém: Projeto Belém Porto Futuro e Novo Mercado de São Brás.

Dispondo de um dispositivo analítico que esperamos construir de forma coesa e competente, analisaremos os mais diversos materiais para efetuar uma descrição e uma interpretação fundamentadas dos discursos que embasam a implementação de tais intervenções na capital paraense, sempre observando que discursos não são indícios que nos levam a verdades inquestionáveis, mas que detêm o poder de criar realidades e verdades que são condicionadas por contextos históricos.

A CIDADE CAPITALISTA (RE)SIGNIFICADA: DA PRODUÇÃO DO DISCURSO À PRODUÇÃO DO ESPAÇO



Como todas as instituições, o discurso e a linguagem são polivalentes: eles veiculam necessidades e desejos, poética e ideologia, símbolos e conceitos, mitos e verdades, mas também condições de poder (estatal), os seus símbolos e as suas palavras-chaves. Contribuem, portanto, para reproduzir as relações de produção.

Henri Lefebvre, 1978

Não podemos nos furtar, neste ponto da dissertação, de uma minuciosa construção teórico-metodológica fundante dos alicerces do dispositivo analítico que será de fundamental importância na análise dos processos discursivos empreendida nos capítulos seguintes. Nossos objetivos neste primeiro capítulo, são, portanto: i) compreender como se constituem o discurso e os processos que levam à sua formulação; ii) apresentar a vertente da Análise do Discurso que será empreendida na dissertação, assim como seus pensadores e seus procedimentos teórico-metodológicos; e iii) assimilar as representações, as subjetividades e os sujeitos sociais envolvidos na produção do espaço urbano desde a década de 60 do século XX.

Nesse momento, muitas das afirmações feitas na introdução deste trabalho precisam ser reiteradas: nosso principal objeto de estudo são os discursos relativos ao urbano. Por esse motivo, a análise aqui empreendida não é apenas uma técnica de investigação metodológica, mas constitui um dispositivo instrumental teórico-empírico essencial no campo epistemológico no qual esta dissertação está assentada.

Desse modo, colocamos o leitor a par do seguinte: a Análise do Discurso aqui empreendida é técnica de investigação – dispositivo analítico, instrumental técnico-empírico –, ao mesmo tempo em que é dispositivo teórico – teoria-base do instrumental teórico-empírico. Composto este último, não podemos prescindir da ajuda das teorias, conceitos e definições do sociólogo francês Henri Lefebvre acerca da produção do espaço urbano, em especial de sua Teoria da Produção Social do Espaço, de forma a considerar o peso da vida social em suas múltiplas dimensões (inclusive a discursiva), na dinâmica urbana.

Assim, podemos afirmar, desde já, que o desafio colocado diante de nós é o de conciliar, em um diálogo crítico, a obra de Lefebvre e a Análise do Discurso enquanto instrumento teórico-metodológico, para que possamos fundamentar nossa pesquisa sobre os discursos que embasam os projetos urbanos atualmente em execução na cidade de Belém. Conseqüentemente, como já mencionado, nosso estudo perpassará variados campos disciplinares, como os da Linguística e da própria Análise do Discurso, além dos da Arquitetura, do Urbanismo, da Sociologia, da Comunicação Social etc., no esforço de buscar referências cujos autores se fundamentam no materialismo histórico e dialético enquanto método de interpretação, e no emprego de noções, teorias e conceitos em perspectiva neomarxista – sobretudo no que se refere ao urbano e à produção do espaço.

Todos esses elementos – a natureza dos materiais analisados, as questões colocadas, as diferentes teorias dos distintos campos disciplinares – constituirão o dispositivo analítico, que, por sua vez, faz parte do dispositivo teórico de interpretação, construído pelo autor deste

trabalho. Este capítulo, portanto, estrutura-se em duas seções: a primeira apresenta os conceitos e os procedimentos teórico-metodológicos próprios da vertente da Análise do Discurso empreendida na dissertação, assim como os seus principais autores e campos de estudos associados; e a segunda revela a importância do discurso, enquanto aparato simbólico que atua no espaço, significando-o, produzindo objetos e formas materiais sobre ele e interpelando ideologicamente diferentes sujeitos cujos interesses são de apropriá-lo.

2.1 O DISCURSO E A SUA ANÁLISE

2.1.1 A Análise do Discurso enquanto dispositivo teórico

Como já mencionamos, Análise do Discurso é o nome dado a uma variedade de múltiplos enfoques no estudo de relações de efeitos de sentido entre interlocutores na linguagem, desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e de diversos tratamentos em diferentes disciplinas, sendo que estas perspectivas partilham da rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir ou descrever o mundo, e da convicção da importância central do discurso na construção da vida social.

Nesta dissertação, trabalharemos teórica e metodologicamente com as teorias, noções e procedimentos de grandes pensadores da AD em sua vertente francesa. Narzetti (2012) assinala que, de maneira geral, a AD francesa se apresentava dividida entre as tendências ou linhas de análise do discurso desenvolvidas em torno dos trabalhos de Jean Dubois, de Michel Pêcheux e de Michel Foucault. Neste trabalho, por motivos de coesão teórico-metodológica, discutiremos apenas a linha analítica de Michel Pêcheux.

Historicamente, a análise do discurso fundada por Michel Pêcheux se dá nos anos 1960. Filiada teoricamente aos movimentos de ideias sobre o sujeito, sobre a ideologia e sobre a língua, para Orlandi (2017), ela marca a sua singularidade por pensar a relação da ideologia com a língua, afastando a metafísica, trazendo para a reflexão o materialismo, e não sucumbindo ao positivismo da ciência da linguagem estruturalista de inspiração saussuriana².

² Ferdinand de Saussure foi o grande expoente do estruturalismo no campo da linguística, sobretudo, em sua obra *Curso de Linguística Geral* (1916). Nesta obra, Saussure, à luz do pensamento positivista, com o intuito de buscar uma ciência “pura” e autônoma, almeja a homogeneidade, a unidade, a regularidade e a objetividade, delimitando o objeto de estudos do linguista, que deveria ser apenas a língua em si, considerado o discurso um

Pós-estruturalista, beneficia-se do não conteudismo – seja do sentido, seja do sujeito como origem. Nem formalista, nem funcionalista, a AD pecheutiana se configura como materialista, rompendo com a noção de língua enquanto sistema ou estrutura (ORLANDI, 2017).

Ao nos remeter à importância dos elementos externos à língua, como, por exemplo, o contexto sócio-histórico e a sociedade de classes, Pêcheux reconhece a semântica como ponto nodal de contradições, estando relacionado à filosofia por meio do materialismo histórico marxista. Esta dissertação, por ter a Análise do Discurso materialista de Pêcheux como principal dispositivo teórico-analítico e como técnica de investigação, adota como abordagem teórico-metodológica o materialismo histórico e dialético. O campo de estudo a ele relacionado oferece ferramentas conceituais para a análise de múltiplos acontecimentos discursivos, na medida em que toma, como objetos de estudo, a produção de efeitos de sentido realizada por sujeitos sociais que usam a materialidade da linguagem e que estão inseridos na História.

Segundo Lefebvre (1961), o método marxista nos fornece um guia, uma estrutura geral, uma orientação para a razão no conhecimento de cada realidade. Para o autor é necessário descobrir as contradições de cada realidade, seu próprio movimento (interno), sua qualidade e suas transformações abruptas. A forma (lógica) do método deve, portanto, estar subordinada ao conteúdo, ao objeto e ao sujeito estudados, permitindo, ao capturar a forma mais geral dessa realidade, abordar efetivamente seu estudo, nunca substituindo a investigação científica por uma construção abstrata. Mesmo que a exposição dos resultados obtidos tenha o aspecto de uma reconstrução do objeto, isso nada mais é do que uma aparência, pois “[...] *no hay construcción o reconstrucción ficticia, sino encadenamiento de los resultados de la investigación y del análisis a fin de reconstituir en su conjunto el movimiento (la historia) del objeto estudiado [...].*” (LEFEBVRE, 1961, p. 9).

Em linhas gerais, tal abordagem constituiu-se de uma perspectiva metodológica, que:

[...] busca um procedimento racional que opere um “descortinamento”, desvelando a realidade que é opaca, pois, ainda que seja real é falsa. Seu “objeto” de investigação só é “encontrado” por intermédio da mediação histórica, pelos conceitos que o sujeito da pesquisa traz consigo. Portanto, o método científico marxista procura sair do imediatismo para uma compreensão mediada da realidade, buscando uma apreensão do “real” que vai do simples ao complexo, da parte ao todo, singular ao universal, do abstrato ao concreto e da aparência à essência das coisas. (SOBRAL, 2012, p. 15)

elemento interno à língua, eliminando-se os elementos externos da enunciação, tais como o sujeito, a história, o contexto comunicativo, a ideologia, entre outros (FERNANDES; VINHAS, 2019).

Segundo Giordani (2011), historicamente, a materialidade da vida social do sujeito humano foi intermediada pela constituição do pensamento, da linguagem e da aptidão em produzir conhecimento. Consciência e ideia são, portanto, construções determinadas socialmente através do materialismo histórico. Perante a abordagem marxista, há o estabelecimento de que a consciência social (ou seja, ideias políticas, jurídicas, filosóficas, estéticas, religiosas etc.) não independe de um contexto histórico. “A partir disso, pode-se considerar que, para os filósofos materialistas, a linguagem é reflexo da realidade, logo ela cristaliza e reflete as práticas sociais [...]” (GIORDANI, 2011, p. 9).

A dialética, por sua vez, é a investigação, através da contraposição de elementos conflitantes e a compreensão do papel desses elementos em um fenômeno. O pesquisador deve confrontar qualquer conceito tomado como “verdade” com outras realidades e com outras teorias, para se obter uma nova conclusão, uma nova teoria. Assim, a dialética não analisa o objeto estático, mas contextualiza o objeto de estudo nas dinâmicas histórica, cultural e social (THALHEIMER, 1979). A dialética materialista utiliza do pensamento dialético como método de análise da realidade, utilizando a própria realidade como argumento. O materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, aos fenômenos da vida da sociedade, ao estudo desta e de sua história (THALHEIMER, 1979).

Deste modo, para Brito (2012), a AD pecheutiana constitui uma disciplina de confluência, uma vez que se inscreve em um lugar em que se juntam três regiões de conhecimentos: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso. Está-se diante de um delineamento que reside na investigação da materialidade e da historicidade dos enunciados, ou seja, que não sacrifica nem o aspecto linguístico do discurso nem seu aspecto histórico.

Portanto, a Análise do Discurso de Pêcheux tem como objetivos: i) investigar a existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas, regradas por aparelhos ideológicos; ii) investigar o modo material, pelo qual a memória discursiva irrompe na atualidade do acontecimento; e iii) entender o processo de constituição de um sujeito falante em sujeito ideológico do seu discurso (BRITO, 2012).

Podemos afirmar, portanto, que discurso é um constructo social exterior à língua, porém necessita desta para ter uma existência material. O analista do discurso não leva em consideração somente a língua, os textos ou as falas, mas, também, as motivações e as situações que levam esses objetos a terem aspectos sociais e ideológicos impregnados de

sentidos. Deste modo, Orlandi (2007) conceitua discurso como um processo que, alicerçado em relações de linguagem, atua na produção de efeitos de sentidos entre interlocutores:

[...] desse modo, diremos que [o discurso] não se trata da transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela História, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (ORLANDI, 2007, p. 21, inserção nossa)

Segundo Gregolin (1995), a AD possibilita o entendimento do processo de produção de sentidos, ou seja, dos efeitos de sentido; efeitos estes que partem da enunciação. Os efeitos de sentido se assentam na relação entre os interlocutores no ato comunicativo (escrito, oral etc.), de acordo com as condições sociais nas quais os sujeitos estão inseridos. Enunciação seria, então, o processo que resulta no enunciado (produto). Para a autora, o enunciado deixa vestígios que ajudam a reconstruir a enunciação (os valores sobre os quais se assenta o texto), portanto, “[...] analisar o discurso é, por isso, determinar as condições de produção do texto [...]” (GREGOLIN, 1995, p. 19).

De um ponto de vista abrangente, tais condições de produção se apresentam neste trabalho a partir do contexto sócio-histórico que abarca as condições de produção material e simbólica que o sistema capitalista introduz no espaço urbano, nas últimas décadas, a partir de um discurso hegemônico. Essas condições serão melhor detalhadas no tópico 2.2 deste capítulo, assim como no capítulo que segue. Por ora, nos debruçaremos sobre os conceitos, noções e teorias que estão incluídas no nosso dispositivo teórico – e, por isso mesmo, também, no dispositivo analítico, o qual apresentaremos posteriormente – da Análise do Discurso que efetuiremos na dissertação. Além das noções-chave de Pêcheux (como formação discursiva, formação ideológica e interdiscurso), trabalharemos com outros conceitos de autores da AD francesa que dialogam com nosso referencial, entre eles, Dominique Maingueneau, Jean-Jacques Courtine e Jacqueline Authier-Revuz.

2.1.1.1 Formação discursiva

Formação Discursiva (FD) é uma categorização fundamental no campo dos estudos do discurso. Sua teorização aparece primeiro na fase arqueológica foucaultiana³. Paralelamente,

³ A teorização do conceito de FD em Foucault tem, como norte, a constituição de uma história dos saberes, sendo composto por seus objetos, por suas modalidades enunciativas, seus conceitos e suas estratégias teóricas,

Pêcheux elabora seu próprio conceito de FD (o qual apenas “emprestou” a terminologia de Foucault), possuindo uma problemática específica e se inserindo numa rede conceitual também específica, articulando-o ao referencial teórico marxista. Para Pêcheux (2009), os sentidos atribuídos às palavras se constituem no interior destas formações. Em suas primeiras definições, o autor argumenta que as formações discursivas materializam a ideologia na linguagem, e, sendo um conceito criado sob a égide da teoria marxista, incorpora a tese de que a mudança ou variação dos sentidos dos enunciados e das expressões guarda uma íntima relação com a existência da sociedade de classes, numa relação ideológica fundada pela contradição (GREGOLIN, 2005).

Portanto, o sentido não é colocado apenas pela Linguística, mas determinado, sobretudo, pelo contexto sócio-histórico e pelos interesses das classes e por suas ideologias, a partir do local específico que ocupam no seio da sociedade, o que findará por determinar suas constituições e suas representações de mundo (PÊCHEUX, 2009). Quando se empreende na análise de uma formação discursiva, objetiva-se descrever os processos discursivos, ou seja, “[...] o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (NARZETTI, 2018, p. 654).

A partir da publicação de *Semântica e Discurso* [(1975) 2009], o conceito de formação discursiva de Pêcheux passa por uma reformulação, onde adquire um caráter de maiores heterogeneidade e instabilidade. A partir desse momento, as FDs já não mais se constituem independentemente umas das outras, mas por um complexo jogo de constituições mútuas, no qual pode haver uma formação dominante e outras subordinadas, em que cada uma delas estabelece, por sua vez, relações de aliança, de confronto, de contradição com outras formações que se inscrevem na própria materialidade linguística (NARZETTI, 2018).

A teorização sobre a instabilidade no interior das formações discursivas joga luz a outro refinamento da teoria da AD pecheutiana: sua relação com o interdiscurso, que veremos mais adiante. Ademais, com frequência, uma FD funciona como matéria-prima para outra, porém, apesar de apresentar delineamentos abertos que incluem a entrada de um ou outro elemento, em seu núcleo os discursos estão sujeitos a regras de formação, que dizem respeito, em última instância, ao que pode e ao que não pode ser enunciado.

que rejeitam a relação entre sentido, ideologia e luta de classes – fatores cruciais na teorização de Pêcheux (NARZETTI, 2018).

2.1.1.2 Formação ideológica

O conceito de FD contribuiu para relacionar a linguagem a uma exterioridade que leva em conta o contexto histórico-ideológico. Por isso, reconhece-se que as formações discursivas estão inseridas em uma dada formação ideológica. “Toda FD dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência, com respeito ao todo complexo com dominante das formações ideológicas” (GREGOLIN, 2005, p. 134). Para Pêcheux (1997), o discurso é a materialização da ideologia na linguagem, pois o sujeito que o emite está falando de sua posição na sociedade, logo, a partir do seu posicionamento ideológico, que o constitui enquanto agente social, estabelecendo, neste procedimento, relações de poder. Quando esta posição é um direito reconhecido institucionalmente, a legitimação dos discursos ocorre com o intuito de manter esse local privilegiado, passando a ser produzidos como “verdades” inquestionáveis, originando relações de dominação (PÊCHEUX, 1997).

De acordo com Pêcheux (2009), a ideologia busca ocultar o sentido dos enunciados, ao não retratar, de forma transparente, as relações materiais que são postas em prática em uma dada formação social; mascarando, desse modo, as verdadeiras intenções daquilo que se propõe a dizer, e configurando uma ferramenta que objetiva atender aos interesses de atores de uma determinada classe social ou grupo hegemônico.

Assim, podemos afirmar que as formações discursivas dependem das formações ideológicas, pois é “[...] numa formação ideológica dada, o que pode e o que deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) [...]” (PÊCHEUX, 2009, p. 147). Assim, “[...] cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações, que não são nem ‘individuais’, nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito, umas com as outras [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166). Destarte, todo e qualquer discurso carrega variadas formações discursivas, ou seja, normas de organização de palavras, de expressões, de termos, de modos de dizer, que se referem a formações ideológicas específicas, tendo em vista o contexto sócio-histórico que lhes cria.

2.1.1.3 Memória discursiva e interdiscurso

Como já mencionamos, em suas últimas publicações, Pêcheux expande o conceito de FD para abarcar as categorizações de instabilidade e de heterogeneidade. Ao assumir essa

posição, as formações discursivas passam a ser buscadas na dispersão das posições enunciativas dos sujeitos e não mais como posições enunciativas moderadas por um exterior ideológico fechado. Jean-Jacques Courtine e Jacqueline Authier-Revuz têm uma contribuição fundamental nessa transformação: o primeiro, na interlocução entre a obra de Pêcheux e as propostas de Foucault; e a segunda, na releitura de conceitos, de métodos e de ideias do Círculo de Bakhtin transpostos à AD francesa.

Na proposta de Courtine (1981 apud GREGOLIN, 2005), as FDs se configuram como uma materialidade cujas bordas se deslocam em um movimento que é impulsionado pela memória discursiva. Assim, para o autor, toda e qualquer FD contém enunciados que ela repete, refuta, transforma, nega, em relação a outras FDs, produzindo, assim, certos efeitos de memória específicos.

Trata-se, portanto, de inserir no coração da noção de FD a problemática da memória cujo trabalho produz a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados. Articulado a essa tese fundamental do papel da memória, todo um conjunto de noções foucaultianas é integrado ao conceito de FD (acontecimento, práticas discursivas, arquivo etc.) fortalecendo a ideia de uma articulação dialética entre singularidade e repetição, regularidade e dispersão. Essa problematização institui o território da História como o campo das FDs. (GREGOLIN, 2005)

Essa redefinição sujeita os enunciados a sistemas de regularidade e de dispersão, em que podem ser identificadas continuidades e deslocamentos de sentidos nos discursos. Assim, o enunciado se liga à história, à uma rede de memórias, em que deixa, como vestígio, um conjunto de pistas e de traços, tanto no intradiscurso quanto no interdiscurso, que, para Pêcheux, o aproxima da ideologia e do domínio das representações (PÊCHEUX, 2009). As formações ideológicas se utilizam da ideologia para interpelar os sujeitos em determinadas formações discursivas, levando estes sujeitos a se identificarem com certas formações e a crerem que são os fundadores do discurso que emitem, quando, na verdade, não o são. Esse fenômeno é denominado de esquecimento número um⁴ por Pêcheux (2009), e ocorre, porque, segundo o autor, as formações ideológicas constroem novas realidades, que são incorporadas ao discurso, sob uma falsa autonomia dos sujeitos interpelados. Assim, fica evidente que o sujeito, no processo discursivo, não é fonte absoluta dos discursos que emite, sendo os sentidos encontrados sempre em discursos anteriores.

⁴ Já o esquecimento número dois é da ordem da enunciação. Segundo Orlandi (2007), ao falarmos, o fazemos de uma maneira e, não, de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. “É o chamado esquecimento enunciativo, que atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 35).

Na definição de Orlandi (2007), as bases do processo da memória discursiva são a constituição de sentido (memória) e a sua formulação (atualidade), em que o que se pronuncia antes (o já dito) surte efeito no que está sendo anunciado no presente momento. O fenômeno da interdiscursividade demonstra que os discursos, que trazem uma memória de valores e de estereótipos disseminados em eventos pregressos, procuram proceder com uma nova “roupagem”, de acordo com o contexto em que se inserem hodiernamente, de forma a novamente legitimar ações retóricas.

Para Maingueneau (2008), há ligações explícitas e latentes entre os sentidos propagados em discursos precedentes e atuais. Estas ligações, para o autor, antecedem os próprios discursos e configuram o fenômeno da interdiscursividade, seja pelos temas abordados, seja por palavras, que aludem a assuntos precedentemente discutidos. O principal objetivo do interdiscurso é tentar construir um sistema em que se pode reconhecer, através da semântica (expressões, vocábulos e palavras), a reprodução de um discurso no seu “outro”, ou seja, o discurso “já dito” no discurso de “agora”. Intenciona-se o reconhecimento de formações discursivas inscritas na memória discursiva através de seus “núcleos de invariância”, que podem ser identificados (MAINGUENEAU, 2008). Destarte, os sentidos encontrados no interior das formações discursivas estão subordinados ao interdiscurso.

Dessa maneira, emerge a temática, na AD pecheutiana, que associa a noção de heterogeneidade à ideia de alteridade (que revela a importância do discurso do Outro). Essa noção foi inculcada no conceito pecheutiano de interdiscurso a partir da releitura de Jacqueline Authier-Revuz do conceito de dialogismo, presente nos estudos do círculo de Bakhtin⁵. A noção de heterogeneidade, a partir da releitura de Authier-Revuz, foi decisiva para alargar os horizontes teóricos e metodológicos da AD francesa a partir da década de 1980.

Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”. O *outro* não é um *objeto* (exterior, *do qual* se fala), mas uma *condição* (constitutiva, *para* que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69 *apud* NARZETTI, 2012, p. 201)

⁵ Nome do grupo de intelectuais soviéticos formado por Mikhail Bakhtin, por V. N. Volochínov, por P. Medvedev, entre outros, bastante atuante entre as décadas de 20 e 30 do século XX. Foram responsáveis por profícuos estudos teóricos no campo das ciências sociais, como um todo, e, em particular, nos campos da Literatura, da Linguística e da Filosofia da Linguagem, em que erigiram os pilares que sustentam toda uma concepção de estudos, dos quais podemos destacar: o dialogismo, o signo ideológico, o plurilinguismo e a polifonia, o enunciado concreto e os gêneros discursivos (PAULA, 2013).

De acordo com Narzetti (2012), são três os principais pontos que trazem as noções do Círculo de Bakhtin ao conceito de heterogeneidade aplicado ao interdiscurso da AD pecheutiana: i) o plurilinguismo (várias línguas sociais de uma sociedade), como condicionante das inter-relações entre sujeitos e discursos diferentes em uma mesma FD, constituindo-se reciprocamente em relações dialógicas de confrontação, de contradição e/ou de complementação; ii) a busca pelo contraste, enquanto articulação de diferentes vozes em um mesmo discurso, quando, antes, a regra era contrastar dois discursos diferentes; e iii) a possibilidade de, a partir daquele momento, organizar um *corpus* com materiais empíricos, desprendido de condições de produção estáveis e homogêneas, como, por exemplo, textos escritos, políticos, partidários. Emergem, enquanto material de análise, os discursos orais, cotidianos e de agentes não oficiais (NARZETTI, 2012).

Também nesse sentido, Maingueneau (2008) propõe o alargamento do objeto de análise da AD, com a integração de textos que pertencem a outros domínios de produção semiótica (como imagens, músicas etc.), à análise de produções discursivas, uma vez que, para o autor, as condições de produção que fundam os discursos podem ser de igual pertinência para esses outros domínios.

Portanto, para o estudo do fenômeno da interdiscursividade, no âmbito da pesquisa, é necessário um *corpus* adequado, em que se possa reconhecer de onde provêm os discursos empregados nos textos sob análise, tendo, como origens, ligações internas e externas às formações discursivas, chegando à construção de uma matriz categorizadora, “[...] fundada em critérios explícitos e mais ricos, que, eventualmente, permite retomar a primeira [...]” (MAINGUENEAU, 2008, p. 63).

2.1.2 A Análise do Discurso enquanto instrumental técnico-metodológico

Como já mencionamos, a AD, enquanto técnica de investigação, é distinta de outras ferramentas metodológicas de pesquisa. Não se trata de uma metodologia “pronta”; ela se encontra em um domínio inovador e complexo, baseando-se em um “vai e vem” entre descrição e interpretação, que se estabelece entre a produção linguística e a materialidade histórica, procurando as aproximações e as dispersões de sentidos em textos – orais, escritos, imagéticos etc. –, que não são neutros, uma vez que são regados pelas ideologias que interpelam os diferentes sujeitos. Como o discurso não é um objeto que nos é dado de antemão, este

necessita de um trabalho de busca, por parte do analista, que deve, antes de tudo, “[...] entender a produção textual como uma materialidade linguística e converter tal materialidade em objeto teórico” (BARROS, 2015, p. 92).

Destarte, as pesquisas em Análise do Discurso possuem sempre um caráter qualitativo-interpretativista. Para Chizzotti (2008), o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair, desse convívio, os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após esta aprendizagem, o autor interpreta e traduz em um texto cuidadosamente escrito e com embasamento científico os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.

A escolha pela pesquisa qualitativa nesta dissertação tem implicações de naturezas prática, empírica e técnica. Considerando os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para responder às perguntas da problemática, a abordagem metodológica qualitativa permitirá, num mínimo de tempo, chegar a um resultado que melhor contribua na compreensão do fenômeno estudado. Outro fator de extrema importância, tendo em mente que este é um estudo no qual o pesquisador não adotará uma postura neutra frente aos fatos, é de que, na pesquisa qualitativa, há a aceitação explícita da influência de crenças e de valores sobre a teoria, sobre a escolha de tópicos de pesquisa, sobre o método e sobre a interpretação de resultados (CHIZZOTTI, 2008).

Entre as características gerais da pesquisa qualitativa, apontadas por Günther (2006), que se aplicam à proposta aqui exposta, estão a construção da realidade, a descoberta e a construção de teorias e a ciência baseada em textos. Quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo explicativa, pois pretende aprofundar o conhecimento da realidade através do caráter complexo de discursos, que, muitas vezes, têm sentidos subjacentes.

Sobre a constituição do *corpus* da pesquisa, faz-se necessária, primeiramente, a apreensão da noção de arquivo para Pêcheux (2010 *apud* PINHO, 2015): uma seleção de documentos de significativa importância sobre uma temática dada. Sob a perspectiva da AD, o arquivo:

[...] não se refere aos materiais físicos, nem como um conjunto de dados objetivos, mas sim como um conjunto de dizeres, como uma materialidade discursiva, onde o político (enquanto exercício das relações de poder) se inscreve, tendo em vista que o arquivo é constituído por operações de seleção, recorte e de ordenação que precedem a sua disposição ao sujeito-leitor. (PINHO, 2015, p. 38)

O arquivo, portanto, refere-se a toda produção textual, para a qual converge uma dada conjuntura no espaço e no tempo, permeada por relações significantes, que se relaciona

diretamente à noção de formação discursiva: “se formação é o campo, o arquivo é a organização da memória desse campo” (BARROS, 2015, p. 94). Assim, o arquivo desta pesquisa é composto por vários tipos de discurso, que tematizam os projetos de requalificação urbana em Belém. Nessa variedade de fontes que compõe o arquivo, existe uma imensa rede de relações e de cruzamentos de sentidos e de discursos, que vão do advento da pós-modernidade, enquanto um fenômeno (também urbano) nos países de centro capitalista, à busca pela identidade amazônica em intervenções locais na cidade de Belém. Nessas relações e nesses cruzamentos podemos encontrar algumas recorrências que nos prescrevem maneiras de organizar a descrição e a interpretação desse arquivo. À sequência, inicia-se a constituição do *corpus* discursivo, em que levamos em conta todas as fontes materiais presentes no arquivo para delimitar o que efetivamente comporá a nossa análise.

A primeira etapa é um levantamento bibliográfico coerente de trabalhos publicados referentes ao tema, a partir de discursos geradores de sentidos, a respeito das representações materiais e simbólicas que as cidades vêm adquirindo na mais recente dinâmica de acumulação e sob a égide do processo de globalização. A revisão bibliográfica é focada nesse fenômeno, visando à compreensão da problemática e à construção de um *corpus* que busque as caracterizações discursiva e morfológica de um conjunto de experiências inscritas no elenco dessa forma de “discursivização” das cidades. A revisão de literatura referente ao tema proposto, levando em consideração a compreensão da problemática e a construção do argumento apresentado na hipótese, contemplará diversos autores, que têm como objeto de estudo a temática de fatos discursivos nas produções material e simbólica do espaço urbano, desde meados do século XX até estas primeiras décadas do século XXI.

Entre os dados e as fontes avaliados estão monografias (livros e capítulos de livros, teses e dissertações), artigos de periódicos científicos (jornais e revistas) dos mais variados campos de estudo, entre os quais destacamos: Linguística, Comunicação Social, Arquitetura e Urbanismo, Planejamentos Urbano e Regional, Sociologia, Geografia, Turismo e Interdisciplinar. Cabe ressaltar que a seleção das teses de doutorado e das dissertações de mestrado incluirá as elaboradas, principalmente, no contexto de programas brasileiros de pós-graduação em Letras, em Comunicação Social, em Arquitetura e em Urbanismo, em Planejamentos Urbano e Regional, em Geografia e em Interdisciplinar⁶. A revisão de literatura

⁶ Foram selecionados os seguintes programas: Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (PPGL-UFPA); Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA); Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNICAMP; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (PPGAU-UFPA); Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU-

será feita em uma compilação de fontes, que seguem os seguintes eixos temáticos: i) a produção do espaço urbano no capitalismo tardio; ii) tendências de planejamento urbano e de arquitetura na pós-modernidade; iii) a cidade interpelada por discursos, por representações e por subjetividades; e iv) produção de espaços e de discursos em projetos urbanos de Belém (PA).

Seguindo os parâmetros sistematizados por Orlandi (2007) e por Courtine (2009), as etapas a serem seguidas, para se constituir o *corpus* da pesquisa em AD, são: i) a escolha dos textos a analisar, que devem responder às questões iniciais da pesquisa, anteriormente formuladas, e que incluem “quem fala? Para dizer o quê? Por quais meios? A quem? Com quais efeitos?”; ii) organização e coleta dos recortes discursivos, fragmentos discursivos dos textos, que correlacionam linguagem e sua condição de produção com o objetivo de determinar sua formação discursiva; iii) destacamento, no *corpus*, de unidades lexicais (enunciados-base ou palavras-pivô), bem como de símbolos, imagens, gráficos, organogramas, desenhos etc., que formam as redes de formulações interiores das formações discursivas; e iv) análise por contraste, observando a relação da FD com o interdiscurso.

Adentrando detalhamento na primeira etapa citada, para esta dissertação, os textos escolhidos, provenientes tanto de fontes primárias quanto de fontes secundárias, incluem: i) transcrições de entrevistas concedidas pelos agentes envolvidos em veículos da mídia, como um todo, na *internet* e na televisão; ii) transcrição dos registros de fala verbais das audiências, dos seminários e das palestras, nas quais o tema central envolvia os projetos em foco; iii) coleta de materiais de arquivo, como, por exemplo, de textos escritos, de documentos iconográficos e publicitários, de relatórios de entrevista e de anotações, feitas durante a observação, de atas de reunião das audiências e de consultas públicas, realizadas pelos governos federal e municipal, de leis, de editais, de notícias, de pautas, de notas, de fotos e de vídeos divulgados pelos veículos oficiais institucionais e que se encontram *online*, de reportagens de jornais, de revistas e de anúncios publicitários. Também serão analisadas plantas baixas, cortes, memoriais descritivos e imagens 3D das maquetes eletrônicas dos projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos que são alvo de investigação.

UFRN); Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP); Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPARGRS); Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGGEO-UFRJ); Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE) da PUC-Rio; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PPGDSTU-NAEA).

As transcrições terão um registro tão detalhado quanto possível do discurso a ser analisado. Uma vez feita a transcrição (ou obtidos os outros dados), a análise *per se* tem, como ponto inicial, a suspensão da crença naquilo que é tido como algo dado, implicando um espírito de ceticismo, e o desenvolvimento de uma mentalidade analítica, que interroga o tempo todo ao que se lê. Essas estratégias operam:

[...] como materialidades que apontam para o funcionamento da ideologia e, também, para a configuração das formações discursivas envolvidas no processo de interpelação ideológica, podem fornecer alguns questionamentos ao analista, tais como: Como se produzem os sentidos nessa configuração discursiva? Como se configura a formação discursiva que organiza esses saberes e permite sua reprodução ou transformação? Tem-se, então, um momento de questionamento, movimentando o processo dialético entre análise e teoria. (FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 146-147)

Souza (2014) destaca que, quanto mais se mobiliza esse processo dialético entre o dispositivo teórico e o dispositivo analítico de interpretação no exercício da análise, mais facilmente as perguntas do trabalho surgirão e serão respondidas. Segundo o autor, a partir desse momento, o analista deve descrever sua análise propriamente dita, iniciando com as perguntas de interesse e retornando ao *corpus*, em busca das marcas discursivas presentes na materialidade linguística, que remetem às condições de produção de sentidos nos discursos, mostrando a que FDs as falas se filiam, citando as marcas que o levaram às paráfrases de recortes, retiradas do *corpus* (SOUZA, 2014). Entre as questões de interesse, estão: as motivações de implementação dos projetos, suas principais referências, em termos materiais e simbólicos, sua finalidade, enquanto equipamento urbano, os possíveis impactos nas realidades socioeconômica e urbana da cidade de Belém, suas contribuições para o fortalecimento do sentido público do espaço etc.

Assim, foi realizada a análise da interdiscursividade presente em cada formação de discurso, com a extração de elementos interpretativos relevantes das mensagens: estrutura social, conjunturas econômico-política e cultural, assimetrias e posição social do interlocutor, entre outros, para posterior análise das frequências, das recorrências, das incoerências, das incongruências. Isto vai se mostrar na forma, tanto da variabilidade (diferenças entre as narrações) quanto da consistência. Houve a preocupação de testar os discursos frente às hipóteses levantadas na pesquisa. Após, foram testadas a fidedignidade e a validade da ferramenta, por meio da análise de casos desviantes, da coerência e da avaliação dos leitores (GILL, 2008).

A análise dos casos desviantes se fez mediante ao exame de discursos que parecem ir contra o padrão identificado. Neste sentido, utilizou-se da noção de heterogeneidade, anteriormente explanada, que atua na interdiscursividade sob análise, no intento de encontrar o “Outro” do discurso hegemônico posto: outros sujeitos, outros discursos, que compõe a investigação, a partir da confrontação, da contradição e/ou da complementação entre FDs. Esse exercício ajudou a acrescentar maior sofisticação à análise e maior diversidade ao material empírico, resultando na investigação de uma maior combinação de discursos relativos às propostas de intervenções urbanas na área central de Belém.

Para Gill (2008), a análise da coerência é um exercício analítico que se desenvolve cada vez mais na AD a partir da intuição de estudos anteriores. Há uma convicção de que, a cada novo estudo, apresenta-se uma avaliação sobre a adequação de outros, anteriores. Estes novos estudos transmitem coerência, captando algo sobre o discurso que pode ser desenvolvido. Para a apuração da coerência neste trabalho, verificaram-se as análises das estratégias discursivas presentes na literatura sobre projetos urbanos em Belém, as quais serão apresentadas no quarto capítulo desta dissertação.

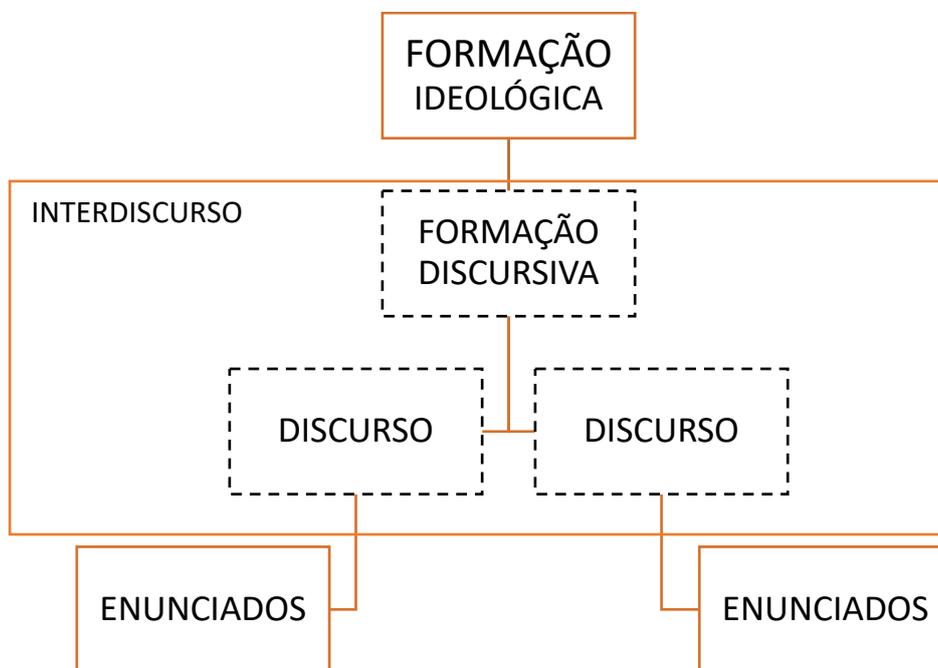
A última ponderação para verificar a validade e a fidedignidade da ferramenta é a avaliação dos leitores. Gill (2008) pontua que essa avaliação se dá através da apresentação dos materiais em análise, a fim de permitir que os leitores façam sua própria avaliação e, se assim desejarem, apresentem interpretações alternativas.

Por fim, na última etapa da análise, será redigida uma descrição minuciosa, com uma interpretação fundamentada em uma argumentação detalhada, com atenção especial ao material que está sendo estudado. Tal interpretação, por sua negação da neutralidade dos fatos e por ser baseada na linguagem e na História, somente poderia ser empreendida em uma pesquisa de natureza qualitativa.

Concluindo, a utilização dos conceitos de formações discursivas e de formações ideológicas serve para atentarmos aos aspectos sócio-histórico-ideológicos do processo de formulação de sentidos dos discursos, combinando-os com as noções de heterogeneidade e plurilinguismo, incorporadas na discussão sobre os fenômenos da memória discursiva e da interdiscursividade. Nossos objetivos, ao seguir tal procedimento teórico-metodológico, são de identificar e de analisar o maior número possível de vozes e de contextos para a compreensão dos discursos que embasam a produção de espaços urbanos na contemporaneidade, em específico na cidade de Belém. No organograma da Figura 3, pode-se notar as configurações

hierárquica e de dependência entre os conceitos-chave de formações ideológica e discursiva, de discurso, de enunciado e de interdiscurso.

Figura 3- Arquitetura conceitual da articulação discursiva de Michael Pêcheux



Fonte: elaborado pelo autor, 2020

2.2 O ESPAÇO E A SUA PRODUÇÃO: PRESSUPOSTOS E CONCEPÇÕES-CHAVE A PARTIR DA OBRA DE HENRI LEFEBVRE

Já destacamos na introdução que, neste trabalho, pensamos a cidade e o espaço urbano como um produto sócio-histórico, interpelado pela linguagem, constituído por diferentes sujeitos sociais a partir de suas relações, de suas disputas e de seus confrontos, que se dão, também, nas arenas das representações, da constituição de sentidos e, portanto, dos discursos.

Para esta dissertação, muitos conceitos e noções que compõem nosso dispositivo teórico estão assentados na obra do sociólogo marxista francês Henri Lefebvre, cujas abordagens descrevem o lugar como um espaço social, dotado de forma e de conteúdo, ou seja, um entendimento das relações dialéticas entre forma física e ações ao longo da história. Para o autor, o espaço não é imóvel ou estático; sua organização e sua rede de significados mudam concomitantemente ao tempo social. Por isso, afirma-se que o espaço é um produto material, fruto de práticas espaciais e de representações simbólicas, que garantem a apropriação e a permanência hegemônicas de um agente social em um dado contexto,

englobando, portanto, relações de poder (LEFEBVRE, 2000). Assim, Lefebvre compreende a centralidade que o espaço adquire enquanto mercadoria e instrumento político na reprodução da acumulação capitalista na segunda metade do século XX. Para o autor, o espaço é produzido tanto pela reprodução das relações capitalistas de produção quanto consiste no lugar material em que estas relações se reproduzem e se localizam, juntamente com todas as suas manifestações de conflitos, de lutas e de contradições entre múltiplos agentes sociais (LEFEBVRE, 2008). Lustoza (2012), comentando a obra de Lefebvre, reitera que:

[...] o espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (recebe), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (função da ordem social). Essa idéia é fundamental para começarmos a entender o trabalho de Lefebvre. Além disso, o espaço possui múltiplas propriedades num plano estrutural. É ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base da economia. Observamos ainda, que o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento na luta de classes.

O espaço social contém, ao assinalar os lugares apropriados, as relações sociais de reprodução, isto é, as relações biofisiológica entre os sexos, as idades, com a organização específica da família, e as relações de produção, ou seja, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas (LEFEBVRE, 2000). Os agentes sociais atuam sobre o espaço, compelindo-o a determinada configuração, incorporando representações criadas para prover de sentido e de coesão ações de intervenção no espaço, produzindo uma linguagem que se manifesta tanto no campo discursivo quanto na prática socioespacial, e que logra conquistar legitimação perante a sociedade.

Assim, faz-se mister a compreensão dos processos que levam lugares a adquirir não somente qualidades materiais, mas, também, valores simbólicos mediante atividades de representação. Isso implica um conceito de representação que esteja em curso com os conflitos e com as contradições que permeiam a produção do espaço no capitalismo recente. Deste modo, o conceito de representação aqui utilizado tenciona a produção de efeitos na realidade social. Para Bourdieu (1998, p. 118 apud NOVAIS, 2000, p. 145), as representações são:

[...] enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam [...]”. Portanto, se pode dizer que “[...] as representações do espaço manifestam interesses no espaço ao mesmo tempo que expõem uma espacialização de interesses,

isto é, uma disposição espacial (e no espaço social) dos interesses e dos interessados [...]

Lefebvre (2006) formula uma teoria que intenta demonstrar o poder das representações ou a capacidade do discurso em substituir o “real” pelo desejável das representações. Para o autor, no capitalismo recente, há um processo de “suavização” das representações, na forma de signos e imagens que apagam conflitos, deslocando afetos (emoções, paixões). A representação se torna generalizada e o mundo das representações coincide com o mundo social em longas concatenações de imagens e de símbolos, desviados do que, antes, dava-lhes sentido. A técnica de comunicação de massa fortalece representações, tornando-as intensas, isolando-as (uma imagem, uma palavra), seja por condensação, seja por totalização de um conjunto de imagens, de palavras (LEFEBVRE, 2006).

Desse modo, para o prosseguimento da investigação aqui proposta, cabe refletir sobre as tríades de análise espacial propostos por Lefebvre, que se conectam intrinsecamente com a sua teoria das representações, de forma a melhor compreender o espaço social. As tríades correspondem a dimensões analíticas do real, sendo que cada elemento de uma está intrinsecamente relacionado na conformação dos elementos das restantes.

A primeira dimensão é a da prática espacial, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade, dentro de uma relativa coesão; é contemporânea, ou seja, trata de um fenômeno imediato, do tempo no qual vivemos, nossa vida cotidiana. Se associa ao espaço percebido, o qual se refere à materialização física das formas espaciais construídas, com funcionalidades e com usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social, à realidades cotidiana (o emprego do tempo) e urbana (os percursos e as redes, ligando os lugares do trabalho, da vida privada, dos lazeres) (LEFEBVRE, 2000).

A segunda dimensão de análise trazido pelo autor é o da representação do espaço, ligada às relações de produção, à “ordem” que elas impõem e, desse modo, unidas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações frontais. Se associa ao espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas, próximos da cientificidade, relacionando o vivido e o percebido ao concebido, onde, muitas vezes, a forma antecede a função. É o espaço dominante numa sociedade e almeja à homogeneização e uniformização da vida social impostas pelo sistema capitalista (LEFEBVRE, 2000).

A última dimensão de análise corresponde aos espaços de representação, que apresentam simbolismos complexos ligados aos lados clandestino e subterrâneo da vida social, mas, também, à arte, que eventualmente pode-se definir não como um código do espaço, mas como um código dos espaços de representação. Trazem em si objetos concretos, mas também projetos e trajetórias; é, desse modo, um espaço de ações, que podem estar em curso ou serem ainda virtuais. Se encontra com a dimensão das representações do espaço, que trazem lógicas, técnicas e projetos muitas vezes postos em prática pelos grupos dominantes (LEFEBVRE, 2000). O espaço de representação é

(...) vivido, falado; tem um núcleo ou um centro afetivo: o Ego, a cama, o quarto, a morada ou a casa; a praça, a capela, o cemitério. Contém os lugares de paixão, [...] aqueles de situações vividas e, portanto, imediatamente inseridas no tempo. Desta forma, é possível atribuir diferentes qualificações: o espaço de representação pode ser direcional, situacional ou relacional, na medida em que é essencialmente qualitativo, fluido e dinâmico (LEFEBVRE, 2000, p. 100).

O espaço de representação se associa, portanto, ao espaço vivido através das imagens, dos símbolos e da linguagem, as quais o acompanham, sendo o espaço que permite a completa manifestação dos habitantes, dos usuários. Se relaciona às diversas experiências do cotidiano dos sujeitos, repletas de significados, englobando as dimensões do emocional e das subjetividades. Dessa forma, por meio da apropriação da vida cotidiana, é que se faz possível, para Matias (2021, p. 100-101) “escapar dos grilhões da propaganda, dos tecnocratas e do capitalismo e, efetivamente ter direito à cidade, à vida, à liberdade”.

Destarte, Lefebvre (2000) nos lembra da importância de considerar o espaço efetivamente vivido e socialmente criado, ou seja, a construção da espacialidade como um produto de processos sociais e rebatimentos materiais, ao mesmo tempo concreto e abstrato. E, assim, percebemos esta espacialidade como parte do espaço socialmente construído. Nesse sentido, não é possível ignorar as diversas lutas simbólicas travadas no espaço urbano, onde se está em jogo a própria representação de mundo. Desse modo, o autor constrói uma teoria que não dispense as representações, mas possibilite combater as que fascinam as massas, nos permitindo escolher as que ajudem a explorar o possível, a mudança e a transformação (LEFEBVRE, 2006).

Portanto, para o autor, a compreensão do fenômeno urbano em seu movimento é examinada sob as lógicas da forma e da dialética dos conteúdos (LEFEBVRE, 2008). E é como forma – forma urbana – e, não, apenas, como conteúdo, que o urbano é conceituado. Além do que se vê, enquanto forma, e do que há de conteúdo nesta forma (coisas, objetos, pessoas,

situações), o urbano é entrevistado pelas mediações do social: o vivido, o percebido e o concebido.

Assim, para o entendimento dos processos que levam às produções material e simbólica do espaço urbano em Belém, em suas diversas dimensões, convém levar em conta, além desses três níveis de análise, o fato de que o espaço consiste no lugar em que as relações capitalistas se reproduzem e se localizam, com todas as suas manifestações de conflitos, de lutas e de contradições. Por ser um produto social, o espaço se transforma em um processo, que considera a forma de dinamização da sociedade, juntamente com suas ideias, com suas representações e com sua linguagem. Para Lefebvre (2000), o espaço social contempla as relações sociais de reprodução, as relações entre gêneros, o espaço familiar, a divisão do trabalho, sendo que cada uma destas relações traz influências às demais. Além de ser um produto social, o espaço é também um meio de produção, e, portanto, “[...] não pode ser separado das forças produtivas ou da divisão social do trabalho, que lhe dá forma, ou do Estado e das superestruturas da sociedade” (FERREIRA, 2007, p. 4).

Lefebvre (2000) nos alerta para o fato de que o espaço contém simbolismos explícitos e latentes, que se comportam como representações das relações de produção, característicos do cotidiano e do vivido. Além disso, transmitem mensagens hegemônicas de poder e de dominação, que representam as relações sociais de produção, expressões do concebido. Portanto, as representações do espaço exercem uma influência considerável na sua produção (FERREIRA, 2007).

Seria correto afirmar que as representações do espaço tratar-se-iam de abstrações, mas, simultaneamente, tomam parte nas práticas sociais ao estabelecer relações entre formas e pessoas através da lógica capitalista de produção do espaço. Aqui, a incorporação dessa lógica, pelas práticas espaciais, ao cotidiano, à realidade urbana, dentro do espaço percebido, faz com que vivenciemos um espaço de sobredeterminação do valor de troca em relação a valor de uso. (FERREIRA, 2007, p. 6)

Lefebvre (2008) pontua que, até a cidade medieval, o espaço urbano era concebido como obra, no sentido de uma obra de arte, sendo modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas relações sociais, suas exigências, sua ética, sua estética, ou seja, sua ideologia, primordialmente, como ponto de encontro, tendo, como uso principal, a festa. A partir da cidade industrial, ganha intensidade a contradição entre valor de uso e valor de troca, com o estabelecimento da propriedade fundiária e com a transformação de um bem comum (a terra) em mercadoria, capaz de auferir renda ao seu proprietário. Com a indústria, tem-se a

generalização da troca e do mundo da mercadoria. O uso e o valor qualitativo de uso (ligados à fruição e aos locais de encontro) desaparecem quase completamente. A ideologia dominante submete a cidade e seus significados a um valor de troca. Tudo o que constitui a vitalidade da cidade, como obra, desaparece frente à generalização do produto:

[...] a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso. (LEFEBVRE, 2001, p. 14)

O espaço, por conseguinte, não é mais um meio indiferente, simplesmente; é a soma dos lugares, em que a mais-valia se forma, se realiza e se distribui. Ele se torna produto do trabalho social, isto é, objeto geral da produção, e, por conseguinte, da formação da mais-valia (LEFEBVRE, 2008). Por esse caminho, a produção se torna social nos marcos do que o autor denomina neocapitalismo. Atualmente, o caráter social (global) das forças produtivas transparece na produção social do espaço. Este entra inteiramente na produção, como produto, através da compra e da venda e da troca de parcelas. Essa extensão enorme da atividade produtiva se realiza em função dos interesses dos agentes que a inventam, que a gerem e que dela se beneficiam.

O capitalismo encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso à escala mundial. A estratégia vai muito mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão. (LEFEBVRE, 2008, p. 143)

Nesse sentido, Carlos (2007) aponta que, no âmbito local, a vida cotidiana é atingida pela contradição entre dois processos: o de produção social e o de apropriação privada do espaço. Isso ocorre, porque, na sociedade, na qual imperam as relações de troca, ele é produzido como mercadoria, que vincula a sua apropriação cada vez mais à esta conformação e, assim, seu acesso se realiza via mercado. Portanto, o desenvolvimento espacial se dá através da reprodução do modo de produção capitalista, servindo às imposições de acumulação mediante adaptações de usos e de funções dos lugares, que, cada vez mais, estende-se ao espaço globalizado, agindo na criação e na ampliação de setores de atividades produtivas.

Vale ressaltar que a produção do espaço urbano contempla, além da produção material do capital, a produção das formas de vida das pessoas, com suas subjetividades, seus simbolismos e com suas representações. Como menciona Carlos (2007), o urbano é um

produto do processo, que reúne as relações sociais, políticas, ideológicas e jurídicas, que se articulam na totalidade das formações econômica e social. Dessa forma, o urbano é mais do que um modo de produzir: é um modo de consumir, de pensar, de sentir; enfim, é um modo de vida, algo que Lefebvre (1999) denomina “urbanização da sociedade”, ou seja, a difusão de valores e de modos de vida urbanos para a sociedade, como um todo. A difusão de tais valores nem sempre se concatena à urbanização do território, acontecendo divergências, no tocante à propagação de imagens e de representações da vida urbana em territórios que ainda não passaram por este último processo, tal como, por exemplo, em territórios da região amazônica (TRINDADE JÚNIOR, 2005).

Sendo o espaço um produto social, por trás da sua produção existem intencionalidades. Tanto no plano discursivo quanto no plano da ação prática, essas intencionalidades são investigadas na atuação de diversos sujeitos, atores e agentes que compõe o espaço social urbano.

Primeiramente, faz-se importante esclarecer as diferenças entre agente, ator e sujeito. Nos estudos científicos sociais, estas três denominações compõe a identidade social dos indivíduos (FERREIRA, 2017). O ator social está ligado à função, ao agir autônomo como fonte de processo; participa do coletivo social, onde são imbuídos de capacidades reflexivas e intencionalidade. Atores geralmente se associam a jogos de poder, relações de força, de influência e de alianças, que põe em disputa conhecimento e estratégias, construção de encadeamentos sociais e políticos (BORDIEU, 2008).

Na concepção bourdieusiana, os sujeitos sociais se tornam agentes quando estão imersos na ação coletiva. Estão ligados à operacionalização, à instrumentalização, ao agir por necessidade; se relacionam, portanto, à prática, e não à consciência e reflexão crítica, se inscrevendo nas relações sociais como dispositivo para a ação, aí incluídas as relações de dominação e poder (BOURDIEU, 2008).

Baseada em Fairclough (2001), Ferreira (2017, p. 627) assinala que o discurso é a “base da estrutura social, pois ele não apenas representa suas convenções, mas também as constitui e molda, fazendo com que o mundo e as relações sociais adquiram significados”. Se constitui, por conseguinte, como prática social por sua natureza performativa, um modo de ação. O sujeito discursivo para Fairclough é um agente que age e reage - reage ao mundo e reage sobre os outros sujeitos, conformando representações e significações.

Na medida em que o discurso é uma prática de representação e de significação de mundo, moldado pelas estruturas sociais, a agência ainda não é autônoma de um

combatente criativo (...) O sujeito discursivo, ligado à práxis social, pode remodelar e protestar, e mesmo que esteja vinculado às representações das estruturas sociais não deixa de ser um sujeito em práxis social. (FERREIRA, 2017, p. 629-630)

Nesse sentido, o espaço urbano discursivo capitalista, em suas diversas significações que estamos tratando neste trabalho (fragmentado, articulado, disputado, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas) é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por sujeitos discursivos que produzem e consomem espaço, e que ora se comportam como agentes, ora como atores. Tais sujeitos, segundo as acepções de Corrêa (1995) e Harvey (1980), são: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os incorporadores, as instituições financeiras, os grupos sociais excluídos e o Estado e instituições governamentais.

Os proprietários dos meios de produção são donos de indústrias, de empresas e de comércios, que demandam grande quantidade de parcela do solo urbano. Estes acabam entrando em conflito com os proprietários fundiários, tendo em vista que a especulação imobiliária não é útil ao capital industrial. Porém, o autor aponta que tal conflito se dilui na atualidade, devido aos seguintes fatores: i) as contradições entre capital e trabalho colocam em risco a propriedade privada; ii) a ideologia da casa própria amortece o conflito entre classes; iii) a propriedade da terra é fundamental para a construção civil (que alimenta parte da indústria); e iv) o controle do espaço permite a continuação da segregação residencial (CORRÊA, 1995).

Os proprietários fundiários estão voltados ao valor de troca da terra, buscando obter a maior renda fundiária, principalmente investindo em obras e em espaços que gerem status social, aumentando o padrão de segregação urbana. Sendo assim, esses sujeitos podem interferir nas decisões de governos sobre áreas na cidade, influenciando sobremaneira processos de renovação urbana e de dotação de infraestrutura. Também ocorre que, visando ao lucro, esses sujeitos podem trabalhar como promotores imobiliários, loteando terrenos, construindo residências de alto padrão, apropriando-se de áreas com belezas naturais etc. (CORRÊA, 1995).

Segundo o autor, os promotores imobiliários atuam como um conjunto de agentes, que realizam as seguintes operações: i) incorporação, que realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóvel; ii) financiamento de investimento, visando à compra do terreno e à construção do imóvel; iii) estudo técnico, que verifica a viabilidade técnica da obra, dentro de parâmetros definidos, anteriormente; iv) construção ou produção física do imóvel; e v) comercialização. A ação dos agentes imobiliários se correlaciona

a: preço elevado da terra e alto status do bairro, acessibilidade e eficiência dos meios de transporte, amenidades natural ou socialmente produzidas, esgotamento dos terrenos, para construção. Essas condições tendem a valorizar áreas nobres, criando e reforçando a segregação espacial (CORRÊA, 1995).

Os incorporadores são sujeitos de especial destaque para este trabalho. Segundo Harvey (1980), os incorporadores atuam na compra do solo, na sua preparação e na construção, estando principalmente ligados ao mercado imobiliário de habitação, e em menor grau às intervenções de requalificação do espaço urbano. Estão envolvidos em um ambiente sujeito à pressão, à competitividade e à busca do lucro. Por esse motivo, seu interesse principal é a criação de valores de uso necessários para obter benefícios em valores de troca. “Os incorporadores e firmas de construção estão interessados em valores de uso para outros, somente na medida em que criam valores de troca para si próprios” (HARVEY, 1980, p. 141).

Já as instituições financeiras se constituem, para Harvey (1980), sobretudo em bancos, companhias de seguro, sociedades de construção e outras instituições de financiamento. Atuam em todos os ciclos de desenvolvimento do capital: industrial, comercial, residencial etc. Desse modo, controlam os diferentes usos do solo nas cidades através do financiamento, sempre visando a maximização da lucratividade e minimização de riscos. “Fundamentalmente as instituições de financiamento estão interessadas em obter valores de troca por meio do financiamento de oportunidades para a criação ou aquisição de valores de uso” (HARVEY, 1980, p. 141).

O penúltimo sujeito são os grupos sociais excluídos. Estes não apresentam recursos suficientes para ingressar no mercado formal, utilizando-se de recursos alternativos e, na maioria das vezes, clandestinos, para satisfazer as suas necessidades. Têm, como possibilidades de moradia, os densamente povoados cortiços, localizados no centro da cidade, a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e a favela. As três primeiras possibilidades pressupõem uma vinculação a um agente social, como o proprietário de imóveis, o proprietário fundiário da periferia e o Estado. “É na produção da favela que os agentes excluídos se tornam agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço” (CORRÊA, 1995, p. 30).

Por fim, o Estado atua diretamente como grande agente industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser agente regulador do uso do solo e alvo dos chamados movimentos sociais urbanos. Dispõe de um conjunto de instrumentos que pode empregar em relação ao espaço urbano,

quais sejam: i) direitos de desapropriação e de precedência na compra de terras; ii) regulamentação do uso do solo; iii) controle e limitação dos preços da terra; iv) impostos fundiários e imobiliários, que podem variar; v) investimento público da produção de espaço, através de obras; vi) organização de mecanismo de créditos à habitação; entre outros (CORRÊA, 1995).

Para Harvey (1980), o Estado atua constantemente na produção de valores de uso de forma indireta, através do auxílio a instituições financeiras, aos incorporadores e à indústria da construção, para obter valores de troca pela ação governamental ao prover isenção de impostos, garantindo lucros e eliminando riscos.

No contexto de projetos de requalificação urbana, o Estado capitalista viabiliza vários interesses, simultaneamente: expulsão dos pobres, residentes nos cortiços das cidades, oferecimento de capitais imobiliários, ampliação do capital de empreiteiras, criação de condições de circulação mais eficientes, entre outros (CORRÊA, 1995).

Aqui são pertinentes os argumentos de Albuquerque (2011), quando este afirma que o Estado se utiliza de planos urbanos (como o Plano Diretor) para impulsionar a ocupação de certas áreas da cidade. Estes planos são, geralmente, concebidos com os discursos de resolver problemáticas urbanas, de relacioná-las e de executar projetos de desenvolvimento e de crescimento socioeconômicos do espaço urbano. No entanto:

[...] esses planos passam de instrumentos operacionais de gestão, para instrumentos políticos e estratégicos do Estado, com a orientação dos investimentos públicos, e normatização dos espaços, favorecendo assim os objetivos dos empreendedores. O planejamento urbano se configura como instrumento estratégico de reprodução do capital através da valorização da terra urbana, pois possui a capacidade de tornar esta terra mais atrativa para os empreendedores agirem, produzindo imóveis mais valorizados, dando continuidade à especulação. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 6)

Além disso, como já visto, no espaço urbano confluem diversas representações que têm como intenção agregar valor à terra, as quais são criadas como estratégias de reprodução do capital e que são reproduzidas pela própria sociedade. Estas representações são geradoras de sentidos que acarretam demonstrações de poder e de status social.

Em vista disso, o estabelecimento dessas representações é fruto de estratégias (muitas vezes, discursivas) de sujeitos produtores do espaço, como o Estado ou os promotores imobiliários, para reprodução do capital, que, frequentemente, legitimam-se como uma representação de poder, fazendo com que a sociedade as aceite. Destarte, os sujeitos midiáticos, através de suas plataformas comunicativas, atuam como instrumento de

reprodução de discursos veiculados por esses agentes hegemônicos. Tais discursos são produzidos e reproduzidos visando à dominação e à alienação da sociedade, quando distorcem a realidade e ressaltam os “espaços de distinção” (ALBUQUERQUE, 2011).

É importante ressaltar, aqui, o papel da ideologia nesse cenário. Chauí (2008) observa que a ideologia se baseia na conversão das ideias da classe detentora do poder em ideias dominantes para a sociedade, como um todo, de forma que há um domínio, nos âmbitos material (econômico, social e político) e dos pensamentos e das ideias. Para Lefebvre (2000), a ideologia só adquire consistência, intervindo no espaço social, na sua produção. Uma representação do espaço pode misturar ideologia e conhecimento no interior de uma prática (socioespacial). A ideologia e o saber, mal discerníveis, entram no conceito mais amplo de representação, que, para Lefebvre, suplanta o de ideologia. Assim, as representações ideológicas nos servem de instrumento (operatório) na análise de espaços, assim como de sociedades que os geraram e que deles se apoderam, pois estes também possuem dimensões política e estratégica, sendo alvos dos mais variados grupos e sujeitos sociais, visando a sua exploração e a sua gerência (LEFEBVRE, 2000).

Segundo Lefebvre, o urbanismo, como disciplina, resume-se a um discurso ideológico, que corrobora para apagar os traços desse fundamento: “O urbanismo aparece, assim, como o veículo de uma racionalidade limitada e tendenciosa, da qual o espaço, ilusoriamente neutro e não político, constitui o objeto (objetivo)” (LEFEBVRE, 1999, p. 150). A tais fatores, o autor denomina **ilusão urbanística**. O urbanista pretende substituir e suplantar a prática urbana por representações do espaço, da vida social, das relações, enquanto a ideologia urbanística se mostra redutora da prática, do habitar, do valor de uso, pretendendo resolver a problemática urbana numa e por uma teoria total, aplicável. O urbanismo se vê entre os interesses privados e políticos; entre o neoliberalismo e o dirigismo (LEFEBVRE, 1999).

Cabe aos cidadãos e aos grupos, por eles constituídos, o direito de “[...] figurar sobre todas as redes e sobre todos os circuitos de comunicação, de informação, de trocas” (LEFEBVRE, 2008, p. 31). Isso, para o autor, não depende de uma ideologia urbanística, nem de uma intervenção dos arquitetos, mas de uma qualidade ou propriedade essencial do urbano: a centralidade. A realidade urbana não existe sem um centro, sem uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e, nele, ser produzido, sem o encontro atual ou possível de todos os objetos e de todos os sujeitos que nele interferem. Em seus apontamentos, Lefebvre (2008) é categórico: excluir classes, grupos e indivíduos do urbano significa excluí-los da civilização e da sociedade.

Surge, então, o direito à cidade, enquanto conceito que legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana. O direito à cidade – direito à vida urbana, transformada, renovada – representa o inverso da fragmentação do espaço, isto é, reconstitui o tempo e o espaço da reunião e do encontro: não implica uma “ciência do espaço”, seja esta ecológica, seja esta geopolítica, seja esta de planejamento etc., mas o conhecimento de uma produção do espaço (LEFEBVRE, 2008).

Para Lefebvre (2008), outro modo de produção não se define, apenas, pela propriedade e pela gestão coletivas dos meios de produção, mas pela gestão e pela produção coletivas do próprio espaço, pois a produção do espaço não pode produzir, senão, o espaço diferencial, o espaço em que impera o direito às diferenças (étnicas, de povos, de classes etc.). Tomado como “utópico”, este só será possível com um grande crescimento da riqueza social, mas com profundas modificações nas relações sociais: “[...] tal desenvolvimento supõe uma orientação do crescimento econômico, que não mais conteria em si sua finalidade, nem visaria mais à acumulação (exponencial) por si mesma” (LEFEBVRE, 2008, p. 34).

Assim, a promoção do urbano, enquanto valor de uso e calcado no paradigma do direito à cidade, liga-se: à recusa do crescimento econômico quantitativo; à primazia do desenvolvimento qualitativo; à redução do Estado a uma função subordinada; em suma, à crítica radical do Estado e da política (LEFEBVRE, 1999). O autor identifica a sociedade urbana como causa e como consequência da superação da cidade industrial, a partir de um processo denominado revolução urbana, que consistiria no atravessamento do período em que predominam as questões de industrialização e de crescimento, ao período de busca pela resolução da problemática urbana; de produção de um novo espaço urbano, mais habitável; um espaço, em que o encontro e o lúdico, a festa e a diferença, a apropriação do tempo e do espaço seriam prioritários, no qual o cotidiano passaria a ocupar o primeiro plano (LEFEBVRE, 1999).

No próximo capítulo, descobriremos como as noções de Lefebvre nos auxiliam na compreensão das condições de produção de um discurso hegemônico no que se refere às diversas dimensões do urbano e à elaboração das formações ideológicas e discursivas que guiarão nossa análise.

O DISCURSO HEGEMÔNICO: ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E LEGITIMAÇÃO DE SENTIDOS



Poderosos, os discursos! Eles quase sempre dão conta de apagar diferenças fundamentais entre sujeitos e classes sociais; de sumir e de distorcer com a visão concreta do corpo; de subverter as subjetividades constituídas e reformatá-las de acordo com os interesses maiores dos dominantes; disfarçam o lucro e a exploração; escondem a importância social dos modos de produção. E não realizam essa obra hercúlea enfrentando tais concepções à luz do dia, mas fazem isso velando a realidade e construindo consciências subalterizadas e caudatárias de seus interesses.

Valdemir Miotello, 2000

Antes de tudo, precisamos compreender a relação entre discurso e hegemonia. Em seus estudos sobre linguagem, ideologia e poder, Fairclough (1997) pontua que o próprio discurso é uma qualidade inerente à hegemonia. Assegura que, para se tornar hegemônico, um sujeito deve embasar suas práticas discursivas em conteúdos que a sustentem. Além disso, é imprescindível o estabelecimento das práticas discursivas no campo dialético, pois as hegemonias são transformadas em discurso a partir de sua composição, sendo contestadas ou ratificadas nas interações sociais. Quando transformada em discurso, a hegemonia atua através da ideologia nas interações sociais, peças fundamentais na continuidade das relações de dominação ao legitimarem o poder que é estabelecido por um pretense consenso, ao invés de imposto pelo uso da força.

Portanto, faz-se importante ressaltar que, na atualidade, o desenvolvimento de uma reflexão acerca das cidades (em suas diversas dimensões), levando em consideração a incorporação dos mais variados discursos hegemônicos na produção do espaço urbano, exige, como bem coloca Ribeiro (2014, p. 40), uma:

[...] fundamentação dos saberes inscritos à evolução da economia capitalista nas últimas quatro décadas, o que implica explorar os fenômenos da globalização em sua dimensão econômica, sobretudo no fortalecimento do conteúdo ideológico que tem permeado às políticas de Estado e de mercado neste período, o chamado neoliberalismo.

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma breve reflexão sobre o contexto histórico que possibilitou a emergência de um discurso hegemônico relativo às cidades. Trata-se, portanto, de analisar as condições de produção do discurso, observando o arquivo no qual a pesquisa está embasada, para identificar as relações interdiscursivas que propiciaram o seu surgimento, assim como para descobrir seus sujeitos sociais enunciativos no estabelecimento de políticas urbanas e de produção do espaço nas cidades. Desta forma, a delimitação temporal, para melhor compreender as condições de produção discursiva sobre o urbano aqui apresentadas, tem início na década de 1960, dada a importância de construir uma leitura ampla no que tange aos contextos sócio-histórico, político e econômico que abarcam a gênese de conceitos, teorias e símbolos sobre as cidades e que servem de base material encarregada de ditar os caminhos possíveis da promulgação de variados processos interdiscursivos.

Consequentemente, observando-se as ferramentas metodológicas de análise e de composição do *corpus* da pesquisa em tela, será dado foco aos discursos proferidos a partir da década de 1990, por ser o período no qual se empreendem com mais agressividade as reestruturações do poder e da economia em escala mundial e no qual o urbano passou a sofrer

intensas transformações, provocadas, sobretudo, pelo capital financeiro, em confluência com o Estado, perpassando os campos político e cultural. Tal cenário cria produtos discursivos que reverberam hodiernamente.

De um ponto de vista abrangente, atentando-se a estes produtos discursivos, tem-se a impressão de que constituem um todo quase homogêneo, um universo retilíneo, que, para Miotello (2000, p. 14), reverbera sua veracidade no contexto atual, que, não obstante a disparidade de épocas e de civilizações anteriores, prossegue “[...] igual na sua amplitude máxima, atingindo todas as regiões do planeta, sob o efeito da civilização globalizada”. Há, então, este discurso uniforme e hegemônico, sob uma ótica ideológica, que justifica a existência de uma sociedade mundial, alicerçada, sobretudo, nos princípios econômicos do modo de produção capitalista, que se reproduz e que se difunde na acumulação de capital e na execução e no consumo de bens, sendo, um desses bens, a própria cidade, com seus espaços, suas representações e suas subjetividades.

3.1 O CONTEXTO DE SURGIMENTO DO DISCURSO HEGEMÔNICO: ALGUMAS NOÇÕES PRELIMINARES

O recorte de tempo estabelecido nesta pesquisa coincide com o advento do paradigma da pós-modernidade, que consiste em uma problemática pertinente aos discursos social, econômico, político-cultural e epistemológico pós anos 1970. A pós-modernidade é uma das expressões de um rearranjo dos processos sociais e societários pós-industriais. Adequando-nos à lógica formal utilizada neste trabalho, podemos dizer que o conceito de pós-modernidade situa o pensamento intelectual em um contexto sócio-histórico permeado por discursos, como, por exemplo, os da globalização e do desenvolvimento, que irão fundar o arquivo da pesquisa. Há uma imensa cadeia de sentidos, que se inter-relacionam nas materialidades discursivas analisadas nesse recorte temporal específico, podendo-se detectar algumas recorrências e algumas dispersões que servirão como formas de organizar a descrição e a interpretação desse arquivo, resultando na constituição do *corpus* da pesquisa.

Para Mendes (2011), o prefixo “pós”, além de designar reações de ruptura e de oposição à modernidade, também remete a um certo esgotamento de taxinomias. Há sinais evidentes de mudanças na compreensão do mundo, nas condições sociais, políticas e econômicas, que demonstraram os limites do pensamento modernista. Para Harvey (2000), o pensamento pós-

moderno se caracteriza pela indeterminação e pela desconfiança em relação a todos os discursos universais e totalizantes (característica marcante do pensamento modernista), privilegiando a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição de um discurso cultural. Toda uma corrente de autores irá associá-la ao movimento de minorias (movimento feminista, LGBT, indígena etc.), em que ocorreria a valorização do discurso do Outro. Toda autoridade seria rechaçada, sendo a afirmação das partes, em contraposição ao todo, sinônimo de pluralidade e de democracia (ORTIZ, 1992).

Para além de investigar no que consiste e como se concebem os princípios teóricos/epistemológicos da pós-modernidade, ou mesmo se se trata de um novo paradigma (ou apenas de um conceito periodizador), o cerne da discussão aqui empreendida utilizará os discursos sobre o urbano deste período como arquivo (na noção pecheutiana) da pesquisa. Os variados documentos, que materializam o discurso, serão, então, analisados, para compreender quais são os sentidos evocados por eles e como se metamorfoseiam em intervenções no espaço urbano.

No quadro a seguir, adaptado de Hassan (1975 apud HARVEY, 2000), observamos o estabelecimento de uma série de oposições estilísticas (inclusive as dos campos linguístico e filosófico), que retratam a dicotomia entre os pensamentos moderno e pós-moderno. Pensamos que alguns termos, mesmo de forma sintética, ajudam a entender as diferentes construções estilísticas da linguagem, as significações e as representações do discurso hegemônico referente ao urbano no período estudado.

Quadro 1- Diferenças estilísticas entre o modernismo e pós-modernismo

Modernismo	Pós-Modernismo
Romantismo/simbolismo	Parafísica/dadaísmo
Forma (conjuntiva/fechada)	Antiforma (disjuntiva/aberta)
Propósito	Jogo
Projeto	Acaso
Hierarquia	Anarquia
Objeto de arte/obra acabada	Processo/performance
Distância	Participação
Criação/totalização/síntese	Desconstrução/antítese

Presença	Ausência
Gênero/fronteira	Texto/intertexto
Semântica	Retórica
Hipotaxe	Parataxe
Metáfora	Metonímia
Significado	Significante
Legível	Escrivível
Narrativa	Antinarrativa
Seleção	Combinação
Profundidade	Superfície
Determinação	Indeterminação
Transcendência	Imanência

Fonte: adaptado pelo autor, a partir de Hassan (1975 *apud* HARVEY, 2000, p. 48)

Prosseguindo, podemos afirmar que, para além de pós-modernidade, outros tantos enunciados são facilmente encontrados no interior dos discursos analisados neste trabalho, que compõem todo um repertório léxico estereotipado do atual estágio do modo de produção capitalista, reestruturado e redimensionado com base em novas tecnologias, em novos modos de coordenação econômica e na crescente subsunção das relações extra econômicas, sob a lógica de acumulação, como, por exemplo: globalização, alianças estratégicas, empreendedorismo, governança, redes econômicas, compressão de espaços e de tempos, flexibilização, sociedade do trabalho, economia da informação, cultura empresarial etc. (FAIRCLOUGH, 2000).

Embora muitos destes termos não tenham uma correspondência exata entre si (e não seja objetivo deste trabalho esmiuçá-los em todas as suas dimensões), dão conta de conteúdos da realidade social que tiveram o seu aparecimento no recorte temporal estabelecido anteriormente. Focaremos, portanto, nos enunciados cuja análise mais aprofundada nos ajudará a responder às perguntas da pesquisa, assim como a alcançar os objetivos estabelecidos: globalização, desenvolvimento e planejamento estratégicos e empresariamento urbano.

Como toda e qualquer palavra que carrega uma alta carga ideológica, constatamos que “globalização” é um enunciado de elevada polissemia, com alguns de seus significados sendo amplamente discutidos em várias frentes de estudo. Seu sentido mais amplo, conforme Soja (2000), denota um fortalecimento da consciência do mundo, como um todo, o que promove o aprofundamento e a ampliação das interconexões nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, com alcances e com escalas inéditas em todo o mundo. Relevante afirmar que, para além de fenômeno, é também um conceito, que, ao capturar a imaginação popular, tornou-se um paradigma amplamente difundido no meio científico e no senso comum a partir de um vasto horizonte discursivo. Como um paradigma que engloba todos os estudos sobre o contemporâneo, a globalização se tornou uma metáfora que generaliza um amplo espectro de representações discursivas alternativas do que é novo para o nosso mundo hoje, enquanto se afirma como conceito básico, necessário para decidir o que fazer em resposta a esta nova globalidade onipresente (SOJA, 2000).

Nesse sentido, o fato de apresentar as principais características do discurso geral sobre a globalização representa um enorme desafio, dado que o âmbito do próprio discurso se tornou tão inclusivo que esta se torna uma tarefa praticamente inexecutável, uma vez que aqueles que o produzem estão inseridos em quase todas as áreas de estudo. Ao invés de tentar sintetizar a vasta bibliografia sobre globalização, vamos compor uma análise em torno de uma série de temas e de conceitos representativos que se desenvolvem sincronicamente – e em consequência uns dos outros –, para compreender o impacto do discurso da globalização nos espaços urbanos contemporâneos. Para prosseguirmos, cabe anunciar, desde já, que o acontecimento “globalização” será encarado, aqui, como mais um enunciado discursivo que traz consigo uma carga retórica de sentidos e de representações concretas impostas pelos sujeitos dominantes do capitalismo.

Conceituado por Castells (1999) como um conjunto de transformações econômicas, socioculturais e tecnológicas em curso, desde os anos 1970, a globalização abarca processos de reestruturação da divisão internacional do trabalho e de homogeneização mundial de modos de vida. Orientando-se na mesma visão, para Santos (2000), o processo globalizador é o apogeu da internacionalização do capital; processo este sustentado sobre o novo estado das técnicas (permitidas pelo avanço da ciência da informação, da informática, da cibernética etc.) e o novo estado das políticas, ambos complementares. Resultado disso são as ações que garantem o surgimento de um mercado global e de processos políticos com difundida eficiência. Assim, para o autor, há alguns fatores que nos ajudam a assimilar o fenômeno da globalização na

atualidade: a unicidade da técnica; a convergência dos momentos; a cognoscibilidade do planeta; e a existência de um motor único na História, representado pela mais-valia globalizada (SANTOS, 2000).

No processo atual, as diferentes técnicas se tornam unificadas, pois seguem uma ideologia a serviço do mercado, sendo mantidas na individualidade, na competitividade e no consumo, disseminando, assim, relações econômicas de opressão; ocorre, também, uma convergência de momentos, quando o modo de produção das empresas permite que funcionem o dia inteiro em diferentes lugares do globo; e a existência de um motor único, que impulsiona o mundo, a mais-valia universal é efeito da mundialização das empresas multinacionais, que, agora, competem de maneira inédita (SANTOS, 2000).

Enquanto construção primordialmente ideológica em sua concepção - um mito ou fábula que serve a interesses hegemônicos do capital - a globalização tem seu lado perverso, colocado por Santos (2000) como as tiranias do dinheiro e da informação, que alicerçam o sistema ideológico e que atua na construção de um pensamento único, ao manipularem informações que influenciam a vida cotidiana das pessoas, os seus costumes, as suas crenças e as suas relações sociais. Esse sistema ideológico instaura sentimentos de crise generalizada e de medo (principalmente, do desemprego), cujo único caminho de superação é a aquiescência passiva aos ditames dos mercados financeiros e dos sujeitos discursivos hegemônicos.

Portanto, a ideologia tem um papel fundamental na dissimulação da realidade vivida e na criação de mitos e de alegorias, como, por exemplo, nas ideias de “aldeia global”, de “espaço contraído”, de “humanidade desterritorializada”, de “cidadania universal” (SANTOS, 2000), e de metáforas, como "economia-mundo", "sistema-mundo", "*shopping center* global", "Disneylândia global", "nova visão internacional do trabalho", "moeda global", "cidade global", "capitalismo global", "mundo sem fronteiras", "tecnocosmo", "miniaturização", "hegemonia global" (IANNI, 2001).

Para concluir nosso pensamento com relação à globalização, enquanto enunciado ideológico, concordamos com os apontamentos de Ribeiro (2014, p. 48):

[...] no interior de uma complexidade verificada nas esferas econômicas da produção, distribuição e consumo, bem como nas instâncias políticas e sociais, na cultura e na tecnologia, é possível afirmar que a descontinuidade histórica expressa pela globalização apenas se consolida em função do conteúdo paradigmático incutido no campo da ideologia. Esta globalização em que o mercado e as grandes corporações multinacionais e financeiras se elevam como as instituições dominantes, exigiu um campo ideológico que assegurasse a busca pelo consenso e aceitação social. Com efeito, os elementos constitutivos deste período elaboram um paradigma que tem

influído diretamente nas maneiras de ver, sentir e interpretar a realidade nas últimas quatro décadas.

3.2 A SIGNIFICAÇÃO DA CIDADE PÓS-MODERNA: ENTRE SIMBOLISMOS E ESTRATÉGIAS

Quando utilizado para se remeter ao urbano, o adjetivo “pós-moderno” denota transitoriedade, construção de características que ainda não configuram um modelo acabado de cidade. Para Zukin (2000), a imprecisa diferenciação do fenômeno da pós-modernidade nas cidades se dá mediante ao consumo visual do espaço e do tempo, que se encontra “[...] tão acelerado quanto abstraído da lógica da produção industrial, forçando uma dissolução das identidades espaciais tradicionais e sua reconstrução sobre novas bases [...]” (ZUKIN, 2000, p. 205).

Para a autora, o processo social de construção da pós-modernidade, enquanto ressignificação da cidade, depende de dois fatores principais: a fragmentação econômica, que causa a dissipação dos laços de solidariedade urbana e a reintegração desses laços em um processo que é fortemente convertido em simulacro de novos modos de apropriação cultural. Corroborando os apontamentos de autores já vistos, Zukin (2000) assinala que, nesse contexto, as estratégias de agentes imobiliários, por exemplo, consistem em converter as representações e os sentidos do espaço citadino em uma lógica fictícia, uma imagem que é um invólucro, um artigo de consumo visual para grande parte da população.

Sob uma perspectiva econômica, a cidade dita pós-moderna (ou pós-industrial, pós-fordista, dependendo da designação de cada autor) tem como características principais: a desindustrialização, o supracitado processo de globalização, que acarreta a demanda de novos tipos de produtividade, o crescimento das atividades do setor terciário, a experimentação de novos modos de organização econômica e o desenvolvimento constante e massivo das redes de transportes e de telecomunicações (MENDES, 2011). Para o mesmo autor, esses processos acabam por produzir uma cidade:

[...] extraordinariamente volátil, segmentada, fragmentada, descentralizada, amorfa e impressionantemente heterogênea nas práticas socioculturais, nos modos e estilos de vida e na organização espacial e na gestão de como o território é afetado para cumprir uma diversidade funcional cada vez maior. (MENDES, 2011, p. 478)

Amendola (2000) destaca que as características marcantes da experiência urbana pós-moderna são: a fragmentação (que resulta em uma espécie de *patchwork* ou *bricolage* projetual nos espaços urbanos); crises de si mesmo e de falta de profundidade (a identidade como um problema e a difusão de identidades momentâneas e alteráveis); hedonismo e busca pela beleza (substituição do princípio da utilidade pelo do prazer, com afirmação da beleza como um valor difuso); hibridização; paródia, pastiches (redução do passado ao presente); carnavalização (vida como um jogo, uma máscara e uma festa); protagonismo e participação (cidade como trabalho em andamento, aberto aos significados de cada um); e subjetivismo (primazia da constituição individual).

Como já citado, os discursos desse período acerca do urbano contêm enunciados que se estruturam como saberes especializados, legitimando teorias que findam em programas e em projetos de intervenção material na cidade. Entre esses saberes especializados, encontram-se os dos campos da Arquitetura e Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional.

Relativamente à Arquitetura, Ortiz (1992) assinala que esta se apresenta sob um duplo prisma na pós-modernidade. Ela teria um pé na cultura "elitista", pois muitos profissionais da arquitetura estariam demasiadamente preocupados com "marcas de status", assim como com o conforto e com o domínio estético, fatores que nos ajudam a compreender o atual fascínio pelo embelezamento, pela ornamentação e pela decoração como códigos e símbolos de distinção social, e outro pé na cultura "popular", por mesclar arte e indústria cultural (de mercado), com uma enorme diversidade de estilos e com uma autonomia na criação de formas, libertando-se da coerção de demandas externas, que impunham a conexão forma-função (ORTIZ, 1992).

Esses elementos findam por ampliar o desenvolvimento do caráter simbólico da Arquitetura, que se converte em mensagem, impregnada de sentidos, a ser lida por aqueles que a contemplam. Assim, sua linguagem comporia uma estratégia de comunicação em relação a um público mais amplo. Na criação de cenários, de ficções e de imagens ditas globalizadas, a arquitetura e o patrimônio arquitetônico, na pós-modernidade, tornaram-se descompromissados com a cadeia de valores que os conectam ao passado e ao lugar, para se adaptarem acriticamente ao espírito de uma sociedade publicitária (ORTIZ, 1992).

Tomando-se o campo do planejamento urbano, as tendências hegemônicas da recente dinâmica de acumulação, sob a égide do atual processo de globalização, são as de leitura e de construção de sentidos e de representações das cidades a partir de poucos centros, situados nos países de capitalismo avançado. Martins (2013) destaca que os projetos de transformação

urbana do último quarto do século XX fazem parte da terceira geração de políticas públicas sobre o tema de renovação da cidade. Enquanto a primeira geração (do pós-guerra do século XX) rejeitava o existente, a segunda e a terceira gerações de projetos são caracterizadas pelas oportunidades oferecidas no interior da cidade. Se a segunda geração de projetos respondeu a questões específicas (derivadas da degradação dos centros históricos e da necessidade de melhoria dos espaços livres, através de planejamento urbano integrado e, sobretudo, dos planos diretores urbanos) e esteve relacionada ao movimento moderno, a terceira geração, dita pós-moderna, esteve motivada pela procura de dinamizar a economia urbana, por meio de políticas urbanas preocupadas com a atração de investimentos, eventos e turismo (SOMEKH; CAMPOS, 2001).

Nesse mesmo sentido, Arantes (2000) assinala que foi a partir da década de 1970 que o planejamento convencional, a partir da utilização de planos e de regulamentos para guiar o uso do solo, pareciam cada vez mais desacreditado devido às fortes crises que abalaram a economia mundial. Conforme indicação de Harvey (2005), o enfrentamento desse quadro de crise foi se dando por meio do que o referido autor denomina **empresariamento urbano**, uma nova forma de ver, pensar e administrar as cidades, buscando adequá-las às oportunidades oferecidas pela dinâmica de acumulação, caracterizada pela seletividade de investimentos. É nesse contexto que Vainer (2000) se refere à transferência e à difusão do *savoir faire* das empresas privadas – ligadas às lógicas da competitividade, da eficiência e da acumulação do capital – para as instituições governamentais e, em seguida, para as cidades. Tal lógica se originou, primeiramente, em administrações urbanas de cidades dos Estados Unidos, acompanhada de palavras-chave, como empresariamento, empreendedorismo e “parceria” entre o setor público e a iniciativa privada.

Para Sánchez (2003, p. 251-252):

[...] a adoção de uma nova agenda urbana, pautada no evangelho da economia de mercado, que aparece como condição inexorável para os governos de cidade, e a realização, no espaço, das mudanças movidas pelas exigências atuais dos processos de acumulação vem sustentada, pela mediação do político, numa nova visão de mundo.

Tornou-se norma para as diferentes escalas da administração urbana, no afã da procura por estratégias “pluralistas” para se abordar a questão do desenvolvimento nas cidades – uma espécie de “colagem” de espaços e de misturas altamente diferenciadas, em vez de perseguir planos grandiosos, baseados no zoneamento funcional de atividades diferentes. A cidade pós-anos 1970 virou um campo de experimentação para uma espécie de *bricoleur* pós-moderno,

enquanto o termo “revitalização”, palavra-chave no léxico dos planejadores, talvez seja, hoje, um dos mais propagados em todas as extensões de políticas que tratam das cidades, independentemente, como vimos, do espectro ideológico (HARVEY, 2005)

De fato, segundo Smith (1996), existe um discurso, no âmbito de políticas de requalificação urbana, que emula objetivos benéficos, como a fixação da população nos locais de intervenção, a modernização do tecido econômico, o aumento do emprego e o crescimento econômico das cidades. No entanto, este discurso não deixa de funcionar, também, como mecanismo de legitimação da mobilização de grandes investimentos públicos em áreas de interesse do capital especulativo-imobiliário, que resulta no processo de gentrificação⁷.

Na esteira do modelo imposto pelos sujeitos discursivos hegemônicos, estão a transferência de certos modelos de projetos, *cases* qualificados como experiências de sucesso (obviamente, seguindo uma construção argumentativa retórica) nos planejamentos urbano e regional. Como um espelho refletor, o deslocamento espacial desses modelos se apoia na suposta homogeneização universal, provocada pelo discurso da globalização, e nas novas modalidades de valorização do capital para transferir e difundir suas práticas de país em país, a começar pelos Estados Unidos, passando para a Europa e, em seguida, para o Brasil e para os demais países semiperiféricos, pouco levando em conta seus contextos sociais, econômicos, culturais e territoriais (MARICATO, 2000).

Para Sánchez (2001), os sujeitos que participam desse campo político de alcance mundial constroem estratégias discursivas dominantes como meios e como instrumentos de difusão e de legitimação de suas ideias em variadas escalas, sujeitando o local ao global e introduzindo formas modernas de dominação e técnicas de manipulação cultural. São exemplos de sujeitos discursivos: governos locais, em associação com as mídias, instituições supranacionais, agências multilaterais e consultores internacionais (SÁNCHEZ, 2001). No próximo tópico, especificaremos algumas das estratégias discursivas empregadas por esses sujeitos.

3.3 OS SUJEITOS DO DISCURSO HEGEMÔNICO

⁷ Por gentrificação se designa um tipo de intervenção urbana em sítios históricos ou não, nomeadamente aquelas que ocorrem em zonas degradadas das cidades, mas que, em geral, retêm valor patrimonial, e que modificam a paisagem urbana com transformações arquitetônicas de forte apelo visual, atendendo às demandas de valorização imobiliária, de segurança, de ordenamento e de higienização social do espaço urbano (LEITE, 2014).

Com o fim da segunda grande guerra, questões importantes de geopolítica global, referentes ao comércio, à gestão monetária e à cooperação para o desenvolvimento, ficaram a cargo de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Associadas a elas, estão organizações regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica para a América Latina da ONU (CEPAL).

No âmbito dessas instituições de governança global, realiza-se uma acentuada circulação de discursos sobre cidades, em que são estabelecidos convenções, tratados, acordos e pactos, que resultam na elaboração de diretrizes, programas, projetos e ações que têm a produção do espaço urbano como fim último. Segundo Medeiros (2019, p.02), essa circulação é definida por “[...] um movimento no tempo e no espaço, que anuncia que ideias, envolvendo o processo de produção de cidades, sejam deslocadas para além de suas origens locais e para além das temporalidades vividas na sua gênese”.

Um enunciado de importância ímpar nesse contexto é “desenvolvimento”. Objetivo final de todos os pactos firmados por esses organismos – como em “cooperação para o desenvolvimento das nações” – este vocábulo polissêmico está presente em praticamente todos os discursos analisados. Segundo Medeiros (2019), o uso do termo esteve primeiramente atrelado à noção de crescimento econômico, visando, sobretudo, ao enfrentamento da pobreza extrema (principalmente nos países chamados, à época, de terceiro mundo).

Para Souza (1997), o conceito de desenvolvimento apresenta duplo significado. O primeiro contempla seu aspecto quantitativo: o desenvolvimento econômico, como crescimento mais modernização tecnológica, estaria preocupado com *meios*, e não com *fins*. O segundo (qualitativo), compreende, também, a crescente complexidade da estrutura da economia (progresso técnico e integração intersetorial). Para o autor, a ideologia hegemônica de desenvolvimento tem seus interesses vinculados ao fim (meta), como perpetuação do modelo social-capitalista, de maneira a beneficiar determinados grupos e classes, além de minimizar discussões sobre ética e política (SOUZA, 1997).

Com o passar do tempo, o termo adquire diversas adjetivações, que irão qualificá-lo, dando-lhe variadas dimensões, sendo “sustentável” a mais corrente. Ribeiro e Mancilla (2020) destacam que os discursos sobre o desenvolvimento vão se tornando, paulatinamente, uma estratégia que agrega conhecimento e poder a partir destas agências e estruturas internacionais, visando à homogeneização do mundo e à promoção de uma ordem calcada nos interesses, muitas vezes, velados dos países capitalistas avançados, como impulsionar os

processos de acumulação de capitais imobiliário e financeiro e mercadificar as cidades, através da submissão de governos locais a uma dinâmica articulada entre circulação de capital sobreacumulado e um circuito global.

Nesse intento, são necessários largos investimentos em capitais fixos, através da criação de urbanização ou intervenções para a renovação urbana, como, por exemplo: construções das mais variadas categorias, a exemplo de edifícios corporativos, de residências, de conjuntos habitacionais; grandes equipamentos, como praças e parques; grandes projetos urbanos, como requalificações de áreas degradadas das cidades; e infraestruturas de todo tipo, como portos, aeroportos, estradas etc. Estas intervenções são realizadas por meio da coadunação entre o capital imobiliário urbano e o capital financeiro, mediante empréstimos de longo prazo (RIBEIRO; MANCILLA, 2020). O interesse aqui é, portanto, investigar quais são as estratégias discursivas ideológicas empenhadas em justificar tais processos.

Para os autores, o capitalismo, em sua dimensão urbano-imobiliário global, precisa:

[...] impulsar y fortalecer redes transnacionales e interjurisdiccionales de transferencia de modelos y formas de pensar las ciudades para desplegar políticas urbanas en sus diferentes escalas de actuación. Estas redes no sólo incluyen organismos multilaterales, sino también entidades financieras, corporaciones, fundaciones y organizaciones no gubernamentales. (RIBEIRO; MANCILLA, 2020, p. 343-344)

Nesse contexto, além da difundida expressão “cidades sustentáveis”, várias outras adjetivações são empregadas por organismos internacionais, empresas privadas e, mesmo, por teóricos da academia, para qualificar o espaço urbano na atualidade. A cidade sai da forma passiva de objeto e assume uma forma ativa de sujeito. Destacam-se, nesse contexto, o uso de expressões como cidades inteligentes, cidades criativas, cidades competitivas, cidades resilientes, cidades saudáveis etc. Cada vez mais usados nos discursos dos sujeitos hegemônicos, estes enunciados são carregados de sentidos.

Alguns exemplos de documentos instrumentais que provêm modelos, diretrizes e concepções sobre as cidades e sobre o desenvolvimento urbano, nesse ambiente de governança mundial, incluem: as *Agendas Urbanas*, definidas pela ONU, a exemplo dos resultantes da Conferência Habitat III; o *Guia Metodológico da Iniciativa de Cidades Emergentes e Sustentáveis* e a monografia *Caminho para as Smart Cities: da Gestão Tradicional para a Cidade Inteligente* do BID; a cartilha *Cidades competitivas para emprego e crescimento: quem, que e como* do Banco Mundial, e a brochura publicitária *Rede de Cidades Criativas da*

Unesco: Criatividade para o desenvolvimento urbano sustentável da UNESCO (BID, 2013; 2016; BANCO MUNDIAL, 2015; UNESCO, 2016; ONU HABITAT, 2017).

No Quadro 2, podemos visualizar sinteticamente algumas das características desses instrumentos, seus objetivos e suas formas de pensar as cidades na atualidade. Posteriormente, adentraremos mais detalhadamente em suas concepções sobre desenvolvimento urbano, ao analisarmos recortes discursivos retirados destes documentos.

Quadro 2- Organizações multilaterais, suas concepções e seus objetivos, relativamente às cidades e ao desenvolvimento urbano

Organização e instrumento	Concepções sobre o urbano	Principais desafios encontrados	Objetivos e propostas
ONU Habitat <i>- Nova Agenda Urbana (2017)</i>	Cidades sustentáveis: - Cidades como fonte de soluções dos desafios enfrentados pelo mundo, atualmente - A urbanização, se bem planejada e administrada, pode ser uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento sustentável, tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento	- A persistência de múltiplas formas de pobreza, as crescentes desigualdades, a degradação ambiental, a exclusão socioeconômica e a segregação espacial	- Fornecer os princípios e as principais práticas comprovadas, para trazer à vida o ideal de desenvolvimento urbano sustentável - Salientar a conexão entre a boa urbanização e a criação de empregos, as oportunidades de subsistência e a melhora da qualidade de vida
Banco Mundial <i>- Cidades competitivas para emprego e crescimento: quem, que e como (2015)</i>	Cidade competitiva: torna mais fácil para suas empresas e para suas indústrias a criação de empregos e o aumento da produtividade e da renda de seus cidadãos Globalmente, melhorar a competitividade é o caminho, que leva à eliminação da pobreza extrema e que promove a prosperidade compartilhada	- Falta de instalações para o investimento nas cidades, por parte da administração do setor público - Deficiências de infraestrutura e de terras, para promover vantagem comparativa, no que tange a negócios	- Criar um corpo robusto de conhecimento, para responder às perguntas feitas pelas cidades na comparação de seu desempenho, analisando as melhores práticas, e entender como se organizar para resultados, dependendo do contexto - Converter o desenvolvimento econômico em uma prioridade explícita - Fomentar coalizões público-privadas, para

			resolver problemas específicos
BID - <i>Guia Metodológico da Iniciativa de Cidades Emergentes e Sustentáveis (2016)</i>	- Cidade sustentável como aquela que oferece qualidade de vida a seus cidadãos, que minimiza seus impactos no meio ambiente, que preserva seus ativos ambientais e físico para as gerações futuras e que promove o desenvolvimento econômico e a competitividade Da mesma forma, possui um governo com capacidade fiscal e administrativa, para realizar suas funções urbanas	-Grandes índices de desigualdade, de desemprego, baixa produtividade, más condições e informalidade do trabalho - Espaço fiscal limitado, o que afeta credibilidade e capacidade de desenvolver projetos estratégicos públicos e com a participação do setor privado	- A expansão do pilar de desenvolvimento econômico local competitivo e sustentável, na dimensão do desenvolvimento urbano - Desenvolver uma metodologia de diagnóstico, que torna mais fácil para as cidades formular planos de ação, identificando intervenções estratégicas, que contribuem ao cumprimento de suas metas de sustentabilidade no curto, no médio e no longo prazos
BID - <i>Caminho para as Smart Cities: da Gestão Tradicional para a Cidade Inteligente (2016)</i>	- Cidade Inteligente: uma cidade inovadora, que utiliza as Tecnologias de Informação Comunicação (TIC) e outros meios, para melhorar a qualidade de vida, a eficiência das operações e dos serviços urbanos e a sua competitividade, enquanto garante o atendimento às necessidades das gerações atuais e futuras, com relação aos aspectos econômicos, sociais e ambientais	-Urbanização desordenada - Baixa capacidade fiscal das cidades: a baixa arrecadação e os gastos elevados no nível local resultam na redução dos orçamentos para investimentos e na alta dependência de repasses de outras esferas governamentais - Problemas estruturais e processuais da administração pública	- Apresentar, de formas prática e abrangente, os conceitos básicos e os princípios das <i>Smart Cities</i> , bem como os elementos necessários a sua composição, como o uso de tecnologias e de processos, os mecanismos que buscam maior eficiência dos governos, a ampliação da produtividade das empresas e o incentivo ao ambiente de inovação
UNESCO	Cidades criativas: criatividade como motor essencial para o desenvolvimento e para a renovação urbana sustentável	- O não reconhecimento da criatividade como fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável	- Colocar criatividade e indústrias culturais no centro dos planos de desenvolvimento, no nível local, e cooperar ativamente, por meio de parcerias intermunicipais, em nível internacional

Fonte: elaborado pelo autor (2020), a partir de Banco Mundial (2015), UNESCO (2016), BID (2013, 2016), ONU Habitat (2017) e Ribeiro e Mancilla (2020).

3.3.1 Cidades competitivas

Nesse ponto, é importante frisar que, segundo Fiori (2006), as instituições multilaterais bancárias, como o BID e o Banco Mundial, após sucessivas crises que abalam a economia de vários países subdesenvolvido a partir da década de 1980, começam a exercer uma influência que vai além das recomendações e do estabelecimento de diretrizes, passando a intervenções mais ativas, como parte das exigências dos acordos de renegociação de dívidas, protagonizados pelo Fundo Monetário Internacional. No escopo das reestruturações preconizadas pelas instituições estão: a reforma do sistema habitacional, a descentralização das políticas públicas, a criação de fundos de financiamento onerosos e o ajuste fiscal das cidades (FIORI, 2006).

No entanto, foi a partir dos anos 1990 que os bancos se efetivaram como ferrenhos propagadores do planejamento estratégico das cidades. Outros sujeitos vetores do discurso da cidade competitiva e do planejamento estratégico são os denominados consultores internacionais. Trazem, em suas bagagens, um *marketing* agressivo, que se baseia em experiências pretensamente exitosas, em modelos prontos de cidades, em receitas passo-a-passo. Seus expoentes mais famosos são, sobretudo, os teóricos catalães, que, a partir da experiência de Barcelona, tornaram-se os *headmasters* do *know-how*, em se tratando da composição de planos estratégicos. Ajudaram, com seu vocabulário corporativo e com suas práticas de gestão empresarial profissional, a instaurar mais vigorosamente nos governos locais a lógica mercadofila de financiamento das cidades, como podemos constatar nos recortes discursivos 1 e 2:

- (1) *Una ciudad competitiva es una ciudad que de manera exitosa facilita que sus empresas e industrias puedan crear puestos de trabajo y aumentar la productividad e ingresos de sus ciudadanos a través del tiempo. A nivel mundial, mejorar la competitividad de las ciudades es el camino que lleva hacia la eliminación de la pobreza extrema y promueve la prosperidad compartida. Desde principios de la década del 2000 las tres cuartas partes de las 750 ciudades más grandes del mundo han crecido más rápido que sus economías nacionales. Sin embargo, cada año se podrían crear millones de nuevos puestos de trabajo si más ciudades funcionaran al mismo nivel que las mejores del mundo. La principal fuente de creación de empleos ha sido el crecimiento de las empresas del sector privado, las cuales representan – en general - alrededor del 75 por ciento de nuevos puestos de trabajo. Por ende, los líderes de las ciudades tienen que estar familiarizados con los factores que contribuyen a atraer, retener y expandir el*

sector privado. Este documento tiene como objetivo analizar los factores que contribuyen a que una ciudad sea competitiva, y la manera en que más ciudades pueden llegar a serlo. (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 12)

- (2) A flexibilidade, globalização e complexidade da nova economia do mundo exigem o desenvolvimento do planejamento estratégico, apto a introduzir uma metodologia coerente e adaptativa face à multiplicidade de sentidos e sinais da nova estrutura de produção e administração. (CASTELLS, 1990, p. 14 apud VAINER, 2000, p. 76)

A nível léxico, notam-se, nestes excertos, o uso de um vocabulário corporativo que associa a cidade a uma empresa: produtividade, produção, renda, gestão, competitividade, setor privado, atrair, reter, expandir, flexibilidade. O uso desse vocabulário visa a equiparar o objeto cidade à eficiência e ao pragmatismo, advindos da administração privada. Importa, aqui, a otimização da performance, da eficiência, da busca por resultados, como critério de legitimação; não, o que é “justo” ou “bom”. Para ganhar a competição, a cidade precisa ter uma boa performance contra as “rivais”.

A cidade competitiva, metonimicamente, é a cidade do empresariamento, com todos os seus conceitos, significações e representações: produtividade, competitividade, subordinação dos fins à lógica do mercado. Explicitamente, há a busca por maior produção e por circulação do que foco na melhoria da qualidade de vida da população, principalmente quando se recorre constantemente à palavra “privado”, que, aqui, tem o mesmo sentido semântico de expressões como iniciativa privada, privatização e outras, que evocam ou remetem ao capital e a empresários capitalistas.

O uso dos termos mundial e globalização visa à generalização, ao abstracionismo, à minimização das diferenças e à desterritorialização e despersonalização das políticas, muito recorrente em discursos globalizadores: no mundo todo, melhorar a competitividade de uma cidade tem apenas uma significação. Não há espaço para dissensos. Por isto, também há o uso de fins genéricos para justificar as ações em tela: eliminação da pobreza extrema e promoção da prosperidade compartilhada. Quem seria contra princípios tão benéficos?

A conjunção condicionante “se” é utilizada como estratégia retórica, que subjuga diversas cidades àquelas que melhor se adaptam ao modelo. Se mais cidades funcionassem ao mesmo nível das “melhores do mundo”, haveria a criação de milhares de empregos. Quais são as melhores cidades do mundo? E em qual sentido o adjetivo está sendo empregado? Pode-se inferir que as melhores cidades do mundo são as cidades mais competitivas, no âmbito do discurso posto? Mais uma vez, a generalização é utilizada como ferramenta que vela sentidos subjacentes.

O uso de dados estatísticos é uma estratégia que atribui racionalidade e cientificismo ao discurso, levando-o a ter mais confiabilidade. Estabelece-se que 75% dos novos postos de trabalho vem da iniciativa privada, mas não se menciona a porcentagem da quantidade de empresas privadas em relação à de empresas públicas. Se o número é muito maior, faz sentido que o número de novos postos de trabalho venham deste setor específico.

O emprego da palavra líderes ao invés de políticos ou termo semelhante também advém do léxico empresarial: pessoas cujas ações e palavras exercem influência sobre o pensamento e comportamento de outras. A cidade competitiva se instaura a partir da retórica de sujeitos que lideram a indústria e o mercado, equiparando-os a acionistas de uma empresa, justificada pela necessidade de flexibilidade na gestão, a fim de poder reagir com rapidez à competição e à evolução do ambiente externo. Um dos objetivos do discurso do empresariamento urbano é justamente esse: a despolitização da vida pública e a atribuição do planejamento ao gestor, voltado para ações práticas, visando a maior acumulação de capital e à tomada de decisões a partir das informações e das expectativas geradas no e pelo mercado. Nesse sentido, Vainer (2016, p. 30) assinala que na cidade competitiva “não há lugar para ideologias nem políticas, há apenas interesses. Na verdade, há apenas um único, verdadeiro, legítimo interesse: a produtividade e a competitividade urbanas, condição *sine qua non* do crescimento”.

Analisando apenas as informações contidas no Quadro 2 e em um recorte discursivo incutido nas políticas para as cidades, defendida por uma instituição financeira multilateral, percebe-se toda a sua dimensão ideológica e, portanto, nada parcial. Fiori (2006) pontua que, mesmo que o modelo de cidade competitiva não seja implementado exatamente como prescrito, as administrações públicas precisam, por vezes de maneira compulsória, adaptar-se a essa realidade, em razão dos empréstimos internacionais, efetuados por essas instituições para projetos, políticas e ações do poder público no âmbito local, que carregam consigo uma agenda afirmativa:

[...] não é, assim, um recurso financeiro *stricto sensu*. Ele contém diversas “condicionalidades” e pretende modelar um determinado padrão de uso do recurso público e de organização do Estado (...) O padrão de gasto público é, pois, condicionado pelas instituições financeiras: diretamente, ao estabelecerem o que consideram ou não “elegível” nos projetos financiados, e, indiretamente, ao solicitarem uma reestruturação do órgão ou empresa pública, para assumirem a “racionalidade” de uma empresa privada (FIORI, 2006, p. 690).

3.3.2 Cidades inteligentes

Há uma tendência mais recente nos discursos urbanos, com início nos anos 2000, que, a nosso ver, atualiza o pensamento da cidade competitiva, dando-lhe nova “roupagem” discursiva. Trata-se do fenômeno das cidades inteligentes (mais comumente conhecido por sua nomenclatura em inglês, *smart cities*). Este fenômeno possui mais de uma caracterização, dependendo do contexto no qual se encontra cada autor ao defini-lo. No interior dos discursos analisados sobre a questão, no entanto, prepondera a visão do uso da tecnologia informacional como instrumento de transformações positivas no planejamento e na gerência do espaço urbano.

Na definição de Kanter e Lintow (2009), uma cidade, para ser considerada inteligente, deve inculcar Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) em sua infraestrutura física, para melhorar comodidades, facilitar a mobilidade, aumentar a eficiência, conservar energia, melhorar a qualidade do ar e da água, identificar problemas e corrigi-los rapidamente, se recuperar rapidamente de desastres, coletar dados, tomar melhores decisões, implantar recursos de forma eficaz, e para compartilhar dados, permitindo a colaboração entre entidades e domínios da administração e da gestão públicas. Suas operações devem ser instrumentadas e orientadas por categorias de desempenho, com interconexões entre setores.

Outra organização supranacional de caráter financeiro coordena um projeto de cidade inteligentes. Trata-se do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que, assim como o Banco Mundial, também atua na realização de empréstimos, no desenvolvimento de pesquisas e no oferecimento de suporte técnico em variadas escalas nas cidades da América Latina. O BID conduz sua própria iniciativa de *smart cities*, denominada *Cidades Emergentes e Sustentáveis*, em algumas cidades latino-americanas, entre elas, Rio de Janeiro e Florianópolis, no Brasil. No recorte 3, retirado da monografia *Caminhos para as Smart Cities: da gestão tradicional para a Cidade Inteligente*, o banco expõe sua definição de Cidade Inteligente:

- (3) [...] uma Cidade Inteligente é aquela que coloca as pessoas no centro do desenvolvimento, incorpora tecnologias da informação e comunicação na gestão urbana e utiliza esses elementos como ferramentas que estimulam a formação de um governo eficiente, que engloba o planejamento colaborativo e a participação cidadã. *Smart Cities* favorecem o desenvolvimento integrado e sustentável tornando-se mais inovadoras, competitivas, atrativas e resilientes, melhorando vidas (BID, 2016, p. 7).

Observando-se o texto apenas em sua estrutura sintática, podemos notar algumas semelhanças, já inscritas na memória discursiva, que nos remetem à ideia de cidades competitivas, a partir de vocábulos como gestão, eficiente, inovador, competitiva e atraente. Estas são acompanhadas por alguns jargões e por clichês a respeito do desenvolvimento

urbano, que pouco estão inseridos nos discursos da cidade competitiva: planejamento colaborativo, participação cidadã, desenvolvimento integrado e sustentável, resiliência.

O uso do jargão corporativo já anuncia os sentidos econômicos por trás do discurso. De fato, segundo González (2015 apud FLEXOR; ALVES, 2020), o pontapé inicial para forjar a expressão partiu da Fundação Clinton⁸, que requereu, junto à companhia transnacional de tecnologia Cisco Systems, o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias específicas para guiar o desenvolvimento e a adaptação do espaço urbano para desafios futuros. Com efeito, é dada grande importância à iniciativa privada nas cidades inteligentes. O papel de empresas, segundo o BID (ver Quadro 2) é o de colaborar no planejamento, para que ocorra o aumento da produtividade. Nesse cenário discursivo, o peso dos empresários, em relação à sociedade civil e ao poder executivo municipal, é silente.

O emprego recorrente do termo “gestão”, em se tratando dos discursos urbanos, também é sintomático. Seu significado é o de administrar uma situação com os recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas (SOUZA, 2006). Seu uso, nesse sentido, provém, mais especificamente, do termo em inglês *management*, popularizado a partir da moderna administração de empresas e de uma conjuntura imediatista, de planejar por projetos, de desregulação e de privatismo empresarialista, que toma as políticas urbanas a partir da década de 1980. Para Souza (2006), seus sentidos, em uma enorme gama de discursos, conotam controles mais democráticos e antiburocráticos, em contraposição ao uso do termo “planejamento”, visto como rígido, tecnocrático e engessado.

No entanto, o emprego do termo também apresenta alguns sentidos subjacentes: redução de normas e de balizas de longo prazo, legalmente amparadas, que não tenham interesse imediato para a acumulação capitalista. Esse fato enfraquece o poder regulatório do Estado e instaura uma lógica discursiva empresarialista para as cidades, através de parcerias entre o poder público e os investidores privados, sob o amparo de instrumentos flexibilizadores. Daí, a crescente utilização do enunciado “parcerias público-privadas” em todos os discursos, que têm a produção do espaço urbano como objeto.

O discurso utiliza o termo vago “pessoas” no centro da noção de desenvolvimento do movimento de *smart cities*. Há, no documento analisado, poucas referências à questão da enorme desigualdade social que assola as cidades da região. Quem seriam essas pessoas? Em algumas passagens, dá-se a entender que seriam as pessoas beneficiadas pelo uso da tecnologia

⁸ Corporação sem fins lucrativos, criada pelo ex-presidente americano Bill Clinton, cuja missão é fortalecer a capacidade das pessoas e das instituições americanas de buscarem soluções inovadoras em um cenário de interdependência global (FLEXOR; ALVES, 2020).

informacional no cotidiano. No entanto, convém lembrar que, para uma grande parcela da população da América Latina, essa ainda não é uma realidade corriqueira, visto que, em muitos espaços intraurbanos (para não mencionar áreas rurais), há enormes defasagens relacionadas à infraestrutura de serviços de comunicação e de informação. O discurso das *smart cities* (assim como os outros) parece focar nas áreas mais estruturadas das grandes cidades, aquelas que já contam com serviços de redes tecnológicas, e na criação de empregos nas empresas ligadas a este ramo como vetor de desenvolvimento e de diminuição das desigualdades.

Outro ponto de observação são as noções místicas, quase utópicas, que envolvem o discurso, aparentemente de fácil absorção (“a incorporação de tecnologias da informação e de comunicação na gestão urbana melhora a vida das pessoas nas cidades”), que se apoiam em um tipo de “solucionismo”, que abdica (ou, pelo menos, minimiza) da importância dos meios políticos nesse processo. O mais problemático disso é, para Morozov (2020), que as decisões, que, antes, estavam sujeitas ao controle e à deliberação democráticos, passam à administração das empresas do ramo tecnológico, uma indústria gigantesca, as quais atuam de forma quase independente, na atualidade, com grande poder de influenciar comportamentos e de obter dados privados de usuários:

[...] processos democráticos costumam ter um rastro político: [quando algo dá errado] é possível apontar o dedo para um partido ou um político e dizer "a culpa é deles", e então votar em novos políticos para, quem sabe, conseguir mudanças. Todos esses processos de responsabilidade política têm quase que desaparecido conforme repassamos a responsabilidade por quaisquer disfunções [sociais] para o setor privado. Em última análise, é a privatização de processos que antes eram políticos que me preocupa mais (...) (MOROZOV, 2020, n.p.)

Nesse contexto, arrematamos nossos pensamentos sobre o discurso das *smart cities*, entendendo que a ideia de inteligência (apoiada no uso da tecnologia) serve como uma alegoria para o alastramento praticamente irrestrito do capital em novas formatações, influenciando, de forma definitiva (tanto negativa quanto positivamente), a ordem social nas cidades.

3.3.3 Cidades sustentáveis

Sustentabilidade é, sem sombra de dúvidas, uma das palavras de ordem do século XXI. Está presente em uma infinidade de discursos, das mais variadas matrizes ideológicas e sujeitos enunciadoreis, portando-se, na maioria das vezes, como uma expressão autoexplicativa. Sua ascensão veio acompanhada da expressão “desenvolvimento sustentável”, concebida em

face das percepções crescentes ao longo do século XX, de que os padrões de consumo e de produção do mundo afetam diretamente a disponibilidade de recursos naturais, e de que medidas deveriam ser tomadas para conciliar a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento econômico e a implantação de uma justiça social (NASCIMENTO, 2012). Por esse motivo, tal expressão é composta de três dimensões complementares: econômica, ambiental e social.

Preponderantemente, esse enunciado, quando pertencente à ordem discursiva, apresenta dois sentidos: o primeiro se encontra no campo ecológico, em que significa a preservação do meio ambiente, juntamente com as noções de equilíbrio e de estabilidade; o outro, no campo econômico, em que remete às percepções de progresso, de crescimento, de transformação. Devido a essa dupla significação divergente, os discursos desencadeiam leituras que variam, segundo Serrão (2012), entre um significado progressista, que vincula a noção de desenvolvimento às de preservação ecológica e de justiça social, e um significado conservador, que utiliza uma terminologia ecológica com fins puramente alegóricos, associada ao paradigma dominante do crescimento quantitativo econômico.

O uso da locução “cidade sustentável” no âmbito dos discursos globais se deu, primeiramente, por ação da ONU-HABITAT, que, em 1990, lança o programa *Cidades Sustentáveis*, e, em 1996, desenvolve as diretrizes do modelo na *Segunda Conferência das Nações Unidas para os assentamentos humanos* (HABITAT II). O emprego da expressão por estas agências multilaterais comumente expressa um modelo urbano que reúne esforços integrados, em diferentes escalas de governança, no enfrentamento dos problemas que atingem o tripé social, ambiental e econômico, na esfera municipal (RIBEIRO, 2014).

Para efeitos de análise, foram selecionados dois recortes discursivos (4 e 5) retirados da *Nova Agenda Urbana* adotada na *Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável* (Habitat III), realizada em 2016.

(4) A Nova Agenda Urbana incorpora um novo reconhecimento da correlação entre a boa urbanização e o desenvolvimento. Ela salienta a conexão entre a boa urbanização e a criação de empregos, as oportunidades de subsistência e a melhora da qualidade de vida, que devem ser incluídas em todas as políticas e estratégias de renovação urbana. Isto destaca ainda mais a ligação entre a Nova Agenda Urbana e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em especial com o Objetivo 11 de cidades e comunidades sustentáveis. (ONU, 2017, p. 4)

(5) Comprometemo-nos a desenvolver economias urbanas vibrantes, sustentáveis e inclusivas, com base em potenciais endógenos, vantagens competitivas, patrimônio cultural e recursos locais, bem como infraestrutura resiliente com

utilização eficiente de recursos; promover o desenvolvimento industrial sustentável e inclusivo, e padrões de consumo e de produção sustentáveis; e promover um ambiente favorável aos negócios e à inovação, bem como à subsistência. (ONU, 2017, p. 14)

Nestes excertos, o primeiro fato que chama a atenção é a presença constante do par dicotômico sustentabilidade/economia. Os termos são tratados como interdependentes e sugerem uma integração, a partir de vocábulos como correlação, conexão, ligação. Essa integração, no entanto, acontece em um plano abstrato: o que seria uma “boa urbanização”, que se correlaciona com o desenvolvimento? Quais são os fatores que relacionam uma boa urbanização à qualidade de vida e de quais vidas se está falando, de quais grupos? Como já vimos, noções abstratas são correntes nesse tipo de discurso, visto que uma linguagem genérica é essencial para veicular uma ideologia dominante, que atravessa as escalas, os conflitos e os sujeitos sociais em sua complexidade e que busca, ao fim e ao cabo, uma homogeneidade de soluções para os problemas enfrentados.

Ao conceber a cidade como fonte de solução de problemas, o discurso a transforma em objeto de intervenção e de desenvolvimento econômico. Esta formulação dá um papel central ao conhecimento especializado para liderar o caminho para o desenvolvimento sustentável, mas argumentando que a cidade não é a causa dos problemas. O ato de planejar é entendido, aqui, como uma ferramenta que irá proporcionar eficiência e eficácia, ou seja, a possibilidade de resolver problemas é de natureza predominantemente técnica, portanto, há uma tendência a despolitizar a questão urbana.

Nesse sentido, a crítica de Ribeiro (2014) é cirúrgica: as agendas urbanas que trabalham com os conceitos de cidade sustentável não contestam certos padrões hegemônicos – sobretudo os de ordem econômica – impostos à realidade social urbana, cuja superação deveria ser o objetivo primordial, como, por exemplo:

[...] os desequilíbrios nas relações de poder, os múltiplos interesses políticos e econômicos que fragmentam uma visão unificadora de civilização, uma estrutura econômica cuja racionalidade é análoga à que gerou a crise ambiental etc. Nenhuma dessas questões será considerada nos documentos que instituem a agenda hegemônica da sustentabilidade (RIBEIRO, 2014, p. 131).

Os vocábulos/expressões estratégias, renovação urbana, economias, potenciais endógenos, vantagens competitivas, utilização eficiente, negócios, inovação, entre outros, relembram-nos da matriz discursiva da cidade competitiva, com seu léxico corporativo. Com efeito, o recorte discursivo 4 nos faz questionar se a cidade sustentável não estaria

condicionada à cidade do empresariamento, cujas representações estão vinculadas a um imperativo ambiental. Isso fica evidente em algumas passagens do discurso, que vinculam noções que, como já vimos, tendem a ser, no mínimo, conflituosas: “desenvolvimento industrial sustentável”; “economias urbanas vibrantes, sustentáveis”; “padrões de consumo e de produção sustentáveis”; “promover um ambiente favorável aos negócios e à inovação”. Essas construções contraditórias acabam por enfatizar uma ordem interdiscursiva, que elabora e que legitima uma ideia de sustentabilidade que nada mais faz do que sustentar um processo contínuo de acumulação do setor financeiro mundial.

Cabe uma última análise sobre o uso constante da sintaxe paratática como estratégia de redação, observada tanto no recorte discursivo 4 quanto em inúmeras outras passagens do documento. Atuando como mais uma diferença estilística entre o modernismo e o pós-modernismo (ver Quadro 1), em seus efeitos de sentido, a sintaxe paratática é uma sequência de frases curtas e justapostas, de formulação simples e cumulativa, que enumera, adicionando exemplo após exemplo, sem a utilização de conjunções coordenativas ou subordinativas, orientando-se para uma sucessão de aspectos, ao invés de explicações e de encadeamentos de causas e efeitos (característica da sintaxe hipotática). Para Fairclough (2000), a opção pela parataxe se dá motivada pelo acobertamento de um contexto histórico e pela representação de mudanças e de transformações de um processo presente: a lógica explicativa é, também, a lógica histórica; em vez disso, a ênfase no presente, próprio da parataxe, implica foco nas aparências.

Como visto nos recortes discursivos, também implica a ausência de ações humanas e sociais. Uma lista aditiva de aspectos faz a agência ou organização internacional se esquivar do aparecimento de questões dissonantes em relação ao argumento posto, bem como das causas de suas ações. Em suma, a mudança se apresenta, nesta amostra textual, tanto na afirmação da autoridade do organismo, para o correto tratamento de determinado assunto, quanto em uma lista de aspectos presentes e conhecidos, indiferentes à distinção de lugar, cuja ação social seja encoberta uma mudança, à qual se deve responder de uma maneira já determinada, pré-estabelecida.

3.3.4 Cidades criativas

Por fim, temos a expressão “cidades criativas”, cujo maior detalhamento é de especial interesse para este trabalho, visto que, em 2015, Belém recebeu o título internacional de

“Cidade Criativa da Gastronomia”, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Apesar do termo ser majoritariamente difundido em escala global pelo programa *Rede de Cidades Criativas*, criado pela UNESCO e por instituições internacionais, como a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), este enunciado já aparecia, anteriormente, em discursos (pós-modernos), que professavam a importância da cultura e das chamadas indústrias criativas no estabelecimento de políticas públicas que visavam ao desenvolvimento/crescimento econômico das nações.

Nesse sentido, temos, primeiramente, a emergência das chamadas economias culturais e criativas (aqui, tratadas como termos codependentes), que desponta em um contexto de difusão das já citadas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e da chamada Economia do Conhecimento, que destaca, antes de tudo, as importâncias da codificação do conhecimento, da aceleração científica e de inovações, do desenvolvimento tecnológico, da disseminação de informação e de produção e da distribuição de intangíveis (principalmente, em educação e em capacitação do trabalhador), enquanto características fundamentais das novas economias global e informacional (SERRA; FERNANDEZ, 2014).

A economia criativa/cultural se insere na economia do conhecimento:

[...] como um conjunto de atividades econômicas ligada às artes, à cultura, às novas mídias e à criatividade em geral, tem forte conteúdo de intangíveis e requer habilidades especiais da força trabalho, além de apresentar estreita relação com os avanços científicos e tecnológicos. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) as atividades econômicas criativas encontram-se no cruzamento das artes, da cultura, dos negócios e da tecnologia, compreendendo o ciclo de criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam o conhecimento e a criatividade como seus principais inputs (SERRA; FERNANDEZ, 2014, p. 357).

Em vista disso, a UNCTAD (2004) reúne, nesta temática, diversas áreas da atividade econômica, como, por exemplo: teatro, dança, música ao vivo, cinema, TV, edição de livros, artesanato, festivais, *design* (em suas diversas vertentes), novas mídias (como *softwares* e *games*), museus, bibliotecas, arquitetura, publicidade, pesquisa e desenvolvimento.

Para Reis (2011), a economia criativa se converte em estratégia de desenvolvimento a partir da utilização da criatividade como ativo econômico. Para a autora, essa utilização repousa na criação e na comercialização de bens, de serviços e de manifestações das indústrias culturais (englobando, também, as indústrias do turismo e do lazer) e na corporação de valor aos bens e aos serviços econômicos por meio da criatividade, o que seria capaz de gerar

emprego, renda e bem-estar, sobretudo porque os empregos deste setor contam com salários acima da média.

Tanto o crescimento do papel dos processos criativos, desencadeadores de riqueza e de desenvolvimento, quanto a criação da expressão “cidades criativas” se dão na década de 1990. Há uma imensa variedade de autores que discutem o conceito de cidade criativa (a maioria proveniente do norte global, como o estadunidense Richard Florida e o inglês Charles Landry). Reis (2011) sintetiza as principais ideias destes autores, provendo-nos da seguinte definição:

[...] cidades que se caracterizam por processos contínuos de inovação, das mais diversas ordens. Estas se baseiam em conexões (de ideias, pessoas, regiões, intra e extraurbanas, como mundo, entre público e privado, entre áreas de saber) e têm na cultura (identidade, fluxo de produção, circulação e consumo, infraestrutura, ambiente) grande fonte de criatividade e diferencial social, econômico e urbano (REIS, 2011, p. 70).

Nessa conjuntura, ocorre em 2004 a formação da *Rede de Cidades Criativas* da UNESCO, que tem como objetivo principal a promoção da troca de experiências e de aprendizados entre cidades, no que tange ao engajamento da cultura e da criatividade enquanto estratégias de desenvolvimento econômico urbano. Entre as áreas abarcadas pela rede, estão: gastronomia, literatura, música, *design*, filme e artesanato (UNESCO, 2017). A rede conta com 116 cidades em 54 países, mundo afora, incluindo as brasileiras Florianópolis e Belém (gastronomia), Salvador (música) e Santos (cinema). O recorte discursivo 6, retirado da brochura *Rede de Cidades Criativas da Unesco: criatividade para o desenvolvimento urbano sustentável*, elucida alguns dos princípios, que norteiam a rede:

(6) *Created in 2004, the UNESCO Creative Cities Network (UCCN) aims to make creativity an essential driver for sustainable urban renewal and development. Today, the Network comprises 116 cities from 54 countries, working together towards common objectives: placing creativity and cultural industries at the core of development plans at the local level and actively cooperating through inter-city partnerships at the international level. It offers unparalleled opportunities for cities, through peer-learning processes and collaborative projects, to fully capitalize on their creative assets. By working together, public authorities, the private sector and civil society support creation and creators, as well as civic and cultural participation.* (UNESCO, 2017)

Além dos enunciados que nos remetem aos discursos da cidade sustentável e da cidade competitiva, chama-nos a atenção, neste recorte, que o substantivo “rede”, além de denotar um conjunto de órgãos ou organizações que trabalham em conexão com um objetivo comum,

também abarca outros sentidos. Destacamos, aqui, os sentidos de compartilhamento e de pertencimento a um seletivo grupo de cidades, que segue um *ethos*, que enquadra práticas, ações e políticas específicas nesse campo.

Tal lógica concentra as principais críticas a esse modelo de cooperação internacional. O discurso coloca as singularidades culturais locais como atributos indispensáveis ao desenvolvimento da economia de base criativa, ao mesmo tempo que, para fazer parte da rede, há de se obedecer a um conjunto de diretrizes de ordem global. Tanto é assim que os títulos são renovados a cada quatro anos, demonstrando que a cidade que não fizer o “dever de casa” pode ser suprimida do grupo.

Esses fatores nos remetem às já apregoadas estratégias hegemônicas de modelização e de homogeneização das ferramentas de gestão e de planejamento urbanos com propósitos acumulativos. Podemos perceber, neste recorte, o esforço em conferir sentidos democráticos aos processos em questão, a partir da inclusão de expressões como “trabalhando em conjunto para objetivos comuns”, “cooperar ativamente, por meio de parcerias”, “processos de aprendizagem entre pares e projetos colaborativos”, “a participação cívica e cultural”.

No entanto, há que se observar que todos esses fatores se encontram conformados por sujeitos e por fluxos globais, a mercados internacionais e aos mais diversos interesses, em um contexto que advém da disputa de cidades em um cenário de “guerra” por investimentos – não à toa a sentença que mais chama a atenção, neste extrato, é a da demanda pela “total capitalização dos ativos criativos das cidades”, ratificando um completo alinhamento com os discursos do empresariamento urbano e do desenvolvimento urbano e social como sinônimos de crescimento econômico.

3.4 OS DISCURSOS SOBRE O URBANO: CONVERGÊNCIA PARA UMA MESMA FORMAÇÃO IDEOLÓGICA

Como vimos nos tópicos anteriores, a eficácia das estratégias discursivas dos sujeitos hegemônicos no universo social criado pela globalização e organizado pelas pós-modernidades cultural e informacional, está em sua capacidade de dissimular a natureza dos conflitos estruturais, a desigualdade entre classes sociais e as suas determinações essenciais, no tocante à realidade urbana. Por conseguinte, a solução para os problemas nas cidades ocorrerá por meio da atração de novos investimentos, que reforçam o desenvolvimento do setor financeiro,

no qual o mercado e as grandes corporações se tornam os sujeitos dominantes de um discurso ideológico que assegura a busca pelo consenso e pela aceitação social. A cidade é ideologicamente representada, em todos os documentos analisados, como o lócus por excelência da noção de desenvolvimento, enquanto crescimento econômico e modernização espacial, como objeto de mercantilização e de acumulação de capital.

Podemos afirmar, portanto, que há a imposição, nas últimas décadas, de um conjunto de estruturas discursivas hegemônicas de difusão e de transferência de ideologias e de políticas urbanas. Este conteúdo ideológico, que tem permeado as políticas de Estado e de mercado no período aqui analisado, é denominado neoliberalismo pela literatura corrente. O objetivo deste tópico não é de empreender uma detalhada análise histórica ou mesmo econômica do pensamento neoliberal, mas, sim, de situá-lo como ideologia fundamental na construção de uma hegemonia discursiva referente à produção de signos e de espaços nas cidades, invadindo todas as esferas da vida social. Na abordagem aqui efetuada, portanto, o neoliberalismo, além de aparecer como uma teoria econômica conjuntural no capitalismo contemporâneo, instala-se como um projeto discursivo contundente, que aspira a se prolongar no tempo e nos espaços sociais através de formações ideológicas.

Na definição de Harvey (2008), o neoliberalismo consiste em uma teoria das práticas político-econômicas, que propõe que bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e as capacidades empreendedoras individuais, no âmbito de uma estrutura institucional, caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada e por livres mercado e comércio. Suas primeiras concepções partem de um grupo de economistas da Universidade de Chicago, influenciados pelas teorias liberais de Milton Friedman, e são aplicadas pelo estado ditatorial de Augusto Pinochet no Chile dos anos 1970. Nos anos 1980, tal teoria encontrou terreno fértil para sua evolução nos contextos político-econômicos da crise econômica, da austeridade fiscal e do desmantelamento do estado de bem-estar social nos governos da premiê britânica Margaret Thatcher e do presidente estadunidense Ronald Reagan (HARVEY, 2008).

Nesse contexto, o papel do Estado é o de criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essa prática. Segundo o autor, as intervenções do Estado nos mercados devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços), e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente, nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2008). A doutrina

neoliberal é contrária a qualquer tipo de organização burocrática, por sua pretensa incompatibilidade com os processos atuais de acumulação, defendendo uma concepção de máquina pública eficiente, produtiva e flexível, o que contribuiu para sucessivas reformas do aparelho estatal durante os anos 1980-1990, com o propósito de construir uma governança neoliberal-empresarial (PUELLO-SOCARRAS, 2008 apud DAMBORIARENA, 2016).

Esse processo implicou na desvinculação do público do estatal, formando um espaço público-privado ou público não-estatal essencialmente mercantil, isto é, “um locus natural do empreendimento”, uma “terceira via”, que supera a polaridade entre Estado e mercado, atuando agora como dimensões compatíveis e complementares (PUELLO-SOCARRAS, 2008, p. 23 apud DAMBORIARENA, 2016, p. 72).

Com efeito, a lógica do discurso liberal é bem-sucedida, pois visa a remodelar o Estado à luz de seus processos e de seus procedimentos, sem a necessidade de sua explícita e literal privatização. Além disso, como já podemos compreender, a partir da análise realizada no tópico anterior, os atuais defensores da proposta neoliberal ocupam posições de considerável influência no campo acadêmico, nos meios de comunicação, em instituições financeiras, em órgãos e em secretarias estatais, bem como em instituições internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais.

No cerne da ideologia liberal (e do seu discurso) estão, portanto, os ideais políticos de dignidade humana e de liberdade individual, tornando-os princípios civilizatórios fundamentais (HARVEY, 2008). São princípios altamente persuasivos e sedutores, caros a todos os que valorizam a capacidade de tomar decisões soberanas. Assim, instituiu-se uma lógica que suplantou a solidariedade social em favor do individualismo e da propriedade privada, sob a justificativa de que o mercado permitiria o exercício pleno das liberdades individuais.

Desse modo, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso, e, por conseguinte, passou a afetar, de forma abrangente, os pensamentos que se incorporam às maneiras pelas quais as pessoas interpretam, vivem e compreendem o mundo na sua cotidianidade. Portanto, não é possível falarmos sobre globalização, pós-modernidade, desenvolvimento urbano, empresariamento urbano e sobre tantos outros objetos discursivos, acontecimentos e fenômenos já citados, sem mencionar a evolução do neoliberalismo, uma vez que aqueles, para alguns autores, são epifenômenos produzidos pelo pensamento neoliberal.

Nesse sentido, Chesnais (1998 *apud* CARDOSO, 2013) afirma que a globalização, ou a mundialização do capital, fortalece-se graças às políticas de liberalização, nas quais há a total liberdade para grupos oligopolistas de manufatura ou de serviços em escolher quais países ou camadas sociais estão no escopo de seu interesse. Segundo o autor, a globalização se constrói como uma estrutura ou mito essencialmente ideológico, que vai justificar e legitimar o projeto neoliberal.

Para Cardoso (2013), a pós-modernidade é o discurso cultural do neoliberalismo, por se tratar de uma crítica às conquistas obtidas em condições não capitalistas, pelo projeto iluminista do período moderno, tornando-o indistinguível da racionalidade econômica do capitalismo:

[...] o pós-modernismo, por conseguinte, é uma ideia marcada por certas formações culturais, cujo traço isolado é o questionamento do projeto Iluminista, pois rejeita qualquer discurso totalizante, qualquer metanarrativa, quaisquer teorias abrangentes e universalistas sobre o mundo e a história, e qualquer projeto político universalista, inclusive os projetos universalistas emancipatórios. Assim sendo, a ideia de pós-modernidade deriva de uma concepção de modernidade que, no que tem de pior, torna o capitalismo historicamente invisível, ou, para dizer de outra maneira, torna-o natural (CARDOSO, 2013, p. 139).

No que tange à questão do desenvolvimento sustentável, a agenda discursiva hegemônica, analisada nos documentos das agências internacionais, não problematiza a fundo o teor das causas e das ações atreladas à lógica do capital, deixando a discussão em rasa profundidade e mantendo um padrão discursivo pouco afeito a aspirações mais combativas e democraticamente instituídas de desenvolvimento socioambiental. Ribeiro (2014, p. 261) comenta que, nesse momento, confluem os paradigmas ambiental e neoliberal, “[...] uma vez que o conteúdo documental imprime ambiguidades, subjetividades, lacunas e aberturas que permitem ao capital se apropriar de certas demandas”.

Já Reis (2011) observa que o paradigma da era neoliberal influencia diretamente a concepção de cidades criativas a partir do momento em que as mentalidades da desregulamentação, da privatização e do desenvolvimentismo voltam-se ao urbano, em que a criatividade se ajusta a uma economia de experiência, tendo o consumo como princípio basilar. Nesse sentido, para a autora, utilizam-se da cultura e da criatividade não como meios para alcançar o bem-estar social, mas como artifícios de crescimento econômico com fim em si próprio. Consequentemente, esse processo acarreta uma construção simbólica da cidade como produto na espetacularização da cultura e na criatividade como mero procedimento mimético, tendo, como beneficiários, investidores e classes políticas, com desfavorecimento

da sociedade civil na tomada de decisões. No próximo tópico, adentraremos com mais detalhes nessas questões, demonstrando como elas influenciam os projetos, as políticas e as formas espaciais em diferentes cidades.

Verificam-se também grandes mudanças na constituição do sujeito a partir do advento da ideologia neoliberal. Como já citamos, a ideologia se incorpora às maneiras pelas quais as pessoas interpretam, vivem e compreendem o mundo. Uma das principais mudanças observadas é de que, enquanto a esfera pública passa a ser desestatizada, o Estado volta-se para o mercado, para a eficiência da performance, e os cidadãos se tornam clientes de um serviço, isto é, o mercado passa a ser fonte de direitos. Assim, são incentivados a assumirem os próprios riscos, já que tudo deve ser conquistado no e pelo mercado (DAMBORIARENA, 2016). Portanto, cresce o discurso do empreendedorismo, da busca individual pela liberdade e pela autonomia, da meritocracia, enquanto pensamento, que prega a busca pelo sucesso *selfmade*, que leva as pessoas a manterem relações e a se comportarem como empresas, concorrendo entre si em um cenário de “justa competição”. Para Damboriarena (2016), o discurso do empreendedorismo nada mais faz do que criar uma alternativa viável para consolidar a individualização que pauta a ideologia neoliberal.

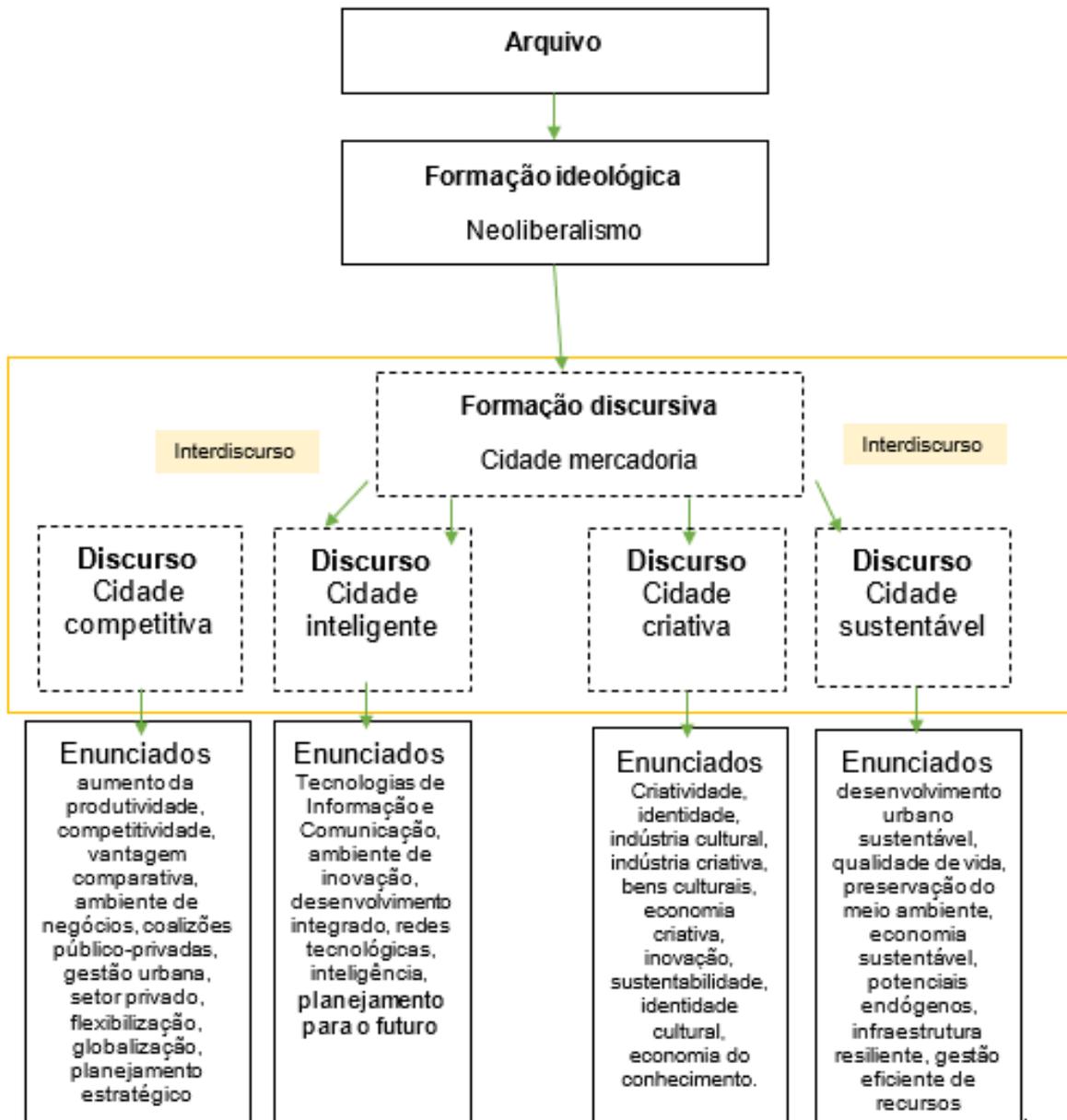
Finalmente, relembro que, na modalidade de análise empreendida neste trabalho o discurso é a materialização da ideologia na linguagem, o neoliberalismo atua como uma formação ideológica, que, por sua vez, constitui diversas formações discursivas que estabelecem os sentidos e as normas de organização de palavras, de expressões, de termos, de modos de dizer, que se referem a essa formação ideológica específica, como observado nas análises realizadas nos tópicos anteriores. A partir de tais análises, constatamos que a ideologia, ao interpelar os sujeitos hegemônicos, instituiu uma interdiscursividade que associa (e submete) praticamente todos os discursos, representações e signos, relativos ao urbano, à colonização ou instrumentalização direta pelo mercado, isto é, por lógicas discursivas e operativas da neoliberalização.

Observando o conceito de formação discursiva, é possível notar um sistema de dispersão e uma regularidade entre objetos, tipos de enunciação e temas, com relações, correlações e funcionamentos em certos enunciados que têm a cidade como objeto. Tendo, como suporte, o referencial teórico da obra de Henri Lefebvre e dos demais autores que examinamos durante este capítulo, tal sistema nos mostra uma regularidade, sempre presente, que pensa o espaço urbano como um produto a ser fragmentado, comercializado e vendido, a

qual foi utilizada para refletir sobre a formação discursiva medular deste trabalho: a “cidade mercadoria”.

Deste modo, podemos visualizar, na Figura 4, uma imagem esquemática, produzida a partir dos conceitos teórico-analíticos pecheutianos, e a análise discursiva empreendida ao longo deste capítulo.

Figura 4- Arquitetura conceitual da articulação discursiva, operada na dissertação



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.



O DISCURSO HEGEMÔNICO NAS CIDADES: DESLOCANDO SENTIDOS E FORMAS ESPACIAIS

Se as condições históricas não permitem a realização das práticas projetadas, se a realidade social nega as sociabilidades desejadas, enfim, se a concretude da existência impõe limites à realização da cidade ideal, no plano das representações o trânsito é livre. O detalhe assume a dimensão do todo, o enunciado mágico da palavra que nomeia adquire uma força real e a imagem mental ou visual dá à aparência o atributo da essência

Sandra Pesavento, 2002

A caracterização do discurso hegemônico realizada no capítulo anterior serve-nos de subsídio para refletir sobre o estabelecimento de políticas públicas de desenvolvimento urbano que guiam a produção do espaço nas cidades (aí, incluídos leis, planos diretores, projetos, programas, ações e todo o aparato comum ao campo do planejamento urbano). Sinteticamente, Fonseca e Viana (2020) ratificam nossa posição:

[...] há mais de três décadas que as diretrizes e condicionalidades de organismos e instituições internacionais orientam a gestão pública, em seus diversos níveis, na direção dos fluxos do capital internacional enaltecendo estratégias neoliberais de desenvolvimento. Para atingir a tentativa de tornar o espaço urbano em mercadoria, são empenhados vultosos volumes de recursos públicos, ainda que negligenciando demandas reais e legítimas dos cidadãos locais. Essa lógica costuma contribuir para a exacerbação das desigualdades socioespaciais na medida em que encarece o espaço e promove a ocupação inadequada do solo urbano (FONSECA; VIANA, 2020, p. 48).

Assim, faz-se mister analisar, além das corporeidades discursivas, a materialização que o discurso hegemônico assume ao ocupar lugar no espaço a partir de diferentes intervenções físicas. Como já afirmamos, há no campo das estratégias de intervenção espacial da ideologia neoliberal uma retórica incutida que valora certos elementos, como as intervenções pontuais, o planejamento por projetos, a arquitetura de grife, a espetacularização do espaço e da vida etc. O discurso se materializa nas cidades, toma formas e conteúdos, influencia sobremaneira a apreensão dos espaços percebidos e vividos.

Para além disso, importa refinar o debate relativo às reformas de cunho/ideologia neoliberal na significação das grandes cidades. Precisamos compreender de forma prática a aplicação desse novo léxico gerencial e empresarialista que toma conta das políticas públicas de gestão e planejamento, particularmente de cidades brasileiras (utilizando-se muitas vezes de códigos legais, como o Estatuto da Cidade) nas mais diferentes escalas, bem como analisar discursos provenientes de novos atores que adentram essa arena, como as Organizações Sociais (OSs), as Parcerias Público-Privadas (PPPs) e as consultorias especializadas.

Portanto, neste capítulo nosso principal objetivo é então o de analisar como ocorre esse deslocamento de sentidos e de formas espaciais do discurso hegemônico, tendo como ponto de partida a pioneira experiência de Baltimore, nos Estados Unidos, passando pela paradigmática transformação de Barcelona, na Espanha, e chegando, por fim, às experiências situadas nos países de capitalismo periférico, tomando os exemplos do Rio de Janeiro e Belém. A tese que aqui apresentamos é a de que o corpo significativo das cidades, através de diferentes intervenções de requalificação urbana em seus espaços físicos, suas representações imagético-

simbólicas e seus procedimentos de planejamento e gestão atingiram um patamar homogeneizante nunca visto. Esta percepção atinge de maneira drástica (e por que não dizer, agressiva) as cidades dos países periféricos.

4.1 BALTIMORE

Como já destacado, o contexto estadunidense da década de 1970 fundou as origens do modelo de discurso urbanístico, que teve seus sentidos e suas representações deslocados para países europeus, posteriormente. Para Arantes (2012), o urbanismo, a partir dos anos 1970, deixa de ser pensado como função da regulação das forças especulativas e passa a ter o sentido de criar condições para alavancar a economia, propiciando parcerias entre poder público e iniciativa privada, que nem sempre geram tantos benefícios aos cidadãos da cidade quanto lucros aos setores imobiliário, hoteleiro, turístico e de eventos culturais.

Considera-se que a mudança cultural, na esfera dos discursos das renovações do espaço urbano (revitalizações, requalificações etc.) e das políticas, que a autora denomina “*image-making*”, opera não apenas porque o campo cultural serve aos propósitos de expansão do capital, mas, sobretudo, porque pode ser usado igualmente na criação de consensos públicos, uma vez que tais instrumentos programam uma imagem de cidades bem-sucedidas, dinâmicas, que são tão convincentes aos investidores quanto a seus habitantes (ARANTES, 2012).

A cultura passou ao primeiro plano dos discursos políticos, que se traduziu na revalorização dos patrimônios e das tradições locais. Nesse panorama, as novas gestões urbanas, empenhadas em induzir processos de gentrificação, com vistas a alterar o perfil sociocultural das cidades, veem-se obrigadas a suprir uma demanda crescente de “bens culturais”, por parte dessa mesma camada social, responsável pelas requalificações, buscadas por tais estratégias (ARANTES, 1999). O discurso urbanístico hegemônico postula que o crescimento da importância do estético e do “embelezamento” das cidades, nesse sentido, é um espetáculo com funções de *marketing* e de apaziguamento de tensões. Nas cidades, o *turn* da cultura ganha caráter político-ideológico (ARANTES, 2012).

Arantes (2000) indica que foi em Baltimore, nos Estados Unidos, que a lógica discursiva hegemônica aqui investigada se desenvolveu primeiramente, em confluência com uma transformação urbana de grande porte. Nos anos 1960, a cidade estadunidense foi

invadida por grandes protestos, de todo tipo: contra a guerra no Vietnã e reivindicatórios de direitos civis, sobretudo por minorias étnicas. Isso afetava seriamente o crescimento econômico e a imagem da cidade perante os habitantes do restante do país. Para neutralizar estes tumultos, um movimento de lideranças locais (encabeçado por empresários dos setores produtivos e imobiliários) procuraram um símbolo, em torno do qual pudesse se construir uma ideia de cidade como comunidade. Assim, surgiu a *Baltimore City Fair*, evento responsável por promover o redesenvolvimento da cidade, celebrando o espírito de vizinhança e a diversidade étnica. O passo seguinte foi a requalificação de uma área portuária degradada no centro da cidade, a *Harbor Place* (Figura 5), na qual a arquitetura do espetáculo foi um dos principais ingredientes constitutivos.

Com a experiência de *Harbor Place*, ainda nos anos 1960, inaugura-se, também, uma tendência em projetos de intervenção urbana, que é a requalificação de *waterfronts*. Com uma localização extraordinária na maioria dos casos, essas áreas, situadas na orla fluvial ou marítima das cidades, contam com muitos imóveis abandonados e em processo de degradação, porém com alto valor para o mercado imobiliário. Pelos seus atributos urbanos e paisagísticos, torna-se recorrente, nestas áreas, o desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo.

[..] a depender de sua natureza e de suas diretrizes, esse tipo de intervenção pode estar exclusivamente voltado para viabilizar a rentabilidade de negócios imobiliários de escasso interesse público, ou se caracterizar por projetos que, sem excluir a presença do setor privado, priorizem o uso dos espaços reabilitados para habitação e equipamentos sociais, além de atividades culturais, de lazer e de formação para a cidadania (BONDUKI, 2010, p. 113).

Baltimore serve de exemplo de utilização da intervenção urbana como processo de produção de locais de sucesso, liderada por uma elite financeira, que manipulou o apoio público e que combinou fundos federais e privados para promover uma urbanização comercial em larga escala como forma de controle social (HALL, 1988 apud ARANTES, 2000).

Figura 5- Harbor Place, em Baltimore, nos anos 1970, com área aberta para eventos, com lojas e com restaurantes



Fonte: Del Rio (2001)

4.2 BARCELONA

Passando aos países europeus, não faltam exemplos de projetos de requalificação de *waterfronts* nas últimas décadas, sendo, a maioria, aportadas em uma combinação que mescla, em maior ou menor grau, o discurso do declínio urbano com o discurso da cidade competitiva. Exemplos a serem mencionados são os das operações de cunho imobiliário privado, como a *Dockland* londrina, no rio Tâmesa, e a ocorrência de grandes eventos, combinada com empreendimentos imobiliários, como a transformação de áreas de apoio ao porto, junto ao rio Tejo, no espaço da Exposição Universal de 1998, em Lisboa (BONDUKI, 2010).

Outro exemplo paradigmático, dentro dessa lógica hegemônica é o de Barcelona, devido ao grande aporte do Estado espanhol e aos investimentos privados motivados pelos Jogos Olímpicos de 1992. O modelo de planejamento estratégico implementado foi difundido pela ação combinada das já mencionadas agências multilaterais (BIRD, ONU-Habitat) e dos consultores internacionais, sobretudo catalães, cujo agressivo discurso aciona de maneira sistemática o sucesso de Barcelona. Ferreira (2010b) destaca que Barcelona não foi a primeira cidade a se utilizar de grandes projetos de requalificação urbana como forma de indução de desenvolvimento e de crescimento econômicos, mas foi a primeira a produzir uma estratégia discursiva de transformação positiva que se propagou na população e na mídia de forma excepcionalmente persuasiva.

Com o plano *Barcelona 2000*, procurou-se estabelecer uma meta que não finalizaria com as olimpíadas, mas que perduraria para além do evento, definindo Barcelona como centro

européu, como uma cidade internacionalmente competitiva. Para tanto, apostou-se no desenvolvimento de uma imagem forte e positiva da cidade, explorando ao máximo o seu capital simbólico, e na mobilização da opinião pública com articulação de agentes públicos e privados, para promover uma estratégia de desenvolvimento na elaboração e na execução do plano, partindo do diálogo e da vontade de consenso (ARANTES, 2000). Para Novais (2010), outro ingrediente, utilizado para garantir a legitimidade de novas práticas discursivas foi a necessidade de indicação de um ambiente de crise (econômica, urbana, política e social) e sua correspondência com a representação socialmente aceita que se faz da realidade.

Sanchez *et al.* (2004) colocam que, nesse contexto, as lideranças políticas que atuam como sujeitos enunciadores protagonistas, investem em construções discursivas de lealdades afetivas para reverter esta suposta conjuntura de crise: “Em virtude desta associação, trabalhada no plano simbólico, afetivo, entre a liderança política, os cidadãos e o lugar, parece haver um significativo ganho de poder para tais lideranças” (SANCHEZ *et al.*, 2004, p. 46). Este fato cria mais um componente do modelo: o surgimento de figuras políticas carismáticas (prefeitos, deputados etc.), para ficarem a frente dos projetos, personalizando-os.

Para Vainer (2000), o sentimento de crise, por sua subjetividade, é um elemento passageiro com pouca tendência a alicerçar as relações de consenso e de unidade requeridas. A resposta encontrada pelos sujeitos discursivos hegemônicos, no caso em análise, foi a transformação do fugaz sentimento de crise num consistente e durável patriotismo cívico por parte dos habitantes da cidade. A intenção última da promoção sistemática e planejada do patriotismo de cidade, segundo Vainer (2000), foi de constituir um vetor estratégico de reprodução das condições da paz social no contexto do discurso da cidade-empresa, como podemos vislumbrar no recorte discursivo 7:

- (7) [...] criar consciência ou patriotismo de cidade - eis o elemento-chave para o estabelecimento, em bases permanentes, da cooperação público-privada e para a posterior difusão do pensamento estratégico entre os agentes econômicos e sociais da cidade (FORN; FOXÀ, 1993, p. 6 apud VAINER, 2000, p. 95).

Adentrando no campo das intervenções urbanística e arquitetônica, Arantes (2012) assinala que estas formaram o principal acontecimento cultural de Barcelona. Analisando as intervenções realizadas na zona portuária da cidade (Figura 6), a autora afirma que a região, concebida como lugar de referências históricas e arquitetônicas, acabou por se tornar uma *collage* de soluções materiais de todos os tipos, com referências formais, que iam de Gaudí às ondas do mar, com uma tendência (importante frisar, pós-moderna) da utilização da história,

para compor cenários *kitsch*. Houve, também, a concessão de espaços para a implantação de restaurantes, de bares, de *shoppings*, e a construção de torres-ícone, com um gabarito, até então, inédito na cidade, como, por exemplo, a Torre Agbar, projeto do arquiteto francês Jean Nouvel, e o Edifício do Fórum, do escritório de arquitetura suíço Herzog e De Meuron (ARANTES, 2012).

Figura 6- Port Vell, após requalificação



Fonte: Siddeeq (2015)

Outra crítica da autora diz respeito às intervenções que pretendiam criar novas centralidades na cidade, muitas delas aportadas na promoção da cultura, a partir da criação e da requalificação de inúmeros equipamentos culturais, como o Museu da História da Catalunha, o Museu da Cidade de Barcelona, o Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, o Centro de Artes Santa Mônica e o Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (MACBA) (Figura 7). Este último, projetado pelo arquiteto Richard Meier, foi âncora de um processo de requalificação do deteriorado bairro do Raval, com vistas a torná-lo um “bairro cultural”, e, assim, filia-lo a um novo padrão de atividades e a um diferente perfil de usuários (ARANTES, 2012).

Figura 7- Implantação do MACBA no bairro do Raval



Fonte: Vargas (s/d)

4.3 RIO DE JANEIRO

Na esteira do que vem sendo chamado aqui de deslocamento de sentidos, a atuação de agências multilaterais e de pensadores desses modelos de planejamento e de gestão se infiltra nas administrações urbanas de vários países da América Latina a partir do fim dos anos 1990. No Brasil, mais particularmente, as atenções se voltam à cidade símbolo do país no âmbito internacional, o Rio de Janeiro.

Convém esclarecer que a gestão pública urbana das cidades brasileiras conta, pelo menos desde o fim dos anos 1990 e do começo dos anos 2000, com inúmeros instrumentos de gestão democrática, que aspiram a uma espécie de equilíbrio entre interesses públicos e privados. Exemplo disso é o *Estatuto da Cidade*, lei que provê instrumentos que visam a garantir a função social da propriedade e o mais justo e democrático uso do solo urbano, assim como os Planos Plurianuais (PPs), os Planos Diretores (PDs), o planejamento urbano participativo, implementado por algumas prefeituras (inclusive, em Belém), entre outros dispositivos jurídicos. Estes documentos providenciam diretrizes, que, em tese, fortalecem a importância do direito à cidade de Lefebvre, que, muitas vezes, é relegado a segundo plano pela lógica discursiva que atrela desenvolvimento social e urbano a crescimento econômico (FONSECA; VIANA, 2020).

Na contramão desses sentidos, o discurso hegemônico, com suas características arroladas, vai se infiltrando nos instrumentos de planejamento urbano a partir da implementação de planos estratégicos, o que começou a vigorar, no Rio de Janeiro, ainda no

começo dos anos 1990, com a homologação do *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro* (PECRJ). Segundo Vainer (2000), este processo de planejamento foi deflagrado e liderado por empresários da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) e por dirigentes governamentais – em primeiro lugar, o prefeito Cesar Maia –, com a contratação de uma empresa consultora catalã de profissionais, que iria assumir a direção executiva do plano.

Para Vainer, a vocação liberal do plano foi, desde as suas primeiras concepções, avessa à ação planejadora na cidade. O discurso de participação imposto não passou de uma ficção, longe de realizar o ideal de um espaço público aberto a todos os componentes da cidade, e a notória ausência dos partidos políticos reforça um movimento geral de despolitização da questão urbana: “É a democracia direta... da burguesia. É a relação direta e aberta entre poder público e empresários, organizando conjuntamente um plano” (VAINER, 2000, p. 116). Para Maricato (2013), a quase totalidade da amálgama de planos estratégicos concebidos pela administração municipal do Rio de Janeiro foi utilizada como dispositivo de apropriação do espaço público por interesses privados, agravando o quadro de segregação espacial da cidade.

Há um relativo abandono do PECRJ com a mudança no executivo municipal e com um período de estagnação econômica – sem, no entanto, grandes mudanças na lógica discursiva que visava ao desenvolvimento da cidade. As coisas mudariam a partir de meados da década de 2010, numa conjuntura de crescimento econômico resultante do calendário privilegiado, proveniente de uma década sediando os principais eventos mundiais (Jogos Pan-americanos, em 2007, Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e, finalmente, as Olimpíadas de 2016), em que se acentuaram as demandas por grandes projetos de intervenção urbana. Ocorre, então, a retomada dos planos estratégicos, liderados pelo prefeito Eduardo Paes. O recorte discursivo 8 mostra os argumentos envoltos nos objetivos dos planos:

- (8) [...] a Prefeitura, através do seu Plano Estratégico, propõe um caminho para alcançarmos esse objetivo. E convida a refletir o que somos, o que pretendemos e – mais importante – como podemos juntos, poder público e cidadãos, redesenhar nosso futuro. Não se trata de apresentar à sociedade apenas um documento. Queremos construir juntos os fundamentos de uma nova realidade no Rio de Janeiro. A Prefeitura não pretende apenas orientar e tomar decisões sobre políticas públicas, quer também recuperar seu papel de pensar a cidade, influenciando investimentos e inspirando empresas e pessoas a pensar como agente de mudança (RIO DE JANEIRO, 2009, p. 5).

A retórica da democratização se repete com frequência nos planos analisados, indo desde as práticas de tomada de decisão e de criação de legislação até a concepção dos espaços

físicos. O discurso institucional, como visto no recorte acima, destaca, com ênfase (pelo uso contínuo de verbos na primeira pessoa do plural), o desejo de envolver a todas as forças cidadinas (poder público, cidadãos, empresários) nos projetos de transformação urbana. O objetivo, aqui, é de criar, para a maioria da população, sentimento de orgulho e de “pertencimento” à cidade, estratégia que remete imediatamente a Barcelona e a Baltimore, pela necessidade da criação de consensos para a viabilização e para a legitimação dos planos. No entanto, no caso da cidade brasileira, mais do que nas outras, esse sentimento não resulta em uma participação ativa da sociedade civil, já que a tomada final de decisões recai sobre o poder público em conluio com o empresariado, sem grande resistência por parte dos habitantes.

No contexto de adequação às demandas globais do urbanismo do espetáculo, propiciadas, sobretudo, pela ocorrência dos grandes eventos, a obra chamariz do Rio Olímpico foi, sem sombra de dúvida, a Operação Urbana Consorciada⁹ Porto Maravilha, uma intervenção de reabilitação da zona portuária da cidade. O projeto previu a recuperação da infraestrutura urbana, dos transportes, do meio ambiente e dos patrimônios históricos e culturais da região, a reurbanização do Morro da Conceição, a requalificação da Praça Mauá e do Píer Mauá, bem como o restauro ou a construção de grandes equipamentos culturais na área, a exemplo do Museu do Amanhã, do Museu de Arte do Rio, além de praças, bulevares, orlas etc. (CDURP, 2016).

Antes mesmo da escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, já havia a necessidade de implantação de equipamentos culturais, considerados fundamentais no processo de requalificação da zona portuária, como podemos observar no recorte discursivo 9, retirado de um estudo de viabilidade, para a instalação do Museu Guggenheim¹⁰ na cidade do Rio de Janeiro, publicado pela prefeitura em 2002.

⁹ A operação urbana consorciada é um recurso previsto no *Estatuto da Cidade* (Lei Federal nº 10.257/2001), para recuperação de áreas degradadas. A Prefeitura do Rio criou a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), para gerir e para fiscalizar a revitalização. Com duração de 15 anos, receberá investimento de 8 bilhões de reais em obras e em serviços no Porto Maravilha. Para conseguir recursos para a operação urbana, a prefeitura aumentou o potencial de construção de imóveis da região portuária, área que atrai a atenção de investidores do setor imobiliário para projetos comerciais e residenciais. Interessados em explorar esse potencial devem comprar Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACS), títulos usados no custeio de operações urbanas, que recuperam áreas degradadas nas cidades. Todo o valor arrecadado com a venda dos CEPACS é obrigatoriamente investido na requalificação da região, inclusive, em áreas de preservação, em que os imóveis não podem ter aumento de potencial (CDURP, 2016).

¹⁰ A Fundação Solomon R. Guggenheim foi criada em 1937 e se dedica a promover a compreensão e a apreciação das artes moderna e contemporânea, por meio de exposições, de programas educacionais, de iniciativas de pesquisa e de publicações. A constelação internacional de museus do Guggenheim inclui o *Solomon R. Guggenheim Museum*, em Nova York; a Coleção Peggy Guggenheim, em Veneza; o Museu Guggenheim de Bilbao; e o futuro Guggenheim Abu Dhabi (THE SOLOMON R. GUGGENHEIM FOUNDATION, 2020).

- (9) Muito mais que um museu com arquitetura ousada e única, seria um deflagrador de revitalização urbana da área portuária e do centro histórico, além de recolocar o Rio no circuito das grandes cidades globais, recuperando sua centralidade cultural. (RIO DE JANEIRO, 2002, p. 2)

A implantação de projetos arquitetônicos e urbanísticos de grande impacto visual é obrigatória em tais intervenções. Para isso, utiliza-se do que os estudiosos da arquitetura denominam “arquitetura de grife”, aquela projetada por um *starchitect*, neologismo que se refere a arquitetos cuja aclamação por parte da crítica faz com que se transformem em ídolos no cenário internacional (CARDOSO, 2013). Vários são os exemplos deste tipo de intervenção, valendo a pena citar o caso de Bilbao, capital basca, em que a implantação de um museu Guggenheim, projetado pelo *starchitect* Frank Gehry, capitaneou um processo de requalificação de sua zona portuária, tornando-a emblemática por seu pretense sucesso e pelo impacto visual do projeto na paisagem, que, através de uma extensa exposição midiática, é hoje reconhecido no mundo inteiro, e o caso do próprio Museu do Amanhã, equipamento-âncora do Porto Maravilha, projetado pelo *starchitect* espanhol Santiago Calatrava.

Para adentrar no circuito das cidades globais em um cenário de intensa competição, o discurso hegemônico consolida a transformação da assinatura arquitetônica em marca, em emblema, em selo estilístico. Dessa forma, a arquitetura e o arquiteto passam a ser, também, agentes veiculadores dos poderes econômico e cultural do capital. Comentando esta transformação, Ortiz (2004, p. 56 *apud* CARDOSO, 2013, p. 215) afirma que os arquitetos “[...] parecem mais preocupados com a “retórica” do objeto e deixam totalmente abandonada a “poética” do habitar humano, vital para entender a função social do arquiteto”.

Há que se salientar, no entanto, que a aplicação do modelo empregado no Rio de Janeiro, e, sobretudo, no projeto Porto Maravilha (Figura 8), apesar de guardar semelhanças com os casos de Barcelona e de Baltimore, no que tange às parcerias público-privadas na execução e na manutenção de obras estruturantes, além da espetacularização do espaço urbano via obras de teor “modernizante”, apresenta enormes disparidades. Para Pereira (2015), em primeiro lugar, a fórmula econômico-financeira adotada nesse projeto envolveu a participação de um volume significativo de recursos públicos para se garantir o estímulo a atividades de desenvolvimento imobiliário no local, proporcionadas pela operação urbana,

Ao longo dos anos, a fundação desenvolveu a reputação de contratar arquitetos de renome no mercado internacional (os chamados *architects* ou arquitetos estrelas), para projetar seus museus, chamando mais a atenção para a arquitetura, em si, que virou uma espécie de marca, do que para as obras, que lá são expostas.

levando à concentração de investimentos em áreas específicas e à diminuição das condições de desenvolvimento em larga escala na cidade para a promoção de ações de caráter social.

Pereira (2015) assinala também que, ao aportar as ações estratégicas de revitalização da zona portuária na valorização imobiliária, essa intervenção urbana fomentou um processo de gentrificação, levando à remoção de famílias de baixa renda do local (em especial, das favelas Morro da Providência e Morro da Conceição) e reforçando um padrão histórico de ocupação do território, marcado por intensa segregação.

Figura 8- Praça Mauá e Museu do Amanhã



Fonte: CDURP (s/d)

4.4 BELÉM

Todos os símbolos, representações e sentidos propagados pelos discursos do planejamento urbano estratégico se reproduziram em cidades mundo afora, pouco levando em conta seus contextos sociais, econômicos, culturais e territoriais. Como qualquer outra cidade, Belém também é interpelada pelos mais variados processos discursivos, provenientes de diversos sujeitos, os quais interferem diretamente na materialização do espaço e no seu modo de apreensão. A cidade é, desde a sua fundação, palco em que sujeitos distintos construíram diferentes discursos e, para Neves (2015), este não foi um processo pacífico, nem igualitário, sendo marcado pelo silenciamento das memórias indígenas e africanas, pelas imposições da língua portuguesa e da arquitetura colonial e pelo apagamento do vínculo ribeirinho como modo de vida, sobretudo por parte das elites política e intelectual.

A cidade vem passando, nas últimas duas décadas, por variados processos de reconfiguração territorial. Segundo Ximenes (2007), estes processos se dão por intermédio do

atrelamento de estratégias de crescimento econômico a discursos do poder público. De acordo com o autor, tais discursos versam sobre a possibilidade de exploração de novos setores da economia e da dinamização e da modernização de outros, mais especificamente relacionados às intervenções urbanísticas, ao planejamento turístico e à modernização espacial de áreas centrais, principalmente das que se encontram às margens da Baía do Guajará (configurando-se, portanto, como típicas intervenções de *waterfront*), com vistas à inserção de Belém em um cenário competitivo que depende da criação de uma “imagem solvável” no mercado internacional (XIMENES, 2007).

O que interessa, neste trabalho, são os processos discursivos mais recentes, advindos do início da década de 2000 e que se perpetuam hodiernamente. A partir desse período, o cotidiano da cidade se tornou, segundo Souza (2009), “[...] produto de uma racionalidade programada pela força das representações e dos objetos capturados pela imposição externa”. Estas representações, como mencionado, seguem uma agenda discursiva imposta pelos mesmos agentes hegemônicos mencionados nos tópicos anteriores e que instauram o modelo de cidade competitiva.

Segundo Trindade Júnior (2010), a partir de 1995, no governo estadual de Almir Gabriel, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que começou a se implantar uma gestão governamental baseada em atividades estratégicas de governo, que impôs ao Estado uma postura pautada no “empresariamento” para impulsionar o desenvolvimento da região, utilizando-se do discurso da eficiência, advindo da iniciativa privada, como podemos ver no recorte discursivo 10. Dentro dessa concepção, a cidade de Belém (principalmente, sua área central) passou a ser objeto de intervenções urbanas consideradas estratégicas:

(10) [...] a administração é muito semelhante à de uma empresa privada, através dos modelos das organizações sociais, que são entidades privadas de direito público, cujo vínculo com o poder público está no cumprimento das metas com eficiência. (REVISTA VER-O-PARÁ, 2003, n. 25, p. 48 apud SÁNCHEZ *et al.*, 2006, p. 49)

Essas intervenções consistem, sobretudo, em ações que têm como objetivo abrir “janelas pro rio”, enunciado amplamente utilizado nos discursos políticos que julgam necessário resgatar o vínculo com o rio – que, por muitos anos, foi obstruído pelas intensas atividades portuárias e comerciais –, como elemento simbólico que representa a cultura local. Essa estratégia discursiva se apoia na ideia da “[...] produção de áreas de lazer, de amenidades e de consumo, via aproveitamentos urbanístico, arquitetural e paisagístico” (XIMENES, 2004, p. 26).

Entre as intervenções de requalificação propostas pela prefeitura, houve, segundo Amaral (2005), a concepção de espaços de sociabilização mais democráticos, tendo, como exemplos, o Ver-o-Rio (Figura 9) e a requalificação do Mercado Ver-o-Peso na gestão de Edmilson Rodrigues, do Partido dos Trabalhadores (PT). Por outro lado, nas intervenções promovidas pelo governo do Estado, a exemplo da Estação das Docas, do complexo Feliz Lusitânia e do Parque Mangal das Garças, nota-se “[...] a intenção de instaurar um projeto culturalizante e de espetacularização da vida urbana, com intervenções, segundo um modelo globalizado” (MOTTA, 2000 apud XIMENES, 2004, p. 26), e que são pontuais, fragmentadas e estandardizadas (TRINDADE JÚNIOR; AMARAL, 2006).

Figura 9- Complexo turístico Ver-o-Rio



Fonte: Rodrigues (2013)

Atentando-se, mais especificamente, à transformação da antiga área portuária do centro da cidade em equipamento de lazer e de turismo programado, tem-se a *Estação das Docas* (Figura 10), que abrange uma área 32.000 m² e que oferece serviços como restaurantes, lojas, teatro etc. Esse equipamento se apresenta como um caso emblemático, por ser um dos primeiros projetos de requalificação urbana no Brasil que segue as premissas do planejamento estratégico de cidades. Nos discursos justificativos dos agentes que a conceberam, se utilizam como exemplos de intervenção os casos de Barcelona e Buenos Aires (Puerto Madero).

Figura 10-Estação das Docas



Fonte: acervo do autor, 2019.

A Estação das Docas (além de outros equipamentos, tutelados pelo governo do estado, como o *Mangal das Garças*) é administrada por uma Organização Social (OS)¹¹, chamada PARÁ 2000, um dos novos atores que passaram a comandar a gestão de políticas públicas no Brasil. Esta entidade é responsável pela administração do espaço, pela sustentação econômica, através do aluguel de pontos comerciais, pela gerência da verba provida pelo governo do Estado, assim como pelo agendamento de eventos culturais, de *shows*, de feiras etc. Segundo Freitas (2000), a constituição da OS e a seleção dos pontos comerciais do espaço não ocorreram de forma clara, não tendo sido divulgados nenhuma chamada pública ou processo licitatório, o que corrobora o aparelhamento deste tipo de ente a interesses privados. De fato, para Fonseca e Viana (2020, p. 42), embora se caracterize como entidade sem fins lucrativos, essa forma de organização gestora estimula a possibilidade de:

[...] vários grupos lucrativos constituíssem OSs que, dessa forma, especificamente não estariam voltadas ao lucro. Contudo, são vinculadas e existem em razão de sua matriz lucrativa. Logo, as OSs tornaram-se braços de empresas e grupos empresariais, em meio a entidades tipicamente “filantrópicas”, atuando com extrema desenvoltura na administração pública e nas diversas etapas das políticas públicas.

Entre as críticas ao projeto, feitas por diferentes autores, estão as que associam a *Estação* a um espaço elitizado, visto que grande parte da população apenas circula pelo espaço, pois o usufruir está atrelado a atividades de consumo, prioritariamente, voltado às classes médias; o lazer, apontado como maior motivo de visita ao local, resume-se à atividade

¹¹ Organização Social (OS) é um título outorgado, pelo direito administrativo, a entidades de direitos privados (pessoas jurídicas de direito privado), sem fins lucrativos, para que estas possam receber determinadas subvenções do poder público (dotações orçamentárias, isenções fiscais etc.), para a prestação de serviços de relevante interesse da comunidade, como, por exemplo, em saúde pública e em cultura (FREITAS, 2010).

contemplativa da vista do rio; e a atividade turística tende a segregar o espaço, afastando-o do entorno “real”, da Belém empobrecida, criando um enclave, que serve como a vitrine de uma cidade planejada para visitantes (TRINDADE JÚNIOR, 2010). Por fim, Amaral nos indica a filiação ideológica que está por trás da intervenção:

[...] há uma inspiração de caráter neoliberal subjacente às propostas de intervenção urbana, pois a cidade é produzida dentro de um contexto de competitividade urbana ("guerra dos lugares"), pela atração de investimentos e de turistas, em que a projeção da cidade através do marketing urbano (cidade veiculada nos meios de comunicação), os investimentos em espaços espetaculares, fragmentados e gentrificados (espaços seletivos) e a apropriação de espaços públicos pela iniciativa privada (o Estado produz e mantém espaços sobre o controle da iniciativa privada já consolidada no mercado local) tornam-se elementos visíveis. (AMARAL, 2005, p. 163-164)

A contextualização da necessidade de requalificação urbana foi colocada a partir da perda que Belém vinha sofrendo no plano regional amazônico, em face das mudanças pós-1960, com a integração econômica da Amazônia ao território brasileiro (TRINDADE JÚNIOR, 2010). Há um discurso institucional que busca evidenciar um quadro de declínio de sua economia e de sua imagem, além de degradação de seus espaços físicos e sociais, como podemos visualizar no recorte discursivo 11. Neste discurso, equivalente ao discurso de crise, efetuado como embasamento aos planos estratégicos em Barcelona e no Rio de Janeiro, procura-se criar um consenso que associa a imagem da cidade à necessidade de novas estratégias econômicas, como a promoção do turismo, tido como elemento central das políticas locais de desenvolvimento.

(11) [...] o Centro viu-se logo atingido pelo processo de decadência econômica, com a deterioração de seu casario, a substituição de um comércio dinâmico e de qualidade por um comércio popular onde é grande a presença das atividades informais (com ambulantes ocupando desordenadamente os espaços públicos), como as dos serviços de oficinas e reparo, que em nada contribuem para a manutenção condigna do ambiente urbano. A intensificação do setor terciário no Centro Histórico tem conduzido a um gradativo processo de deterioração da qualidade de vida local, fenômeno observado, por exemplo, na área do Ver-o-Peso. (BELÉM, 1998, p. 23 apud TRINDADE JÚNIOR, 2013, p. 494)

Também em Belém, as atmosferas fabricadas de crise e de decadência estabelecem uma espécie de consenso, que mobiliza a ação e a convergência de sujeitos com interesses distintos. A união em torno da estratégia de requalificações urbana e patrimonial como vetores de desenvolvimento é interpelada pelo discurso do patriotismo cívico de cidade, que, na capital paraense, é calcada na recuperação de espaços simbólicos, que retomam (ou, pelo menos,

tentam) a condição de Belém como metrópole da Amazônia, como podemos perceber no recorte discursivo 12:

(12) [...] foi nestes últimos anos que o Governo do Pará recuperou verdadeiros patrimônios da cidade e os entregou ao povo. E fez mais: criou novos ícones com os quais o paraense está se identificando, com orgulho, e batendo no peito pra dizer a todos os visitantes: isso tudo é riqueza do Pará, é patrimônio, é cultura do Pará, é História do Pará...Depois de revisitar a história, Belém está prontinha para ser não só a metrópole, mas o símbolo da metrópole do século XXI. (PARÁ, 2003, p. 8 apud SANCHÉZ *et al.*, 2006, p. 13)

Para Cardoso *et al.* (2016), foi a partir de 2012, com o alinhamento partidário entre prefeitura e governo do estado (ambos sob tutela do PSDB), que houve uma forte retomada da necessidade de alavancar Belém no cenário turístico internacional. Essa retomada se deu sob novos preceitos: não mais focados na requalificação de bens materiais imóveis, mas no “[...] potencial de biodiversidade, de sustentabilidade e de turismo, este último, fortemente apoiado na cultura, na gastronomia, na música e nos saberes populares” (CARDOSO *et al.*, 2016, p. 825). Esses fatores conformaram uma tática para que Belém se inserisse no *hall* de cidades criativas da UNESCO, que uniu os discursos do planejamento estratégico de cidades aos discursos do desenvolvimento sustentável e da cidade criativa, operando sob uma ótica ideológica neoliberal.

Essa tática foi responsável por uma reedição dos projetos de intervenção, que, a partir desse momento, começaram a explorar de forma mais intensa as tradições cultural e simbólica da cidade, alinhada aos preceitos das indústrias culturais. Exemplos disso foram a tentativa infrutífera de requalificação da feira do Ver-o-Peso e o estabelecimento de um polo internacional de gastronomia na Casa das Onze Janelas, além da criação do *BoulevArte* (evento focado na economia criativa e voltado às classes médias).

Tal estratégia, apesar de no discurso enfatizar a conjunção entre cultura, criatividade e desenvolvimentos urbano e social, findou por enfatizar as espetacularizações da cidade e da sociedade, além de aumentar as contradições, a invisibilização de grande parte dos trabalhadores que atuam nessas áreas, a gentrificação e a homogeneização do espaço, e o processo de destruição criativa das estruturas populares que dão sentido à formação identitária do lugar (CARDOSO *et al.*, 2016).

Trindade Júnior (2005) afirma que a materialização das intervenções urbanas, sobretudo na área central da cidade, referência um estilo de vida distante da realidade na qual está inserida. Faz-se notável, para o autor, o estabelecimento de uma ordem de representações

simbólicas e de subjetividades, que tratam o espaço como mercadoria, visada ao consumo de uma pequena parcela da sociedade. Para Souza:

[...] este procedimento causa estranhamentos e desigualdades socioespaciais, criando, muitas vezes uma não-identidade ou uma identidade forçada com a forma metropolitana. Trata-se, então, de uma luta para a manutenção da diferença e da singularidade que se torna coletiva à medida que busca um resgate das representações relacionadas às “organicidades” da vida cotidiana, especialmente daquela que se dá na tradição regional. (SOUZA, 2009, s/p)

Para Castro (2012), parece haver uma preocupação coletiva, muitas vezes mais latente do que explícita, de certos agentes da elite intelectual da cidade de Belém em demarcar, esteticamente, o espaço do que seria uma “cultura” própria da Amazônia. Para o autor, essa preocupação estabelece códigos de significação e formas de controle do discurso, dos comportamentos e dos hábitos de consumo cultural para os habitantes da cidade em caráter basicamente alegórico:

[...] mesmo sem consciência disso, a operação desses agentes sociais não “resgata” um passado, uma identidade, mas os recria como bricolagem coletiva, em função da dinâmica de fixação de determinados códigos e referências-chaves, os quais indicam, para o grupo, a presença do passado e da identidade. (CASTRO, 2012, p. 139)

Deste modo, alguns questionamentos se colocam para o autor: qual é o papel desta elite intelectual na criação de processos retóricos de leitura social da realidade e na criação de identidades e de representações locais? Essa subjetividade alegorizante é capaz de construir vínculos de identidade social entre a população e o espaço urbano? (CASTRO, 2012). Objetiva-se, assim, compreender as dinâmicas de subjetivação em relação às transformações recentes do espaço amazônico, tanto no espaço vivido como no espaço concebido.

Outro fator, digno de nota, é a forma pela qual a identidade regional amazônica é tratada em tais representações. Na publicização dos projetos, carregados de discursos que impõem efeitos de sentidos, a representação simbólica da região é muitas vezes idealizada, respondendo a uma imagem-padrão que descreve a região como um todo coeso e coerente, muitas vezes distante da realidade vivenciada pelas populações locais, que reproduz uma percepção, fruto de discursos dominantes, do que é a Amazônia (CASTRO; AMARAL; COSTA, 2015).

Nesse contexto, a demarcação de uma estratégia que valorize e que promova o desenvolvimento socioeconômico de variados segmentos da população, a partir da socialização, da reprodução e da difusão de práticas coletivas e de tradições populares,

calçadas na biodiversidade, nos ritmos musicais e, sobretudo, nos últimos anos, na gastronomia, é preterida, em favor de uma abordagem proveniente de uma elite empresarial, que, muitas vezes, está inserida no quadro administrativo estatal. Essa abordagem está mais empenhada na possibilidade de rentabilidade financeira e na inserção de Belém em um cenário turístico internacional de alto padrão, proveniente das recorrentes publicização e operacionalização discursivas e simbólicas desses bens, que deveriam atestar a singularidade e a autenticidade identitárias da região (CARDOSO *et al.*, 2016).

Todos os elementos evocados nos parágrafos anteriores podem ser percebidos, explicitamente, no recorte discursivo 13, que aborda o momento da escolha de Belém para compor a *Rede de Cidades Criativas* da UNESCO e a tentativa do governo do estado de implementar, na cidade, um centro global de biodiversidade e de gastronomia amazônicas:

- (13) A proposta de criação do centro também faz parte das comemorações dos 400 anos de fundação de Belém, e foi apresentada ao Governo do Pará e à Prefeitura de Belém por um conjunto de organizações da sociedade civil, lideradas pelo Instituto Paulo Martins (entidade que promove e divulga a gastronomia paraense e amazônica e que organiza anualmente o Festival Ver-o-Peso da Cozinha Paraense), o instituto Até (presidido pelo chef Alex Atala e principal instituição brasileira que trabalha a relação homem-alimento) e o Centro de Empreendedorismo da Amazônia (fundado com o objetivo de estimular negócios sustentáveis e inovação na região). O secretário de Cultura, Paulo Chaves, diz que a escolha da Unesco deixa Belém honrada. “Chega em um momento muito importante, quando estamos trabalhando pelo nosso Centro Gastronômico, no Feliz Lusitânia, que vem também com esse conceito contemporâneo da gastronomia, mas sem deixar de lado a tradição de nossos pratos, com algumas receitas de mais de 300 anos”, afirma. [...] Segundo Izabela Jatene, com o selo da Unesco, Belém fortalece sua imagem para o turismo por meio de um dos atrativos, que é a gastronomia. “[...] O selo divulga Belém e faz com que as pessoas busquem conhecer mais o Pará e possa, com isso, gerar ainda mais turismo”, frisa a secretária [...]. (AGÊNCIA PARÁ, 2015)

Nesse momento, pensamos ser importante ressaltar que o conceito de cultura é calcado na pluralidade de sentidos e de formas de expressão, e, por isso, concentra em si a diligência pelo que é diferente, criativo, híbrido, marcado pelo deslocamento de sentidos e de significados. Destarte, para Albuquerque Jr. (2007), o conceito de cultura não pode ser vinculado ao de identidade, que, muitas vezes, nos fornece sentido a algo que é estanque, fechado, de origem pura, pertencente a grupos sociais demarcados, que constroem manifestações, espaços e tempos, com o propósito de se diferenciar do que é exterior.

Os próprios conceitos de identidade e de diferença tendem a se tornar construções discursivas, por suas características instáveis e subjetivas, estando, portanto, sujeitos a relações de poder, de dominação e de disputa entre grupos assimetricamente situados. Desse modo,

nunca pode se dizer que há uma cultura, assim, no singular, pois, de fato, o que existem são múltiplas trajetórias, conexões, relações e conflitos culturais: “As classes ou grupos sociais hegemônicos é que, muitas vezes, querem fazer de suas manifestações culturais a cultura” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 17), e isso fica explícito quando analisamos todos os recortes discursivos que têm como objeto o conceito de cidades criativas e a forma pela qual este se aplica a Belém, em cujas manifestações culturais é notável a questão da mestiçagem cultural entre diferentes povos. Essa diversidade, sob todos os efeitos, nega a identidade e reforça as diferenças. Qual seria o propósito, então, de estabelecer discursivamente uma identidade cultural para a região? De que formas essa identidade se metamorfoseia em projetos de intervenção espacial? Tentaremos responder a essas questões no próximo capítulo.

Doravante, podemos, de acordo com os apontamentos encontrados em Castro, Amaral e Costa (2015), construir um quadro sinótico, composto por um conjunto de representações que estão presentes nas estratégias discursivas postas e que constituem um inventário dos processos e dos elementos narrativos, que, na sociedade contemporânea, evocam a ideia de região/identidade amazônica.

Quadro 3- Conjunto sinótico de representações presentes nas estratégias discursivas

Tipo	Elementos
Imagens logotécnicas, que apresentam o jogo entre as palavras e as representações simbólicas da região	Cultura exótica; floresta conservada; fauna e flora amazônicas; povos da floresta; conhecimento tradicional; imaginário mítico
Imagens conceituais, que mostram as proposições e as concepções oferecidas pela ciência, representações consideradas sábias	Conflitos sociais e agrários; povos indígenas, caboclos, amazônidas ribeirinhos, colonos, migrantes, população urbana; biodiversidade; desenvolvimento sustentável
Imagens plásticas, oferecidas pelo recorte imagético, com relação a elementos figurativos da região	A cor verde; artesanato indígena; barcos regionais, canoas; paisagens turísticas; círio de Nazaré e outros espetáculos regionais; rios e igarapés; culinária regional

Fonte: elaborado pelo autor (2020), a partir de Castro, Amaral e Costa (2015, p. 108-109)

Em sua maioria, estes elementos estão presentes nas formações discursivas, embora de maneira apenas superficial, sendo responsáveis por trazer à tona a identidade amazônica nas intervenções de requalificação urbana da área central de Belém. Tais formações são veiculadas por discursos, imagens e representações que buscam, nas ideias de metrópole, de

cosmopolitismo e de modernização do espaço urbano, integrado à floresta amazônica, a criação de uma imagem de cidade que encobre profundos processos de exclusão socioespacial.

Estas formações discursivas acabam por conter, também, uma série de enunciados, que, por vezes, atuam como *slogan*, não só das intervenções urbanas executadas, mas da cidade como um todo, nos quais são utilizadas metonímias no objetivo de promover a generalização e o acobertamento do real, tais quais: “metrópole da Amazônia”, “cidade das mangueiras”, “cidade morena”, “cidade das águas”, “cidade criativa da gastronomia” etc. A Figura 11 mostra o *site Visit Brasil*, principal portal de turismo gerenciado pelo Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), autarquia especial do Ministério do Turismo, que trabalha exclusivamente com promoção e com *marketing* dos destinos turísticos brasileiros. Podemos afirmar, por exemplo, que o enunciado “cidade morena” age como um eufemismo, cuja intenção é de silenciar a herança étnica afro-indígena na cidade de Belém, de modo a homogeneizar a população e a ocultar tensões, reatualizando processos de dominação (NEVES, 2015; SARRAF, 2019), assim como o enunciado “cidade das mangueiras” tende a subsumir o fato de que Belém é uma das metrópoles menos arborizadas do país¹².

Figura 11- Pagina sobre Belém no site Visitbrasil.com

The image is a screenshot of a web browser displaying the page for Belém on the Visit Brasil website. The browser's address bar shows the URL 'visitbrasil.com/pt/destinos/beleem.html'. The website's navigation bar is blue and contains the following elements: a 'BRASIL' logo, menu items for 'DESTINOS', 'EXPERIÊNCIAS', 'EVENTOS', 'INFORMAÇÕES ESSENCIAIS', and 'BLOG', a language dropdown set to 'Português', and a 'BUSCAR' search button. Below the navigation bar, the page title is 'CIDADE DE Belém'. The main content area features a weather widget for 'Nublado' with a current temperature of 32°C, a temperature scale switch, and maximum/minimum temperatures of 32°C and 22°C. To the right, there is a map of Brazil with a yellow marker on the state of Pará, labeled 'Estado de Pará'. Below the map, a section titled 'Destinos próximos da Cidade de Belém' lists 'Ilha do Marajó - 294 km -' and 'Macapá - 330 km -'. At the bottom of the page, a text block states: 'A capital do estado do Pará é uma das mais antigas do Brasil e não é conhecida'.

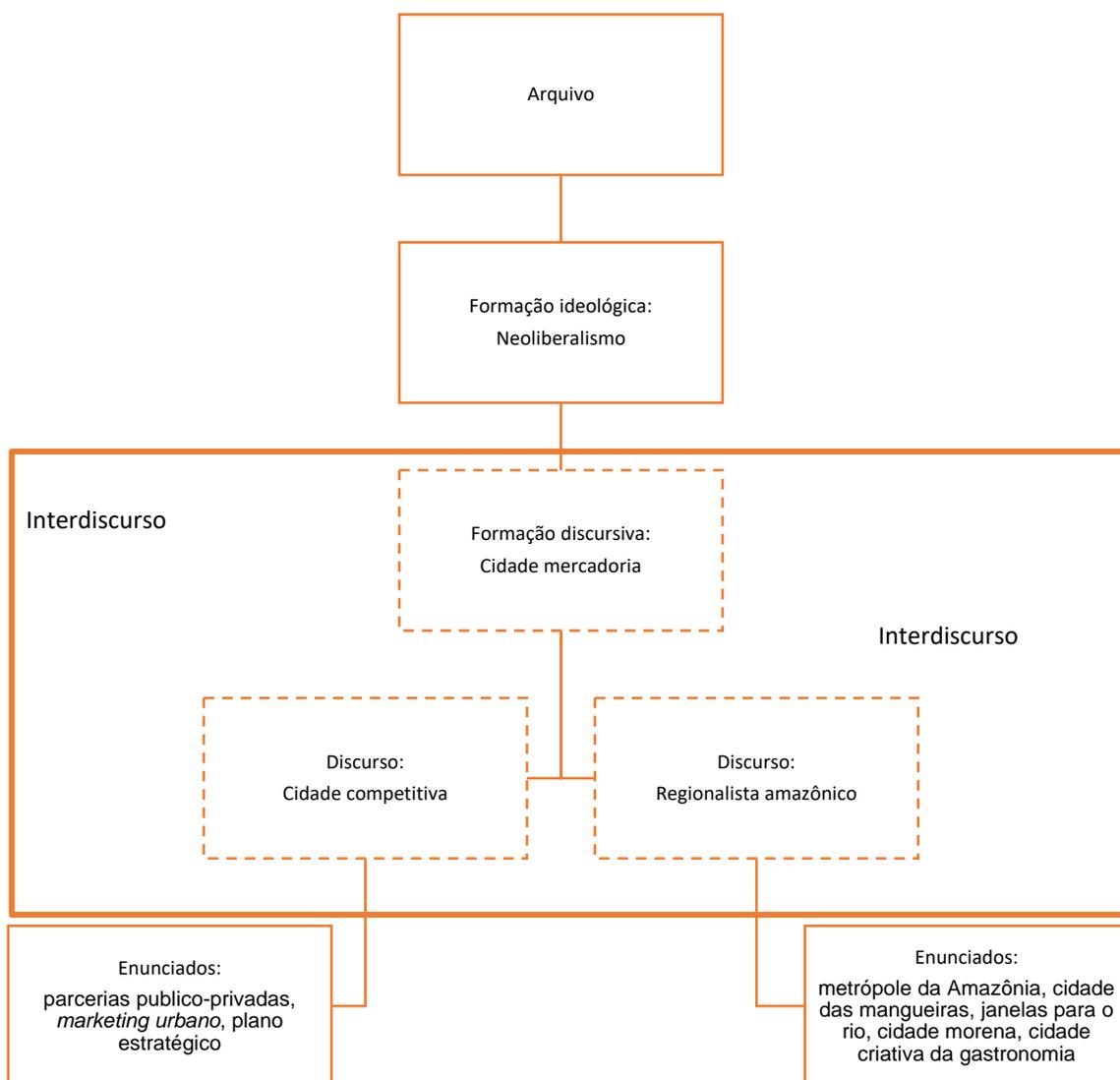
Fonte: Brasil (2019)

¹² Em levantamento sobre infraestrutura urbana realizado pelo IBGE, em 96,9% dos domicílios urbanos durante a pré-coleta do Censo 2010, Belém registrou o menor percentual entre os 15 municípios citados, com 22,4% do entorno dos domicílios com alguma árvore ao redor em área pública (IBGE, 2012).

É possível notar um sistema de dispersão e uma regularidade entre objetos, tipos de enunciação, temas e relações, correlações e funcionamentos em certos enunciados, que têm os projetos de requalificação urbana da área central de Belém como objeto. A partir das análises efetuadas, é possível perceber que esse sistema contém regularidades ideológica e enunciativa que pensam o espaço urbano como um produto a ser comercializado, vinculando esses discursos às formações discursivas e ideológicas hegemônicas.

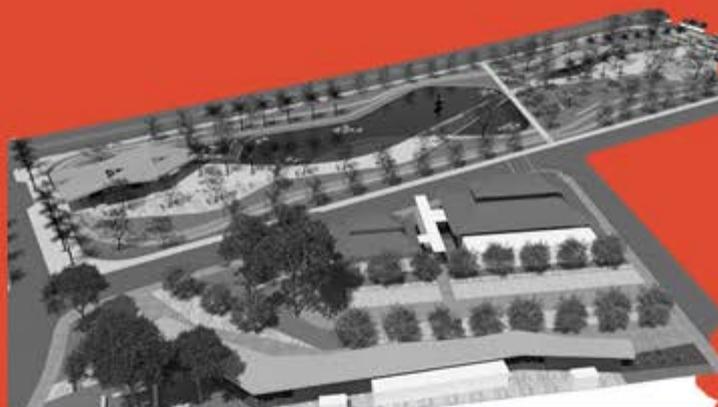
A partir disso, reuniremos, como principais discursos que se produzem com base nessa formação discursiva, os seguintes: cidade competitiva e regionalista amazônica, com encadeamento interdiscursivo que relaciona sentidos que envolvem, também, discursos como os do empreendedorismo urbano, da modernização da cidade, do declínio/renovação urbana, entre outros. O organograma da Figura 12, fundamentado nas noções e nos conceitos de arquivo, formação discursiva, discurso, interdiscurso e enunciado, esquematiza as relações de hierarquia e de dependência entre estes conceitos.

Figura 12- Arquitetura conceitual da articulação discursiva de projetos de requalificação urbana em Belém (PA)



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

No próximo capítulo, procuramos atualizar esta discussão a partir dos discursos que embasam dois casos correntes de intervenção urbana na cidade: os projetos *Belém Porto Futuro* e *Novo Mercado de São Brás*. Nesta investigação, para além de discutir os discursos políticos, institucionais e midiáticos, almeja-se, também, a busca pela heterogeneidade nas formações discursivas, responsável por trazer sentidos destoantes, imagens e representações outras, que contestem o padrão hegemônico e que pluralizem a cidade de Belém.



PROJETO BELÉM PORTO FUTURO E NOVO MERCADO DE SÃO BRÁS: O DISCURSO PRODUZINDO ESPAÇOS

Que cidade é essa onde a paisagem que a comunica, a esconde como espaço de vida feito de convergências e divergências, mas sempre prontas a serem revistas e reescritas? Que cidade é essa, onde a imagem que a registra, pode esconder a paisagem que nos poderia levar a redescobri-la? Será que é próprio da paisagem registrar e esconder ao mesmo tempo ou é sua função comunicar, ao mostrar a incompletude da cidade contemporânea e global?

Lucrecia Ferrara, 2012

Como visto anteriormente, as motivações deste trabalho contemplam, sobretudo, a investigação dos processos que deslocam um discurso hegemônico, gerador de sentidos de realidades tão divergentes, e como se dá o emprego desses discursos na apreensão simbólica e na materialização do espaço construído de países subdesenvolvidos, particularmente do Brasil, tomando como referência projetos urbanos situados em Belém (PA). O que nos interessa mostrar é como e por que, a partir de diferentes práticas discursivas, provenientes de diferentes sujeitos enunciativos, em diferentes mídias, sustentam-se dois projetos de requalificações urbana e patrimonial, que inventam e que reinventam os espaços e a imagem de Belém, ressignificando-a.

Assim, na capital paraense, foram delimitados dois projetos com materialidades distintas e com lócus específicos, que se encontram em diferentes entes da administração pública e estão em momentos díspares de implementação/execução. Não obstante, evidenciam, em suas representações, em seus discursos, em suas formas arquitetônicas e em suas práticas de planejamento e de gestão urbanos múltiplas, características do discurso hegemônico que apresentamos nos capítulos anteriores. Nosso objetivo não é promover um exaustivo detalhamento de todo o arquivo contido em nosso *corpus* discursivo ou empreender uma minuciosa análise do espaço ou das formas arquitetônicas, mas demonstrar, a partir de uma seleção de recortes discursivos (textuais, imagéticos etc.), a construção de sentidos que tais projetos aportam.

Portanto, subdividimos este capítulo em três seções. Na primeira, concentramo-nos na análise do Projeto Belém Porto Futuro (PBPF), mais especificamente do denominado Parque Futuro, primeira etapa do projeto. Na segunda seção focaremos no Programa Desenvolve Belém (PDB), adentrando em detalhes no projeto Novo Mercado de São Brás (NMSB), por esta ser a única proposta do programa a ser devidamente desenvolvida. Na terceira e última seção empreenderemos uma tentativa de análise da heterogeneidade discursiva, encontrada em nosso *corpus* de análise. Nossa interpretação procura, além de vincular os discursos que embasam esses projetos a formações discursivas e ideológicas dominantes, observando as recorrências e dispersões em relação a projetos anteriores e semelhantes em Belém, encontrar, nos entremeios de sua interdiscursividade, a heterogeneidade que almeja pluralizar as significações e as representações da cidade.

5.1 PORTO FUTURO E A BANALIZAÇÃO DO MODELO: O DISCURSO POLÍTICO COMO ESTRATÉGIA DE LEGITIMAÇÃO

5.1.1 Informações preliminares: análise do contexto histórico-morfológico

No dia 14 de abril de 2016, foi lançado, pela Secretaria de Portos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o projeto de revitalização da região portuária de Belém (PA), intitulado Projeto Belém Porto Futuro. Idealizado pelo então ministro-chefe da Secretaria Nacional de Portos do governo Dilma Rousseff, Helder Barbalho (MDB-PA), o projeto apresenta, como proposta, a transformação, em polo de desenvolvimento, da área não operacional do porto de Belém, que contém os galpões de armazenamento e as áreas retroportuárias pertencentes à Companhia Docas do Pará (CDP), por meio da recuperação da infraestrutura, da atração de investimentos, da oferta de serviços e da geração de emprego e de renda, contando com investimentos públicos e privados (BRASIL, 2016). A intenção, pelo menos em nível discursivo, é de promover a integração do porto à cidade, seguindo exemplos como o do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, e o do Puerto Madero, em Buenos Aires.

A área em que se situa a proposta está no entorno do centro histórico de Belém, no bairro do Reduto. De acordo com Nunes (2017), ao final do século XIX, esta era uma área de intensa atividade comercial, com pequenos cais, trapiches, rampas e docas (Figura 13), que permitiam as trocas comerciais de produtos oriundos da floresta, como café, algodão e madeira. A exemplo de tantas outras transformações urbanísticas, datadas dessa época, a construção de um novo e moderno sistema portuário, às margens da Baía do Guajará, deu-se na administração do intendente Antônio Lemos e se deveu à crescente exportação de borracha na virada do século XIX para o XX. A implantação de tal infraestrutura decorreu da atuação do engenheiro americano Percival Farquhar que, além de conseguir a concessão para explorar os serviços portuários, por meio da empresa *Port of Pará*, também se incumbiu da demolição dos pequenos trapiches e das docas existentes (NUNES, 2017).

Figura 13- Doca do Reduto, ao final do século XIX

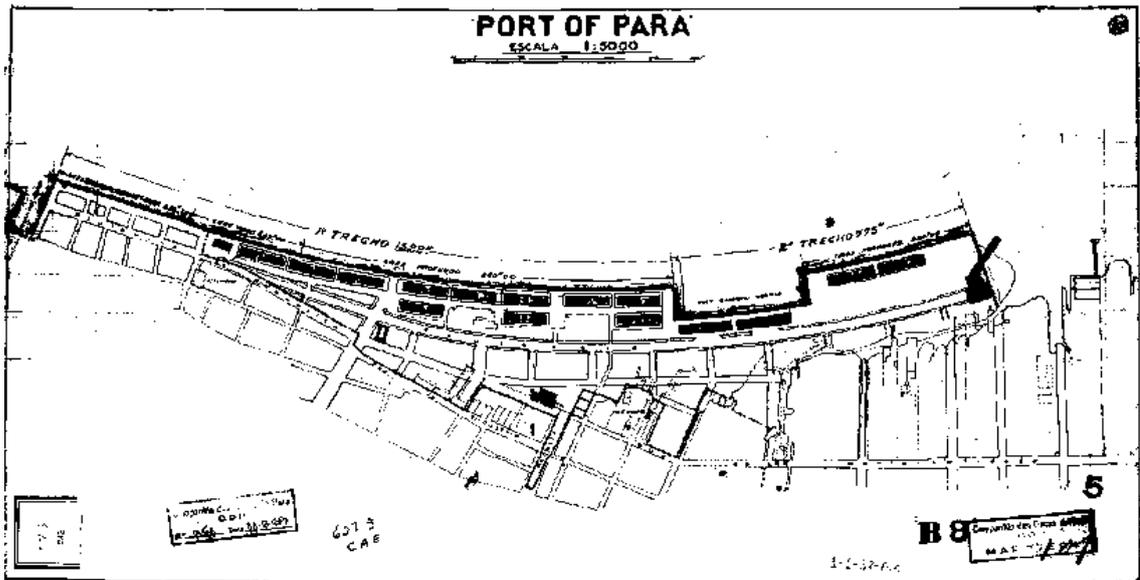


Fonte: Furtado (2019).

O novo sistema portuário (Figura 14), assim como a urbanização do seu entorno, foi inaugurado em 1912. Foram entregues um quilômetro de uma nova via, que margeava o porto (Boulevard Marechal Hermes), 13 armazéns, com tamanhos que variavam até 120 m x 120 m, nove guindastes elétricos, uma usina elétrica e de aparelhamento de abastecimento de água, calçamento de galerias de drenagem em um *boulevard* de 30 m de largura, paralelo ao cais e separado deste por gradil de ferro, em toda a sua extensão (NUNES, 2017). Para a autora, a modernização do sistema portuário, à época, além de ter motivações econômicas, simbolizava, também, o advento de uma nova maneira de representar o espaço urbano da cidade:

Dessa feita, a representação da cidade baseava-se na clara distinção entre o passado e o futuro. Os tortuosos “trapiches negros”, simbolizavam, assim, o atraso e o subdesenvolvimento da cidade, enquanto que o novo cais de concreto claro, moderno e asseado, representava o progresso e a estética do urbanismo moderno, preocupada em não ferir o olhar do viajante estrangeiro (NUNES, 2017, p. 255).

Figura 14- – Detalhe da planta do porto no início do século XX



Fonte: Companhia das Docas do Pará (2021).

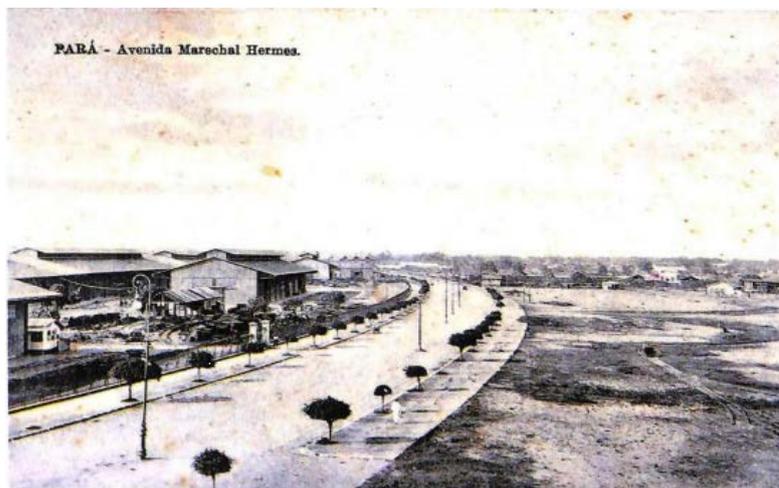
Portanto, o bairro do Reduto apresenta características morfológicas e sociais marcantes, devido à presença de docas e de cais, que serviam de entreposto no embarque e no desembarque de cargas, à proximidade com o porto e às atividades industriais que ali se implementaram, com o objetivo de atender a demandas local e regional por objetos manufaturados. Deste modo, gradativamente, o Reduto se constituiu como um bairro fabril de periferia e manteve essa característica até a segunda metade do século XX (ARRUDA, 2003).

A partir de 1950, com as políticas de integração da Amazônia ao centro-sul do país, empreendidas pelo governo federal, e com sua integração efetiva, através da Rodovia Belém-Brasília, a indústria local entrou em decadência pela incapacidade de competir com os produtos vindos do centro industrializado do país. No entanto, permanecem no bairro grandes áreas pouco adensadas, devido à constância de galpões industriais e de terrenos não edificadas, que serviam de auxílio às atividades fabris, contribuindo para o esvaziamento populacional do Reduto (ARRUDA, 2003). O bairro conta com inúmeros imóveis tombados pelo patrimônio, entre eles os 15 galpões de ferro do porto, construídos no começo do século XX (Figura 15) e tombados pela Secretaria de Cultura do Estado (SECULT).

Como podemos perceber, a partir destas informações, as configurações morfológicas e sócio-históricas do bairro (principalmente no que se convencionou chamar Baixo Reduto, a zona mais próxima do porto) contribuem para a implementação de projetos de requalificação urbana: encontra-se na área central da cidade, perto de uma robusta rede de serviços; próximo dos principais pontos turísticos; conta com uma infraestrutura obsoleta, com grandes quadras

não edificadas e com galpões industriais esvaziados; relativo avanço das degradações urbana e arquitetônica de suas edificações; e passa por um processo de relativo esvaziamento populacional (Figuras 16 e 17).

Figura 15- Avenida Marechal Hermes e galpões do porto (1906)



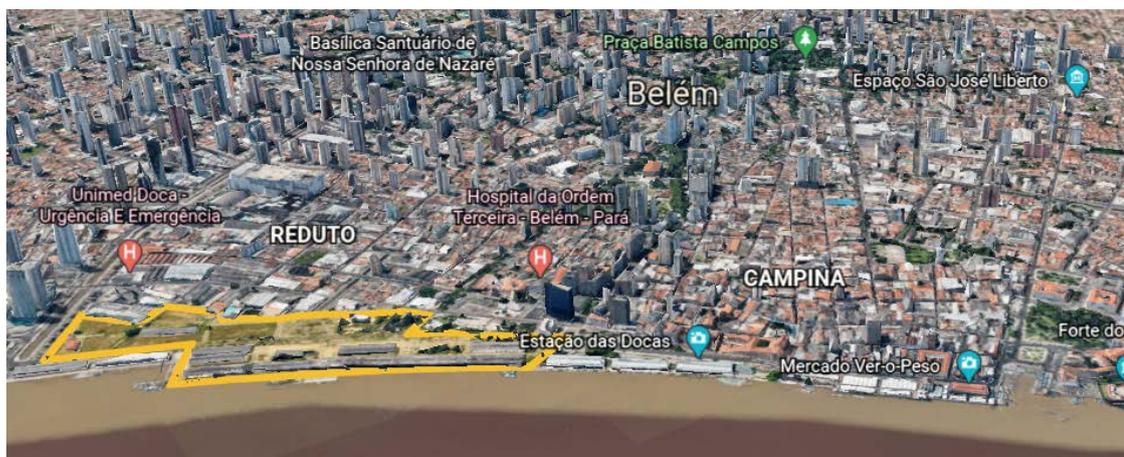
Fonte: Lima e Fernandes (1998).

Figura 16- Mosaico de imagens do Baixo Reduto



Fonte: Google Maps (2021).

Figura 17 – Imagem aérea da área de intervenção do PBPF, demarcada em amarelo



Fonte: Adaptado de Google Earth (2021).

A utilização desta área para fins de requalificação não estava sendo discutida em nenhuma esfera do poder público até a emergência de Helder Barbalho à pasta da Secretaria Nacional dos Portos, no governo de Dilma Rousseff, em 2015. A atuação de Helder é de grande importância para a apreensão deste projeto no contexto deste trabalho, pois este político incentivou, concebeu e se tornou o principal sujeito enunciativo dos discursos que envolvem a implementação do PBPF. Aqui, não podemos nos furtar de abrir um parêntese para comentar a sua trajetória política, visto que o projeto se encontra intrinsecamente relacionado a ela.

Filho do ex-governador do Pará Jader Barbalho, hoje senador pelo estado, e da deputada federal Elcione Barbalho, Helder foi forjado na militância política desde jovem. Graduado em Administração e com MBA em gestão pública, filiou-se, em 1997, ao atual MDB, já tendo ocupado os cargos de vereador, em Ananindeua, de deputado estadual e de prefeito de Ananindeua por dois mandatos. Em 2014, foi candidato ao governo do estado, no entanto perdeu a disputa no segundo turno para Simão Jatene (PSDB), candidato à reeleição. Em 2015 ascende à posição de ministro da Pesca e Aquicultura no governo de Dilma, para poucos meses depois assumir o cargo de ministro-chefe da Secretaria Nacional dos Portos (SEP), momento em que conquista um ambiente favorável para se tornar autor do projeto em questão, visto que esta secretaria era responsável pela administração das Companhias Docas em todo o país. A partir de 2016, já no governo de Michel Temer, assume a pasta da Integração Nacional, levando o projeto para sua tutela no ministério.

Outro importante fator a se considerar é que a família Barbalho é proprietária de uma significativa rede de comunicação no estado do Pará, denominada Rede Brasil Amazônia (RBA), que inclui a TV RBA (afiliada local da Rede Bandeirantes), o jornal Diário do Pará, o

portal na *internet* Diário *Online* (DOL) e, também, emissoras de rádio, cuja mais importante, em alcance, é a Clube AM. Para Luft (2005 *apud* SILVA, 2012), esse império midiático (em especial, o jornal Diário do Pará) sempre atuou de forma patente com a finalidade de favorecer aos interesses político-eleitorais de seus fundadores.

Prosseguir-se-á, então, a uma descrição cronológica dos acontecimentos, que levaram à elaboração dos estudos de viabilidade, do planejamento e dos projetos conceptivos do PBPF. Pelo valor de 3 milhões de reais, pagos integralmente pelo governo federal, foram contratadas duas empresas de Brasília (DF), a Geo Lógica Consultoria Ambiental¹³ e a Giovanini Lettieri Arquitetura¹⁴, para a elaboração de um estudo técnico preliminar de viabilidade, que incluiria a projeção de demandas, a análise socioeconômica, ambiental e viária da área, entre outros, para a criação de um projeto conceitual.

Concomitantemente, estavam previstas consultas públicas e reuniões participativas com a sociedade civil de Belém, com o objetivo de ouvir suas sugestões relativas ao projeto. As palavras “consulta” e “reunião participativa” foram utilizadas na convocação aos eventos, tendo em vista que tais reuniões não se configuraram como audiências públicas, já que não contaram com a organização ou incentivo de nenhum ente da federação ou órgão público e tiveram escassa divulgação. Essa fase, entre estudos da área e consultas públicas, correspondeu à primeira etapa do projeto e teve duração de aproximadamente cinco meses, resultando em um estudo básico que daria origem ao Procedimento de Manifestação Pública de Interesse (PMI).

5.1.2 Análise do discurso

Antes de nos concentrarmos na análise das sequências discursivas, propomos um primeiro exercício de de-superficialização da materialidade textual do *corpus*¹⁵ da pesquisa,

¹³ A empresa presta serviços para o licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores, desenvolve estudos ambientais para empreendimentos do setor energético, faz relatórios de impacto ambiental diversos, realiza projetos urbanísticos e de infraestrutura (água, esgoto e drenagem pluvial), assim como é especializada em estudos de Geologia e geotecnia, de planos diretores e de planos de manejo e de geoprocessamento (GEOLÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL, 2014).

¹⁴ Escritório de arquitetura, com atuação nas arquiteturas predial, residencial e comercial e no *design* de interiores (detalhamento e decoração), portanto, sem experiência nas áreas do planejamento e do desenho urbano.

¹⁵ Como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, nosso *corpus* se constitui-se de: i) transcrições de entrevistas, concedidas pelos agentes envolvidos em veículos da mídia, como um todo, na *internet* e na televisão, conquanto ao Porto Futuro e ao Novo Mercado de São Brás; ii) transcrição dos registros de fala verbais das audiências, dos seminários e das palestras, nas quais o tema central envolvia os projetos em foco; iii) textos escritos, documentos de naturezas iconográfica e publicitária, relatório de entrevista e anotações, feitas durante a observação, atas de reunião das audiências e das consultas públicas, realizadas pelos governos

através da construção de uma “nuvem” de palavras (Figura 18), que se constitui de uma representação gráfica da frequência e da importância de cada termo. Assim, quanto mais vezes uma palavra estiver presente no *corpus*, maior e mais forte será a palavra na imagem gerada. Através dessa esquematização introdutória, podemos ter uma ideia dos enunciados mais frequentes nos discursos analisados.

Figura 18– “Nuvem” de palavras do Projeto Belém Porto Futuro



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Assim, em 18 de abril de 2016, quatro dias após a apresentação oficial do projeto, feita por Barbalho, aos vereadores da Câmara Municipal de Belém (CMB) e aos empresários na Associação Comercial do Pará, a Secretaria de Portos divulgaria um vídeo publicitário em seu *site* e em sua conta no Youtube. No vídeo, uma amálgama de personagens, de diferentes idades e gêneros, revezava-se, apresentando ideias e propostas para a área, enquanto um homem, ao que parece, arquiteto e narrador do vídeo, desenha, em uma lousa, tudo o que era proposto. Partes significativas do vídeo estão transcritas no recorte discursivo 14:

federal (Porto Futuro) e municipal (Novo Mercado de São Brás), leis, editais, notícias, pautas, notas, fotos e vídeos, divulgados pelos veículos oficiais institucionais que se encontram *online*, reportagens de jornais, revistas e anúncios publicitários, tendo sido analisadas, ainda, plantas baixas, cortes, memoriais descritivos e imagens 3D das maquetes eletrônicas dos projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, que são alvo de investigação.

- (14) **No ano em que a cidade completa 400 anos, a Secretaria de Portos da Presidência da República está devolvendo à população de Belém aquilo que ela mais precisa: espaço. Para crescer, para gerar empregos e incentivar o comércio, empresas e a cultura. É o projeto Belém Porto Futuro de revitalização da região portuária. No futuro de Belém vai ter espaço para que o histórico e o moderno convivam em perfeita harmonia. Para que a cultura e a diversão se encontrem para um *happy hour*. A mobilidade de quem vive aqui estará lado a lado com a chegada de quem vem passar uns dias com a gente. Com o projeto Belém Porto Futuro a cidade que temos hoje vai ser cada vez mais a cidade que todos queremos, e não existe lugar melhor para começar do que a região do porto. O rio que viu a cidade nascer e crescer vai ver Belém renascer. Será requalificado uma área de aproximadamente 2 km, sem deixar de lado a preservação do meio ambiente. O projeto Porto Futuro vai ter consultas públicas para que você, a comunidade da região e empresários, empreendedores e investidores tenham a sua opinião e sugiram que tipo de empreendimento deve estar presente no projeto, por que ser cada vez mais democrático também está no futuro de Belém. E ser econômico também. Quando o projeto sair do papel, a maior parte dos investimentos terá sido privado, exatamente como em Barcelona, no Rio e em Boston, cidades que já tem projetos similares.** Os estudos já começaram. Porto Futuro, projeto de revitalização da região portuária. Um presente da Secretária de Portos da Presidência para o futuro de nossa cidade. E você, como quer viver o futuro de Belém? (BELÉM..., 2017, grifo nosso).

Importante notar que, já em seu vídeo de apresentação, o projeto demonstra ter sido concebido muito bem conectado com a ideologia e com o *modus operandi* dos projetos de requalificação do planejamento urbano estratégico, que se sustentam na articulação das três analogias constitutivas, identificadas por Vainer (2000): a cidade como mercadoria, a empresa e a pátria. Neste primeiro vídeo, ao menos, o discurso apresentado parece projetar Belém como: a) mercadoria de luxo, ao promover obras, nas quais os potenciais compradores são os visitantes (turistas) e os usuários solváveis (empresários), além da população local, e nas quais a cultura se atrela à diversão para um *happy hour*; b) uma cidade que tenta se inserir em um método de empresariamento da gestão urbana, cuja subordinação dos fins à lógica do mercado tem, na parceria público-privada, seu instrumento mais eficaz; c) uma cidade em crise, que deve “renascer” a partir do consenso de que este projeto transformará Belém na cidade que todos os habitantes almejam. Tudo isso foi arquitetado por Helder Barbalho, liderança carismática que estaria além de disputas partidárias.

Neste primeiro recorte, assinalamos que a estratégia discursiva do projeto se assenta no crescimento da cidade e na geração de emprego e de renda, que se articulam ao tripé comércio, empresas e cultura. Esses enunciados aparecem constantemente, de modo a constituírem os principais discursos que permeiam o projeto. Há a tentativa de superação da dicotomia passado/futuro: “[...] no futuro de Belém, vai ter espaço para que o histórico e o moderno convivam em perfeita harmonia” (BELÉM..., 2017), pois se busca a assimilação da área (que se encontra no entorno do centro histórico de Belém, contendo inúmeros imóveis

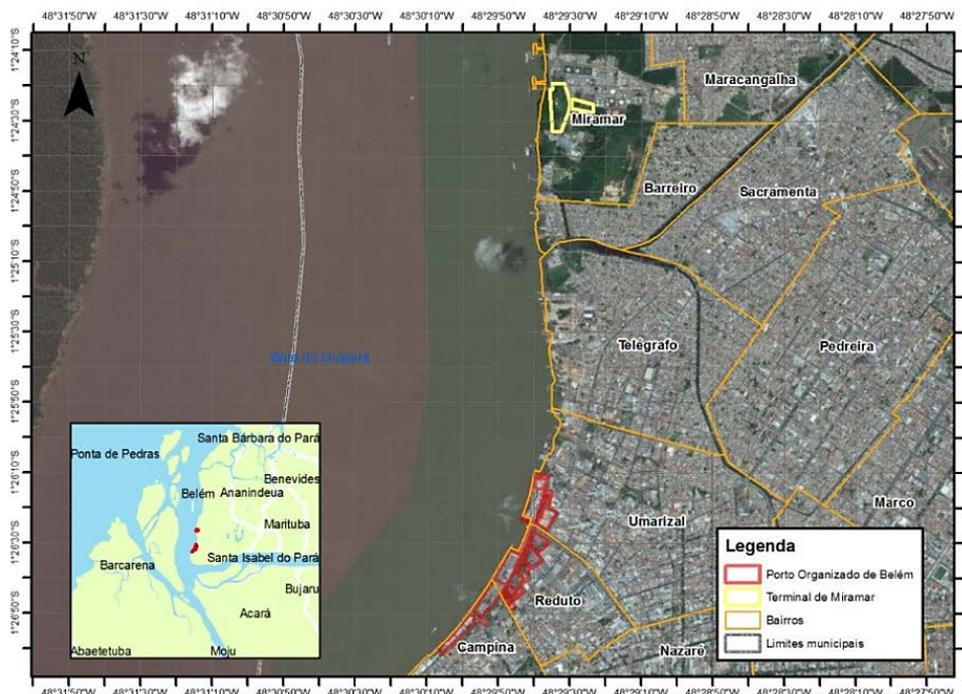
tombados e em processo de degradação) por um projeto que aspira à “modernidade”, ou seja, um projeto que inserirá equipamentos contemporâneos em uma área histórica. O discurso tenciona, assim, evocar sentidos de conciliação entre os diferentes; não de ruptura.

Na oração “[...] para que a cultura e a diversão se encontrem para um *happy hour*” (BARROS, 2017), atrelam-se os conceitos de cultura (fundamental como conceito justificador da intervenção) e de diversão (no sentido de lazer) à expressão de língua inglesa, que significa o lazer programado e voltado ao consumo das classes médias, ao fim de um dia de expediente de trabalho. A intenção, em nossa interpretação, é evocar os sentidos de lugar de consumo e de consumo de lugar, que já se encontram, por exemplo, na Estação das Docas, cujos restaurantes e bares são habitualmente frequentados pelas classes médias em seus fins de tarde e inícios de noite.

Na oração “[...] o rio que viu a cidade nascer e crescer vai ver Belém renascer” (BARROS, 2017), retoma-se o discurso do declínio urbano, ao mesmo tempo que o vincula à importância das subjetividades relativas ao fluvial quando se trata de justificar e legitimar qualquer intervenção na orla da cidade. Também é realizada uma conexão entre as noções de projeto ambientalmente responsável e democraticamente concebido pela necessidade de se ouvirem as opiniões de empresários, de investidores e de empreendedores. A sustentação econômica e a exequibilidade do projeto dependem, portanto, da indispensabilidade de investimentos da iniciativa privada e, para comprovar isso, utiliza-se, mais uma vez, da estratégia de aproximação “benéfica” de sentidos, provendo exemplos de cidades internacionalmente reconhecidas por passarem por grandes intervenções de requalificação em suas zonas portuárias.

Prosseguindo em nosso percurso cronológico, a primeira reunião participativa ocorreu no dia 18 de maio de 2016, na sede da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA), em Belém. Essa reunião tinha como intenções apresentar as fases do estudo e coletar opiniões de limitados segmentos da sociedade sobre a proposta. Os responsáveis pela apresentação e condução do debate foram dois arquitetos: um da empresa de consultoria e o outro do escritório de arquitetura. Estavam presentes representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Secretaria de Portos, do Sindicato dos Arrumadores do Porto, além de arquitetos e representantes do governo do estado.

Figura 19– Localização das áreas de interesse do PBPf



Fonte: Geo Lógica Consultoria Ambiental (2016).

Durante o debate, os arquitetos declararam que estavam sendo realizados estudos sobre as duas áreas de intervenção direta, mas, também, sobre os bairros que as cercam, observando a estrutura de transporte coletivo e os equipamentos sociais. Em sua exposição (recortes discursivos 15 e 16), mais uma vez, foram destacadas algumas cidades-exemplos, no que diz respeito à requalificação de áreas portuárias, além de uma significação para o termo “requalificar”.

- (15) Puerto Madero era um porto subutilizado, que foi desativado... a requalificação urbana onde **o patrimônio foi revitalizado, valorizado, /modernizado; teve a valorização do espaço** que Buenos Aires necessitava. Já o Porto Maravilha é um novo espaço cultural e turístico...houve requalificação do espaço, para que a população tenha acesso à água do rio ou mar. E Lisboa teve a **criação de marcos de arquitetos reconhecidos mundialmente, a ponto de marcar aquele espaço, dar uma identidade àquele espaço**: museus, residências, hotéis, lazer; **mudança no perfil da região**; criação de mercado de trabalho e receita pro estado com a **valorização imobiliária** (informação verbal, grifo nosso)¹⁶.
- (16) Requalificar significa dar uma qualidade para aquele espaço, **atrair novos investidores, e também a permanência dessa população. Dar à população qualidade de vida graças à requalificação sem retirá-la de lá**. No caso valorizar o espaço urbano, dar um novo atrativo a esse espaço, trazendo

¹⁶ Informação verbal, concedida pelo arquiteto da Geo Logica Consultoria Ambiental no dia 18 de maio de 2016.

transporte coletivo de qualidade, enraizando essa área do porto para dentro da cidade, onde teria provavelmente escolas, postos de saúde, comércio de qualidade, ao mesmo tempo museus (informação verbal, grifo nosso) ¹⁷.

- (17) **Nada disso seria possível sem uma parceria com o privado. Apenas com a mão do governo a dificuldade é muito grande. No nosso projeto é importante que o empresário se veja habilitado a investir** (informação verbal, grifo nosso)¹⁸.

Nestes recortes, fica explícita a preocupação com a valorização da área. Para além da modernização do espaço e da criação de marcos arquitetônicos (enunciados comuns aos discursos de requalificação urbana), utilizando-se, mais uma vez, da exaustiva exemplificação de projetos de requalificação urbanas extemporâneos, há a necessidade de valorização imobiliária como pressuposto da parceria com a iniciativa privada, tida como essencial para o prosseguimento do projeto. Ocorre, no entanto, uma contradição: almeja-se a valorização dos imóveis e, ao mesmo tempo, a permanência da população que habita o local. Ora, tendo em vista que já sabemos como se opera o processo de gentrificação, o discurso posto busca conciliar o inconciliável, quando se esforça em estabelecer um vínculo entre processos antagônicos. Acaba-se por veicular sentidos que não se sustentam em fatos, o que funciona como mera máquina retórica.

No dia 11 de janeiro de 2017, em pomposo evento (à época, chamado de audiência pública) na sede da Associação Comercial do Pará (ACP), foi apresentado, pelo então ministro da Integração Nacional Helder Barbalho, a empresários, a representantes do poder público e à sociedade civil, um vídeo, mostrando a maquete eletrônica do projeto conceitual (Figuras 20 e 21), no qual se vislumbram as transformações que atingirão as áreas de intervenção. No projeto para a zona portuária, foram pensados, para as quadras desocupadas, equipamentos de praça, com espaço infantil, com academia ao ar livre, com espaço para animais de estimação e com praça de alimentação; para as áreas de galpões (correspondente à segunda etapa do projeto, ainda não executada), foi proposta a implementação de equipamentos, como mercado municipal, Museu de Arte Moderna, Museu do Círio e escritórios; e duas quadras se transformaram em um imenso estacionamento, com cerca de 470 vagas.

Figura 20 – Excerto do vídeo de apresentação da maquete eletrônica em 3D do PBPF

¹⁷ Informação verbal, concedida pelo arquiteto da Geo Logica Consultoria Ambiental no dia 18 de maio de 2016.

¹⁸ Informação verbal, concedida pelo arquiteto do escritório Giovanini Lettieri Arquitetura no dia 18 de maio de 2016.



Fonte: Projeto... (2017).

Figura 21– Outro excerto do vídeo de apresentação da maquete eletrônica em 3D do PBPF



Fonte: Projeto... (2017).

Além do discurso do próprio ministro, foram tecidas algumas falas elogiosas à sua iniciativa como idealizador do projeto, as quais destacamos nos recortes discursivos a seguir:

- (18) É um presente para Belém. Nesses 400 anos **Belém carece de espaços mundiais para que as famílias possam habitar e possam, não só a fomentar o turismo, mas acima de tudo gerar emprego e renda pra população.** Agradeço a luta do ministro Helder para realizar este projeto, e ressalto a importância de envolver todos os agentes para que a proposta saia de fato do papel (informação verbal, grifo nosso)¹⁹
- (19) **Este projeto valorizará o empreendedorismo e o comércio, o ministro Helder está vocacionado a trazer Belém de volta à evolução que a dinâmica do mundo hoje em dia impõe.** Este projeto é um marco na história da cidade (informação verbal, grifo nosso)²⁰

¹⁹ Informação verbal, concedida pelo presidente da Associação Comercial do Pará no evento do dia 11 de janeiro de 2017.

²⁰ Informação verbal, concedida por deputado estadual no evento do dia 11 de janeiro de 2017.

Nesses recortes, são ressaltadas as características “mundiais” do projeto. Os traços da arquitetura e do paisagismo contemporâneos e modernizantes, apresentados no vídeo, têm, com certeza, influência no discurso desses sujeitos, visto que tais traços corroboram o alinhamento – pelo menos no âmbito estético – do projeto com as referências de nível internacional, com a utilização de estratégias de desenho e com o uso de materiais em voga na atualidade, como a combinação de diferentes cores e texturas de materiais (concreto, madeira, grama, entre outros), além de fontes, de espelhos d’água, de *decks* etc. Até a designação dos espaços e dos equipamentos tem a intenção de conferir ao projeto um “quê” de sofisticação, com a utilização da língua inglesa que, no discurso, tende a potencializar a vocação internacional do projeto (espaço *lounge*, espaço *pet*, *playground*), e que, no Brasil, associa-se à maneira pela qual são nomeados espaços de convivência e de lazer em condomínios fechados, o que demonstra que a classe média é o público-alvo para “consumir” esse espaço.

Nesse ponto, é importante salientar que, de acordo com Serpa (2007), grandes projetos de parques urbanos cumprem o papel de emblemas de poder. São vitrines e signos ostentatórios, comumente conectados a discursos de poderes políticos e econômicos. Apresentam legitimidade através do consenso de que parques (representados, frequentemente, pelos espaços verdes, signos ligados à natureza) contribuem para a melhoria da qualidade de vida urbana e conferem charme e estética ao ambiente das cidades. No entanto, segundo o autor, podem ser projetados com a finalidade de capitalização, através do aumento dos preços dos imóveis nas áreas vizinhas, atuando como elemento determinante, a favor da especulação imobiliária (SERPA, 2007).

Figura 22– Espaço lounge do PBPF



Fonte: Projeto... (2017).

Figura 23– Espaço pet do PBPF



Fonte: Projeto... (2017).

Não podemos desprezar a produção de sentidos que emana das imagens do projeto. Como já afirmamos, um discurso pode ser veiculado através de diferentes mídias e os códigos visuais são, atualmente (mais do que os linguísticos), uma das fontes mais frequentes e poderosas de discursos. As maquetes eletrônicas em 3D e as imagens renderizadas são suportes materiais frequentemente utilizados na correlação entre discurso publicitário e arquitetura, na produção de representações que, além de hiper-realistas, são demasiadamente eficientes na produção de sentidos e no reforço persuasivo.

Assim, as imagens apresentadas formam uma rede associativa, que utiliza elementos verbais (por exemplo, os termos “lazer”, “segurança” e “conforto”, presentes na Figura 20) e não verbais: as imagens, que contêm dimensões oníricas e lúdicas, representações de um cotidiano idealizado, higienizado e estetizado de cidade, em que o céu é sempre azul, a vegetação é abundante e genérica, a linha de horizonte é infinita e não há vizinhos ou construções contrastantes no entorno, simbolizando um estilo de vida sem a presença das disparidades, tão comuns a Belém, reforçando uma rede de sentidos positivos associada ao projeto em questão. Frise-se, contudo, que estas imagens poderiam ser de qualquer parque no mundo, pois não há elementos que as conectem à cidade. O *slogan* da Figura 21, “um sonho possível”, acaba por refletir esse jogo publicitário entre sonho, imaginação e realidade.

Segundo Alves (2009), por meio da publicidade determinado produto ganha uma “marca”, uma “embalagem” conceitual, cujo fim último seria a venda, através da capacidade de se distinguir (dos demais produtos), ao mesmo tempo em que se relaciona com outros produtos e sujeitos. Assim, para a autora, “[...] a publicidade nada teria a ver, portanto, com funcionalidade e, sim, com a aparência da realidade, como expressão da imagem” (ALVES,

2009, p. 45). Relacionando à nossa formação discursiva-base, a “cidade-mercadoria”, a ideologia do discurso publicitário, quando empregado nesse tipo de intervenção, visa promover a venda do espaço, ao produzir, através de uma representação visual abrangente, superficial e desenraizada (típica dos projetos arquitetônicos pós-modernos), um simulacro de cotidiano, concebido pelo uso de modelos ideais de objetos e de sujeitos que, ao fim, beneficiam o discurso hegemônico ordenador do espaço urbano e da sociedade.

No entanto, a cadeia de sentidos interrelacionados no discurso não advém, apenas, de atributos ligados à representação imagética. Como já vimos, a necessidade de vincular a intervenção local a um cenário mundial e globalizado objetiva alçar a cidade a um nível de competitividade na atração de turistas e de investimentos privados. Reitera-se, ainda, a posição de Helder Barbalho, enquanto liderança política, capaz de alçar Belém a este patamar. E, quando se menciona a “dinâmica do mundo de hoje”, podemos sustentar que tal sujeito se refere à dinâmica engendrada pelo capital, que se manifesta, também, na exigência de requalificação urbana, com propósitos de acumulação, por mais que, no projeto em tela, como veremos, tal dinâmica seja mais focada na construção de um capital e de um legado políticos.

Entre os argumentos que mais chamam a atenção nas estratégias discursivas que embasam o projeto, estão as constantes referências aos chamados *cases* de sucesso na área de intervenções urbanas que, pelo menos, no discurso, seriam de natureza semelhante à que está sendo concebida para a área portuária de Belém. Mesmo levando em consideração a escala reduzida, a tímida proposta apresentada guarda pouquíssimas relações com os extensos e abrangentes projetos executados em Barcelona e no Rio de Janeiro, tanto em termos de desenho urbano quanto em termos de criação de equipamentos, muito menos quando se considera a análise econômica de sustentação financeira, já que não há uma proposta de Operação Urbana Consorciada nem de parceria público-privada para financiá-lo.

Este tema leva a outro importante ponto do projeto conceitual: a extrema redundância da proposta, que se apresenta quase como uma extensão da Estação das Docas, com proposta de mais restaurantes, além de um mercado “*gourmet*”, que tem, como público-alvo, turistas e usuários solventes (sendo que o Mercado Ver-o-Peso se encontra ao lado), de museus (Belém já conta com 11 museus, incluindo o Museu do Círio) de mais praças e de espaços públicos. A transformação de duas quadras em estacionamento também é insensata, visto que vai na contramão das principais estratégias de ocupação dos bairros centrais das grandes cidades na contemporaneidade, que desencorajam a circulação de veículos particulares e que privilegiam

a ocupação das quadras com atividades que levem à circulação constante de pessoas, com um mix de habitação, de comércio e de serviços.

Em dezembro de 2017, Barbalho assinou o contrato para a primeira etapa de execução do projeto, composto pelo parque urbano (localizado nas quadras não edificadas pertencentes à CDP) pelas zonas de estacionamento, pela abertura de uma nova via na cidade (Rua de Belém) e pela construção de uma ponte, cruzando a avenida Doca de Souza Franco. Os recursos destinados ao projeto foram repassados ao Ministério da Integração Nacional, responsável por executar a maior parte da obra. A licitação foi feita em Regime Diferenciado de Contratações (RDC). Em fevereiro do ano seguinte, o projeto básico e o executivo da primeira etapa do PBPF foram apresentados pelo consórcio vencedor da licitação, contando com gastos superiores a 31,5 milhões de reais. No dia 14 de março de 2018, foi assinada a ordem de serviço que autorizou o início das obras da primeira etapa do projeto.

Concluindo, cabe ressaltar que o projeto não enfrenta questões básicas, tais como aproveitamento do solo e altura máxima do gabarito na área (hoje, limitado a apenas sete metros), e a completa desarticulação dos agentes envolvidos, tanto no âmbito do poder público (não houve qualquer vinculação entre os governos federal, estadual e municipal) quanto no âmbito de procurar a adesão da iniciativa privada ao projeto.

Pode-se pensar que isso, talvez, tenha sido proposital. A produção do fato político, desde a gênese do projeto, sempre se sobrepôs à perspectiva de produção de um projeto de intervenção urbana de qualidade, mais condizente com a realidade local. O projeto e o planejamento urbanos têm sido usados como instrumentos de divulgação e de promoção pessoais e político-eleitoreiros, de forma acentuada no Brasil nas últimas décadas. Trata-se, sobretudo, de uma vontade política, que se manifesta por meio da intenção de deixar traços para o futuro, de se fazer representar através do tempo (SERPA, 2007). O processo que se vislumbra em Belém, lamentavelmente, não foge a essa máxima.

Por mais que não seja a intenção deste trabalho se aprofundar em diferentes gêneros de discurso (como os discursos publicitário e jornalístico, por exemplo), não podemos nos ausentar de escrever algumas linhas sobre o discurso político, pois, no nosso entender, esse gênero específico atua de forma preponderante a partir de seu principal sujeito enunciativo na legitimação do PBPF perante a sociedade.

Antes de adentrar em uma análise do discurso político, realizamos uma reconstrução histórica sobre o sujeito que o emite, além dos contextos sociopolítico e conjuntural, em que

essa enunciação ocorre, o que nos permite identificar traços do interdiscurso. Desse modo, para Gutiérrez, eis algumas das características formais do discurso político:

[...] es un discurso estratégico, en la medida en que define propósitos, medios y antagonistas; manifiesta propiedades performativas, lo que significa que quien lo sustenta no se limita a informar o transmitir una convicción, sino que también produce un acto, expresa públicamente un compromiso y asume una posición; es un discurso argumentado que se presenta como un tejido de tesis, argumentos y pruebas destinados a esquematizar y teatralizar, de un modo determinado, el ser y el deber ser políticos ante un público determinado y en vista de una intervención sobre este público (GUTIÉRREZ, 2006, p. 6).

Portanto, devemos ter sempre em mente que a política é um campo no qual existem relações reais – mas, também, simbólicas – de forças assimétricas para a conquista e para a gestão de um poder, que só pode ser exercido quando se baseia em uma legitimidade, adquirida e atribuída a um ator político, que também deve ter credibilidade e persuadir o maior número de indivíduos que compartilham de certos valores, a fim de chegar a um consenso (CHARAUDEAU, 2009). Ademais, devemos considerar, na análise, que o ato de comunicação é definido como um ato de troca sempre interacional, dialógico: o significado do discurso político não depende, apenas, da intenção do sujeito enunciador, mas do encontro entre essa intenção e a intenção do sujeito interlocutor.

Justamente por essa atividade comunicacional por meio da linguagem, o discurso político pode ser denominado discurso da retórica ou da influência, determinado a construir imagens e efeitos, ao invés de ideias: “O discurso político mostra mais sua encenação do que a compreensão de seu propósito” (CHARAUDEAU, 2002, p. 46).

Por conseguinte, alguns atributos e qualidades de Helder Barbalho são fundamentais para considerá-lo uma notória referência de ator político na cidade de Belém, atribuindo-lhe legitimidade, confiabilidade e um poder retórico ímpar. Entre estas características, podemos citar: sua filiação social, principalmente, sua família, cujos membros (de várias gerações antecedentes) gozaram de altos cargos na administração e no poder públicos, legando-lhe a incumbência de prosseguir com o trabalho de seus antepassados; o “saber-fazer”, que significa não só ter estudado em instituições de prestígio, mas também ter ocupado cargos de responsabilidade e ter-se destacado por sua tecnicidade e por sua competência.

Com efeito, a competência e a experiência permitem que “[...] la soberanía se ejerza mediante la razón y demuestra que esta se encuentra en condiciones de llevar a cabo su proyecto de gestión del bien común” (CHARAUDEAU, 2002, p. 119).

Dessa maneira, a soberania exercida por Helder Barbalho, enquanto ministro da Integração Nacional, em 2017 (cargo de enorme responsabilidade no âmbito do poder federal), e toda a experiência prévia de cargos eletivos (vereador, prefeito, deputado) lhe outorgou as condições necessárias para levar a cabo um projeto específico de “bem comum”, qual seja, um parque público na cidade de Belém. Sobre o Parque Futuro, observemos o recorte discursivo a seguir, a transcrição de entrevista cedida pelo referido político, logo após a apresentação do projeto, em janeiro de 2017:

- (20) Dar uma nova cara para nossa cidade Belém no exato momento que se iniciar uma obra dessa magnitude o povo vai reconhecer que nós estamos hoje atrás de fazer o melhor pelo Estado, o melhor para Belém, sem independentemente de estar no poder ou não, quem está administrando a Prefeitura de Belém, quem está administrando o Governo do Estado do Pará. **Precisa disso, de pessoas empenhadas em fazer com que o nosso estado seja visto lá fora no Brasil ou lá fora com coisas boas. [...] Essa obra não tem um padrinho, essa obra tem que ser de toda a sociedade.** Eu estou convicto de que essas intervenções acontecendo efetivamente se transformará numa repercussão extraordinária urbanística pra nossa cidade, não apenas no Reduto, no Umarizal, no centro histórico de Belém. **Isso representa com que a nossa cidade possa ter um equipamento que fará com que o protagonismo de metrópole da Amazônia possa ser assegurado. Isso impulsionará atividades de comercio e principalmente de turismo que hoje estamos a perder, seja pra Manaus, seja pra Santarém.** (informação verbal, grifo nosso)²¹

Primeiramente, podemos afirmar que o discurso político está comprometido com a criação de um atuante coletivo, e não individual, e isso fica evidente na tentativa de Helder Barbalho em estabelecer este projeto como um bem comum à cidade de Belém e à sociedade paraense como um todo, elevando-o a um patamar de superioridade a qualquer rivalidade ou disputa partidária (tanto a Prefeitura Municipal de Belém quanto o governo do estado estavam sob comando do PSDB, à época), sendo utilizados, para isso, pronomes na terceira pessoa, em construções, como “nossa cidade” e “nosso estado” e, principalmente, na oração: “[...] essa obra não tem um padrinho, essa obra tem que ser de toda a sociedade”²². Dessa maneira, o então ministro também coloca a si mesmo em posições de relevância e de capacidade de engendrar transformações positivas na imagem do estado – curioso perceber que, apesar de o projeto estar situado em Belém, Helder se reporta à população de todo o estado do Pará –, em âmbitos nacional e internacional: “[...] o povo vai reconhecer que nós estamos hoje atrás de

²¹ Informação verbal, concedida por Helder Barbalho no dia 16 de janeiro de 2017, em entrevista ao programa *Argumento*, em canal comandado pelo jornalista Mauro Bonna na TV RBA.

²² Informação verbal, concedida por Helder Barbalho no dia 16 de janeiro de 2017, em entrevista ao programa *Argumento*, em canal comandado pelo jornalista Mauro Bonna na TV RBA.

fazer o melhor pelo Estado” e “[...] precisa disso, de pessoas empenhadas em fazer com que o nosso estado seja visto lá fora no Brasil ou lá fora com coisas boas”²³.

Desse modo, podemos fazer uma concatenação de elementos interdiscursivos que nos ajudam na análise. Emerge o discurso das cidades competitivas, em que o *image-making* e o *marketing* urbano têm papéis fundamentais na atração de investimentos e de turistas, utilizando, para isso, um projeto de requalificação urbana e apelando ao emocional da população e ao sentimento de orgulho cívico de cidade frente às concorrentes: “[...] isso representa com que a nossa cidade possa ter um equipamento que fará com que o protagonismo de metrópole da Amazônia possa ser assegurado”²⁴. Ao mesmo tempo, o sujeito constrói, em seu discurso, imagens e efeitos de valor generalista – “[...] dar uma nova cara para nossa cidade Belém”²⁵ –, com o intuito de impactar (e, assim, persuadir) o interlocutor. Esses sentidos são enfatizados pela utilização das estratégias retóricas (REIS, 2009) de apelo à autoridade (a partir de uma promessa, do estabelecimento de um compromisso) e ao lugar de qualidade (estimulando paixões, despertando fascínio) na oração: “[...] eu estou convicto de que essas intervenções acontecendo efetivamente se transformará numa repercussão extraordinária urbanística pra nossa cidade”²⁶.

De fato, o projeto repercutiu na mídia local, sobretudo nas eleições de 2018, ano de início da obra. Na contenda disputada por Helder Barbalho pela segunda vez, foi notório o uso do PBPF como repertório discursivo na campanha eleitoral do candidato ao governo do estado. A conquista dos recursos necessários à obra simboliza o poder de influência e credibilidade do então ministro na esfera federal, enquanto a sua execução demonstra que Barbalho “sabe fazer”, que tem a capacidade de trabalho e a eficiência necessárias para levar ideias à prática.

As redes sociais (Facebook e Instagram), principais veículos de acompanhamento da execução do projeto, desempenharam função de propaganda eleitoral para o candidato, como podemos observar na Figura 24. As propagandas apresentam, em seus enunciados verbais e visuais, os efeitos de sentido de credibilidade e de legitimidade (o saber-fazer e o poder-fazer) comprovados, faltando, apenas, a necessária conquista, oriunda do resultado das urnas, para

23 Informação verbal, concedida por Helder Barbalho no dia 16 de janeiro de 2017, em entrevista ao programa Argumento, em canal comandado pelo jornalista Mauro Bonna na TV RBA.

24 Informação verbal, concedida por Helder Barbalho no dia 16 de janeiro de 2017, em entrevista ao programa Argumento, em canal comandado pelo jornalista Mauro Bonna na TV RBA.

25 Informação verbal, concedida por Helder Barbalho no dia 16 de janeiro de 2017, em entrevista ao programa Argumento, em canal comandado pelo jornalista Mauro Bonna na TV RBA.

26 Informação verbal, concedida por Helder Barbalho no dia 16 de janeiro de 2017, em entrevista ao programa Argumento, em canal comandado pelo jornalista Mauro Bonna na TV RBA.

assumir a função pública pleiteada. Por fim, a eleição foi vencida por Helder em segundo turno.

Figura 24– Postagem do PBPF nas redes sociais



Fonte: Facebook (2018).

Após diversas atribulações (entre as quais podemos citar trocas, no âmbito do poder executivo e das pastas, responsáveis pelo projeto, além de entreveros jurídicos), foi anunciada, com pompa e circunstância, a inauguração do Parque Futuro no dia 12 de janeiro de 2020, dia do aniversário de Belém, quase dois anos após o início da obra. Foram realizados *shows*, com performances de artistas locais, e o parque foi aberto por algumas horas para desfrute da população. No entanto, o parque permaneceria fechado pelos próximos oito meses, em razão da falta de documentação (Habite-se), junto à Prefeitura de Belém.

Apenas no dia 13 de agosto de 2020 o parque foi, de fato, inaugurado. Para a ocasião, foram convidados, além de Helder Barbalho e de autoridades locais, o Presidente da República Jair Bolsonaro e o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. Para além da comoção causada pela presença de Bolsonaro no evento, com uma multidão se reunindo, em plena pandemia de Coronavírus, também chamou a atenção o verdadeiro embate entre forças políticas antagônicas na ocasião, com cada uma disputando a “paternidade” da obra (ver recorte discursivo 22). Tal qual torcidas organizadas, de um lado, estavam aquelas que agradeciam a Helder pela iniciativa, de outro, estavam os seguidores de Bolsonaro, os quais

congratulavam o presidente pelo projeto (Figuras 25 e 26). Na opinião do autor, a politização do projeto, antes explícita, atingiu seu ápice.

Figura 25– Apoiadores de Helder Barbalho



Fonte: O autor da pesquisa, 2020.

Figura 26- Outdoor de agradecimento a Jair Bolsonaro pelo projeto



Fonte: O autor da pesquisa, 2020.

- (22) Hoje é um dia de festa. Hoje Belém ganha um novo **cartão postal**, um novo ambiente para o encontro das pessoas, para que as famílias possam aqui se reunir, para que Belém possa desfrutar de sua **beleza** e, acima de tudo, um novo parque urbanístico para o **embelezamento da nossa capital** [...]. **Mas é fato e importante, mesmo que isso possa incomodar alguns, que a memória seja absolutamente lembrada sempre**, presidente. Queria agradecer ao ministro Rogerio Marinho a sua deferência, porque **quando o filho é bonito, tem muito**

pai que deseja cria-lo e registra-lo, quando o filho não presta o deixa à margem, e esta obra aqui - e hoje é um momento de gratidão, de muitas pessoas que colaboraram para que esse momento pudesse acontecer [...]. Isto aqui, presidente, era uma **área abandonada**, onde ficavam entulhos, sendo ponto para “drogadícios”, sendo **ponto lamentavelmente de delitos num local absolutamente extraordinário da capital** [...]. Queria, por último, fazer Presidente, dois pedidos muito importantes para a nossa capital. Belém ganha este espaço, mas Belém tem um outro projeto, que é fazer com que estes armazéns que hoje não são mais utilizados para atividade portuária, que nós possamos aqui abrir uma **orla pra capital**, pra ser um local de **desenvolvimento do turismo**, de **desenvolvimento do lazer**, pra **geração de emprego**, para **geração de renda**, pro **crescimento urbano**, pra um novo patamar pra cidade de Belém (informação verbal, grifo nosso)²⁷.

Interessante notar como a noção de “embelezamento” continua presente nos discursos sobre as intervenções urbanas. A rede de significantes, relacionada a “parque urbano”, é direcionada à estetização da cidade (“[...] um novo parque urbanístico para o embelezamento da nossa capital”)²⁸, ao invés de relacioná-lo aos sentidos de sustentabilidade, de meio ambiente, de contato com a natureza, de qualidade de vida. As representações estanques e carentes de significações (“[...] novo cartão postal”) o discurso do declínio (“[...] área abandonada [...] ponto de delitos”)²⁹, elementos já estudados neste trabalho, seguem presentes na sequência discursiva, para justificar e para enaltecer o projeto.

Nesse trecho, também é perceptível um relativo abandono do sentido de “bem comum” e da criação coletiva relativa ao projeto, adotado por Helder Barbalho durante os estudos preliminares de 2017, e na campanha eleitoral de 2018. O tom conciliatório e superior às rivalidades políticas é deixado de lado frente à presença do Presidente Jair Bolsonaro e de seus apoiadores no evento. Nesse momento, Barbalho é taxativo quanto à precedência do projeto: foi ele o principal agente, responsável pela sua implementação, a ponto de, metaforicamente, compará-lo a um filho: “[...] quando o filho é bonito, tem muito pai que deseja criá-lo e registrá-lo; quando o filho não presta, o deixa à margem”³⁰. O governador convoca seus interlocutores a rememorar e a ter consciência desse fato, de forma a minimizar qualquer louvor que pudesse ser facultado ao rival.

²⁷ Informação verbal, enunciada por Helder Barbalho, em ocasião de inauguração do Parque Futuro, em agosto de 2020.

²⁸ Informação verbal, enunciada por Helder Barbalho, em ocasião de inauguração do Parque Futuro, em agosto de 2020.

²⁹ Informação verbal, enunciada por Helder Barbalho, em ocasião de inauguração do Parque Futuro, em agosto de 2020.

³⁰ Informação verbal, enunciada por Helder Barbalho, em ocasião de inauguração do Parque Futuro, em agosto de 2020.

Concluindo, Helder Barbalho faz um apelo à continuidade do projeto, que consiste na requalificação dos sete armazéns do porto de Belém, atualmente, subutilizados. É exposto, como argumento para justificar as intervenções, o fato de “[...] ser um local de desenvolvimento do turismo, de desenvolvimento do lazer, pra geração de emprego, pra geração de renda, pro crescimento urbano”³¹. Aqui, é utilizada a parataxe para invocar e reiterar os sentidos positivos relacionados ao projeto, conquistando a adesão segura do ouvinte e auxiliando, ao mesmo tempo, na sua conversão em um significante vazio, pois, de tanto serem apregoados, tais recursos retóricos perdem qualquer noção de distinção, convertendo noções importantes, como “desenvolvimento”, em clichês, lugares-comuns, evitando, desse modo, o questionamento sobre o que está sendo comunicado.

5.2 NOVO MERCADO DE SÃO BRÁS, ENTRE SILENCIAMENTOS E REVERBERAÇÕES: O DISCURSO DO DECLÍNIO E A APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO

5.2.1 Informações preliminares: análise do contexto histórico-morfológico

A segunda intervenção que nos propomos a analisar neste trabalho é o projeto de requalificações urbana e patrimonial do Mercado de São Brás, localizado no bairro homônimo, em Belém. À diferença do Projeto Belém Porto Futuro, esta intervenção se dá em um bem cultural imóvel já existente, havendo, portanto, contextos de apropriação e de inserção deste espaço na malha urbana e no cotidiano da cidade. Nosso objetivo neste tópico é de investigar como a intervenção mais recente, proposta pela PMB, conjuga e/ou subjuga os sentidos e as representações vinculadas a esse complexo histórico através de diferentes estratégias discursivas.

O projeto Novo Mercado de São Brás (NMSB) estava incluído em um programa de desenvolvimento mais abrangente, denominado Programa Desenvolve Belém, criado pela PMB – na gestão de Zenaldo Coutinho, do PSDB –, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), em parceria com o Fórum das Entidades Empresariais do Estado do Pará, em dezembro de 2017.

³¹ Informação verbal, enunciada por Helder Barbalho, em ocasião de inauguração do Parque Futuro, em agosto de 2020.

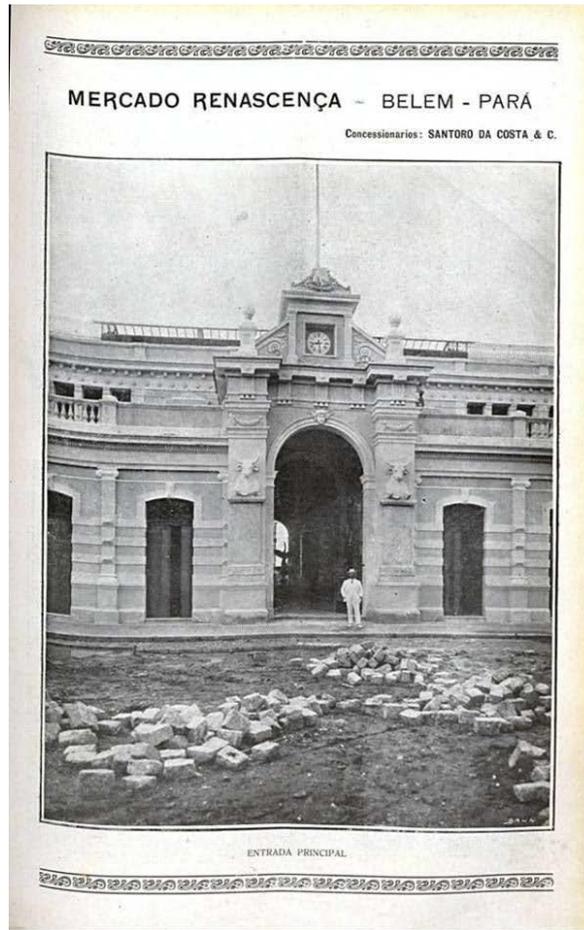
O principal objetivo deste programa era instituir parcerias público-privadas, visando a uma série de transformações econômicas, sociais e urbanísticas na cidade, composto por quatro pilares principais: i) “Conexões do futuro”, constituído por projetos urbanísticos de infraestrutura; ii) “Chão em dia”, focando consultorias para a regularização fundiária; iii) “Centro Vivo”, interessado em estabelecer projetos pontuais de requalificações urbanística, patrimonial e habitacional no centro histórico da cidade; e iv) “Cidade para pessoas”, que visava à integração de ações especiais, relacionadas à representação de Belém enquanto Cidade Criativa da Gastronomia da UNESCO. Dentro deste último pilar encontrava-se o projeto de requalificação do Mercado de São Brás.

A escolha por este projeto se fez, portanto, em razão da compatibilidade com o nosso objeto de estudo e, também, por este projeto em particular ser o único no programa que avançou ao ponto de implementação. Deste modo, prosseguiremos realizando primeiramente uma análise histórico-morfológica, buscando as condições de produção dos discursos que significaram este espaço e que não prescindem das estratégias discursivas, engendradas pelos sujeitos que o levaram a ser um corpo significativo atravessado por sentidos, muitas vezes antagônicos, formando conflitos que sobrepujam o seu real.

A implantação do mercado se deu em 1911, período da chamada *Belle Époque*, quando Belém, já uma das maiores cidades do Brasil, começava um processo de perda da pujança econômica advinda da exploração gomífera. À época, havia a necessidade da descentralização da comercialização de alimentos, focalizados no Mercado Ver-o-Peso (inaugurado em 1901), criando um novo mercado público, que seria ponto nodal no abastecimento da cidade (DERENJI, 2010). Antônio Lemos, intendente da cidade à época, encomendou a construção do mercado ao engenheiro italiano Filinto Santoro – responsável por projetos anteriores na cidade, como o do Colégio Gentil Bittencourt.

O complexo do Mercado de São Brás, originalmente denominado "Mercado Renascença" (Figura 27), desenvolveu-se sobre a área do então Largo de São Brás, estendendo-se por aproximadamente 225 mil metros quadrados. O domínio do Largo de São Brás, posteriormente denominado Praça Floriano Peixoto, era delimitado pela Estrada de São Jerônimo (atual Av. Governador José Malcher), pela Estrada da Constituição (atual Av. Gentil Bittencourt), pela Tv. Barão de Mamoré e pela Tv. José Bonifácio (Figura 28).

Figura 27– Mercado Renascença, em cartão postal de 1911



Fonte: Souza, Campos e Costa (2020)

Figura 28– Quadro comparativo de São Brás entre 1886 e 2015



Fonte: CODEM (2019)

Segundo Pantoja (2014), naquele momento dois fatores favoreceram a implementação do mercado neste ponto em especial, cumprindo uma missão de elemento polarizador e dinamizador da economia e do comércio locais. O primeiro foi a proximidade da estação final

da estrada de ferro Belém-Bragança, o que possibilitava a entrada de produtos vindos da zona bragantina e a grande circulação de pessoas que se deslocavam pela ferrovia. O segundo foi o fato de estar às portas do populoso bairro do Marco da Légua, recém-projetado por Lemos para delimitar a primeira légua patrimonial da cidade.

O projeto final de Santoro teve, como expoente, o *Halles Centrales* de Paris e resultou em um edifício de 3.300 m², em três pavilhões (naves), com telhados de tijolos em forma de abóboda, com atributos monumentais e ecléticos, possuindo estrutura em ferro e incorporando elementos dos estilos *Art nouveau* e Neoclássico, contando com azulejaria decorativa em mármore branco e com detalhes escultóricos em ferro, sendo uma das maiores realizações arquitetônicas da cidade à época (CHAVES; GONÇALVES, 2013; BELÉM, 2019a). A tipologia de mercado de ferro coberto, influenciada pelos mercados de cidades europeias, ocorre pelas vontades do intendente em afirmar seu poder político e contrapô-la ao modelo de feira popular a céu aberto:

[...] um espaço urbano de Belém ganhava, com a construção do mercado, uma multiplicidade de sentidos entre arquitetura, comércio, transportes e vida social. A população, por sua vez, vivenciaria uma nova forma de consumo similar ao modelo europeu, passando da forma tradicional de comércio no espaço aberto, a feira livre, para o comércio no espaço fechado, com sua organização interna, normas de higiene e certamente uma nova postura no ato de comercializar, lembrando que higiene e postura eram de fundamental importância para a política de modernização da gestão do Intendente. Era preciso acabar com a “retrógrada e incômoda feira” em frente à estação e causar boa impressão aos visitantes procedentes de outras localidades do país e do interior do Estado. (PANTOJA, 2014, p. 45)

O mercado, desde os seus primórdios, constituiu-se um objeto discursivo interpelado por uma diversidade de sentidos, que variavam de sua forma arquitetônica a sua função comercial e ao seu lócus de apropriação social. Podemos constatar, também, que um dos principais discursos relativos ao urbano nesta época – não só em Belém, mas em diversas outras cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, de Pereira Passos, por exemplo, seguiam estritamente o projeto de Haussmann para a Paris do século XIX –, advogava por uma organização do espaço que demandava sua modernização, seu embelezamento e sua higienização, tendências estas advindas do exterior, sobretudo da Europa, de modo a afirmar uma ideologia política progressista que foi imposta na administração de Lemos (1897-1912) como contraponto a tudo o que poderia invocar, nestes espaços, os sentidos de incivilidade, de retrocesso e de sujidade. Podemos perceber, ainda, a utilização de uma nova forma arquitetônica – o mercado público fechado –, como instrumento catalizador dos sentidos novos e emergentes de reordenamento espacial e de conduta social.

O bairro de São Brás teve sua ocupação na expansão urbana do centro da cidade, em direção ao novo bairro do Marco, sobretudo, a partir da década de 1920. Nas décadas posteriores à implementação do mercado, o bairro passou por uma certa estabilidade demográfica, com sua área topográfica mais baixa, próxima ao rio Tucunduba, sendo ocupada de forma mais espontânea, e com sua área mais alta, próxima do bairro de Nazaré, sendo ocupada por famílias abastadas, em lotes relativamente grandes. O comércio em volta do largo de São Brás, composto pelo mercado, assim como pela feira adjacente, era efervescente (PANTOJA, 2014).

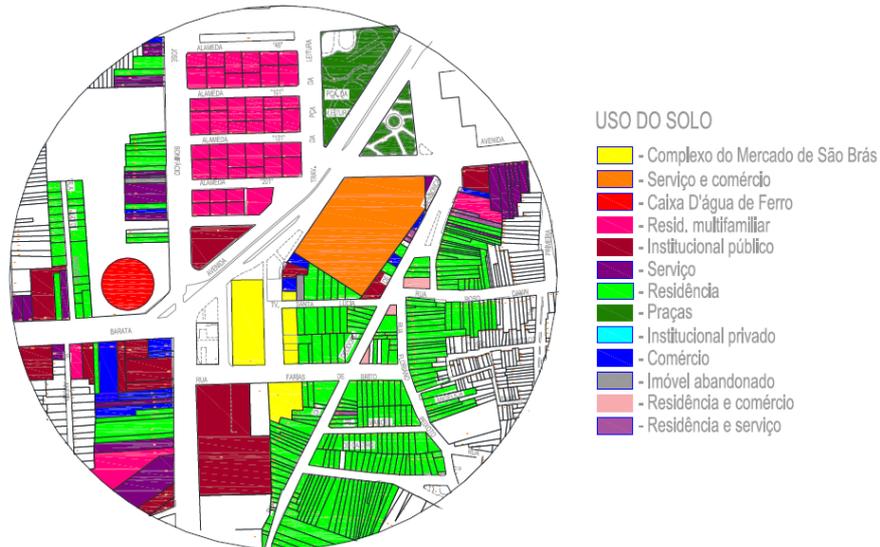
Contudo, a partir da década de 1950, o bairro – mais especificamente, o entorno do mercado – passaria por transformações, baseadas nos seguintes fatores: i) a desativação da estrada de ferro e sua substituição pela rodovia BR-316, dos ideários progressistas e modernizadores do governo de Juscelino Kubistchek, o que acarretou a construção do Terminal Rodoviário de Belém no local em que funcionava a estação de trem; ii) a implementação de novos equipamentos urbanos de habitação e de educação, próximos ao Largo de São Brás, respectivamente o conjunto habitacional dos servidores do antigo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) e a escola Benvinda de França Messias, ambos construídos na vertente arquitetônica modernista; e iii) a disseminação de supermercados, o que modificou as relações de consumo da população e fez com que a frequência de usuários do mercado diminuísse, colocando sua função em risco (PANTOJA, 2014).

A partir dos anos 1980 o mercado passaria por intervenções, sendo a mais notável a que construiu três anexos em sua face posterior: o primeiro, voltado à venda de carnes (bovinas, suínas, pescados); o segundo, dividido em boxes, para a venda e para o consumo de refeições; e o terceiro, de aspecto improvisado, dedicado à venda de farinhas e de hortifrutigranjeiros. Destinado à comercialização de gêneros alimentícios para os moradores dos bairros próximos, o antigo mercado foi perdendo sua função original, passando, nas últimas décadas, por sucessivas intervenções malsucedidas, por parte das administrações municipais. Várias destas intervenções, ora objetivavam a mudança do perfil de mercado para o de centro cultural, com a proposição de teatros, com a venda de artesanato etc., ora visavam apenas a uma reforma estrutural, com obras paliativas de restauro e com o reordenamento interno dos comerciantes (SOUZA; CAMPOS; COSTA, 2020).

Atualmente, a área de entorno do mercado é caracterizada pelo intenso tráfego de veículos e de pedestres, pois se encontra na confluência de três grandes avenidas da cidade,

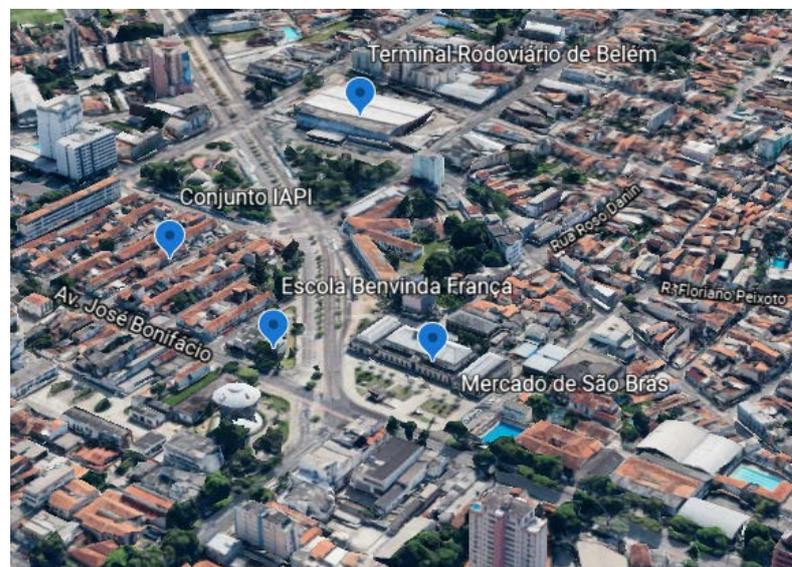
próxima da principal via de entrada e de saída de Belém, assim como do Terminal Rodoviário, além de estar em uma zona de uso misto do solo, com habitação, comércio e serviços variados, em edificações construídas em diferentes períodos históricos (Figuras 29 e 30).

Figura 29– Mapa do uso do solo na região do Mercado de São Brás



Fonte: M2P Arquitetura (2019)

Figura 30– Imagem aérea do Mercado de São Brás e do seu entorno



Fonte: Google Earth (2021)

O mercado, pelas suas relevâncias arquitetônica e histórica, é tombado desde 1982 como patrimônio material do estado, pelo Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC) e, também, pelo município, através da Fundação Cultural de Belém (FUMBEL). Atualmente, o complexo do Mercado de São Brás é administrado pela Secretaria

Municipal de Economia (SECON), através do Departamento de Feiras, Mercados e Portos (DFMP), que atua no ordenamento do espaço, no cadastro dos comerciantes, na fiscalização e na emissão dos carnês de pagamento do aluguel de cada um dos 309 permissionários dos 531 equipamentos de comercialização (BELÉM, 2019a; SOUZA; CAMPOS; COSTA, 2020).

Com relação ao prédio principal do mercado, dos três pavilhões com fachada voltada para a Praça Floriano Peixoto, dois estão ocupados por uma amálgama de atividades comerciais, que incluem venda de móveis, artesanato, vestuário, calçados, ração para animais, ervas medicinais, produtos religiosos, brinquedos, livros, discos de vinil etc. Também conta com serviços, como de pequenos bares com venda de alimentação, barbearia, mercearia, informática, sapataria e de impressão e cópia de documentos (Figura 31). O terceiro pavilhão é utilizado para a emissão de carteiras de meia passagem de ônibus pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Belém (SETRANS-BEL).

Figura 31– Mosaico com fotos internas do mercado



Fonte: acervo do autor, 2019.

Pelas imagens, pode-se depreender que a situação atual do mercado é, no mínimo, preocupante. O prédio está em avançado estado de degradação, com sérios problemas estruturais, com fiações expostas, infiltrações e esquadrias quebradas, o que afeta as atividades comerciais ali desempenhadas. Todas as suas fachadas se encontram cobertas de pichações

(Figura 32) e, mesmo a Praça Floriano Peixoto, popular ponto de atividades sociais e artísticas, além de eventos culturais e políticos, conta com monumentos sem qualquer salvaguarda, os quais já foram, inclusive, parcialmente furtados e depredados. São notórias as más condições de higiene e de limpeza no seu interior e, principalmente, no seu exterior, em que há acúmulo de lixo a partir de descartes inadequados. Há, também, uma sensação constante de insegurança, devido à falta de policiamento e à iluminação insuficiente no período noturno.

Podemos afirmar que o declínio material do mercado ocorre com a anuência do poder público, que, por anos, ignorou o seu estado e não interveio em sua recuperação, agindo apenas paliativamente. A seguir, veremos como essa omissão agiu de maneira a legitimar discursos que têm como objetivo a requalificação do espaço.

Figura 32– Fachada principal do Mercado



Fonte: acervo do autor, 2019.

5.2.2 Análise do discurso

À semelhança do exercício empreendido no tópico anterior, propomos aqui uma primeira de-superficialização da materialidade textual contida no *corpus* relativo ao NMSB, através da construção de uma “nuvem” de palavras (Figura 33), com os intuitos de reconhecer os enunciados mais frequentemente presentes nos discursos analisados e de preparar o leitor para as temáticas sobre as quais nos debruçaremos.

Figura 33– Nuvem de palavras dos discursos sobre o NMSB



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Como mencionado, o projeto de requalificação do Mercado de São Brás surge no âmbito de um programa com ações mais abrangentes de desenvolvimento, denominado Projeto Desenvolve Belém. Faz-se necessário nos atermos mais detalhadamente a algumas sequências discursivas que têm este programa como objeto, pois elas nos ajudarão a melhor compreender a cadeia de sentidos que rege a interdiscursividade relativa ao NMSB. Em uma série de entrevistas, na ocasião do lançamento do programa, alguns sujeitos políticos e da administração pública proferiram as seguintes falas:

- (23) [...] o projeto reúne várias iniciativas na busca de **parcerias público-privadas, com oportunidades de negócios**. São iniciativas interessantes que esperamos ver agora materializadas com o lançamento dos editais àqueles que querem ser **parceiros do desenvolvimento sustentável da cidade**. (...) Aqui, apresentamos o primeiro ciclo do projeto e outros já estão em estudo, mas são projetos, ideias e não propostas fechadas. Trazemos oportunidades aos **empreendedores da iniciativa privada** para que eles invistam em Belém, e com isso todos **cresçam, se desenvolvam, gerem renda e emprego e bem estar social à nossa população**. (...) Acredito que o programa vai trazer **bons negócios** e grandes resultados. **O empresariado** estava ansioso em conhecer as propostas, porque só **a união de forças nos fará crescer e se desenvolver**. (AGÊNCIA BELÉM, 2017, grifos nossos).

Os recortes deixam claro que o objetivo fundamental do programa é o estabelecimento de parcerias público-privadas, visando ao desenvolvimento urbano e à criação de emprego e de renda para a população, justificativas frequentemente usadas para legitimar o planejamento urbano em nível estratégico. As falas são pontuais, estabelecendo uma conexão entre esses atributos e o desenvolvimento sustentável, que, aí, parece denotar o sentido de desenvolvimento sustentável em uma perspectiva discursiva de crescimento econômico. A condição de produção desses discursos nos leva a uma situação de crise econômica que

perpassa a cidade de Belém há anos, na qual os recursos públicos são sempre apontados como escassos para investimentos por parte dos sujeitos políticos. Levando em conta a posição ideológica do partido que governava a cidade à época (PSDB) não temos dificuldade em estabelecer cadeias de sentidos e de interdiscursividade que conduzem ao neoliberalismo, ao empresariamento urbano e à cidade competitiva, apresentados anteriormente.

Em abril de 2018, foi lançado o Edital de Chamamento Público para Manifestação de Interesse, que tinha como objetivo estabelecer as regras para a disputa, bem como para a apresentação de anteprojeto e/ou estudos direcionados à atualização do Mercado de São Brás. Estes embasariam o posterior Edital de Licitação para contratação de empresas que prospectem a utilização de espaço, a fim de desenvolver meios variados de negócios e de prestação de serviços. Partes importantes desse edital estão apresentadas no recorte discursivo 24:

- (24) [...] deverá ser identificado, analisado e proposto **novas formas de parcerias, objetivando assim um aumento no Mix de Serviços e Negócios** que possam ser oferecidos, bem como a exploração de novos serviços relacionados ao objeto deste Chamamento, visando à contínua melhoria e qualidade dos produtos ofertados no espaço público. (...) O espaço em questão atualmente possui apenas 50% de sua área total sendo utilizada de forma não padronizada e com parte de seus produtos sendo armazenado de maneira indevida, desta forma objetiva-se com o presente termo, **a capitalização de recursos oriundos da iniciativa privada, como uma forma de parceria no intuito de revitalizar e requalificar o complexo em questão**, assim proporcionando uma maior interação e participação da população.(...) A possível solução para a implantação de equipamentos públicos com **infraestrutura de qualidade e um modelo de gestão adequado é a formação de parcerias com a iniciativa privada, a qual tem o capital financeiro e o know-how para investir em tais segmentos em curto prazo, por meio de uma concessão**, cabendo à Concessionária toda a gestão, operacionalização, exploração e manutenção do Mercado de São Brás. (CODEM, 2018, p. 04, grifos nossos)

Inicialmente, devemos ter em mente que o Mercado de São Brás é um importante patrimônio cultural da cidade de Belém, sendo, inclusive, tombado pelo estado e pelo município. Como já vimos nos capítulos anteriores, a partir da década de 1970 ocorreu um estreitamento dos vínculos entre planejamento urbano, cultura, indústria cultural e mercado, que repercutem nas políticas de salvaguarda e de restauro de bens culturais materiais e de turismo. O patrimônio cultural se converteu em instrumento-chave das políticas de requalificação urbana e, como qualquer outro objeto de estudos nas cidades, deve ser investigado, dentro de um “[...] campo de lutas, a que diversos atores comparecem, construindo um discurso que seleciona, que se apropria de práticas e de objetos e os expropria”

(VELOSO, 2006, p. 438), considerando, obviamente, os sujeitos produtores do espaço urbano, com suas ideologias e com suas discursividades.

Muitos sujeitos participam da rede de significados que permeia nossa preocupação de estudo, entre os quais podemos citar: os trabalhadores do local, permissionários e ambulantes; o Estado, através da PBM e das suas secretarias; o mercado privado, que foi convocado, por meio de edital, a requalificar e a administrar o local; a mídia, responsável por produzir e por difundir discursos e signos; a população, que usufrui do espaço como um todo, e, mais especificamente, os diversos atores e agentes sociais que o utilizam como ponto de manifestação cultural.

Como podemos perceber a partir dos recortes discursivos, as diretrizes da PMB são explícitas no direcionamento da concessão do mercado à iniciativa privada. Os enunciados enfatizam o fato de se tratar de um espaço público, no entanto relativizam a conjuntura que levará a uma empresa privada a gerir, operacionalizar, explorar e manter o espaço por um longo período de tempo. Ou seja, o mercado será, via de regra, privatizado. O discurso coloca, mais uma vez, a privatização como indispensável à requalificação do espaço e à melhoria dos serviços que ali são prestados, no entanto, anteriormente a este edital, essas condições não haviam sido debatidas com a sociedade civil ou com os permissionários do lugar, a despeito do edital citar “[...] uma maior interação e participação da população” (CODEM, 2018). Desse modo, ficaram comprometidas a lisura e a transparência do processo.

Nesse ponto, precisamos reiterar a importância de se discutir democraticamente a tomada de decisões no que tange ao planejamento e aos projetos urbanos. Já comentamos, em outros pontos deste trabalho, que, apesar de enunciar a ocorrência de deliberação e de debate com a sociedade civil, os planos estratégicos resultaram em decisões arbitrárias e alheias à vontade popular, as quais, em quase sua totalidade, correspondem a um arranjo que maximiza a união entre Estado e iniciativa privada:

[...] trata-se de uma forma nova, em que as relações entre interesses privados e estado se reconfiguram completamente e entronizam novas modalidades de exercício hegemônico. Neste contexto, torna-se regra a invisibilização dos processos decisórios, em razão mesmo da desqualificação da política e da desconstituição de fato das formas “normais” de representação de interesses. Não se sabe onde, como, quem e quando se tomam as decisões – certamente não nas instâncias formais em que elas deveriam ocorrer nos marcos republicanos (VAINER, 2016, p. 44)

Ainda segundo Vainer (2016), essa modalidade de planejamento que desemboca nos projetos de requalificação urbana é comumente justificada pela necessidade de conferir

flexibilidade e agilidade aos processos decisórios, se distanciando da burocracia estatal e se conformando como um postulado para as parcerias público-privadas. No que se refere ao projeto Porto Futuro, essas discussões ocorreram, mesmo que em reuniões reduzidas e pouco divulgadas, mas abertas ao público em geral. Permanece nosso questionamento sobre a pertinência das “audiências públicas” no consubstanciamento do resultado apresentado ou, apenas, na impressão de legitimação popular ao projeto.

No que se refere ao Mercado de São Brás a questão é mais complexa. Por se tratar de um patrimônio cultural da cidade de Belém, com atividades econômicas e sociais que se estabelecem em seu interior e em seu entorno, são indispensáveis as discussões que abarcam qualquer transformação no espaço: “É fundamental que se vincule, sempre, a pulsação do patrimônio cultural à dinâmica da experiência coletiva” (VELOSO, 2006, p. 440). Trabalhadores do espaço, frequentadores e sociedade civil, como um todo, foram desprezados no processo decisório que levou à privatização do mercado, no momento em que os editais de chamamento público e de concessão de uso foram elaborados, bem como na realização dos estudos de viabilidade do projeto, efetuados pelo escritório de arquitetura, que, em nenhum momento, ouviram a população.

Podemos perceber nos recortes discursivos que dois fatores justificaram a urgência das ações em tela: a celeridade da iniciativa privada nas intervenções (“[...] a qual tem o capital financeiro e o *know-how* para investir em tais segmentos em curto prazo”) (CODEM, 2018), o que reduz a sustentabilidade, no projeto, a questões econômicas; e a desorganização e o desordenamento do espaço (“[...] atualmente possui apenas 50% de sua área total sendo utilizada de forma não padronizada e com parte de seus produtos sendo armazenado de maneira indevida”) (CODEM, 2018) frutos da inabilidade do poder público em gerir o espaço.

A valer, essa inabilidade que levou à deterioração do espaço e, em consequência, à diminuição das atividades econômicas ali realizadas, parece-nos mais um projeto premeditado da gestão de Zenaldo Coutinho, que, por anos, relegou o mercado ao mais profundo descaso, o que suscitou, inclusive, denúncias na mídia (figuras 34 e 35):

Figura 34– Manchete do portal DOL sobre as condições de deterioração do Mercado de São Brás



Fonte: Diário Online (2018, n. p.)

Figura 35– Manchete do portal Oliberal.com sobre as condições de deterioração do Mercado de São Brás



Fonte: Pimentel (2019)

Walmir Santos, permissionário há 20 anos, denuncia que o mercado hoje está completamente deteriorado. “O mercado está em completo estado de abandono pelo poder público. Parece que eles deixam sucatear para só assim fazer alguma coisa, quando deveria ser feito antes.” (DIÁRIO *ONLINE*, 2020, n. p.).

Tal como uma imagem suspensa, as principais representações (que, nas manchetes, aparecem sob o termo sinonímico “retrato”) que o mercado suscita nas redes de memória subjetivas da população de Belém, na atualidade, são predominantemente negativas: desvalorização, problemas, negligência, descaso e abandono. Essas representações interferem sobremaneira no modo pelo qual experienciamos, nos vinculamos e pertencemos ao espaço

dentro das redes de memórias afetivas. A decisão da prefeitura de deixar o mercado público e os seus feirantes à revelia resultou em sua degradação física, o que, por sua vez, ocasionou a dissociação da importância histórica desse patrimônio dos seus espaços vivido e percebido, assim como a perda de referência da necessidade desse espaço no contexto urbano pelos indivíduos, que não mais se sentem responsáveis por ele, tornando-se indiferentes. Nesse sentido, os apontamentos de Fernanda Severo são precisos:

O homem citadino, ao ser excluído ou dissociar-se voluntariamente dos processos seletivos e das decisões que envolvem o patrimônio histórico, perde as referências de sua condição de ser social, individualizando-se a tal ponto, que a maioria dos vestígios do passado não lhe diz respeito (...) Esse abalo da autoestima social que repercute na relação do homem com seu meio pode ser compreendido como um esvaziamento da relação de afetividade e pertencimento conduzido pelo ato de rememorar provocado pelos símbolos do passado. Uma espécie de desencontro entre o habitante e o tempo vivido, seguido de outros dois desencontros, a falta de diálogo desse mesmo habitante com o planejador urbano e com o visitante. Se aquele que tradicionalmente estaria vinculado ao espaço não o percebe como um marco emocional para sua existência, não o salvará dos danos e dos interesses alheios aos do seu grupo, nem tampouco o apresentará como um espaço denso de significado para quem o desconhece. (SEVERO, 2004, p. 3-4)

Portanto, a atitude da gestão municipal colaborou intencionalmente na entrega do patrimônio público à iniciativa privada, através de procedimentos arbitrários, e utilizou, como estratégias de ação, as perdas de sentidos e de significantes importantes do espaço; de publicidade, enquanto espaço público da cidade; de historicidade, pela depredação do bem e pela indiferença, quanto a sua preservação; e de afetividade, pela perda de sensações positivas, que vinculariam os indivíduos ao local. Para França (2005, p. 62), “[...] a democratização dos espaços públicos de lazer, bem como a gestão participativa na tomada de decisões, pode contribuir, para a modificação deste quadro, fazendo com que a população se sinta corresponsável pela manutenção dos espaços”. Esta realidade, no entanto, mostra-se cada vez mais distante, a partir do momento, em que as parcerias público-privadas (PPPs) se tornam o modelo de referência na gestão desses espaços.

A decisão unilateral da prefeitura já encontrava precedente, quando, em 2017, publicou edital de licitação do tipo maior oferta para conceder o icônico Bar do Parque (Figura 36), localizado na Praça da República, em Belém, patrimônio tombado da cidade, a novos administradores, sem qualquer debate público ou aviso prévio, o que resultou na sua “gourmetização” (termo utilizado, cada vez mais, como sinônimo de processo de gentrificação na realidade brasileira).

Há mais de 50 anos, o bar era considerado um reduto da boemia belenense e espaço de deliberação política, ponto de encontro de protestos, organizados por movimentos sociais e ambiente de uma pluralidade de usuários, como artistas, intelectuais, trabalhadores, população marginalizada etc. (VIEIRA; SOBRAL, 2017). O edital colocou como diretrizes a venda de gastronomia de alto padrão, de cervejas *long neck* ou artesanais, de whisky e de vinhos, com clara orientação de “[...] seleção de um administrador, oriundo do empresariado mais tradicional, para a formação de outro tipo de público no local, que pode pagar preços mais altos do padrão da gourmetização dos espaços” (VIEIRA; SOBRAL, 2017, s/p). Ao fim do processo, uma barbearia ganhou o edital, pagando um aluguel de R\$ 8.300,00 mensais à prefeitura para gerir o espaço.

A participação da iniciativa privada em políticas patrimoniais acarreta, como já sabemos, a transformação do patrimônio, com sentido de bem simbólico e com valor de uso, em mercadoria cultural, com valor de troca. Os discursos que envolvem essas novas políticas alimentam a retórica que de só o mercado seria capaz de requalificar bens culturais em curto prazo de tempo, com o *know-how* apropriado, devolvendo-os à população. Há, no entanto, certo silenciamento nos discursos quando se observa que essa devolução pressupõe a refuncionalização desse bem, com o estabelecimento de interações baseadas no consumo e no cumprimento das expectativas do mercado em obter o devido retorno financeiro pelo investimento despendido.

Desse modo, são ponderadas algumas das estratégias para obter lucro com a requalificação desses objetos tangíveis, que variam da necessidade de compra de ingresso para adentrar no local (caso de muitos museus), à mudança de perfil do público-alvo dos espaços, que passam a ser as classes sociais com maior poderio aquisitivo para consumir seus produtos e seus serviços (caso do Bar do Parque). Consequências diretas disso são os processos de gentrificação e de elitização dos espaços, através de uma refuncionalização que não mais atende às práticas representativas das culturas e das populações locais, e de um tratamento (inclusive, estético), calcado no valor de mercado sistematizado em escala global (SEVERO, 2004; COSTA, 2008).

Figura 36– Bar do Parque, antes e depois da requalificação e da concessão à empresa privada. Frisa-se o processo de descaracterização do bem tombado, com a inserção de elementos contemporâneos



Fonte: TripAdvisor (s/d)

À semelhança do ocorrido no Bar do Parque, a decisão unilateral da prefeitura em conceder o Mercado de São Brás à iniciativa privada também gerou controvérsias, que, naturalmente, suscitaram debates e críticas nos meses seguintes. Muitos desses debates e críticas se originaram quando da apresentação dos estudos, realizados pelo escritório M2P Arquitetura e Engenharia³², vencedor do edital PMI, nos primeiros meses de 2019.

Nos dias 19 de fevereiro e 05 de maio de 2019, ocorreram duas importantes reuniões, respectivamente a 11ª Reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Belém e a 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Belém (CDU/Belém), nas quais o escritório de arquitetura apresentou os primeiros estudos de requalificação do complexo de São Brás. As atas dessas reuniões compõem o *corpus* de nossa análise (e delas retiramos algumas das sequências discursivas que analisaremos adiante), assim como o memorial justificativo e as imagens da maquete eletrônica do estudo conceitual (Figura 37), as quais foram divulgadas pela PMB.

Figura 37– Mosaico, com imagens da maquete eletrônica 3D e renders do NMSB

³² Escritório criado pelo arquiteto e engenheiro Aurelio Meira, com mais de 40 anos de atuação no mercado paraense e responsável por vários projetos particulares, como o restauro do Hotel Atrium Quinta das Pedras, e públicos, dos quais podemos citar os hospitais Abelardo Santos, em Belém, e Regional, em Castanhal.



Fonte: M2P Arquitetura e Engenharia (2019)

O projeto divulgado conta com um incremento de 2.065 m² de área bruta locável à área já existente no complexo, com sugestões de operações de varejo, de serviços e de complementos, como: centro de convenções e de eventos; restaurantes terraços; restaurantes panorâmicos; empório; cervejaria; *boulangerie* (padaria *gourmet*); *pub*; Ver-o-pesinho (boieiras); escola de gastronomia (UEPA); espaços artesões paraenses (barro, miriti, cestaria etc.); coliseu de eventos populares (danças, teatro fantoches, boi bumba, carimbo, entre outros); e calçadão dos permissionários (M2P ARQUITETURA E ENGENHARIA, 2019). O recorte discursivo 25 foi retirado do memorial justificativo do projeto e fundamenta algumas escolhas:

- (25) **É nesse ambiente redesenhado e diversificado buscando um público interessado em vivenciar novas experiências com opções de entretenimento mais amplas e com cunho cultural. É claro que dentro desse olhar, o consumo, que é a base de qualquer empreendimento** desse porte, acontece. Mas de uma forma mais leve e comprometida, com resultados para todos. No entanto, nada disso acontece por acaso. **Parte dessa mudança de concepção deve-se ao perfil do consumidor que ao longo desses anos tornou-se mais crítico e exigente**, que nos permite de acordo com essa tendência, incrementar e reconfigurar o empreendimento em sua estrutura e formato abrindo espaço para novas oportunidades.(...) A tendência dos empreendimentos de serem vistos cada vez mais como espaços de lazer e núcleos de convivência, aonde as pessoas vão para passear, se divertir e fazer compras, bem como esses espaços tornarem-se espaços sociais, tendo em vista a procura por opções ligadas a cultura, entretenimento e gastronomia. (M2P ARQUITETURA, 2019, p. 20-21, grifos nossos)

O recorte elucida alguns dos principais objetivos da requalificação: refuncionalização (“[...] é nesse ambiente redesenhado e diversificado”) (M2P ARQUITETURA, 2019, p. 20) baseada na lógica do consumo (“[...] parte dessa mudança de concepção se deve ao perfil do consumidor, que, ao longo desses anos, tornou-se mais crítico e exigente”) (M2P ARQUITETURA, 2019, p. 21) com suporte nas indústrias cultural e turística – incluindo cultura, gastronomia e lazer. Esmiuçaremos cada um desses fatores.

Em outro momento, afirmamos que projetos arquitetônicos na pós-modernidade se apresentam sob duas óticas principais: uma de perspectiva elitista, pela preocupação com “marcas de status”, assim como com o conforto e com o domínio estético, que agem nos projetos como códigos e como símbolos de distinção social; a outra, apoiada na cultura "popular", por mesclar arte e indústria cultural (de mercado), com enorme diversidade de estilos e com autonomia na criação de formas, libertando-se da coerção de demandas externas que impunham a conexão forma-função (ORTIZ, 1992).

Assim, quando são postos no discurso os desejos de “[...] incrementar e reconfigurar o empreendimento, em sua estrutura e em seu formato, abrindo espaço para novas oportunidades” (M2P ARQUITETURA, 2019), podemos inferir, através de nossas leituras, que projetos de requalificação de um bem cultural, como o NMSB, utilizam o patrimônio histórico restaurado, refuncionalizando-o (com separação entre forma e conteúdo) e revalorizando-o, como um recurso simbólico, como uma espécie de “moldura” que procura confluir sentidos de tradicionalidade, ao mesmo tempo que espacializa os interesses econômicos de alguns agentes hegemônicos (PEIXOTO, 2002). Em vista disso, há a exigência de converter o Mercado de São Brás, anteriormente lócus de comercialização de gêneros alimentícios e de pequenos serviços, para um centro turístico, cultural e de lazer.

Uma das maneiras mais eficientes de se instrumentalizar a forma edificada desse patrimônio com propósitos acumulativos é justamente através da experiência do consumo, no ato efetivo de adquirir objetos ou de pagar por serviços ou, meramente, pelo aspecto visual. Os centros antigos das cidades e seu patrimônio arquitetônico edificado só são apreciados com intervenções de requalificação se seu valor de troca se destacar sobre o seu valor de uso:

[...] o núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. Assim, os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas. (LEFEBVRE, 2001, p. 14)

Mesmo que, no recorte, enuncie-se que a atividade do consumo ocorrerá “[...] de uma forma mais leve e comprometida” (M2P ARQUITETURA, 2019, p. 21) - permanece a dúvida sobre como isso seria possível -, a ênfase no ato de consumir ajuda a diminuir (ou mesmo esvaziar) a possibilidade de criação de sentidos outros, que poderiam pluralizar o espaço e revelar os reais valores histórico-culturais desses bens.

Contrariamente, o foco na inserção de elementos contrastantes finda em ressaltar os sentidos que atrelam o espaço a uma mercadoria visual. Podemos notar, tanto no novo Bar do Parque quanto no NMSB, que o emprego de mobiliários modernos e de elementos formais contemporâneos – a utilização intensa de materiais como vidro e aço, por exemplo – representa um foco na estetização e no conforto, aliado a uma intenção de se diferenciar do entorno, o que diminui o potencial de rememoração dos monumentos históricos e potencializa a criação de cenários espetacularizados, voltados, sobretudo, ao consumo das classes médias (metonimicamente colocado como “perfil do consumidor mais crítico e exigente” pelo enunciado).

Sucedem-se uma coalizão de interesses entre diferentes sujeitos e agentes econômicos com anseio de operacionalizar esses espaços, sempre tendo em vista os lucros que eles podem auferir. O que acaba ocorrendo, de acordo com as tendências postas pelo capital, é usualmente uma imbricação das indústrias do turismo, do lazer e da cultura. No projeto de São Brás não foi diferente.

O discurso das políticas de turismo tem, como principais sujeitos enunciativos, o poder público, em conjunto com os agentes privados, que atuam na formação discursiva da cidade-mercadoria: os espaços turísticos analisados são tratados como mercadorias a partir da lógica da competitividade de lugares em nível global. Por isso mesmo o mercado é tratado, no recorte, como um “empreendimento” (e, não, como um espaço público), termo que nos faz recordar da cadeia de sentidos que atuam nos entremeios dos discursos das cidades competitivas e do empresariamento urbano.

Como sabemos, a atividade turística é um dos principais chamarizes de receita e de investimentos nas cidades pós-modernas e está na ordem do dia das gestões públicas, que a utilizam com propósitos de crescimento e de desenvolvimento urbanos. O discurso do turismo atua legitimando as ações de requalificação patrimonial através da produção de sentidos ligados a uma combinação entre o fascínio, exercido pela temporalidade simbolizada nos monumentos, e a intervenção modernizadora, sempre sendo a presença de consumidores e de

visitantes (sobretudo se forem estrangeiros) o que vai definir o sucesso da intervenção e o valor cultural desses bens (MOTTA, 2000; PEIXOTO, 2002).

Essa atração de visitantes e de turistas aos projetos de tal porte em Belém decorre, como já vimos, de uma estratégia que combina elementos do discurso das cidades competitivas com os do discurso tradicional/cultural/identitário amazônico. Também vimos que, apesar de propor alguns elementos contrastantes, ao analisar as suas condições de produção, assim como a sua interdiscursividade, chegamos à conclusão de que ambos provêm de uma mesma formação discursiva: a cidade-mercadoria.

No caso do NMSB, também são utilizados elementos regionais e culturais tracionais como suporte para fomentar os mercados de lazer e de turismo. Aliás, na proposta elaborada pelo escritório encarregado dos primeiros estudos e do projeto conceitual, há uma clara contraposição entre quais dos novos espaços são representações dos discursos de cidade competitivas e quais espaços são representações do discurso tradicionalista amazônico:

Quadro 4– Espaços propostos e suas projeções nos planos discursivos

Discurso de cidades competitivas – nível global	Discurso tradicional cultural amazônico-nível regional
Centro de convenções e eventos	Ver-o-pesinho (boieiras)
Restaurantes terraços e restaurantes panorâmicos	Espaços artesões paraenses (barro, miriti, cestaria, etc.)
Empório	Coliseu de eventos populares (danças, teatro fantoches, boi bumba, carimbo, entre outros);
<i>Boulangerie</i> (padaria <i>gourmet</i>)	Calçadão dos permissionários (operações existentes de permissionários)
<i>Pub</i>	Escola de Gastronomia (UEPA);

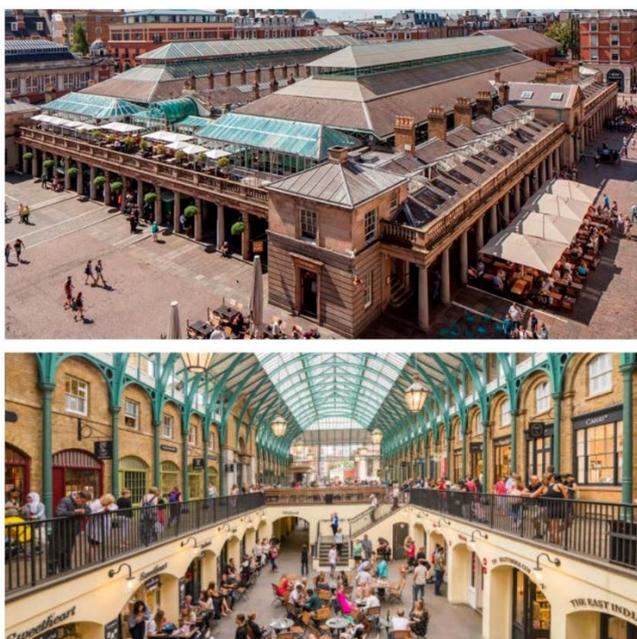
Fonte: elaborado pelo autor (2021), a partir de M2P Arquitetura e Engenharia (2019)

A inserção de ambientes com denominações nas línguas francesa e inglesa (*boulangerie*, ao invés de padaria, e *pub*, ao invés de bar) tem a intenção de denotar sofisticação e instigar o consumo de um seletivo grupo de clientes, além de inserir Belém em um cenário concatenado com tendências internacionais, principalmente europeias. Assim, não nos surpreende que o principal arquiteto encarregado, Aurelio Meira, tenha buscado

referências projetuais no velho continente, como se pode observar em depoimento dado na 11ª Reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Belém:

- (26) [...] ressaltou que trabalhou em vários projetos importantes do patrimônio de Belém, tais como: Teatro da Paz, Estação das Docas, Feliz Lusitânia e visitou espaços semelhantes como o Mercado da Ribeira (Lisboa), o Mercado Campo de Ourique (Lisboa), Mercado São Miguel (Madri), Mercado Municipal de Barcelona e no *Convent Gard* (Londres).(...) O interior do mercado foi inspirado no *Covent Garden* (distrito de Londres), no qual foram previstos espaços para a execução de “cameratas” (apresentação de violinos e instrumentos de sopro) (BELÉM, 2019b)

Figura 38– Covent Garden, em Londres



Fonte: Capital & Counties Properties (s/d)

Como já mencionamos, na pós-modernidade arquitetos parecem ter estabelecido um conjunto de significações elaborado por suas interpretações sobre como os moradores da cidade devem habitá-la. Segundo Lefebvre (2000), esse conjunto de significações é, também, discursivo e tende a se impor e a inviabilizar qualquer tipo de crítica ou questionamento. Como podemos depreender a partir dos enunciados, há a imposição de uma interpretação por parte do arquiteto que valora o espaço concebido, em oposição ao percebido e ao vivido pelos usuários do mercado. Destarte, não nos causa estranheza que as principais referências arquitetônicas provenham de cidades com realidades tão divergentes – qual seria a necessidade de prever espaços para a execução de cameratas em um mercado de Belém? –, afinal, como vimos, desde a sua origem, o mercado tem influências notadamente europeias, não só em sua arquitetura, mas em sua organização socioespacial, nascendo, inclusive, no

apogeu do discurso do embelezamento e da higienização urbanos do começo do século XX (discursos, esses, que surgiram, não coincidentemente, também no continente europeu). Tais fatores acabaram por afetar a forma de apreensão do espaço vivido à época, e a mudança surgida no horizonte, mais de um século depois, ironicamente, tende a galgar os mesmos caminhos. Sem embargo com algumas alterações.

A principal delas é a imposição, desde pelo menos meados da década de 1990, de uma suposta identidade (ou “marca”) regional na quase totalidade de projetos urbanos em execução na capital paraense, como apreendemos no capítulo anterior. Essa imposição advém da necessidade de diferenciação, daquilo que nos faz pertencer a um grupo, do que podem ser hipoteticamente consideradas características próprias do local, e essas características se manifestam nas mais diversas representações de naturezas logotécnica, conceitual e plástica.

No projeto em tela, podemos perceber isso em elementos como a construção de imagens logotécnicas que mostram o jogo entre as palavras e as representações simbólicas da região (Ver-o-pesinho, boeiras) e as imagens plásticas oferecidas pelo recorte imagético com relação a elementos figurativos do lugar (barro, miriti, cestaria, boi-bumbá, carimbó). A intenção, aqui, mais parece outorgar sensações de popularidade e de acessibilidade, em contraponto à gentrificação premente dos demais espaços, além da comercialização de artigos aparentemente locais, concebidos estrategicamente para “[...] satisfazer ao gosto dos turistas pelo pitoresco, pelo exótico e pelo *souvenir* de imagens consagradas no imaginário coletivo” (SEVERO, 2004, p. 11) do que Belém, o Pará e a região amazônica significam.

De acordo com Appadurai (1986 *apud* LEITE, 2005), essa necessidade de equilibrar lugares com características da cultura tradicional (mesmo que atenuadas ou servindo apenas como pastiche) com componentes globais visa à criação de um ambiente propício a práticas abrangentes de consumo, porquanto lugares que obliteram suas características culturais locais são pouco consumíveis para turistas (principalmente estrangeiros), posto que a “[...] tradição também é um componente cambiável nas interações sociais contemporâneas, mediadas, como são, pelas práticas de consumo” (APPUDARAI, 1986 *apud* LEITE, 2005).

Assim, o projeto se legitima no plano discursivo também pela retomada de certos conteúdos da cultura popular paraense, inserindo-os em um novo nicho de consumo, por mais que, retraditionalizados e flexibilizados nesse novo ambiente, sejam tratados apenas como acessórios, como podemos depreender do recorte discursivo 27:

(27) [...] houve a preocupação de manter, no entorno do mercado, espaços para apresentações tradicionais de carimbó, cantos, shows, como alternativas de recreação na área do entorno. (BELÉM, 2019a, n.p.).

Entre todas as características culturais locais difundidas nos discursos acerca do projeto, a mais proeminente talvez seja a gastronomia. Recordemos que, em 2017, Belém recebeu o status de Cidade Criativa da Gastronomia outorgado pela UNESCO. A partir de então, diversos projetos, ações e planos do poder público com vistas ao desenvolvimento sustentável da cidade perpassam por essa conjuntura, a exemplo do programa Desenvolve Belém, que criou um eixo específico de ações especiais relacionadas à representação de Belém enquanto Cidade Criativa da Gastronomia, no qual o projeto mais importante foi, sem dúvida, a requalificação do Mercado de São Brás.

Em vista disso, a proposta de implementação de uma escola de gastronomia operada pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), de diversos restaurantes e de espaços de comercialização de artigos alimentícios (empório, padaria), vêm corroborar a lógica de refuncionalização do espaço com a intenção de evidenciar a gastronomia de Belém enquanto principal produto de consumos funcional e simbólico. Essas e outras circunstâncias podem ser contempladas no recorte discursivo a seguir:

- (28) Como destino altamente atrativo nos segmentos de lazer, ecoturismo e compras, nas últimas décadas Belém tornou-se, igualmente, referência no setor de eventos e gastronomia conquistando títulos internacionais junto à UNESCO. Nesse contexto, o Município de Belém visa à transformação do Mercado em equipamento urbano de alto nível, abrigando um centro gastronômico, proporcionando a prestação de serviços diversos aos belenenses e aos visitantes da cidade de Belém. Por fim, para demonstrar a transformação do referido imóvel em um Polo Turístico consolidado, capaz de gerar os benefícios esperados pela comunidade, a alternativa mais apropriada de gestão, após sua restauração e Reforma, deve ser por meio de Concessão do Complexo do Mercado de São Brás a um parceiro privado (BELÉM, 2019^a, n.p.)

O status de Cidade Criativa da Gastronomia imerge Belém em atmosferas de distinção e de referência simbólicas que servem de combustível aos discursos da cidade-mercadoria. Sua retórica se infiltra em políticas públicas, que, em nome da manutenção dessa posição, atingem altos níveis de consenso e de legitimação entre grande parte da população. Destarte, essa titulação favoreceu ainda mais à implementação de um planejamento urbano mercadofilo em Belém, e, no caso em tela, ocasionou a conversão de um patrimônio cultural histórico, de um espaço público, impregnado de significados, em instrumento a serviço dos interesses das elites e dos empresários locais.

Nessa direção, em maio de 2020, na abertura do Edital Convocatório de Concorrência Pública nº 03/2020-CODEM/PMB³³, o ganhador (e único a se habilitar) foi o conglomerado de empresas Grupo Roma³⁴. Dessa maneira, em agosto do mesmo ano, foi assinado o contrato entre a PMB e a empresa do ramo imobiliário Roma Incorporadora. Esse fato contou com relevante repercussão na mídia local, de onde retiramos os próximos recortes discursivos:

- (29) Após oito anos de completo abandono e sem investir na revitalização do local, a prefeitura de Belém entregou a gestão do centenário Mercado de São Brás para a iniciativa privada. A empresa Roma Incorporadora e Administradora de Imóveis Ltda., do Grupo Roma, pertencente ao empresário da comunicação Rômulo Maiorana Jr., a única habilitada no processo, promete transformar o espaço num “mercado estilo europeu” ao custo de R\$ 46 milhões. (FLÁVIO, 2020, n.p.).
- (30) A prefeitura através da CODEM promoveu um certame de disputa para o novo conceito do mercado de São Brás. Investimentos necessários pra restauração do patrimônio histórico belíssimo, mas também uma nova dinâmica econômica. Esse projeto foi apresentado para a sociedade e para os empresários (...) o Grupo Roma ganhou como investidor para restaurar este patrimônio, e o melhor é que este projeto ele tem o condão de fazer a restauração do patrimônio público e também o condão econômico da nova dinâmica da atividade dos negócios dentro do mercado e também o desenvolvimento social dos permissionários que são os atuais trabalhadores. Ou seja, foi uma grande engenharia social e econômica cujo vitorioso foi o Grupo Roma. (PREFEITURA..., 2020)

O primeiro recorte evoca sentidos enfáticos de crítica à prefeitura de Belém, a começar pelo enunciado que dá título à matéria: “Zenaldo entrega Mercado de São Brás a Rômulo Maiorana” (FLÁVIO, 2020). O verbo entregar tem, aí, sua conotação mais usual: dar, ceder. Para além do teor semântico, o tom crítico é complementado pela colocação de nome e do sobrenome do empresário. É como se o mercado fosse entregue a uma pessoa física, não a uma *holding* de empresas. O objetivo parece ser de depreciar todo o processo de concessão, concentrando-se nas figuras do prefeito e do empresário, o que é natural, observando o cenário de disputa de poder entre os dois veículos midiáticos e as suas coligações no âmbito político-ideológico³⁵.

33 Edital Convocatório de Concorrência Pública nº 03/2020-CODEM/PMB (BELÉM, 2020): Concessão de Direito de Uso de Bem Público, com Outorga Onerosa, precedido de obras de restauração e de reforma do Complexo do Mercado Municipal de São Brás, objetivando a reabilitação e a reutilização do imóvel.

34 Conglomerado de empresas, sediado em Belém, e fundado em 2018 pelo empresário Rômulo Maiorana Jr. após deixar a presidência das Organizações Romulo Maiorana (ORM). Tem, como ativos, na área midiática, rádios, tevê a cabo e portal *online* de notícias. Em seu portfólio também estão inclusos outros empreendimentos ligados ao mercado imobiliário, como hotel, construtora e incorporadora.

35 O jornal *O Liberal* integra o grupo de comunicação Organizações Romulo Maiorana (ORM), o maior conglomerado de comunicação do Pará, que, além do jornal impresso, conta com canal de televisão (Tevê Liberal, afiliada da Rede Globo no Pará), com rádios e com portais de *internet*. Tem vínculos recorrentes com o cenário político do estado, em especial, com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), desde 1994, quando firmou aliança com o grupo político do ex-governador Almir Gabriel, para veicular propaganda

O tom depreciativo, aliado a um certo sarcasmo, aparece também no uso de aspas em “mercado estilo europeu” (FLÁVIO, 2020, n.p.), que, mesmo sendo indicação de um discurso indireto – pois, em muitos meios de comunicação, usou-se essa comparação de maneira positiva –, aqui aparece à guisa de achincalhamento.

O recorte discursivo seguinte se configura em uma fala do prefeito Zenaldo Coutinho em torno do certame que levou à concessão do mercado, cujo vencedor foi o Grupo Roma. O discurso do prefeito foca, sobretudo, em aspectos econômicos, numa tentativa de conciliar a “nova dinâmica de atividades dos negócios” (PREFEITURA..., 2020), o que se reflete na perspectiva mercadofila, assumida pela gestão, que visa ao lucro que o espaço poderá trazer, não à necessidade de desenvolvimento social dos feirantes que ali desempenham suas atividades. No entanto, o discurso silencia em prover maiores explicações sobre como se dará essa “engenharia social” e sobre o papel dos feirantes no processo de tomada de decisão concernente à transformação imposta no espaço.

Finalmente, a fala do prefeito intenta ressaltar a importância do restauro desse bem cultural patrimonial (inclusive, repetindo o termo diversas vezes), no entanto, atrelando-o novamente a questões econômicas. Assim, assumem-se os riscos de “fetichização” da cultura e de realçamento do patrimônio, agora, apropriado como mercadoria cultural, com valor de troca, a partir da ampliação do espectro econômico dos seus valores de uso (LEITE, 2005). A tendência, a nosso ver, é de que ocorra um reducionismo de valores culturais e sociais a valores econômicos (impostos por um discurso hegemônico), e, concomitantemente, uma homogeneização da cadeia de produção de sentidos que emana desse corpo significativo na cidade de Belém.

5.3 A HETEROGENEIDADE NOS ENTREMEIOS DO DISCURSO

Este último tópico constitui uma tentativa de investigar as marcas de heterogeneidade presentes em nosso *corpus* discursivo relativamente aos projetos Belém Porto Futuro e Novo

governista, conforme relata Veloso (2008). Segundo o autor, nesse período, houve acirramento nas disputas econômica (pela busca de maior fatia de mercado, de patrocínio e de consumidores) e política, nas recorrentes disputas eleitorais, travadas entre os candidatos do PSDB, apoiados pelo grupo ORM, e os candidatos do PMDB, apoiados pela família Barbalho, com o uso da RBA (VELOSO, 2008). Essa polarização acaba por “[...] proporcionar maior visibilidade aos valores ideológicos e aos interesses econômicos das classes dominantes nos produtos midiáticos dessas empresas jornalísticas” (SILVA, 2012, p. 138).

Mercado de São Brás. Nossa intenção é de buscar a existência do Outro nesse espaço discursivo, através de enunciados que geram sentidos destoantes e de representações outras no que tange às produções física e simbólica desses espaços em Belém, os quais a FD dominante (a cidade-mercadoria) necessita contestar/rejeitar para se constituir como tal. Essa investigação, portanto, se coloca como um desafio, já que:

[...] todo discurso nega o enunciado do seu Outro, quer seja ele atestado historicamente ou quer ele exista virtualmente, como uma projeção do discurso primeiro. Os enunciados têm, pois, um direito e um avesso indissociáveis. O analista, por um lado, deve preocupar-se em relacioná-lo com o Mesmo, ou seja, com a sua “própria” formação discursiva e, por outro lado, deve considerá-lo como uma negação do discurso de seu Outro. Isso quer dizer que o analista deve apreciar não apenas uma FD, mas a interação entre FDs convenientemente escolhidas ao seu propósito no espaço discursivo. Há, portanto, dois discursos em um, só que interpretado em dois planos distintos. (SERRÃO, 2012, p. 23)

Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, o “outro” sempre está presente no discurso do “mesmo”, não consistindo em objeto exterior e sendo uma condição constitutiva do discurso deste. Assim, esse “outro” também se caracteriza pelo plurilinguismo (as várias vozes sociais), como condicionante das interrelações entre sujeitos e discursos diferentes em uma mesma FD, e pelo contraste, pois se constitui reciprocamente em relações dialógicas de confrontação, de contradição e/ou de complementação. Dessa maneira, apreciaremos a FD cidade-mercadoria em sua rede de interações interdiscursivas (com outras FDs), trazendo à tona seu “avesso indissociável” que resulta de interpretações em planos distintos.

Antes de começarmos, precisamos mencionar que o maior desafio imposto a esta análise da heterogeneidade dos discursos foi a impossibilidade de realizar entrevistas devido ao agravamento da pandemia de Coronavírus desde o fim do ano de 2020. As entrevistas seriam ferramentas preciosas para este exercício, porém esperamos conseguir resultados oportunos aos objetivos que estabelecemos com a utilização das ferramentas de que já dispomos: reportagens jornalísticas, documentos oficiais, material publicitário, informações verbais etc. Começaremos nosso exercício analítico pelos enunciados do PBPF.

Na primeira reunião participativa do projeto, o mesmo profissional da arquitetura que expôs argumentos a favor da requalificação como estratégia de valorização da área, também proveu o seguinte enunciado:

(31) A valorização social é isso, dar àquela população qualidade de vida, e que não retire ela dali, mas sim que a gente então valorize ela, estimule ela a ficar ali. E isso em que sentido? Que medidas mitigadoras de projetos futuros, como hotel, shopping, museu, estimule com programas de qualificação da mão de

obra, até mesmo pra que gere emprego para aquela população que tá ali primeiramente e que ela consiga permanecer na região, não expulsar ela dali. Então a valorização social é tão importante quanto a do espaço. A qualificação então dessa população que faz parte da valorização social, estimular aqui essas relações sociais e que não seja ela de estaque, de criar uma pra uma classe superior e a classe inferior não existir mais, mas pelo contrário, estimular para que tenha interação social entre elas, e isso vem junto com a valorização do espaço, dar um acesso democrático ao espaço, através de comércios e equipamentos que possam atender a toda a população e que não seja elitizado. (informação verbal)³⁶

Convém lembrar que estas reuniões contaram com pequena participação da sociedade. Os interlocutores com os quais o sujeito estabelece esse diálogo, são, sobretudo, profissionais e estudantes de campos correlatos à Arquitetura e ao Urbanismo, além de alguns representantes da CDP e trabalhadores do porto. Não houve, em nenhuma das reuniões nas quais o autor deste trabalho esteve presente, a participação de moradores desta área do bairro do Reduto que é contemplada pelo projeto.

O discurso do arquiteto busca alcançar o reconhecimento deste outro: o morador da área, a população local, que seria beneficiada com a valorização do espaço, através de qualificação de mão de obra e de emprego, que permaneceria ali e não seria impelida. Na explicação concedida, esses fatores se constituiriam na “valorização social”, que deveria acontecer *pari passu* à valorização do espaço. A fala ambiciona, a todo momento, o convencimento de seus interlocutores principais (outros arquitetos), através de argumentos e de termos técnicos, que tentam afastar a ideia da mais reconhecida consequência negativa de projetos de requalificação urbana que seguem este modelo: a gentrificação.

Trouxemos este recorte para demonstrar que, por mais que o “outro” seja explicitamente citado no discurso, ele continua tendo sua condição de existência invisibilizada. O sujeito não manifesta conhecimento algum da composição socioeconômica da população que habita o local (predominantemente formada pelas classes médias) e de quais seriam suas necessidades, exprimindo apenas uma simulada preocupação com efeitos nocivos (na fala, expressa pelo uso do termo “elitizado”), que vão de encontro aos discursos recorrentes, que versam sobre o espaço público democrático. Aqui, ocorre um embate de sentidos entre duas formações discursivas que se contrapõem: a FD “cidade-mercadoria” *versus* a FD “espaço público e democrático”, as quais o discurso do arquiteto ambiciona conciliar, através de enunciados como “interação social”, “classe superior e classe inferior”, “acesso democrático ao espaço” e “valorização social”.

³⁶ Informação verbal concedida pelo arquiteto da Geo Logica Consultoria Ambiental no dia 18 de maio de 2016.

O objetivo do sujeito, ao construir essa argumentação, seria de mitigar os efeitos de sentido negativos (sempre tendo em mente que seus interlocutores são arquitetos, que conhecem a fundo esta temática), associados à gentrificação dos espaços na contemporaneidade: valorização imobiliária com o aumento de preços, alteração da composição social da região com a expulsão de moradores de baixa renda para áreas menos providas em infraestrutura, e com sua conseqüente substituição pelas classes de maior renda. Aqui, a heterogeneidade se estabelece no reconhecimento desse embate, que podemos interpretar, no âmbito interdiscursivo, com a ajuda de nossos dispositivos analíticos e teóricos.

A formação discursiva da cidade-mercadoria comporta, em seu núcleo, os discursos que têm, como regra, a sujeição, metonimicamente, da produção de sentidos e de representações do espaço citadino a um objeto a ser comercializado segundo a égide do mercado (que segue os ditames ideológicos da neoliberalização). Durante todo o percurso deste trabalho, demonstramos como esta formação se estabeleceu em hegemônica quando se trata dos discursos sobre o urbano dos últimos 50 anos, reverberando nas produções material e simbólica do espaço.

No entanto, como qualquer outra FD, ela não se constituiu independentemente de outras, estabelecendo relações de aliança, de contradição ou mesmo de confronto com outras formações que se situam na materialidade linguística, sendo, uma delas, em nossa construção analítica, a formação discursiva que denominamos “espaço público democrático”. Concebemos esta FD a partir de nosso dispositivo teórico, que contém estudos prévios dos efeitos do capitalismo no espaço público das cidades na pós-modernidade, contando com valiosas contribuições de autores que dialogam com nosso método de interpretação, dentre os quais podemos citar, além de Lefebvre (2000, 2001, 2008), Serpa (2007), Leite (2004) e Harvey (2014).

Como mencionamos no capítulo anterior, entre as conseqüências do avanço do neoliberalismo enquanto ideologia está a dissolução das relações entre público e privado, em que a esfera pública perde, cada vez mais, sua função política. De acordo com Serpa (2007, p. 17), “[...] a partir do momento, em que as leis do mercado, que dominam a esfera do trabalho e dos negócios, penetram também na vida privada dos indivíduos, que se reúnem em um espaço público, a capacidade de julgamento tende a se transformar em consumo”.

Para Gomes (2012), a expressão “espaço público” apresenta dois tipos de efeitos de sentido, que dificilmente dialogam: i) área física, referências concretas, como ruas e praças – preocupações práticas do planejamento urbano; e ii) espaço abstrato, teórico, fundamento das

vidas política e democrática, da esfera pública e da cena pública –, sendo objeto de análise da ciência política. Destarte, para este autor, os espaços públicos correspondem à dimensão espacial da política em sociedades democráticas, por serem lugares em que os problemas são assinalados e significados, em que se exprimem as tensões e em que a problematização da vida social é posta em cena (GOMES, 2012). Dessa forma, é imprescindível que sejam consideradas as práticas interativas entre os sujeitos envolvidos na construção social do espaço público.

Para Souza (2008), teoricamente, a construção do espaço público apresenta duas linhas de divergência político-filosófica: a primeira assume uma posição liberal, em que a esfera e o espaço públicos são valorizados, na qualidade de espaços necessários de interação, de encontro; a segunda, assume uma perspectiva radical-democrática, sendo o espaço público o lócus em que o ser humano pode se realizar plenamente, o que converge com a noção de direito à cidade, de Lefebvre.

Para o teórico francês, ao contrário do espaço concebido, institucional e homogeneizador, instituído pela FD cidade-mercadoria, o espaço público deve ser o espaço da primazia do social, o espaço vivido, produzido (material e simbolicamente) coletivamente pelos habitantes das cidades, a partir de mecanismos que valoram as relações sociais na cotidianidade: a cidade obra, o habitar, o direito à diferença, à centralidade e à pluralidade de representações (LEFEBVRE, 2000; 2001; 2008).

Segundo Leite (2004), espaços públicos são lugares de convergência simbólica de sentidos, que resultam de experiências compartilhadas, mediante alguma possibilidade de entendimento – não implicando consenso – sobre o que significa certo espaço e sobre o que representam certos conteúdos culturais compartilhados. Segundo o autor, ainda que possam ser cambiantes, híbridos, fragmentários e ter fronteiras flexíveis, é através desses espaços que “[...] interesses se tornam convergentes, códigos de conduta são redesenhados e nexos são refeitos entre identidade e espaço urbano” (LEITE, 2014, p. 297). Portanto, espaços públicos são intrinsecamente polissêmicos: representam, no seu âmago, a convergência de sentidos, que possibilita, ao mesmo tempo, a subjetivação singular de grupos e a consonância de sentidos coletivos. Logo, representam uma forma política de desentendimento, que se manifesta, segundo o autor, pelos usos e pelos contra-usos que se fazem destes espaços pelo corpo social (LEITE, 2004).

Conforme apreciamos durante o percurso deste trabalho, os efeitos de sentido que se originam de uma formação ideológica hegemônica (a neoliberal) tendem a conformar - em

concordância com os ditames do mercado e dos agentes que detêm os poderes político e econômico - discursos que tratam todas as noções do que é um bem público (não só o espaço) como algo inferior, dispensável, ineficiente. Assim, esse discurso hegemônico objetiva a uma homogeneização de todos os sentidos, representações e significados divergentes, que apontam na direção do que é pago, ao invés do gratuito, do autoritário, em contraponto ao democrático, do privado, contrariamente ao público, e do individual, em oposição ao coletivo. Essas condições acarretam enormes prejuízos para as noções pública e democrática do espaço, sobretudo no que se refere ao espaço urbano, pois tendem a destruir perpetuamente a significação da cidade como comum social, político e habitável, em sua apropriação e em seu aniquilamento por interesses privados (HARVEY, 2014).

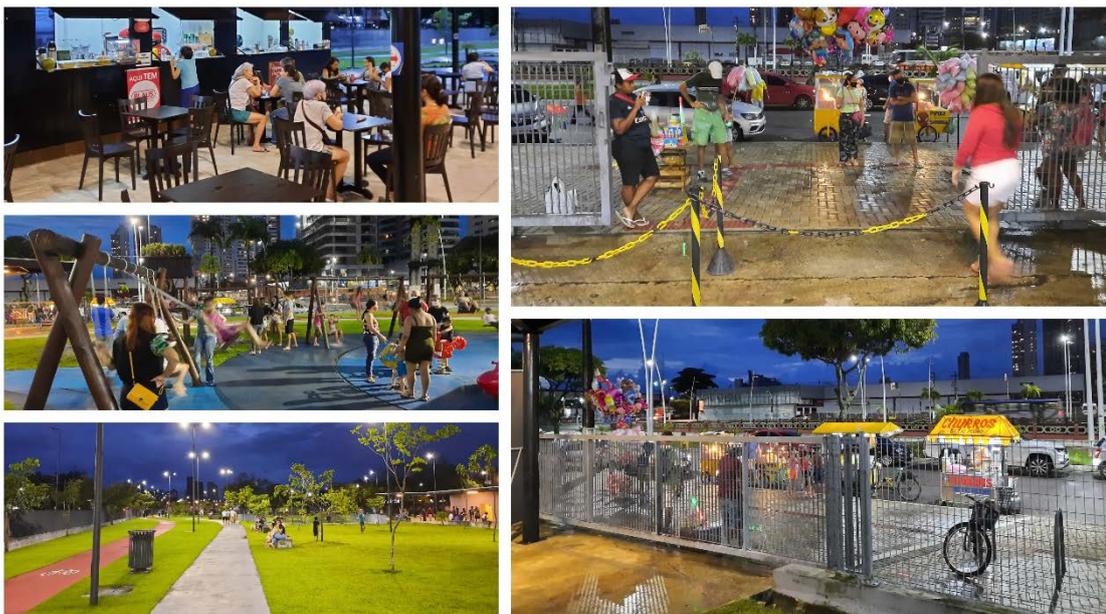
Deste modo, ocorre um processo recorrente de enfraquecimento do espaço público, que, para Souza (2008), tem causas nas deteriorações da sociabilidade e da civilidade e nas restrições ao exercício da cidadania. Como consequências sociopolíticas-espaciais, tem-se a formação de enclaves territoriais criminosos e a proliferação de condomínios exclusivos, além da disseminação de aparatos de monitoração, como câmeras de vídeo, que resulta na redução da privacidade. Assim, os sujeitos do discurso hegemônico (principalmente o Estado e os agentes imobiliários) concebem estratégias discursivas, que podem “[...] terminar, não, só, por esterilizar os espaços públicos, ao roubar-lhes a diversidade e a espontaneidade e ao submetê-los a uma vigilância permanente, mas, também, por atualizar constantemente a lembrança do medo e a estigmatização do ‘outro’” (SOUZA, 2018, p. 91). Essas estratégias discursivas se disseminam em todas as estratificações sociais, como podemos observar no recorte discursivo 32:

(32) Já o morador da região e vendedor de picolé Paulo Gomes Vilar afirma que as melhorias trazem mais conforto e segurança para região. "Nós que trabalhamos como ambulantes estamos com uma expectativa muito boa. **Antigamente esse espaço era a maior tristeza porque era ocupado por morador de rua e tinham muitos assaltos. Agora não, tá completamente direitinho, muito mais moderno.** Essa praça veio para ajudar todos aqueles que trabalham e os que precisam de um divertimento. Só tenho a agradecer por essa obra aí", finalizou. (NUNES, 2020, n.p., grifos nossos).

Esse testemunho, retirado do portal *online* de notícias institucionais do governo do estado do Pará, revela a eficiência do discurso hegemônico em deslocar sentidos a partir de sua poderosa retórica. Através dos nossos estudos, podemos afirmar que o vendedor autônomo não é o sujeito do discurso que emite, pois os sentidos desse discurso são originários de uma tendência hegemônica em representar o espaço público de grandes projetos urbanos de

requalificação: ordem, assepsia, higienização e o medo do “outro” são transformados em beleza e modernidade. O contraditório é que, a partir de nossa vivência no local, o próprio vendedor autônomo se configure no “outro”, na tentativa dos administradores de excluí-lo dos processos de interação e de apropriação plena do espaço (Figura 39).

Figura 39– Mosaico com fotografias do Parque Futuro



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

A imagem demonstra claramente uma territorialização que coloca barreiras, tanto físicas (grades) quanto simbólicas (signos de classe, estéticos e de organização espacial), nas acessibilidades completa e democrática ao local, principalmente por parte dos trabalhadores informais, que correspondem a um enorme segmento da população economicamente ativa de Belém. Os discursos que orientam as ações sobre espaços gentrificados colocam como um dos seus pontos principais, a necessidade de ordenar as atividades comerciais, de modo a controlar usos e formas “destoantes” e “ilegais”, usando, como argumentos, questões de segurança pública e de combate à informalidade (RANGEL, 2020).

Apesar de ser um espaço pretensamente público e com administração também pública, através da Secretaria de Cultura do Estado (SECULT), podemos constatar que o parque já nasceu sob efeito de normas que garantem o enfraquecimento do sentido público que o seu corpo significativo pode transmitir, causado pelas deteriorações da sociabilidade e da heterogeneidade a partir de estratégias de controle espacial por parte do Estado. Podemos notar a concepção funcional (visando à otimização do uso por grupos específicos), como

principal critério de implantação do parque, a partir da separação de setores, como praça de alimentação, parque infantil, área de descanso etc. Desse modo, inviabiliza-se a emissão de sentidos ligados ao espaço da fantasia e da criatividade entre os usuários (SERPA, 2007). Essas condições alimentam discursos críticos ao espaço público, que o representam como lugar do conservadorismo, da disciplina, do *status quo*, motivo pelo qual a sociedade burguesa utiliza esse espaço como principal forma de reprodução social (GOMES, 2012).

No entanto, por ser um equipamento recentemente implantado, o parque ainda passa por períodos de maturação e de legitimação de sua forma espacial, de seus conteúdos simbólicos e de seus espaços vividos e percebidos na vida cotidiana dos usuários, agentes absolutos no processo de apropriação dos lugares. Em vista disso, começam a germinar novos usos e contra-usos, que vão de encontro ao previamente concebido. Um espaço denominado “balé das águas”, criado para compor uma cenarização típica de projetos paisagísticos na contemporaneidade, voltado à contemplação e à ornamentação, foi apropriado pelos usuários (principalmente, pelo público infantil) como espaço de lazer e de estímulos à fantasia e ao jogo lúdico (Figura 40).

Figura 40– Balé das águas



Fonte: acervo do autor, 2021.

Outro importante ponto a ser ressaltado é a inclusão, no projeto, de antigos e de populares lanches de rua, que ocupavam esta área de Belém há décadas. Esses *foodtrucks* agregam grande público, de todas as estratificações sociais, principalmente os mais jovens, que costumam frequentá-los devido aos baixos preços e a ficarem abertos durante a

madrugada. Foi executada, no âmbito no PBPF, uma praça de alimentação especialmente para eles, com infraestrutura adequada, estacionamento e banheiros (Figura 41). Desse modo, garante-se a ocupação do local em todos os períodos do dia, o que fortalece os sentidos do espaço público.

Figura 41– Praça de alimentação do Parque Futuro



Fonte: acervo do autor, 2021.

Ao contrário do Parque Futuro, o Mercado de São Brás já é um equipamento consolidado em Belém, com modos de apropriação que recontam a história e a vida cotidianas daquele espaço. De modo geral, os mercados e as feiras da cidade são espaços públicos pujantes, contando com manifestações da vida social capazes de unir, por excelência, a dimensão física (o espaço percebido) à dimensão mais abstrata (espaço vivido) de comunicação social. Estes favorecem a copresença e o encontro e produzem uma espécie de resumo da diversidade socioeconômica da população, garantindo, dessa maneira, a heterogeneidade, o acesso universal, as diversas apropriações simbólicas e o aumento da potencialidade de articulação política.

O complexo de São Brás (formado pelo prédio principal do mercado, por seus anexos e pela praça adjacente), em particular, é um espaço público que guarda uma vitalidade expressa em diferentes sentidos: econômicos – por ser local de trocas comerciais – e também afetivos, pelo seu cotidiano repleto de vivências e de manifestações sociais, artísticas e políticas ligadas aos movimentos sociais urbanos e de esquerda. Tornou-se, ao longo do tempo, um espaço de publicidade e de heterogeneidade ímpares, contribuindo sobremaneira para os efeitos de sentido que estimulam a cidadania em Belém.

Mesmo que sua degradação física interfira em seu corpo significativo, seus usos (figuras 42, 43, 44 e 45) continuam a assegurar a pluralidade necessária aos sentidos que o denotam como um espaço público de referência. Nesse sentido, Sfair (2014) disserta que, mesmo com a imposição dos discursos econômicos e políticos aportando sentidos que abalam estes espaços, as relações sociais que neles têm lugar, vão se tornando, em um movimento dialético, mais intensas e complexas, ao mesmo tempo que segregadoras. Para a autora, de um lado, encontram-se os interesses econômicos, políticos e produtivista e, do outro, os habitantes da cidade: “As exigências, como valor de troca da cidade, não abafam o desejo e a necessidade do uso (como valor de uso) de seus lugares e monumentos” (SFAIR, 2014, p. 43).

Figura 42– Protesto político contra a eleição de Jair Bolsonaro na Praça Floriano Peixoto, em outubro de 2018



Fonte: ROMA NEWS (2018)

Figura 43– Evento cultural Batuque do Mercado de São Brás



Fonte: Facebook (s/d)

Figura 44– Ato científico-cultural em defesa da Amazônia, ocorrido em frente ao mercado, em 2019



Fonte: G1 PA (2019)

Figura 45– Batalha de rap, evento programado pelas comunidades do rap e do hip hop, formadas quase integralmente por jovens da periferia de Belém, que ocupava a praça Floriana Peixoto



Fonte: A Batalha... (2017)

No entanto, esses sentidos se encontram sob ameaça. A intervenção projetada para o local, baseado em um discurso que estabelece uma lógica de atividades turísticas e de consumo cultural como novo paradigma de desenvolvimento, sobrepõe-se às vivências locais e aos processos de interação e de apropriação dos usuários, o que finda na perda dos sentidos

que o tornam um espaço público. Seu corpo significativo tende a ser impactado pelos novos valores e símbolos que exprimem a imposição da universalidade dos valores culturais hegemônicos das classes médias urbanas, que são, ao mesmo tempo, os criadores, os gestores e os usuários dessa modalidade de espaço requalificado (SERPA, 2007). Esses elementos, entre vários outros já apreciados nesse tópico, são facilmente identificados e sintetizados nos próximos recortes discursivos:

- (33) O Presidente pronunciou-se em relação à necessidade de intervenção em áreas de ocupação depreciativa do patrimônio, exemplificando a Praça da República, a qual esteve degradada por frequência de pessoas com uso de drogas, bebidas alcóolicas e prostituição. Ressaltou a necessidade de preservação do uso do espaço com a garantia da ordem e a segurança para toda a população; a impossibilidade de um lugar revitalizado permitir o uso de barracas do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST, servir de pista de skate. Concluiu afirmando que o espaço público deveria ser um lugar aprazível para uso de todos, evitando o conflito urbano. (BELÉM, 2019b, n.p.).
- (34) A outra preocupação da Conselheira é em relação a Praça Floriano Peixoto, que, apesar de não ter tombamento específico, tem a questão do uso, pois, embora todo o complexo esteja degradado, a praça tem uma utilização pelas pessoas, como eventos culturais, políticos e que vão aumentar e que na visão de patrimônio a inserção de elementos de vidro na frente do mercado assim como na curva, irá interferir na visibilidade do mesmo. Colocou também a preocupação que não é só dela como arquiteta, mas de outras pessoas como a que o superintendente do Iphan, como antropólogo e de outros profissionais tem, quanto a mudança do uso, haja vista que o espaço (praça) já tem uma apropriação pela sociedade e da feita que o espaço é mudado inviabiliza essas atividades. (BELÉM, 2019c, n.p.).

Há vários vestígios de heterogeneidade no primeiro recorte. O presidente do conselho constrói seus argumentos a partir da FD cidade-mercadoria e do discurso do declínio urbano para legitimar a necessidade de requalificação - “necessidade de intervenção em áreas de ocupação depreciativa do patrimônio ressaltando”; “esteve degradada por frequência de pessoas com uso de drogas, bebidas alcóolicas e prostituição” (BELÉM, 2019b). O “outro” discursivo se manifesta em relações de confronto e de estigmatização: foi personificado na imagem do trabalhador sem-terra e no praticante de *skate*, no entanto, abarca todos aqueles que firmam os contra-usos do espaço.

Aqui, o sujeito se refere a “toda população”, no entanto dialoga apenas com aqueles a quem a presença deste “outro” personificado representa algum tipo de perigo, de desconforto, de ameaça, em suma, a um nicho de classe pertencente a certos espectros social (classe média) e ideológico (conservador). Em sua concepção, os equipamentos urbanos públicos requalificados pressupõem a demarcação espacial de territorialidades que se relacionem aos sentidos de consenso, de ordem e de convergência de conteúdos e de práticas, capazes de

agregar sociabilidades que atendam a uma demanda de classe por apazibilidade, higiene, lazer, conforto e segurança.

Por outro lado, funcionando como o reverso da construção citada, no segundo recorte, podemos vislumbrar uma priorização da FD espaço público democrático, que produz discursos que se baseiam na busca pela diversidade, pela heterogeneidade e pela coabitação como garantidoras da segurança nos espaços públicos das cidades.

É expressa uma preocupação com as inserções de novas formas arquitetônicas contemporâneas, que tendem a descaracterizar o bem tombado, não só com a criação de caramanchões e de pergolados em vidro, que servem de “praças de alimentação” dos diferentes restaurantes projetados, interferindo na visibilidade do edifício histórico, como com os usos correntes da Praça Floriano Peixoto.

As práticas cotidianas de diferentes usos e apropriações significam o complexo de São Brás e concedem a ele a possibilidade de transformação da vida social, como podemos depreender das imagens de atos políticos e culturais que contam com grande aderência da população de Belém (inclusive do autor desse trabalho). Em contrapartida, a lógica homogeneizante, instaurada pela FD cidade-mercadoria, trabalha a favor da subjetivação singular dos grupos (fruto da extrema individualização do sujeito na pós-modernidade), pelo entendimento de que, pretensamente, o consenso levaria ao melhor uso do espaço.

Tal “consenso”, como já vimos, não passa de uma estratégia de simulação de participação social, em que há a priorização dos interesses dos agentes que detêm o poder socioeconômico, o que finda em obliterar a convergência de sentidos coletivos que permitem a diversidade de apropriações, inclusive, com a ocorrência de dissensos, de conflitos e de disputas, caracterizadores do real do espaço público. Por esse motivo, houve a completa inexistência de participação popular na concepção do projeto em tela, uma vez que, segundo Leite (2004), para se tornar lócus da igualdade de direitos e da liberdade política, o espaço público deve suportar, também, as assimetrias de fala e de participação, que refletem, muitas vezes, as desiguais formas de inserção social dos agentes envolvidos.

No que tange ao patrimônio cultural edificado, podemos afirmar que as segmentações produzidas pelas políticas de gentrificação que embasam o projeto NMSB resultam na reapropriação deste bem como relíquia (LEITE, 2004), tornando-se um objeto de consumo, no sentido econômico, e ancorando, igualmente, reinterpretções das práticas culturais que significam os usos do espaço. Nesse sentido, cabe analisar, no recorte discursivo a seguir, as

reflexões da professora Celma Chaves, docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFPA:

- (35) Alguns mercados da Espanha – em Madrid, Barcelona, Valência e Terrassa – foram reformados e modernizados sem que tenham passado por um processo de negação de suas funções. Modernizaram-se, atendendo as novas demandas de consumo alimentar, não precisando para isso serem “gourmetizados”. Continuaram servindo aos bairros, oferecendo alimentos frescos, ainda que em alguns deles se encontre boxes de venda de alimentos processados, de comida pronta.(...) Portanto, não existe apenas um modelo de recuperação desses espaços como o que se propõe para o mercado de São Bras. É possível uma proposta que contemple permissionários, as exigências de consumo atuais, a vocação de comércio e serviços da área, o respeito ao edifício, que embora bastante alterado, ainda é um patrimônio e elemento de identidade histórica, e sobretudo sua permanência como mercado público. (CHAVES, 2019, n.p.)

Chaves advoga a favor da requalificação do mercado, com a permanência de suas funções enquanto equipamento público de relevância histórica para a cidade de Belém, assumindo uma postura discursiva de contrariedade e de confronto, entendendo que as modificações propostas pelo projeto apresentam sentidos ligados a uma modernização a-histórica e aculturada. Utiliza exemplos de mercados europeus de duas maneiras: como forma de se contrapor aos argumentos utilizados nos discursos de agentes econômicos e estatais, para os quais os mercados do continente seriam referências bem-sucedidas de intervenções patrimoniais com uma visão calcada em tendências hegemônicas (a “gourmetização” à qual a autora se refere); e para demonstrar que esses argumentos também recaem sobre um equívoco comum, já que mesmo no continente existe uma diversidade de tendências de requalificação, com exemplos que abrigam a não negação de seus usos originais.

A contribuição da autora se assenta na busca pela heterogeneidade enquanto recurso imprescindível nas formas de pensar esse espaço, nos dispositivos de planejamento urbano, levando em conta os interesses e a efetiva participação de múltiplos sujeitos, tanto dos trabalhadores do espaço quanto dos agentes econômicos que ali tem intenção de estabelecer redes de serviço.

Finalizamos este tópico e nossa análise com a busca pela heterogeneidade nas construções discursivas que trazem a ideia de regionalidade, cultura e identidade amazônicas nos dois projetos em questão. Como vimos, estes elementos foram comumente cooptados como forma de legitimar intervenções de requalificação urbana na orla de Belém no começo dos anos 2000, porém galvanizados em torno das indústrias do turismo, do *marketing* urbano, da imagem simulada e da identidade encenada, elementos representativos do discurso

hegemônico analisado. Começamos com os seguintes recortes discursivos, referentes à segunda etapa do projeto Belém Porto Futuro:

- (36) “Hoje estamos modelando a ocupação com atividade de economia criativa, museus e memoriais, valorização desse espaço privilegiado, que é uma janela muito importante de usufruto dessa **nossa vocação ribeirinha de relação da cidade com o rio**”, destacou a secretária Ursula Vidal. (SIQUEIRA 2020, grifos nossos)
- (37) “Também falamos sobre a segunda etapa do Porto Futuro, que inclui o uso de sete armazéns cedidos pela Companhia Docas do Pará para serem transformados em **novas oportunidades de fruição da economia criativa e proporcionar à nossa gente mais espaços de respiro para a cultura paraense**”, disse a secretária Ursula Vidal. “O espaço vai sediar novos equipamentos de cultura, como o **Museu da Navegação Amazônica, um Memorial, o Centro de Cultura Alimentar e Gastronomia de Experiência, além da comercialização de artesanato de todo o Pará**” (ROCHA, 2021, grifos nossos)
- (38) A ideia é exatamente ser complementar. O Ver-o-Peso com as suas iguarias ele trabalha a busca por um perfil de consumo e todo o charme que o Ver o Peso exclusivamente possui. A intenção deste novo mercado é que nós possamos ter um olhar seletivo sob o aspecto dos produtos. Que todo mundo possa fazer a visitação... (informação verbal)³⁷.

Como podemos depreender destes enunciados, há a recorrência de um projeto discursivo que se assenta nas pretensas identidades amazônica e paraense para legitimar o projeto em tela. Essa recorrência utiliza, sobretudo, elementos culturais e de atividades econômicas ligadas à chamada indústria cultural, como equipamentos âncoras - “Museu da Navegação Amazônica, um Memorial, o Centro de Cultura Alimentar e Gastronomia de Experiência, além da comercialização de artesanato de todo o Pará” (ROCHA, 2021) - e subterfúgios, como a noção de resgate de uma “alma ribeirinha” e de uma relação perdida com o rio que circunda a cidade para definir a necessidade da intervenção.

Nesta nossa tentativa de buscar elementos de heterogeneidade nestas sequências discursivas, podemos entrever a imposição de uma identidade homogênea. A “vocação ribeirinha” da cidade não se limita à atividade de lazer programado de contemplação do rio e à abertura de mais uma “janela”, assim como a “cultura paraense” não é delimitada pelas representações oficiais e pelo consumo cultural. É preciso reconhecer, de acordo com Trindade Júnior *et al.* (2003), os usos ainda vigentes nestes espaços, a dimensão da cidade vivida, que ainda existe, apesar das dinâmicas socioeconômicas impostas à vida urbana.

³⁷ Informação verbal concedida por Helder Barbalho no dia 16 de janeiro de 2017, em entrevista ao programa *Argumento*, semanal comandado pelo jornalista Mauro Bonna na TV RBA.

Tais elementos estão, sim, envolvidos nas atividades, nas sociabilidades e nas interações do dia a dia desse “outro” discursivo, nos âmbitos lúdico (o lazer, o banho de rio etc.), funcional (meio de circulação) e de subsistência, através de uma economia popular (feiras, portos, trapiches etc.), nos quais se vende toda uma diversidade de produtos regionais, que conecta as populações de ilhas e de outras localidades próximas, as quais operam com alta capacidade criativa e, comumente, dominam os saberes tradicionais vinculados à natureza da região (TRINDADE JÚNIOR *et al.*, 2003; MALHEIRO, 2009; CARDOSO *et al.*, 2016).

Essa população, para além da tentativa de homogeneização proposta pela formação discursiva da cidade-mercadoria, é composta por uma amálgama de sujeitos, que incluem as populações indígena e afrodescendente, quilombola, ribeirinha, cabocla, de pescadores artesanais, de migrantes de outros países e de outras regiões do país etc. Conformam, dessa forma, uma diversidade de atores e agentes que vai muito além da coesão identitária colocada, responsável pela reprodução e pela difusão de práticas populares ligadas à biodiversidade do espaço amazônico, aos rios, às culinárias e aos ritmos da região. “Uma vez que, na medida em que se delimita determinada identidade, como no caso a paraense, tudo o que não está contemplado nesta elaboração simbólica/discursiva passa a ser o outro (FREITAS, 2010, p. 41).

Assim, Castro (2012) não advoga por uma identidade amazônica, mas, sim, por identificações amazônicas, pois as representações identitárias acabam por conformar, sempre, um fenômeno político, ao evidenciarem as relações entre cultura e poder, em que há a constante necessidade de autoafirmação do “mesmo” sobre o “outro”. Nesse contexto, Albuquerque Jr. (2007) defende a elaboração de políticas culturais que se contraponham à noção de identidade, ao se pautarem em representações do singular e do diverso:

[...] a cultura como potência da criatividade, da criação incessante do divergente e não do convergente e do consensual. Culturas sem identidades, feitas de singularidades afirmativas, já que o singular só existe ao se afirmar, enquanto a identidade vive de negar o outro, o devir que reside em seu interior, vive da negação e não da afirmação. Culturas no plural, constituídas pela multiplicação do singular. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 22-23)

Desse modo, assinala Gomes (2012), a única identidade que deve primar sobre o espaço público é aquela que se associa à ideia de cidadania e à condição da expressão de uma individualidade que deve conviver com um universo plural. Nesse sentido, mais adequado do que falar em uma cidade criativa, aos moldes da colocada pelo discurso hegemônico, seria falar em uma cidade criativa com aspectos populares e democráticos, em que o

desenvolvimento seria gerado endogenamente, em que a tolerância e a diversidade culturais conformariam os espaços públicos das cidades, através dos usos comunitários, colaborativos e transversalizados pelos diferentes agentes que atuam nesta área, resgatando os saberes e as práticas tradicionais de cozinheiros, de feirantes, de artesãos, de pintores, de artistas plásticos, de atores, de músicos, de dançarinos etc.

Um fato curioso nos enunciados analisados é a recorrente rememoração do Mercado Ver-o-Peso, enquanto corpo significativo emissor de sentidos ligados à dinâmica popular, à festa, às classes de menor poder aquisitivo, ao poderio democrático e ao espaço público. No recorte discursivo 38, ele é contraposto, pelo sujeito, ao mercado proposto a ocupar um dos armazéns requalificados do porto, típico equipamento voltado aos turistas e às classes médias urbanas enquanto simulacro de espaço direcionado ao consumo de produtos pretensamente regionais.

Apesar do tom jocoso do discurso (expresso pelos termos “iguarias” e “charme”), o Ver-o-Peso é, para além de equipamento comercial de extrema importância e de impacto econômico na cidade, um local reconhecidamente emblemático de práticas e de apropriações culturais e espaciais efetuadas pelas classes populares, lugar de coabitação de diversos grupos étnicos e de perpetuação de identificações amazônicas, dos modos de vida e das singularidades regionais, expressas através do uso público do espaço e dos laços de solidariedade entre os feirantes. É, igualmente, palco de manifestações políticas, religiosas e de preservação das memórias e do patrimônio cultural material e imaterial da cidade de Belém. Essa antinomia faz com que o Ver-o-Peso se torne uma referência da formação discursiva de espaço público democrático, em suas relações de tensão e de conflito de sentidos com a formação hegemônica.

Podemos notar essa antinomia se expressa, também, nos próximos recortes discursivos, relacionados ao projeto do NMSB:

(39) [...] a conselheira Maria Eugênia colocou que não concorda com o nome de ver-o-pesinho para o local do hortifrutigranjeiro, onde o Sr. Danilo explicou que esse nome foi sugerido de forma que pudesse ter ali/desfrutar tudo que o Ver-o-Peso oferece, mas num ponto descentralizado da cidade, porém, acaba sendo um fator que tende a uma acepção semântica mais pejorativa e não de um ponto de atendimento descentralizado do Ver o Peso. (BELÉM, 2019c, n.p.)

(40) Houve a preocupação de manter no entorno do mercado, espaços para apresentações tradicionais de carimbó, cantos, shows, como alternativas de recreação na área do entorno. (BELÉM, 2019b, n.p.)

No recorte 39, temos uma crítica à construção de imagens logotécnicas, que mostram o jogo entre as palavras (Ver-o-Peso e Ver-o-pesinho) e as representações simbólicas da região – o mercado, enquanto o ápice da propagação de sentidos da formação discursiva do espaço público e democrático na cidade de Belém. A usurpação desses elementos pelo projeto de requalificação, como forma de nomear o espaço em que serão comercializados produtos hortifrutigranjeiros pelos permissionários que já atuam no local, apresenta, de fato, uma acepção semântica pejorativa, pois se trataria de uma apropriação cultural e de um simulacro alegórico sem as práticas sociais que constroem o espaço enquanto centralidade. Sem um entendimento mínimo sobre os significados culturais compartilhados no Ver-o-Peso, seus usos tradicionais e suas formas de apropriação, essa nomenclatura se comporia, apenas, de uma estratégia de *marketing* tacanha, com intenção de propalar as noções de consumo cultural da cidade-mercadoria.

No recorte discursivo 40 percebemos a intenção, enunciada pelo arquiteto responsável pelo projeto, de configurar a praça e o entorno do mercado enquanto espaço de lazer recreativo, com “apresentações tradicionais”. Forja-se uma concepção que se apropria de práticas e de manifestações culturais para legitimar a intervenção, com forte apelo ao lazer programado e ao consumo cultural das classes medias e dos turistas, a despeito das vivências cotidianas e das práticas sociais (os atos políticos, o comércio informal, a batalha de *rap*, o batuque, a festa espontânea) pré-existentes, que têm o entorno do mercado como lócus. Teme-se, dessa forma, que as práticas culturais de consumo possam atuar na modificação dos usos e dos sentidos desse espaço.

Reiteremos Lefebvre (2001), para quem se devem buscar novas *démarches* e instrumentos intelectuais (e, por que não dizer, novos discursos), para pensar e para produzir os espaços urbanos, que permitam a coexistência de tempos, de ritmos e de pessoas, não mais como mercadoria, mas como obra, estando voltada aos usuários e não aos especuladores, aos promotores capitalistas e aos planos dos técnicos.

Deve-se resgatar, como nos instrui o autor, os sentidos lúdicos em espaços dominados pelo valor de troca, de forma que proporcione aos habitantes da cidade os encontros, o imprevisto, o espontâneo, o movimento e a festa. Por isso a importância da presença de usos heterogêneos que favoreçam à copresença e ao encontro dos diferentes e das diversas apropriações simbólicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que não saibamos o que todos eles, em suas organizações, estão dizendo, ou que nem ouçamos o que eles dizem, temos vozes outras falando na sociedade, no mundo globalizado. Há outros discursos. Mesmo que não estejamos entendendo o que eles estão falando, é urgente que nos debruçamos sobre esse discurso, e que possamos entendê-lo. Eles estão dizendo outras coisas que podem ser importantes para os caminhos que o mundo pode tomar. Afinal, eles são sobreviventes em um mundo que não quer aceitar sobreviventes ... E estão se constituindo no Outro dos incluídos.

Valdemir Miotello, 2000.

O exercício da análise do discurso sempre traz consigo uma “ideia de precariedade”, fruto da não transparência do objeto de estudo – em suas correlações entre língua, ideologia e sociedade – e da extrema subjetivação da interpretação efetuada pelo sujeito analista (MIOTELLO, 2000). Assim, mais necessário e importante que embarcarmos em uma habitual escrita de conclusões definitivas, sinto que talvez seja meu dever, enquanto discente de um programa de pós-graduação que se pauta na busca por epistemes contra-hegemônicas, a proposição de algumas reflexões que apontem para o levantamento de outros debates, outros caminhos, outros estudos que permeiam essa complexa imbricação entre a materialidade dos discursos e o seu trabalho de fazer significar sujeitos e sentidos no espaço urbano.

Durante boa parte desta dissertação nos debruçamos sobre uma determinada interpretação hegemônica e que aspira à normalização e alienação dos sujeitos, à produção consensual de sentidos no que se refere às ferramentas de planejamento e estratégias de desenvolvimento urbano e à apreensão simbólica das cidades, de suas formas e conteúdos. Desse modo, diluem-se os gestos de interpretação da cidade e a tarefa de se fazer vir à tona novos (outros) sentidos, normalmente silenciados, se torna árdua.

No entanto, essa interpretação está longe de ser internalizada passivamente, pois existem inúmeras possibilidades de resistência e disputas entre sujeitos nesse campo dialético entre a produção material e as apropriações simbólicas das cidades, muitas das quais se apresentam na cotidianidade. Orlandi (2001) postula que, para que haja tal resignificação, é preciso colocar a materialidade social como mediadora, com o predomínio de outros discursos, outros sentidos e outros sujeitos que trabalhem com a divergência, a diferença e o dissenso, priorizando vivências e subjetividades:

[...] enfim, podemos pensar a cidade como parte fundamental de um processo em que se fazem presentes eventos não apenas empiricamente, mas materialmente diferentes, constituindo novas formas sociais e representando um real deslocamento ideológico nos modos de significar, e viver, a cidade. Produzindo-se desse modo novas formas de cidadania (ORLANDI, 1999, p. 9).

Tal deslocamento ideológico aventado pela autora perpassa, necessariamente, pela superação do paradigma hegemônico neoliberal. Como vimos, ao interpelar os sujeitos, o neoliberalismo instituiu uma interdiscursividade que associa (e submete) praticamente todos os discursos, representações e signos relativos ao urbano à colonização ou instrumentalização direta pelo mercado, como o lócus por excelência da noção de desenvolvimento enquanto crescimento econômico e modernização espacial, objeto de mercantilização e acumulação de capital. Além disso, sua eficácia está em sua capacidade de dissimular a natureza dos conflitos estruturais, a aguda desigualdade entre classes sociais e suas determinações essenciais no tocante à realidade urbana. Nesse sentido, quais possibilidades de resistência e superação dessa ideologia hegemônica se apresentam?

Podemos encontrar auxílio para responder a essa pergunta a partir da produção de alguns autores. Para a maioria, a superação da razão neoliberal se dá a partir do advento de epistemologias, conceitos, noções, teorias e discursos contra-hegemônicos. A contra-hegemonia, nos termos de Boaventura de Souza Santos (2010, 2019), compreende uma pluralidade de ações de resistência contra a exclusão proporcionada pela racionalidade, modernização e globalização capitalistas, as desigualdades e injustiças sociais. Se assenta em pressupostos e práticas insurgentes de grupos e movimentos subalternos (sobretudo redes de grupos locais, marginalizados), celebrando a diversidade (social, étnica), tornando-se possível não somente pensar, mas também avançar na construção de interculturalidades, no fortalecimento de sociabilidades alternativas, bem como na reinvenção do Estado, dos movimentos sociais, dos direitos humanos, e novas formas de pensar o desenvolvimento, planejamento e os espaços urbanos em uma perspectiva pós-imperial e contra-hegemônica.

Uma estratégia contra-hegemônica no âmbito discursivo seria, a nosso entender, a primazia da formação discursiva que trabalhamos no capítulo anterior – FD “espaço público democrático” – sobre a formação “cidade mercadoria”, pois os sentidos coletivos, públicos e democráticos do espaço citadino encontram-se sob constante ameaça pelas táticas de mercantilização do urbano. Neste trabalho, observamos a utilização de práticas e políticas de requalificação urbana e patrimonial como ferramenta nas mãos de sujeitos que detêm o poder (sobretudo organismos internacionais e governos locais junto a agentes econômicos privados)

para difundir um modelo que se baseia para transformação das cidades em mercadoria, configurando-a de acordo um novo padrão de acumulação.

A formação da cidade mercadoria, então, tem como base os interdiscursos da cidade competitiva e empresarial, com a produção de sentidos voltados, sobretudo, aos negócios, à criação de cenários espetaculares a partir de intervenções pontuais e ao consumo de uma determinada parcela minoritária da sociedade. Essas práticas descampam na mercantilização da cultura, em processos de gentrificação e na exclusão socioespacial. Faz-se mister, portanto, pensar em projetos urbanos e arquitetônicos, políticas e estratégias de planejamento que possam retomar esses sentidos que focam na primazia das noções de coletividade, publicidade, inclusão e participação social.

Vários autores avançam nessa temática, muitos dos quais citamos ao longo deste trabalho. Dentre os que se destacam na concepção de modelos alternativos de planejamento urbano, temos Harvey (2014) e Souza (2006). Para o autor britânico, a política neoliberal favorece tanto a descentralização administrativa como a maximização da autonomia local, sendo os meios principais para gerar desigualdade. No entanto, essa descentralização também trabalha a favor da criação de instrumentos mais “locais” de controle e planejamento, como a criação de redes confederadas de assembleias municipais que funcionem por democracia direta, sendo a base para a criação de diretrizes políticas, onde as populações seriam capazes de se auto-organizarem para oferecerem seus próprios bens comuns urbanos de uso coletivo em uma grande variedade de escalas (HARVEY, 2014).

Nessa mesma vertente, Souza (2006) nos traz, baseado em uma leitura de Castoriadis, a questão da autonomia enquanto auto-instituição consciente da sociedade, alicerçada na garantia política e na possibilidade material efetiva de igualdade de chances de participação nas tomadas de decisão, suportando, também, o escape de noções de desenvolvimento enquanto algo trazido de fora e culturalmente estranho, como impõe a modernização capitalista. Para o autor, o planejamento autônomo seria uma alternativa ao planejamento regulatório clássico: introduz elementos de autogestão, autoplanejamento, de democracia direta das camadas populares e implementação de instrumentos e medidas de cunho redistributivo. Há a possibilidade de multiplicação desses grupos ao se organizarem em redes com um positivo conteúdo político-pedagógico, de experimentar novas formas de direção política do aparelho estatal e novas formas participativas de democracia a partir de uma lógica contra-hegemônica, efetivada, sobretudo, por forças alternativas, ativismos sociais e suas

organizações (como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) (SOUZA, 2006).

Essas práticas coletivas insurgentes demonstram o potencial de criação e reivindicação de outros sentidos, discursos e espaços ante a mercantilização das cidades, nos quais a população se torna mais consciente de seus direitos e deveres, além de participar de forma mais ativa no planejamento urbano (MELCHIORS, 2019).

Quais seriam as funções dos arquitetos e urbanistas dentro dessa configuração contra-hegemônica? Como vimos, as práticas desses profissionais estão cada vez mais atreladas aos ditames do mercado e às designações de gosto, sendo comumente sujeitos discursivos que agem de forma a corroborar processos de gentrificação e elitização dos espaços. No entanto, também podemos citar inúmeras tendências que levam esses profissionais a se tornarem mais próximos de pautas sociais insurgentes.

Segundo Name e Moassab (2020), os arquitetos e urbanistas brasileiros, tanto em sua prática profissional projetual quanto na docência, têm se pautado, cada vez mais: na revalorização de cosmologias e saberes construtivos de povos subalternizados, principalmente indígenas e afrodescendentes; na visibilização das questões de gênero e suas implicações projetivas e de planejamento nas cidades; na busca por pequenas soluções arquitetônicas cotidianas para compreender as particularidades do espaço construído e habitado brasileiro, em contraponto ao uso de uma tecnologia construtiva moderna, produtiva e hegemônica, caracterizada pelo uso corrente do concreto armado; formulando estratégias de combate ao ensino hegemônico de arquitetura e urbanismo, normalmente legitimador de práxis perpetuadoras do eurocentrismo e na colonialidade do saber. Para os autores:

[...] o objetivo é a recuperação da vocação pública de profissionais de arquitetura e urbanismo cuja orientação seja a defesa da cidade e da arquitetura como bens comuns e direitos de todos e todas – um outro olhar a respeito do caráter generalista da profissão, em que se inclua a visão global dos processos de urbanização, a integração de áreas e o diálogo permanente com cidadãos/ãs, usuários/as e produtores/as da cidade, entidades representativas e movimentos sociais (NAME; MOASSAB, 2020, p. 19).

Este processo, cada vez mais baseado na dialogia e na alteridade, costuma-se centrar na atuação desses profissionais em redes de coletivos urbanos, onde podem exercer não apenas uma atividade técnica, mas de negociação, interação, colaboração e mobilização contínua com a sociedade, em um espaço político demarcado por práticas alternativas, heterogêneas e de

ampliação da cidadania contra as formas limitadoras de participação popular vigentes nos instrumentos oficiais de planejamento urbano.

Tais coletivos se constituem de movimentos e ativismos sociais críticos, abertos e plurais, com adesão de múltiplos sujeitos sociais, perpassando os profissionais supracitados, grupos comunitários, movimentos sociais, acadêmicos, técnicos e a sociedade civil como um todo. Se amparam em redes de solidariedade, com dimensões de troca tecnológicas e de saberes em diversas escalas, perpassando o microambiente urbano e chegando ao ciberespaço. Seus membros reivindicam novas possibilidades de leituras do espaço urbano, sob o viés de gênero, etnia e classe social, buscando difundir, também, questões ligadas à mobilidade, uso e apropriação do espaço público, patrimônio material e imaterial etc. (LIMA, 2014, 2015). São exemplos de coletivos urbanos com notável repercussão no contexto brasileiro o Opavivará³⁸ e o Movimento Ocupe Estelita.³⁹

As práticas desses coletivos resultam em intervenções que surgem como contraponto aos sentidos de privatização e busca pelo lucro e acumulação da cidade mercadoria. Se caracterizam por pequenas intervenções de requalificação em espaços públicos e lotes vazios, que transformam esses locais em espaços para atividades recreativas, hortas públicas, arenas de debates e mercados informais; processos de design aberto ou “codesign”, onde as soluções projetuais são sugeridas e executadas por todas as pessoas imbuídas de um espírito de trabalho colaborativo e participativo, havendo uma ampliação da ideia de autoria tradicional; intervenções efêmeras, que se constituem em intervenções periódicas, inesperadas, subversivas e com objetivos específicos, com foco em experimentações estéticas e que jogam luz às capacidades lúdicas dos espaços urbanos e às possibilidades de busca por alternativas de uso e construção de sentidos sociais para espaços sem qualidade (organização de sessões de cinema em lotes abandonados e de eventos coletivos embaixo de viadutos são alguns exemplos) (BALEM; REYES, 2020).

A produção e apropriação do espaço público por esses coletivos enseja o desenvolvimento de novos sentidos e representações compartilhados do urbano, pautados no

³⁸ Coletivo carioca que alia arte e ações de intervenção urbana, promovendo experiências relacionais e coletivas em espaços públicos (LIMA, 2015).

³⁹ Movimento coletivo e popular que promoveu a ocupação política e de protetiva do Cais José Estelita no Recife, por meio de debates, aulas públicas, atividades de recuperação da memória e práticas culturais diversas, como oficinas de teatro, espetáculos de dança e música. Tinha como objetivo a criação de táticas de reapropriação e ressignificação do espaço, a busca por horizontalidades que reforçariam um senso de cooperação, coletividade e pertencimento da população com este espaço, ante sua premente conversão em produto imobiliário de luxo (MELCHORS, 2019).

desenvolvimento de novas cidadanias insurgentes, na ampliação do debate político e social, na expansão da espontaneidade, criatividade e pluralidade de vozes, no incremento dos sentidos de afeto e pertencimento da população à cidade e na possibilidade de coabitação com o outro (MELCHIORS, 2019).

Esses sentidos só podem ser propagados a partir de uma guinada discursiva onde predomine a produção de um novo espaço urbano, mais habitável, um espaço em que o encontro e o lúdico, a festa e a diferença, a apropriação do tempo e do espaço seriam prioritários, no qual o cotidiano passaria a ocupar o primeiro plano. Se constituiria, portanto, na hegemonia do conceito de direito à cidade: direito à centralidade e seu movimento; direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar; o direito à obra e à atividade participante; e o direito à apropriação; o direito a outro modo de produção do espaço urbano que não se defina apenas pela propriedade e gestão coletivas dos meios de produção, mas pela gestão e produção coletivas do próprio espaço, algo a que o autor refere-se como autogestão das bases (LEFEBVRE, 1999, 2001). Essas práticas insurgentes, apropriações e contestações do *status quo*, que vão de encontro aos discursos da cidade mercadoria, devem culminar em uma transformação social, visto que priorizam o valor de uso do espaço.

* * *

Nos encaminhando agora para os derradeiros parágrafos deste trabalho, podemos afirmar que comprovamos nossa hipótese principal: discursos hegemônicos reverberam através de deslocamentos de sentidos oriundos de uma formação ideológica neoliberal e de uma formação discursiva que denominamos “cidade mercadoria”, e orientam as concepções de planejamento urbano e produção material de formas arquitetônicas na cidade de Belém (PA). Estes discursos instauram uma lógica “mercadófila” e competitiva que pretende instaurar um modelo de crescimento econômico e desenvolvimento urbano conservador e que se baseia, sobretudo, na requalificação urbanística, arquitetônica e paisagística de lugares, visando tanto ao crescimento econômico da cidade como à sua projeção turística em um cenário globalizado.

No que concerne ao projeto Belém Porto Futuro, o discurso político foi utilizado como estratégia de legitimação a partir da atuação de seu principal sujeito enunciativo, o então ministro, e hoje governador do estado, Helder Barbalho. Alguns atributos e qualidades de Barbalho foram fundamentais para considerá-lo uma notória referência de ator político na cidade de Belém, atribuindo-lhe uma legitimidade: sua filiação de ordem social,

principalmente sua família; o “saber-fazer”, que significa não só ter estudado em instituições de prestígio, mas ter ocupado cargos de responsabilidade e ter se destacado pela sua tecnicidade e competência. Se reitera sua posição enquanto liderança política capaz de alçar Belém a um patamar de mundialização referente à dinâmica engendrada pelo capital hoje, que se manifesta, também, na exigência de requalificação urbana com propósitos de acumulação. No caso em tela tratou-se, sobretudo, de uma vontade política que se manifesta através da intenção de deixar traços para o futuro e de se fazer representar através do tempo por meio de obras emblemáticas na orla de Belém, de forma a angariar prestígio e legado para as eleições de 2018, na qual o postulante saiu vitorioso.

No entanto, na trama de efeitos de sentido que embasam o projeto, não se encontram apenas as ambições políticas de principal seu sujeito enunciativo. Fazem-se igualmente presentes:

- a) Discursos que colocam parques urbanos enquanto emblemas de poder comumente conectados a discursos de poderes políticos e econômicos: apresentam legitimidade através de um consenso de que parques (representados frequentemente pelos espaços verdes, pelos signos ligados à natureza) contribuem para melhoria da qualidade de vida urbana e conferem beleza e desenvolvimento socioespacial às cidades.
- b) Discurso da modernização do espaço e criação de marcos arquitetônicos; os traços da arquitetura e paisagismo pós modernos que corroboram o alinhamento - pelo menos no âmbito estético - do projeto com as referências apresentadas a nível internacional (Boston, Barcelona, Buenos Aires) diante da necessidade de vincular a intervenção local a um cenário globalizado que tem como objetivo alçar a cidade a um nível de competitividade na atração de turistas e investimentos privados; para isso utilizou-se de estratégias de desenho e uso de materiais em voga na atualidade, como a combinação de diferentes cores e texturas de materiais (concreto, madeira, grama dentre outros) além de fontes, espelhos d'água, decks etc.
- c) Gentrificação enquanto resultado, pois é observada uma territorialização que coloca barreiras tanto físicas (grades) quanto simbólicas (signos de classe, estéticos e de organização espacial) na acessibilidade completa e democrática ao local, principalmente por parte dos trabalhadores informais, que correspondem a um enorme segmento da população economicamente ativa de Belém. Os discursos que orientam as ações sobre espaços gentrificados colocam como um dos seus pontos

principais a necessidade de ordenar as atividades comerciais de modo a controlar usos e formas “destoantes” e “ilegais”, usando assim como argumentos questões como segurança pública e combate à informalidade. Assim, são produzidas normas que garantem o enfraquecimento dos efeitos de sentido público que seu corpo significativo pode transmitir, causado pela deterioração da sociabilidade e da heterogeneidade a partir de estratégias de controle espacial por parte do Estado, principal administrador do espaço.

Quanto ao projeto Novo Mercado de São Brás, o discurso do declínio urbano embasou a atitude da gestão municipal de intencionalmente atuar na entrega do patrimônio público à iniciativa privada através de procedimentos arbitrários, e utilizou como estratégias de suas ações a perda de sentidos e significantes importantes desse espaço: de publicidade, enquanto um espaço público da cidade; de historicidade, pela depredação do bem e indiferença à sua preservação; e de afetividade, pela perda de sensações positivas que vinculariam os indivíduos ao local.

Os recortes analisados elucidam alguns dos principais objetivos da requalificação: refuncionalização baseada na lógica do consumo com suporte na indústria cultural e turística – incluindo cultura, gastronomia e lazer. Quanto ao projeto arquitetônico, o emprego de mobiliários modernos e elementos formais contemporâneos – com a utilização intensa de materiais como vidro e aço – representam um foco na estetização e no conforto, aliado a uma intenção de se diferenciar do entorno, o que diminui o potencial de rememoração dos monumentos históricos e potencializa a criação de cenários espetacularizados, voltados, sobretudo, ao consumo das classes médias.

Ademais, foi largamente empregado o discurso do turismo como principal veiculador de desenvolvimento, cujos sujeitos enunciativos foram o poder público (PMB) em conjunto com agentes privados (Grupo Roma), atuando dentro da formação discursiva da cidade-mercadoria: os espaços turísticos que analisamos são tratados como mercadorias a partir da lógica da competitividade de lugares a nível global. Essa atração de visitantes e turistas nos projetos de tal porte em Belém decorre de uma estratégia discursiva que combina elementos do discurso das cidades competitivas com um discurso tradicional/cultural/identitário amazônico.

Portanto, o projeto se legitima no plano discursivo também pela retomada de certos conteúdos da cultura popular paraense, inserindo-os em um novo nicho de consumo, por mais que retraditionalizados e flexibilizados nesse novo ambiente, sejam tratados apenas como

acessórios. Dentre todas as características culturais locais difundidas nos discursos acerca do projeto, a mais proeminente talvez seja a gastronomia, devido ao status de Cidade Criativa da Gastronomia, selo outorgado pela UNESCO. Tal titulação imerge Belém em uma atmosfera de distinção e referência simbólica que servem de combustível aos discursos da cidade mercadoria. Sua retórica se infiltra em políticas públicas que, em nome da manutenção dessa posição, atinge altos níveis de consenso e legitimação entre grande parte da população.

Destarte, essa titulação favoreceu ainda mais a implementação de um planejamento urbano mercadofilo em Belém e, no caso em tela, ocasionou a conversão de um patrimônio cultural histórico, espaço público impregnado de significados, em instrumento a serviço dos interesses das elites e empresários locais. A intervenção projetada para o local, baseado em um discurso que estabelece uma lógica de atividades turísticas e de consumo cultural como novo paradigma de desenvolvimento, se sobrepõe às vivências locais e aos processos de interação e apropriação dos usuários, que finda na perda dos sentidos que o torna um espaço público.

Forja-se uma concepção que se apropria de práticas e manifestações culturais para legitimar a intervenção, com forte apelo ao lazer programado e ao consumo cultural das classes médias e turistas. Isso a despeito das vivências cotidianas e práticas sociais (os atos políticos, o comércio informal, a festa espontânea) pré-existentes e que têm o entorno do mercado como locus. A tendência, a nosso ver, é que ocorra um reducionismo de valores culturais e sociais a valores econômicos (estes impostos por um discurso hegemônico) e, concomitantemente, uma homogeneização da cadeia de produção de sentidos que emanam desse corpo significativo na cidade de Belém.

As circunstâncias que levam à produção dos discursos, todavia, não são estanques. Novos acontecimentos, mudanças de governo ou mesmo dos encarregados técnicos dos projetos tendem a modificar padrões discursivos e formas de produção do espaço. Notou-se, já nos momentos derradeiros de escrita deste trabalho, uma considerável mudança nos discursos estatais relativos às duas intervenções urbanas. No âmbito do PBPF, desde que se tornou responsável pelo prosseguimento da intervenção (correspondente à segunda etapa, de requalificação dos armazéns não operacionais do porto de Belém), a Secretaria de Cultura do

Estado tem modificado as estratégias de comunicação e participação social relativas ao processo de concepção do projeto.

Desse modo, a SECULT convocou uma audiência pública⁴⁰ (devidamente divulgada nos canais institucionais e redes sociais do estado) para discutir o andamento da proposta. O evento contou com participação presencial e emissão virtual através do canal da pasta no *Youtube*, abarcando, dessa forma, um público maior, o que demonstra o interesse do órgão em estender e democratizar o acesso à tomada de decisão.

Na audiência (que contou com a participação presencial do autor deste trabalho) foi apresentado um projeto conceitual preliminar de ocupação de 7 armazéns do porto, com maquetes 3D, vídeos e estimativas de custos e prazos (Figura 46). A proposta foi amplamente discutida, com a realização de perguntas que poderiam ser colocadas pelos participantes que estavam presencialmente no local ou pelos internautas que estavam acompanhando a transmissão *online*.

Figura 46 - Audiência pública de apresentação da proposta conceitual da segunda fase do PBPf



Fonte: acervo do autor, 2021.

Para além dos ritos de divulgação e democratização do processo (que, como visto, diferenciou-se grandemente do procedimento adotado na primeira fase do projeto, descrita no

⁴⁰ Ocorrida no auditório do Ministério Público do Estado do Pará, na manhã do dia 20 de julho de 2021.

quinto capítulo deste trabalho), notou-se também uma modificação na forma de ocupação dos armazéns, quando comparado ao projeto apresentado no âmbito federal. Foram propostos espaços para amostras culturais, de atividades ligadas à economia criativa, bioeconomia e patrimônio imaterial, como, por exemplo, o artesanato e a cultura alimentar do estado, prevendo cursos, oficinas e experiências sensoriais abertas à população.

Ademais, adentrando no campo discursivo, constatou-se também nos enunciados proferidos pelas autoridades responsáveis por guiar a audiência, um deslocamento e modificação dos sentidos relativos ao projeto, como podemos identificar no recorte discursivo 42:

- (42) [...]Em relação ao acesso, é só uma preocupação muito grande porque **nós não queremos criar equipamentos com o estigma do que se agrega, né?** Do que não une, que não dialoga, do que não oportuniza, que não simboliza essa **diversidade** extraordinária que nós temos (...) **A gente quer esse espaço para uso público e muito menos para uso privado** (...) a gente entende que existe a necessidade de **sustentabilidade** desse equipamento, mas nós estamos pensando que não pode se abrir mão, por exemplo, do artesanato, que é uma demanda reprimida de muitos anos, da experiência da cultura alimentar com a venda dos produtos da Agricultura Familiar (...) Outros usos que a gente possa incorporar com a iniciativa privada causam uma preocupação que é muito grande com a **gentrificação**, com as pessoas quererem morar perto do seu trabalho e aí daqui a pouco começa uma pressão no Reduto, e aí muda o gabarito, vem prédio... a gente sabe como tem sido difícil segurar isso (...) A gente já estabelece o cronograma da próxima audiência pública para ir atualizando e consolidando esse processo de escuta, de **democratização da construção de uma Belém mais justa**, mais solidária, mais convidativa para esse visitante e mais moderna do ponto de vista dos usos de seus espaços, sempre **garantindo que a população seja a prioridade** (...) **As pessoas precisam ocupar esses espaços públicos com as suas atividades, os seus ofícios, os seus saberes, suas capacidades e talentos.** (informação verbal, grifos nossos)⁴¹

Constatamos, através deste recorte, uma transformação nas estratégias discursivas empregadas para legitimar a segunda fase do projeto. Desponta, em nosso ponto de vista, um predomínio da formação discursiva espaço público e democrático, expressa através dos enunciados grifados. Esse predomínio de outra formação discursiva que não a da cidade mercadoria se expressa também através da protagonismo da população, não só no processo de tomada de tomada de decisão, mas na valorização do que é comum, dos usos públicos, do saberes e atividades populares. O sujeito parece refutar, em seu discurso, os sentidos que se conectam ao privado, à iniciativa privada, às empresas. Coloca, como algo a ser sumariamente

⁴¹ Informação verbal concedida pela secretaria de cultura do estado, em audiência pública realizada no dia 20 de julho de 2021.

evitado através do afastamento dos usos privados, as consequências da mercadificação do espaço (gentrificação).

Mesmo que ainda consigamos perceber os sentidos da cidade mercadoria, manifestados por meio de um pretense regionalismo que aspira à imposição de uma identidade cultural e à presença de visitantes e usuários solváveis, consideramos as mudanças no âmbito discursivo positivas. Receamos, no entanto, que o prosseguimento do projeto, assim como ocorreu em todo seu percurso, esteja compulsoriamente vinculado aos fatos políticos e prosseguimento de governos.

Nesse sentido, como apreendemos ao longo deste trabalho, um fato político pode alterar cenários e levar a mudanças no âmbito dos discursos estatais. Foi o que aconteceu em Belém durante a eleição municipal de 2020. Edmilson Rodrigues, ex-prefeito da cidade e candidato pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), consagrou-se vencedor no certame e retornou à prefeitura após um hiato de 16 anos⁴². Com a sua eleição, há sensíveis transformações nos discursos que embasam o planejamento urbano municipal, com tendência a maior participação popular na tomada de decisões. Observou-se, da mesma forma, uma transformação na maneira de encarar os projetos de requalificação urbana na cidade, em especial no que concerne ao Mercado de São Brás.

Enquanto o autor escrevia as últimas páginas desta dissertação, foram veiculadas informações a respeito do processo de concessão pelo portal web institucional da prefeitura e redes sociais do prefeito, em ocasião do aniversário de 110 anos do mercado, comemorado no dia 21 de maio de 2021. Parte dessas informações estão transcritas no recorte discursivo 43 – último que iremos analisar – e reproduzidos na Figura 48.

(43) [...] Queremos tranquilizar nossos permissionários de que as intervenções serão realizadas e de um modo bem melhor, com a participação ativa dos trabalhadores, principais agentes do Complexo de São Brás. Além disso, a Prefeitura de Belém quer potencializar as atividades no espaço, como no período da quadra junina, onde os ensaios e as festividades são intensas na área”, destacou o secretário de Economia, Apolônio Brasileiro (CORRÊA, 2021).

Figura 47 - Postagem em rede social do prefeito Edmilson Rodrigues sobre a situação do processo de concessão do Mercado de São Brás.

⁴² Edmilson é arquiteto e urbanista de formação, governou a cidade anteriormente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) entre 1997 e 2004. Já exerceu os cargos de deputado estadual e deputado federal.



Fonte: Facebook (2021).

A análise do recorte nos permite vislumbrar uma nova centralidade no discurso do sujeito: os trabalhadores do espaço. Contrariamente aos discursos anteriores, que focavam no economicismo e na gestão empresarial, com seu léxico corporativo, neste é realçado o papel central dos permissionários enquanto principais agentes potencializadores das atividades ali realizadas. Podemos inferir que está em vias de formulação um novo projeto de requalificação desse espaço, dessa vez calcado na não separação da forma-conteúdo e na participação ativa dos trabalhadores, esses que, segundo Lefebvre (2001), devem se tornar os agentes, os portadores ou suporte social do direito à cidade.

Do mesmo modo, se entrevê a utilização da Praça Floriano Peixoto enquanto espaço público, permanecendo como suporte de atividades democráticas e coletivas de cunho cultural (ensaios e festividades da quadra junina, responsáveis por prover grande vitalidade e heterogeneidade ao espaço). Destarte, essas práticas materiais e imateriais, calcadas na vida cotidiana dos grupos sociais e compartilhadas coletivamente que são as grandes responsáveis por significar o espaço e, ao dotar este de sentidos diversos (como a festa), atuam na produção social do patrimônio cultural, e mesmo no desenvolvimento sustentável de diferentes grupos, sendo estes os verdadeiros portadores dos conhecimentos, saberes, fazeres e memórias do lugar (VELOSO, 2006).

Nossa intenção neste trabalho não foi tomar partido através de falsos maniqueísmos entre gestão mercadofila e estatal (até porque encontram-se tão claramente intrincados nas gestões urbanas, que se torna difícil, muitas vezes, diferenciá-los). De fato, enxergamos como obrigatória a requalificação do mercado e, mesmo com a nulidade do processo de sua

concessão à iniciativa privada, defendemos que devem ser pensados, de maneira democrática e com a participação de todos os envolvidos no projeto, novos instrumentos para que este importante bem cultural da cidade de Belém não regresse ao estado deplorável de degradação no qual se encontra atualmente.

Desse modo, a atividade turística pode e deve auxiliar na conservação do patrimônio, desde que seja conduzida em conjunto pelo Estado, sociedade e agentes do mercado através de planos de preservação integrados (COSTA, 2008) para que as atividades cotidianas, a cultura local, os espaços percebidos e vividos não sejam negligenciados, ou mesmo silenciados, por um discurso dominante. Igualmente, deve ser posto em prática um planejamento urbano que dê visibilidade a elementos peculiares e particulares da região – a gastronomia, as atividades culturais e de lazer, o bioma amazônico –, mas que os integre ao convívio e aos usos de toda a população, gerando inclusão social (CARDOSO *et al.*, 2016).

Os elementos apresentados nessas considerações estão longe de se considerarem finais: instauram uma abertura que nos ajude a pensar que sim, outros discursos são possíveis, e, conseqüentemente, outros processos de produção, representação e significação do espaço na cidade de Belém.

Figura 48- Grafismo localizado na Praça Floriano Peixoto, em frente ao Mercado de São Brás



Fonte: acervo do autor, 2019.

REFERÊNCIAS

- A BATALHA de São Bráz. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (ca. 26 min). Publicado pelo canal Marahu Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I-EbkC2EsHc>. Acesso em: 18 maio 2020.
- ALBUQUERQUE, D. M. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. *In*: MARCHIORI, G. (org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 13-24.
- ALBUQUERQUE, M. Z. A. O espaço-mercadoria: objeto político e estratégico na reprodução do capital. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, n. esp., p. 1-12, jul./dic. 2011.
- ALVES, M. C. D. **Construções retóricas do discurso publicitário de condomínios residenciais**. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2009.
- AMARAL, M. D. **A guerra das águas**: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA). 2005. 232 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- AMARAL, O.; CASTRO, F; COSTA, A. Marca Amazônia: estratégias de comunicação publicitária, ambientalismo e sustentabilidade. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, v. 10, n. 3, p. 105-118, set. 2015.
- AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad postmoderna**: magia y miedo de la metrópolis contemporánea. Madrid: Celeste, 2000.
- ARANTES, O. **Berlim e Barcelona**: duas imagens estratégicas. São Paulo: Annablume, 2012.
- ARANTES, O. O “*cultural turn*” no discurso sobre a cidade. **Rua**, Campinas, v. 5, n. esp., p. 89-99, 1999.
- ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-73. (Coleção Zero à esquerda)
- ARANTES, P. F. Ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Pós**, São Paulo, n. 20, p. 60-75, dez. 2006.
- ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010. (RGrbolso, 4).

ATOS de mulheres contra Bolsonaro foram realizados em Belém e mais de 40 cidades brasileiras. Assista! **Roma News**. Belém, 29 set. 2018. Disponível em: <https://www.romanews.com.br/cidade/atos-de-mulheres-contra-bolsonaro-acontecem-em-belem-e-mais-35-cidades/14682/>. Acesso em: 8 maio 2021.

BALEM, T.; REYES, P. Cidade efêmera, práticas urbanas insurgentes. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 6., 2020, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: ANPARQ, 2020.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Guía metodológica, iniciativa de ciudades emergentes y sostenibles**. Washington, D.C., 2012. Disponível em: <http://www.iadb.org/es/temas/ciudades-emergentes-y-sostenibles/ciudades-emergentes-y-sostenibles,6656.html>. Acesso em: 6 set. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Ciudades competitivas para empleos y crecimiento. Qué, Quién y Cómo**. Washington, D.C., 2005. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/691841467992491102/pdf/101546-REVISED-SPANISH-Box394856B-PUBLIC-Report-Spanish.pdf>. Acesso em: 6 set. 2020.

BARROS, T. Por uma metodologia do discurso: noções e métodos para uma análise discursiva. *In*: BARROS, T. **Uma trajetória da arquivística a partir da análise do discurso: inflexões histórico-conceituais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 73-95.

BELÉM (Município). Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém. **Estudos preliminares**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2019a. Disponível em: <http://codem.belem.pa.gov.br/index.php/consulta-publica-mercado-de-sao-bras/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

BELÉM (Município). Prefeitura Municipal de Belém. Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano CDU/BELÉM**. Belém, 2019b. Disponível em: <https://docplayer.com.br/171015571-Prefeitura-municipal-de-belem-conselho-municipal-de-desenvolvimento-urbano-cdu-belem.html>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BELÉM (Município). Prefeitura Municipal de Belém. **Comunicado de consulta pública**. Belém, 2019d. Disponível em: www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=18&conteudo=4815. Acesso em: 12 dez. 2019.

BELÉM (Município). Prefeitura Municipal de Belém. Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Belém. **Ata da 11ª Reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Belém**. Belém, 2019c. Disponível em: <http://www.cinbesa.com.br/site/wp-content/uploads/ATA-REUNIAO-CONS.-MUNIC.-DE-PROT.-DO-PATRIM.-CULTURAL-19.02.20191.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2020.

BELÉM Porto Futuro. 2017. (3 min.). Publicado pelo canal Brenno Barros. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=frOHb8lC0Ho&ab_channel=BrennoBarros. Acesso em: 22 set. 2020.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. (Memória e sociedade).

BORDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2008.

BORJA, J. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana. In: FISHER, T. (org.). **Gestão contemporânea**: cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 79-99.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Turismo. **Cidade de Belém**. 2019. Disponível em: <https://www.visitbrasil.com/pt/destinos/belem.html>. Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional de Portos. **Belém Porto Futuro**: projeto de revitalização. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Portos, 2016. Disponível em: <http://www.portosdobrasil.gov.br/porto-belem>. Acesso em: 1 maio 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Portos. **Edital de Licitação nº 1/2017. RDC Eletrônico Nº 01/2017**: elaboração de projetos básico e executivo e execução de obras e serviços para a revitalização da área retroportuária de Belém, com construção do parque urbano, zonas de estacionamento e obras periféricas - etapa 1, do projeto “Belém Porto Futuro”. Brasília, DF: [Secretaria Nacional de Portos], 2017.

BRITO, L. A. N. (Re)lendo Michel Pêcheux: como a análise do discurso de linha francesa apreende a materialidade discursiva? **Eutomia: Revista de Literatura e Linguística**, Recife, v. 1, n. 9, p. 542-562, 2012.

BOUSKELA, M. *et al.* **Caminho para as smart cities**: da gestão tradicional para a cidade inteligente. [S. l.]: BID, 2016. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Caminho-para-as-smart-cities-Da-gest%C3%A3o-tradicional-para-a-cidade-inteligente.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

CAPITAL & COUNTIES PROPERTIES PLC. **Covent Garden**: London’s favourite open-air destination. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.coventgarden.london/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CARDOSO, A. C. D. *et al.* Quando o projeto disfarça o plano: concepções de planejamento e suas metamorfoses em Belém (PA). **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 823-844, set./dez. 2016.

CARDOSO, R. **O novo discurso urbanístico**: a cidade-dispositivo. 2013. 292 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARLOS, A. F. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, 1).

CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 45, p. 152-166, 1996.

CASTRO, F. F. A identidade encenada: a produção artística de Belém como laboratório e teatro da amazônica. **Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 137-149, 2012.

CHARAUDEAU, P. La argumentación persuasiva: el ejemplo del discurso político. *In*: SHIRO, M. (org.). **Haciendo discurso**: homenaje a Adriana Bolívar. Caracas: Facultad de Humanidades y Educación, 2009. p. 277-295.

CHARAUDEAU, P. Para qué sirve analizar el discurso político? **DeSignis**, Paris, n. 2, p. 109-124, 2002.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Primeiros passos, 13).

CHAVES, C. As transformações nos mercados públicos: proposta para o mercado de São Braz em Belém, Pará. **Arquiteturismo**, São Paulo, ano 13, n. 152.01, dez. 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/13.152-153/7563>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa em ciências humanas e sociais. *In*: CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 19-32.

CONHEÇA a Rua. Campinas: UNICAMP, 2020. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/index.php?r=imupagina%2Fvisualizar&id=2>. Acesso em: 26 fev. 2020.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, R. Trabalhadores do Complexo de São Brás comemoram os 110 anos do Mercado. **Agência Belém**. Belém, 21 maio 2021. Disponível em: <http://agenciabelem.com.br/Noticia/219969/trabalhadores-do-complexo-de-sao-bras-comemoram-os-110-anos-do-mercado>. Acesso em: 22 maio 2021.

COSTA, E. Refuncionalização de patrimônio cultural e a nova racionalidade da organização socioespacial em núcleos urbanos tombados. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 6, n. 2, p. 53-73, 2008.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

DAMBORIARENA, L. Neoliberalismo como ideologia: uma reflexão sobre a sua reprodução na vida cotidiana a partir de Henri Lefebvre. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, Curitiba, v. 3. n. 1, p. 63-76, jun. 2016.

DEL RIO, V. Voltando às origens: a revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos. **Arquitextos**, São Paulo, ano 2, n. 015.06, ago. 2001. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.015/859>. Acesso em: 27 ago. 2020.

DERENJI, J. **Mercado de São Brás**. São Paulo, [2020]. Disponível em: http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/download_arquivo/mesa_2_2_jussara_derenji.pdf. Acesso em: 1 abril 2021.

FACEBOOK. **Batuque do Mercado de São Brás**. Belém, [2020]. Disponível em: <https://www.facebook.com/batuquecanalha>. Acesso em: 2 maio 2021.

FACEBOOK. **Belém Porto Futuro**. Belém, 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/belemportofuturo/photos/a.185497808928882/192510778227585>. Acesso em: 6 maio 2021.

FAIRCLOUGH, N. Representaciones del cambio en el discurso neoliberal. **Cuaderno de Relaciones Laborales**, Madrid, n. 16, p. 13-35, 2000.

FERNANDES, A. Consenso do urbanismo e questões sobre a cidade. **Rua**, Campinas, v. 5, n. esp., p. 43-51, 1999.

FERNANDES, A. T. Espaço social e suas representações. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 2, n. 1, p. 61-99, 1992.

FERNANDES, C.; VINHAS, L. L. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019.

FERREIRA, A. O projeto de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro: os atores sociais e a produção do espaço urbano. **Biblio 3w Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 14, n. 331, ago. 2010a.

FERREIRA, A. O projeto “Porto Maravilha” no Rio de Janeiro: inspiração em Barcelona e produção a serviço do capital? **Biblio 3w Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 15, n. 895, nov. 2010b.

FERREIRA, A. Produção do espaço: entre dominação e apropriação: um olhar sobre os movimentos sociais. **Biblio 3w Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 11, n. 245, ago. 2007.

FERREIRA, D. Do semelhante ao mesmo, do diferente ao semelhante: sujeito, ator, agente e protagonismo na linguagem. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 619-640, 2017.

FLÁVIO, L. Zenaldo entrega Mercado de São Brás a Rômulo Maiorana Jr. **Diário Online**. Belém, 2 ago. 2020. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/600011/zenaldo-entrega-mercado-de-sao-bras-a-romulo-maiorana-jr?d=1>. Acesso em: 18 out. 2020.

FLEXOR, C. O.; ALVES, G. R. O. Soluções para as cidades e impacto das TIC's: tensionamentos das/nas cidades inteligentes. **Rua**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 1-17, jun. 2020. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8659939>. Acesso em: 20 set. 2020.

FRANÇA, J. Gestão dos espaços públicos de lazer, turismo e paisagem urbana / Belém - PA. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 57-62, 2005.

FREITAS, A. P. N. **Políticas culturais e consumo cultural**: um estudo dos públicos da Estação das Docas em Belém/PA. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

FURTADO, Victor. Reduto: o motor da economia na fundação de Belém. **O Liberal**. Belém, 15 set. 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/reduto-o-motor-da-economia-na-fundacao-de-belém-1.162741>. Acesso em: 10 out. 2020.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GILL, R. Análise do discurso. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 244-270.

GIORDANI, R. L. **As relações de poder exercidas através do discurso**. [S. l.], 2011. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/giordanirosselane-as-relacoes-de-poder-exercidas-atraves-do-discurso.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2020.

GOMES, P. C. C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Olhares geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 19-41.

GREGOLIN, M. R. **A análise do discurso**: conceitos e aplicações. São Paulo: Alfa, 1995.

GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *In*: TFOUNI, L. V.; MONTE-SERRAT, D. M.; CHIARETTI, P. (org.). **A análise do discurso e suas interfaces**. São Carlos: Pedro & João, 2011.

GREGOLIN, M. R. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. *In*: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GÜNTER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

GUTIÉRREZ, S. **Discurso político y argumentación**. Cidade do México: Universidad Autónoma Metropolitana - Unidad Xochimilco, 2006.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Geografias e adjacências).

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- IANNI, O. **Teorias da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- KILROY, A. *et al.* **Ciudades competitivas para empleos y crecimiento**: qué, quién y, cómo. Washington: World Bank Group, 2015. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/691841467992491102/Ciudades-competitivas-para-empleos-y-crecimiento-qué-quién-y-cómo>. Acesso em: 29 set. 2020.
- LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS (LABEURB). **Quem somos**. Campinas: UNICAMP, 2020. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/site/web/pagina/38>. Acesso em: 26 fev. 2020.
- LAFLOUFA, J. **Cidades inteligentes não passam de conto de fadas, provoca Evgeny Morozov**. UOL. São Paulo, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/26/cidades-inteligentes-nao-passam-de-conto-de-fadas-provoca-evgeny-morozov.htm>. Acesso em: 6 fev. 2020.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S. Percursos que se cruzam: leituras que se abrem. *In*: ORLANDI, E. (org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, 2003. p. 85-94.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999. (Humanitas).
- LEFEBVRE, H. **El marxismo**. Buenos Aires: EUDEBA, 1961.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008. (Humanitas pocket).
- LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: UNICAMP, 2004.
- LEITE, R. P. Espaço e poder: os processos de gentrification. *In*: FORTUNA, C. (org.). **Paisagens culturais contemporâneas**. Coimbra: Cescontexto, 2014. p. 30-37.
- LEITE, R. P. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 79-89, jul./dez. 2005.
- LIMA, C. H. M. A cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 39-48, jan./jun. 2015.

LIMA, C. H. M. A cidade insurgente: estratégias dos coletivos urbanos e vida pública. **Arquitetura revista**, São Leopoldo, v. 10, n. 1, p. 31-36, jan./jun. 2014.

LIMA, R.; FERNANDES, P. C. (org.). **Belém da saudade**: a memória da Belém do início do século em cartões postais. Belém: SECULT, 1998.

LUCHIARI, M. T. D. P. Centros históricos: mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. **GEographia (UFF)**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 43-58, 2005.

LUSTOZA, R. E. Uma reflexão sobre a produção do espaço urbano. *In*: 8º CONGRESSO INTERNACIONAL CIUDAD Y TERRITORIO VIRTUAL, 8., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

M2P ARQUITETURA E ENGENHARIA. **Memorial Justificativo Mercado**. Belém, 2019. Disponível em: <http://codem.belem.pa.gov.br/index.php/consulta-publica-mercado-de-sao-bras/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

MALHEIRO, B. C. P. **Portos, portas e postais**: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA). 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Zero à esquerda)

MARTINS, A. A. **Transformação urbana**: projetando novos bairros em antigas periferias. Brasília, DF: Thesaurus, 2013.

MEDEIROS, G. Cidades, consensos internacionais e circulação de ideias. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, Belo Horizonte, v. 8, n. 4, p. 1-14, dez. 2019.

MELCHIORS, L. **Reivindicando territórios na cidade contemporânea**: experiências de ações coletivas contra-hegemônicas frente à mercantilização do urbano. 2019. 303 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MENDES, L. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 473-495, 2011.

MERCADO de São Brás é o retrato do descaso com o patrimônio de Belém. **Diário Online**. Belém, 15 set. 2018. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/noticia-540164-mercado-de-sao-bras-e-o-retrato-do-descaso-com-o-patrimonio-de-belem.html?d=1>. Acesso em: 1 abr. 2020.

MESQUITA, D. Prefeitura lança o programa “Desenvolve Belém” visando ao crescimento da cidade. *Agência Belém*. Belém, 7 dez. 2018. Disponível em: <http://agenciabelem.com.br/Noticia/159662/prefeitura-lanca-o-programa-desenvolve-belem-visando-ao-crescimento-da-cidade>. Acesso em: 1 ago. 2019.

MIOTELLO, V. A construção turbulenta das hegemonias discursivas: o discurso neoliberal e seus confrontos. 2001. 336 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270822>. Acesso em: 2 set. 2020.

MOARA: Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, Belém, n. 43, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/issue/download/131/70>. Acesso em: 28 fev. 2020.

MOASSAB, A.; NAME, L. Apresentação. *In*: MOASSAB, A.; NAME, L. (org.). **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EdUNILA, 2020.

NARZETTI, C. O percurso das ideias do Círculo de Bakhtin na Análise do Discurso francesa. 2012. 262 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Araraquara, 2012.

NARZETTI, C. Para uma história epistemológica do conceito de formação discursiva. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 18, n. 3, p. 647-663, set./dez. 2018.

NASCIMENTO, E. Trajetória da sustentabilidade, do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NEVES, E. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. *Moara: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras UFPA*, Belém, n. 43, p. 26-44, 2015.

NOVAIS, P. Uma estratégia chamada "Planejamento Estratégico": deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano. Rio de Janeiro: 7letras, 2010.

NUNES, L. Primeira etapa do porto do futuro é entregue. *Agência Pará*. Belém, 13 ago. 2020. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/21444/#:~:text=Par%C3%A1Localizado%20pr%C3%B3ximo%20%C3%A0s%20margens,al%C3%A9m%20de%20diversas%20autoridades%20e>. Acesso em: 22 out. 2020.

NUNES, M. **Rumo ao Boulevard da República**: entre a cidade imperial e a metrópole republicana. 2017. 410 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Nova Agenda Urbana. In:** CONFERÊNCIA HABITAT, 3., 2016, Quito. Quito: ONU-HABITAT, 2016. Disponível em: <http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-PortugueseBrazil.pdf?fbclid=IwAR2koIM7MtgBh6i57G4fxWeWpbK52Jr7sXIrGdBbJF81bF2GSzY527FWdAY>. Acesso em: 6 set. 2020.

ORLANDI, E. A desorganização cotidiana. **Escritos. Percursos sociais e sentidos na cidade**, Campinas, n. 1, p. 3-11, 1999.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. (org.). **Cidades atravessadas**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 3. ed. Campinas: Pontes, 2017.

ORTIZ, R. Reflexões sobre a pós-modernidade: o exemplo da arquitetura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, out. 1992.

PANTOJA, L. **Mercado de São Brás e seu entorno**: tramas e sentidos de um lugar. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

PAULA, L. Círculo de Bakhtin: uma Análise Dialógica de Discurso. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 239-258, jan./jun. 2013.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 61-162.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi *et al.* Campinas: UNICAMP, 2009.

PEIXOTO, P. A corrida ao status de Patrimônio mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. **Veredas: Revista Científica de Turismo**, ano 1, n. 1, p. 23-45, jul. 2002.

PEIXOTO, P. Requalificação urbana. *In*: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (org.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009. p. 41-52.

PEREIRA, A. L. S. **Intervenções em centros urbanos e conflitos distributivos**: modelos regulatórios, circuitos de valorização e estratégias discursivas. 2015. 308 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PESQUISADORES e artistas realizam ato em defesa da ciência na Amazônia em Belém. **G1 PA**. Belém, 6 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/09/06/pesquisadores-e-artistas-realizam-ato-em-defesa-da-ciencia-na-amazonia-em-belem.ghtml>. Acesso em: 8 maio 2021.

PFEIFFER, C. Cidade e sujeito escolarizado. *In*: ORLANDI, E. (org.). **Cidades atravessadas**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001.

PIMENTEL, D. Mercado de São Brás: o retrato do abandono. **Oliberal.com**. Belém, 30 maio 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/mercado-de-sao-bras-o-retrato-do-abandono-1.150453>. Acesso em: 31 maio 2019.

PINHO, F. **A volta do bonde a Belém**: cidade, discurso e saudade. 2015. 269 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PREFEITURA de Belém e Roma Incorporadora assinam contrato para revitalização do Mercado de São Brás. [*S. l.: s. n.*], 2020. 1 vídeo (2 min.). Publicado pelo canal Roma News. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0ek3ysNd9Yc>. Acesso em: 18 out. 2020.

PROJETO Belém Porto Futuro. [*S. l.: s. n.*], 2018. 1 vídeo (2 min.). Publicado pelo canal Helder Barbalho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yVvc4nzAcRE>. Acesso em: 14 mar. 2018.

RANGEL, F. Trabalho, mercado e cidade: sobre estratégias de regulação do comércio popular na hegemonia neoliberal. *In*: BOGUS, L.; GUIMARÃES, I.; PESSOA, Z. (org.). **Cidades brasileiras**: temas e questões para debate. São Paulo: EDUC, 2020. p. 309-336.

REIS, A. C. F. **Cidades criativas**: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo. 2011. 312 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, F. P. **Os paradigmas neoliberal e ambiental na construção da cidade contemporânea**: tramas e tendências do discurso hegemônico da sustentabilidade na Europa e no Brasil. 2014. 311 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIBEIRO, L. C. Q; MANCILLA, M. R. Urbanización del capital y difusión de ideologías urbanas en América Latina: la ciudad como máquina de crecimiento económico. *In*: RIBEIRO, L. C. Q (org.). **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2020. p. 339-370.

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura Municipal. Companhia de Desenvolvimento urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP). **Porto Maravilha**: entenda a operação urbana. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/portomaravilha>. Acesso em: 31 jul. 2017.

RIO DE JANEIRO. (Município). Prefeitura Municipal. **Estudo de viabilidade para a instalação do Museu Guggenheim na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 2002.

ROCHA, I. Governo discute em Brasília obras do Parque da Cidade e da segunda etapa do Porto Futuro. **Agência Pará**. Belém, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/25529/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

RODRIGUES, M. **Ver-o-Rio**. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/marcos-rodrigues/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

SÁNCHEZ, F. *et al.* Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 39-56, 2004.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 510 p. (Coleção para um novo senso comum, v. 4).

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SARRAF, M. T. A. **Belém também é afro**: tensões discursivas na Amazônia urbana. 2019. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SERPA, A. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.

SERRA, N.; FERNANDEZ, R. Economia criativa: da discussão do conceito à formulação de políticas Públicas. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 355-372, out./ dez. 2014.

SERRÃO, G. **Discurso do desenvolvimento sustentável**: a polêmica relação entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico. 2012. 138f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SEVERO, F. Espaço arquitetônico e espaço turístico: memória, história e simulacros. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO NO MERCOSUL, 2., 2004, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2004.

SFAIR, R. **Para além das formas e das funções**: preservação e gestão da paisagem do Centro Histórico de Belém (CHB) na perspectiva do espaço como instância e produção social. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SIDDEEQ, Sara. **5 Things to Do in Port Vell**. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://www.barcelonaconnect.com/5-things-to-do-in-port-vell>. Acesso em: 22 out. 2020.

SILVA, J. M. **A constituição de sentidos políticos em livros didáticos de geografia na ótica da análise do discurso**. 2006. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SILVA, J. S. **Desenvolvimento e Socioambientalismo**: uma análise do discurso jornalístico de O Liberal e Diário do Pará sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. 2012. 266 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SIQUEIRA, T. Reunião entre Secult, Setur e CDP discute 2ª fase do Projeto Porto Futuro. **Agência Pará**. Belém, 9 set. 2020. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/22022/>. Acesso em: 3 out. 2020.

SMITH, N. **The new urban frontier**: gentrification and the revanchist city. London: Routledge, 1996.

SOBRAL, O. Ensaio sobre o método de pesquisa marxista: uma perspectiva do materialismo dialético. **Revista Científica FacMais**, Goiás, v. 2, n. 1, p. 5-16, jul./dez. 2012.

SOJA, E. **Post metropolis**: critical studies of cities and regions. Los Angeles: Blackwell Publishing, 2000.

SOMEKH, N.; CAMPOS, C. M. Desenvolvimento local e projetos urbanos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpur, 2001.

SOUZA, C. B. G. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Confins**, São Paulo/Paris, n. 5, p. 1-10, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/5633>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SOUZA, J.; CAMPOS, R.; COSTA, M. Da Belle Époque ao abandono: o Mercado de São Brás como patrimônio histórico e atrativo turístico de Belém-PA. **RITUR – Revista Ibero-americana de Turismo**, Penedo, v. 10, n. 2, p. 136-164, nov. 2020.

SOUZA, M. L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, p. 13-35, jul./dez. 1997.

SOUZA, M. L. Cidades fragmentadas, medo generalizado: das "áreas de risco" à "ubiquidade do risco". *In*: SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 51-91.

SOUZA, M; L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SOUZA, M. L. O papel do planejamento e da gestão urbanas. *In*: SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora**: reflexão em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 149-182.

SOUZA, S. F. **Análise de discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Census, 2014.
THALHEIMER, A. **Introdução ao materialismo dialético**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C.; AMARAL, M. D. B. Reabilitação urbana na área central de Belém Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 73-103, 2006.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Cidade e cultura na Amazônia: práticas e representações espaciais na orla fluvial de Belém. *In*: VALENÇA, M. M.; COSTA, M. H. (org.). **Espaço, cultura e representação**. Natal: EdUFRN, 2005. p. 123-149.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Entre o público e o privado: agentes e estratégias de apropriação do espaço na orla fluvial de Belém-Pará (Brasil). **Scripta Nova: Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 9, n. 194, ago. 2005.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Estratégias de desenvolvimento e discurso do “declínio” em políticas de requalificação urbana no Brasil e na Europa. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 7, n. 11, p. 193-218, 2010.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Patrimônios, vivências e representações do espaço em políticas de requalificação urbana na Amazônia. **Espaço & Geografia**, Brasília, DF, v. 16, n. 2, p. 483-513, 2013.

TRIPADVISOR. **Bar do Parque**: Belém. [*S. l.*], [2020]. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303404-d6036561-Reviews-Bar_Do_Parque-Belem_State_of_Para.html. Acesso em: 13 out. 2020.

UNESCO. **UNESCO Creative Cities Network**: creativity for sustainable urban development. [*S. l.*], 2016. Disponível em: https://en.unesco.org/creative-cities/sites/default/files/files/unesco_uccn_en_180530_final.pdf. Acesso em: 26 set. 2020.

VAINER, C. Megaeventos, cidade de exceção e democracia direta do capital: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *In*: VAINER, C; SÁNCHEZ, F; OLIVEIRA, F. (org.). **Os megaeventos e a cidade**: perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico Urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Zero à esquerda)

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VARGAS, R. **MACBA Museum Barcelona from the sky**. [S. l.], 2017. Disponível em: <http://www.rafaelvargas.com/project/aerial-shooting-barcelona>. Acesso em: 22 out. 2020.

VELOSO, M. O fetiche do patrimônio. **Habitus: Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 437-454, jan./jun. 2006.

VIEIRA, F. A.; SOBRAL, G. Direito à cidade em tempos de gourmetização: o caso do Bar do Parque em Belém do Pará. **Justificando**. [S. l.], 12 out. 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/10/12/direito-cidade-em-tempos-de-gourmetizacao-o-caso-do-bar-do-parque-em-belem-do-para/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

XIMENES, J. P. **A orla de Belém: intervenções e apropriação**. 2004. 212 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

XIMENES, J. P. Cidade e água: Belém do Pará e estratégias de reapropriação das margens fluviais. **Arquitextos**, São Paulo, v. 2, n. 85, 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/237>. Acesso em: 12 maio 2019.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *In*: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 80-103.